



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

do exercício de 2015

CAMPINAS, SP

2016



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO
do exercício de 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Diretoria-Geral
Campinas, SP
2016



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas-SP
CEP 13015-927
www.trt15.jus.br

PRESIDENTE

Desembargador Lorival Ferreira dos Santos

VIVE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Desembargador Henrique Damiano

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Gerson Lacerda Pistori

VICE-CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita

Abreviaturas e Siglas

ATS – Adicional por Tempo de Serviço

BDI – Bonificação de Despesas Indiretas

CAGED/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego

CCAUD/CSJT – Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

CCIN – Coordenadoria de Controle Interno

CNE – Cadastro Nacional de Empresas Mercantis

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPF/CNPJ – Cadastro de Pessoas Físicas / Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPR - Sistema de Contas a Pagar e a Receber do Governo Federal

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

DG – Diretoria-Geral

FT – Fórum Trabalhista

GP – Gabinete da Presidência

IDJus – Índice de Desempenho da Justiça

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IR – Imposto de Renda

JT – Justiça do Trabalho

LOA – Lei Orçamentária Anual

MGD – Mapeamento Global de Desempenho

MPT – Ministério Público do Trabalho

MPU – Ministério Público da União

OB – Ordem Bancária de Pagamento

OCI – Órgão de Controle Interno

OI – Orçamento de Investimento

PA – Posto Avançado

PAA – Plano Anual de Auditoria

PAE – Parcela Autônoma de Equivalência

PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações

PJe – Processo Judicial Eletrônico

PL – Projeto de Lei

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PP – Pedido de Providências

PPA – Plano Plurianual

PROAD – Sistema de Processos e Protocolos Administrativos

RI – Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

RNP – Restos a Pagar Não Processados

RPSPF – Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

RPV – Requisição de Pequeno Valor

SCI/CNJ – Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça

SIAMI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal

SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

SIGEN – Sistema de Informações Gerenciais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIOP - Sistemas Integrados de Planejamento e Orçamento
SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões do Tribunal de Contas da União
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicações
TCU – Tribunal de Contas da União
TCU/Sefip – Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UG – Unidade Gestora
URV – Unidade Real de Valor
VT – Vara do Trabalho

Lista de Quadros

Quadro 1 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	17
Quadro 2 – Fluxograma – Macroprocesso Finalístico.....	21
Quadro 3 – Propostas de Indicadores e Metas – Consolidado.....	25
Quadro 4 – Meta 7.....	44
Quadro 5 – Ações/Subtítulos – OFSS – Benefícios Assistenciais	65
Quadro 6 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	66
Quadro 7 – Ações/Subtítulos – OFSS – Contribuição para o Custeio do RPSPF	67
Quadro 8 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente.....	68
Quadro 9 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção da Vara do Trabalho de Barretos.....	69
Quadro 10 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	70
Quadro 11 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.....	71
Quadro 12 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Médica e Odontológica	72
Quadro 13 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Pré-Escolar	73
Quadro 14 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Transporte.....	74
Quadro 15 – Ações/Subtítulos – OFSS – Auxílio-Alimentação.....	75
Quadro 16 – Ações/Subtítulos – OFSS – Pagamento de Pessoal Ativo.....	76
Quadro 17 – Ações/Subtítulos – OFSS – Comunicação e Divulgação Institucional.....	77
Quadro 18 – Ações/Subtítulos – OFSS – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	78
Quadro 19 – Ações/Subtítulos – OFSS – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	79
Quadro 20 – Ações/Subtítulos – OFSS – Construção da Vara do Trabalho de Votuporanga.....	80
Quadro 21 – Demonstrativo da Execução por Ação Orçamentária – Exercício 2015.....	82
Quadro 22 – Demonstrativo da Inscrição em Restos a Pagar – LOA/2015.....	83
Quadro 23 – Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar no Exercício 2015.....	84
Quadro 24 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	85
Quadro 25 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.....	86
Quadro 26 – Custeio do RPSPF.....	86
Quadro 27 – Construção do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente.....	88
Quadro 28 – Construção da Vara do Trabalho de Barretos.....	89
Quadro 29 – Construção da Vara do Trabalho de Itapetininga.....	90
Quadro 30 – Construção da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.....	91
Quadro 31 – Construção da Vara do Trabalho de Votuporanga.....	92
Quadro 32 – Assistência Médica e Odontológica.....	93
Quadro 33 – Aplicação de Recursos – Assistência Médica e Odontológica.....	94
Quadro 34 – Assistência Pré-Escolar.....	94
Quadro 35 – Auxílio-Transporte.....	95
Quadro 36 – Auxílio-Alimentação.....	95
Quadro 37 – Pagamento de Pessoal Ativo.....	96
Quadro 38 – Comunicação e Divulgação Institucional.....	97
Quadro 39 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	98
Quadro 40 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	99
Quadro 41 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	100
Quadro 42 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Execução.....	100
Quadro 43 – Execução LOA/2015 – Outras Despesas Correntes.....	101
Quadro 44 – Execução por Elemento de Despesa – Outras Despesas Correntes.....	101
Quadro 45 – Outras Despesas Correntes – Maiores Valores.....	102
Quadro 46 – Execução LOA/2015 – Despesas de Capital.....	103
Quadro 47 – Execução por Elemento de Despesa – Despesas de Capital.....	103
Quadro 48 – Outras Despesas Correntes – Maiores Valores.....	103

Quadro 49 – Capacitação de Recursos Humanos.....	104
Quadro 50 – Execução – Capacitação de Recursos Humanos.....	105
Quadro 51 – Manutenção de Varas Itinerantes.....	105
Quadro 52 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	106
Quadro 53 – Execução – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	107
Quadro 54 – Trabalho Seguro.....	108
Quadro 55 – Execução – Programa Trabalho Seguro.....	109
Quadro 56 – Construção da Vara do Trabalho de Rio Claro.....	111
Quadro 57 – Construção da Vara do Trabalho de Rio Claro – Restos a Pagar.....	111
Quadro 58 – Restituição de valores Recolhidos ao Montepio Civil.....	112
Quadro 59 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	113
Quadro 60 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	114
Quadro 61 – Execução – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	114
Quadro 62 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – Detalhamento.....	115
Quadro 63 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – Restos a Pagar.....	116
Quadro 64 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	116
Quadro 65 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.....	117
Quadro 66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho.....	118
Quadro 67 – Destaque Recebido da UO 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – Precatórios.....	119
Quadro 68 – Destaque Recebido da UO 33201 – Instituto Nacional do Seguro Social – Contribuição para o Custeio do RPSPF – Precatórios e RPVs.....	119
Quadro 69 – Destaque Recebido da UO 71103 – Encargos Financeiros da União – Sentenças Judiciais.....	120
Quadro 70 – Restos a Pagar Não processados.....	121
Quadro 71 – Restos a Pagar Não processados – Maiores Valores.....	122
Quadro 72 – Projetos de Construções com Contingenciamento.....	124
Quadro 73 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	125
Quadro 74 – Demonstrativo da Composição dos Saldos com Insuficiência de Créditos Reconhecidos e Registrados ..	128
Quadro 75 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores.....	134
Quadro 76 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	134
Quadro 77 – Restos a Pagar – Outras Despesas Correntes.....	135
Quadro 78 – Restos a Pagar – Despesas de Capital.....	136
Quadro 79 – Restos a Pagar Processados.....	137
Quadro 80 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	139
Quadro 81 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	140
Quadro 82 – Orçamentos Executados por Categoria Econômica.....	141
Quadro 83 – Outras Despesas correntes – Detalhamento	145
Quadro 84 – Projetos de Construções	147
Quadro 85 – Execução Orçamentária com Aquisições Diretas.....	148
Quadro 86 – Despesas Liquidadas – por Categoria Econômica.....	149
Quadro 87 – Concessão de Suprimento de Fundos.....	150
Quadro 88 – Utilização de Suprimento de Fundos.....	150
Quadro 89 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência.....	151
Quadro 90 – Auditorias Planejadas e Realizadas no Exercício das Contas.....	167
Quadro 91 – Auditorias Planejadas e Não Realizadas no Exercício das Contas.....	169
Quadro 92 – Processos Autuados pela Corregedoria Regional.....	174
Quadro 93 – Processos Solucionados – Corregedoria Regional.....	175
Quadro 94 – Processos em Andamento em 18/12/2015 – Corregedoria Regional.....	175
Quadro 95 – Documentos administrativos Recebidos e expedidos – Corregedoria Regional.....	176
Quadro 96 – Canais de Acesso do Cidadão – Ouvidoria.....	177
Quadro 97 – Tabela de Vida Útil e Valor Residual.....	190

Quadro 98 – Balanço Orçamentário.....	198
Quadro 99 – Orçamento Recebido por Origem de Crédito e Grupo de Despesa.....	203
Quadro 100 – Variação Entre a Dotação Inicial e a Autorizada.....	204
Quadro 101 – Créditos Adicionais por Tipo de Despesa.....	205
Quadro 102 – Créditos Adicionais – Normas.....	205
Quadro 103 – Descentralizações Internas.....	207
Quadro 104 – Descentralizações Externas.....	207
Quadro 105 - Crédito Autorizado Comparativamente à Despesa Executada.....	208
Quadro 106 - Orçamentos Executados (2013-2015) por Categoria Econômica.....	209
Quadro 107 - Outras Despesas Correntes – Maiores Valores.....	213
Quadro 108 – Projetos de Construções com Contingenciamento.....	214
Quadro 109 – Despesa de Capital – Maiores Valores.....	216
Quadro 110 – Créditos Liquidados – Maiores Valores.....	217
Quadro 111 – Restos a Pagar Não processados.....	218
Quadro 112 – Restos a Pagar Não processados – Maiores Valores.....	219
Quadro 113 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Despesas de Pessoal.....	221
Quadro 114 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Outras Despesas Correntes.....	221
Quadro 115 – Execução de Restos a Pagar Não processados – Despesas de Capital.....	222
Quadro 116 – Restos a Pagar processados – Pendente de Pagamento.....	223
Quadro 117 – Balanço Financeiro.....	224
Quadro 118 – Balanço Patrimonial.....	229
Quadro 119 – Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda - TCE.....	233
Quadro 120 – Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP-JUD.....	235
Quadro 121 – Imobilizado – Bens Móveis.....	236
Quadro 122 – Imobilizado – Bens Imóveis.....	238
Quadro 123 – Softwares.....	240
Quadro 124 – Reconhecimento de Passivos – Pessoal/ Encargos Sociais.....	242
Quadro 125 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação.....	245
Quadro 126 – Reconhecimento de Passivos – Despesas de Pessoal/ Encargos Sociais.....	246
Quadro 127 – Ativo Permanente.....	249
Quadro 128 – Passivo Financeiro.....	250
Quadro 129 – Passivo Permanente.....	250
Quadro 130 – Execução de Garantias Recebidas.....	251
Quadro 131 – Termos de Cessão Onerosa.....	252
Quadro 132 – Acordos com Instituições Financeiras.....	253
Quadro 133 – Atos Potenciais Passivos – Obrigações Contratuais.....	253
Quadro 134 – Disponibilidades Financeiras.....	254
Quadro 135 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	256
Quadro 136 – Reavaliação de Bens Imóveis.....	260
Quadro 137 – Baixas - Imóveis.....	263
Quadro 138 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	265
Quadro 139 – Desembolsos com Pessoal e Outros Custeios.....	269
Quadro 140 – Desembolsos com pessoal - Previdência Social.....	270
Quadro 141 – Desembolsos com Pessoal - Encargos Especiais.....	270
Quadro 142 – Investimentos.....	271
Quadro 143 – Força de Trabalho da UPC.....	273
Quadro 144 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	274
Quadro 145 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	275
Quadro 146 – Projeto de Lei de Criação de Cargos Efetivos – PL 8.256/2014.....	276
Quadro 147 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho.....	277

Quadro 148 – Magistrados por Faixa Etária.....	277
Quadro 149 – Afastamentos de Magistrados.....	278
Quadro 150 – Faixa Etária da Força de Trabalho.....	279
Quadro 151 – Nível de Escolaridade da Força de Trabalho.....	280
Quadro 152 – Despesas do Pessoal.....	281
Quadro 153 – <i>Turnover</i>	285
Quadro 154 – Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.....	287
Quadro 155 – Contrato de Serviços de Operacionalização de Programas de Estágios Educacionais.....	290
Quadro 156 – Composição do Quadro de Estagiários.....	291
Quadro 157 – Programa de Estágio - Custos.....	292
Quadro 158 – Veículos por Grupo - Representação.....	295
Quadro 159 – Veículos por Grupo - Institucional.....	295
Quadro 160 – Veículos por Grupo - Serviço.....	296
Quadro 161 – Veículos por Grupo - Total.....	298
Quadro 162 – Idade Média da Frota por Grupo.....	298
Quadro 163 – Custos Associados à Manutenção da Frota.....	298
Quadro 164 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	299
Quadro 165 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	300
Quadro 166 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	302
Quadro 167 – Locações.....	325
Quadro 168 – Principais Sistemas de Informações.....	328
Quadro 169 – Principais Cursos/Treinamentos Ministrados em 2015.....	333
Quadro 170 – Quadro de Servidores na Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	334
Quadro 171 – Deliberações do TCU cumpridas no Exercício.....	338
Quadro 172 – Resultados das Auditorias Finalizadas no Exercício das Contas.....	339
Quadro 173 – Resultados das Auditorias em Finalização.....	340
Quadro 174 – Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	345
Quadro 175 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta.....	345

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Meta 1.....	35
Gráfico 2 – Meta 2.....	37
Gráfico 3 – Meta 5.....	39
Gráfico 4 – Meta 6.....	41
Gráfico 5 – Meta 6.....	43
Gráfico 6 – Meta 2 da Justiça do Trabalho.....	45
Gráfico 7 – Meta 4 da Justiça do Trabalho.....	46
Gráfico 8 – Meta 5 da Justiça do Trabalho.....	47
Gráfico 9 – Meta 9 da Justiça do Trabalho.....	48
Gráfico 10 – Meta 13 da Justiça do Trabalho.....	49
Gráfico 11 – Satisfação Interna.....	50
Gráfico 12 – Relacionamento Interpessoal e Institucional.....	51
Gráfico 13 – Capacitação.....	51
Gráfico 14 – Realização e Reconhecimento.....	52
Gráfico 15 – Índice de Aprovação.....	52
Gráfico 16 – Satisfação Externa.....	53
Gráfico 17 – Qualidade dos Serviços Prestados.....	54
Gráfico 18– Princípios do Pacto Global.....	55
Gráfico 19 – Comunicação Institucional.....	58
Gráfico 20 – Qualidade de Vida no Trabalho.....	60
Gráfico 21 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	137
Gráfico 22 – Pessoal e Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	142
Gráfico 23 – Outras Despesas Correntes.....	143
Gráfico 24 – Despesas de Capital.....	146
Gráfico 25 – Investimentos – Por Tipo de Despesa.....	147
Gráfico 26 – Perfil do Usuário cidadão.....	181
Gráfico 27 – Atendimento Prestado pelo Tribunal.....	182
Gráfico 28 – Índice de Satisfação.....	183
Gráfico 29 – Grau de Satisfação por Característica I.....	184
Gráfico 30 – Grau de Satisfação por Característica II.....	184
Gráfico 31 – Grau de Satisfação – PJe	185
Gráfico 32 – Créditos Autorizados Finais.....	203
Gráfico 33 – Créditos Adicionais.....	204
Gráfico 34 – Gastos com Pessoal e Custeio do Regime de Previdência dos Servidores.....	210
Gráfico 35 – Outras Despesas Correntes (2013-2015).....	211
Gráfico 36 - Despesas de Capital.....	214
Gráfico 37 – Empenho por Tipo de Despesa de Capital (2013-2015).....	215
Gráfico 38 – Arrecadação por Tipo de Receita.....	227
Gráfico 39 – Estoques.....	234
Gráfico 40 – Bens Móveis – Maior Depreciação.....	237
Gráfico 41 – Variação Patrimonial Diminutiva.....	262
Gráfico 42 – Fontes Geradoras de Caixa.....	268
Gráfico 43 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar.....	270
Gráfico 44 – Gastos com Recursos do Exercício e de Restos a Pagar – Despesas de Capital.....	272

Anexos

Organograma.....	348
Demonstrações Contábeis.....	350
Relatório Anual de Atividades da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	363
Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	385
Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 Quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	387
Declaração Sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	389
Declaração do Contador Sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis do SIAFI.....	395

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	14
1.1 Finalidade e Competências.....	14
1.2 Ambiente de Atuação.....	15
1.3 Organograma.....	16
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	23
2.1 Planejamento Organizacional.....	23
2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	27
2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	28
2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	33
2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	34
2.2.1 Plano Estratégico Institucional.....	34
2.2.2 Plano Tático Administrativo.....	60
2.2.3 Plano Tático Judicial.....	60
2.3 Desempenho Orçamentário.....	64
2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	64
2.3.1.1 Ações de OFSS.....	64
2.3.1.2 Ações/Subtítulos – OFSS.....	65
2.3.1.3 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS e Ações – Orçamento de Investimento – OI.....	80
2.3.1.4 Análise Situacional.....	81
2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho orçamentário.....	124
2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	125
2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	134
2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	134
2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Processados.....	136
2.3.5 Informações Sobre a Realização das Receitas.....	137
2.3.6 Informações Sobre a Execução das Despesas.....	139
2.3.6.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação.....	139
2.3.6.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	140
2.3.6.3 Análise Crítica da Realização da Despesa.....	141
2.3.7 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	150
2.3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos.....	150
2.3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos.....	150
2.3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos.....	151
2.3.7.4 Análise Crítica.....	152
2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	153
3. GOVERNANÇA.....	154
3.1 Descrição das Estruturas de Governança.....	154
3.1.1 Tribunal Pleno.....	154
3.1.2 Órgão Especial.....	155
3.1.3 Corregedoria Regional.....	158
3.1.4 Comissão de Regimento Interno.....	159
3.1.5 Comissão de Jurisprudência.....	160
3.1.6 Comissão de Vitaliciamento.....	160
3.1.7 Comissão de Informática.....	160
3.1.8 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual.....	161

3.1.9 Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças.....	161
3.1.10 Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos.....	161
3.1.11 Comissão da Ordem do Mérito Judiciário.....	162
3.1.12 Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho.....	162
3.1.13 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual.....	162
3.1.14 Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental.....	162
3.1.15 Assessoria de Gestão Estratégica.....	163
3.1.16 Assessoria Jurídica.....	164
3.1.17 Coordenadoria de Controle Interno.....	164
3.1.18 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas.....	165
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	166
3.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos.....	171
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos.....	172
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	174
4.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	174
4.1.1 Corregedoria Regional.....	174
4.1.2 Ouvidoria.....	176
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	179
4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	180
4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.....	186
4.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações.....	187
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	189
5.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....	189
5.1.1 Dos Estoques.....	189
5.1.2 Do Ativo Imobilizado.....	189
5.1.3 Da Depreciação e Amortização.....	190
5.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	194
5.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	197
5.3.1 Balanço Orçamentário.....	202
5.3.1.1 Execução Créditos do Exercício 2015.....	202
5.3.1.2 Execução de Restos a Pagar Não Processados no Exercício 2015.....	220
5.3.1.3 Execução de Restos a Pagar Processados no Exercício 2015.....	222
5.3.2 Balanço Financeiro.....	226
5.3.2.1 Dos Ingressos.....	226
5.3.2.2 Dos Dispêndios.....	228
5.3.3 Balanço Patrimonial.....	232
5.3.3.1 Ativo.....	232
5.3.3.2 Passivo.....	241
5.3.3.3 Patrimônio Líquido.....	247
5.3.3.4 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	249
5.3.3.5 Quadro das Contas de Compensações.....	251
5.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	259
5.3.4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	259
5.3.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	261
5.3.4.3 Resultado Patrimonial do Período.....	264
5.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	268
5.3.5.1 Dos Ingressos.....	268
5.3.5.2 Dos Desembolsos.....	268
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	273

6.1	Gestão de Pessoas.....	273
6.1.1	Estrutura de Pessoal da Unidade.....	273
6.1.1.1	Análise Crítica.....	276
6.1.2	Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	281
6.1.3	Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	282
6.1.3.1	Ações Adotadas para Identificar Acumulação Remunerada de Cargos.....	282
6.1.3.2	Ações Adotadas para Identificar Eventual Irregularidade Relacionada ao Pessoal, Especialmente em Relação à Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos e à Terceirização Irregular de Cargos.....	282
6.1.3.3	Principais Riscos Identificados na Gestão de Pessoas da Unidade e as Providências Adotadas para Mitigá-los.....	284
6.1.3.4	Indicadores Gerenciais Sobre a Gestão de Pessoas.....	284
6.1.4	Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários.....	286
6.1.4.1	Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular).....	286
6.1.4.2	Contratação de Estagiários.....	290
6.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura.....	293
6.2.1	Gestão da Frota de Veículos.....	294
6.2.1.1	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.....	294
6.2.1.2	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC.....	294
6.2.1.3	Quantidade de Veículos Por Categoria de Uso e Por Regionalização.....	294
6.2.1.4	Razões da Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação.....	298
6.2.1.5	Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos.....	298
6.2.1.6	Despesas Associadas à Manutenção da Frota.....	298
6.2.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	299
6.2.2.1	Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio.....	299
6.2.2.2	Distribuição Geográfica dos Imóveis da União.....	299
6.2.2.3	Qualidade e Completude dos Registros no SPIUnet.....	300
6.2.2.4	Despesas de Manutenção e Qualidade dos Registros Contábeis.....	301
6.2.2.5	Riscos e Controles Relacionados à Gestão dos Imóveis.....	302
6.2.3	Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.....	302
6.2.4	Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros.....	325
6.3	Gestão de Tecnologia da Informação.....	327
6.3.1	Informações Sobre os Principais Sistemas de Informações Utilizados pela Unidade.....	327
6.3.2	Planejamento e Resultados da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	329
6.3.3	Informações Sobre a Implementação do Processo Judicial Eletrônico.....	336
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS.....	336
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....	337
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	339
7.3	Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	343
7.4	Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993.....	344
7.5	Gestão de Precatórios.....	345
7.5.1	Requisições e Precatórios da Administração Direta.....	345
7.5.2	Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	345
7.5.3	Análise Crítica.....	346
7.6	Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento.....	347
7.6.1	Medidas Adotadas Para Revisão dos Contratos Vigentes.....	347
7.6.2	Informações Sobre o Ressarcimento de Valores Pagos a Maior.....	347
7.6.3	Detalhamento Sobre os Contratos Revisados.....	347

8. APÊNDICES E ANEXOS.....	348
8.1 Organograma.....	348
8.2 Demonstrações Contábeis.....	350
8.3 Relatório Anual de Atividades da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.....	363
9. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	385
9.1 Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	385
9.2 Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 Quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.....	387
9.3 Declaração Sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.....	389
9.4 Declaração do Contador Sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis do SIAFI.....	395



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

APRESENTAÇÃO

No exercício de 2015 a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região foi exercida pelo Excelentíssimo Desembargador do Trabalho Lorival Ferreira dos Santos, com a assessoria dos Juízes Auxiliares, Dr. Levi Rosa Tomé, Dr. Jorge Luiz Costa, até 12 de novembro de 2015, e Dr. Firmino Alves Lima, a partir de 2 de dezembro de 2015, do Secretário-Geral da Presidência, Evandro Luiz Michelin, e do Diretor-Geral, Paulo Eduardo de Almeida.

O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com o trabalho de 426 magistrados, de 1ª e 2ª instâncias, e de mais de 3.500 servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2015: 103.680 processos julgados em segundo grau e 280.852 em primeiro grau (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

O exercício de 2015 foi marcado pelo significativo contingenciamento orçamentário imposto pelo Poder Executivo, com reflexos em ações de capacitação e desenvolvimento e modernizações de instalações, dentre outras dependentes de recursos financeiros para sua execução.

Nesse sentido, diante do anunciado contingenciamento para o exercício de 2016, foram adotadas medidas severas de redução de despesas que refletirão, indubitavelmente, no resultado esperado para o presente exercício.

Portanto, aspectos orçamentários constituíram – e constituem – a principal dificuldade encontrada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para a realização de seus objetivos no presente exercício e naquele que o precedeu, objeto destas Contas.

O relatório que segue informa as bases gerenciais para as principais realizações de 2015, contendo os seguintes itens:

1. Visão Geral da Unidade;
2. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional;
3. Governança;
4. Relacionamento com a Sociedade;
5. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
6. Áreas Especiais da Gestão;
7. Conformidade da Gestão e Demandas;
8. Apêndices e Anexos;
9. Declarações de Integridade.

O documento foi elaborado considerando a Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa-TCU n.º 146, de 30 de setembro de 2015, além da Portaria-TCU n.º 321, de 30 de novembro de 2015.

O conteúdo, os requisitos do arquivo eletrônico, a estrutura do relatório de gestão e sua apresentação gráfica foram feitos de acordo com o Anexo II da precitada Decisão Normativa-TCU



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

nº 146/2015, observando as orientações do Anexo Único da Portaria-TCU n.º 321/2015, bem como o Sistema e-Contas do Tribunal de Contas da União.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

Criado pela Lei Federal nº 7.520/1986, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem como finalidade a realização da justiça (missão do Poder Judiciário) no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania (missão da Justiça do Trabalho) no âmbito da sua jurisdição.

Tem por missão solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento.

Constitucionalmente, compete ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – TRT da 15ª Região – processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; as ações que envolvam exercício do direito de greve; as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, alínea “o”, da Constituição Federal; as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, inc. I, alínea “a”, e inciso II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; bem como outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei, na área abrangida por sua jurisdição, nos termos do art. 1º, §2º, da Lei Federal nº 7.520/1986.

A visão de futuro do Tribunal consiste em trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção).

Tem como Atributos de Valor para a Sociedade a celeridade, a qualidade, a efetividade, a ética, a transparência, a acessibilidade, a valorização das pessoas, a responsabilidade social e a inovação.



1.2 Ambiente de Atuação

No intuito de realizar sua missão, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região vem promovendo ações estratégicas vinculadas aos temas de celeridade e eficiência operacionais (para assegurar a razoável duração do processo, aprimorar os serviços prestados, padronizar os procedimentos de trabalho e otimizar a utilização de recursos orçamentários e financeiros), acesso à Justiça e efetividade (para aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão e conferir efetividade à prestação jurisdicional), atuação institucional (para melhorar a comunicação interna e externa, fortalecer a imagem institucional e ampliar as relações com outras instituições), responsabilidade social e ambiental (promovendo ações nesse sentido), infraestrutura (para melhorar continuamente a infraestrutura física e material, inclusive de TIC), orçamento (para garantir o melhor uso aos recursos orçamentários), clima e qualidade de vida (promoção da melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas, especialmente dos jurisdicionados, e a do clima organizacional), gestão de pessoas (política de gestão por competências e desenvolvimento de ações de promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores) e tecnologia da informação e comunicação (para garantir a disponibilidade dos sistemas e o apoio técnico necessário à sua efetiva utilização).

A gestão do Tribunal está normatizada pelo Regimento Interno, aprovado na Sessão Administrativa do Tribunal Pleno realizada em 24 de outubro de 2002 e publicado em 29 de outubro de 2002, no Diário Oficial do Estado, e suas alterações posteriores, bem como pelo Regulamento Geral de Secretaria – Resolução Administrativa nº 10/2012, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 08/10/2012, e suas alterações posteriores, dentre outras normas.

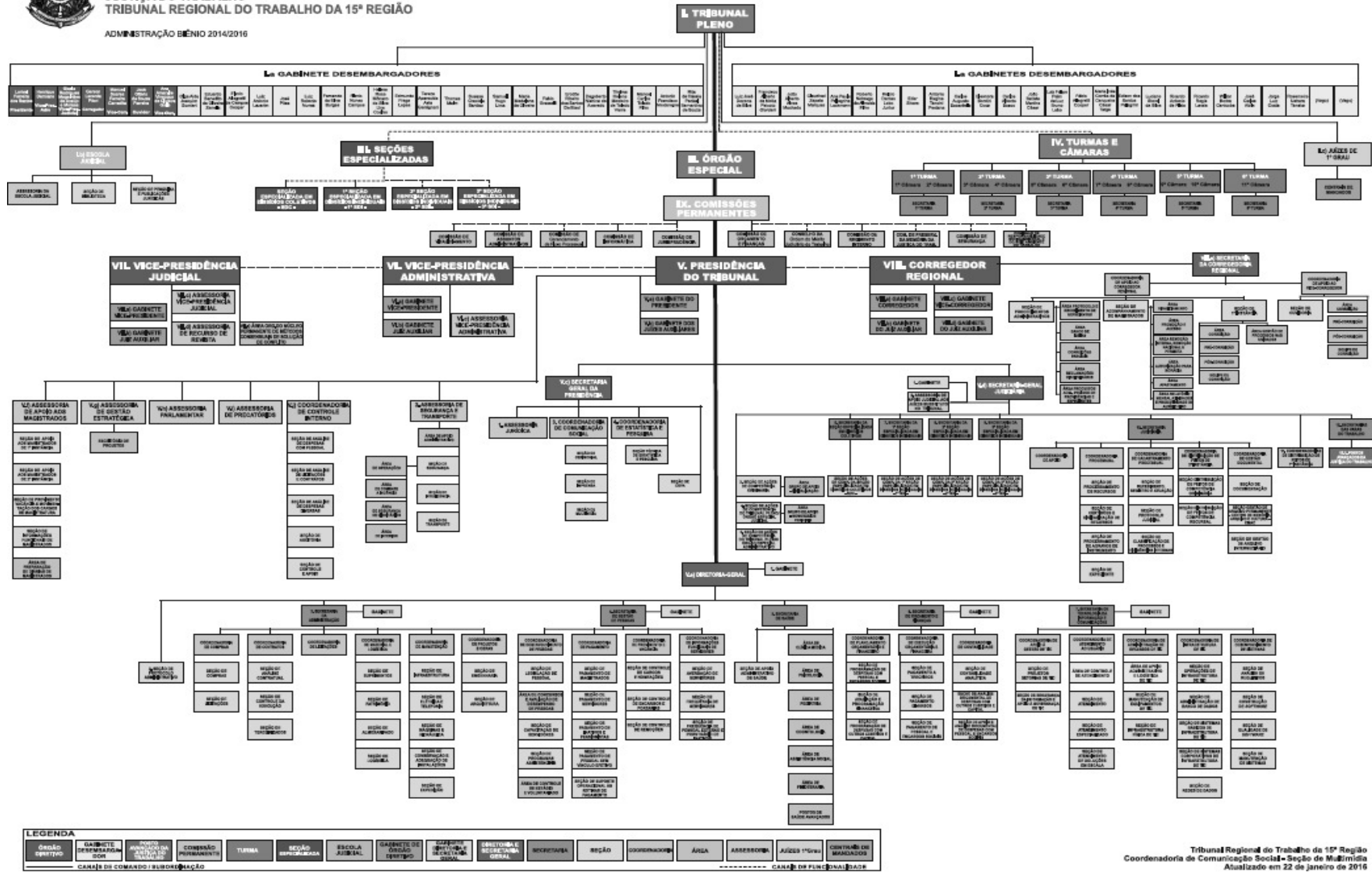
O TRT da 15ª Região exerce jurisdição sobre uma área de 599 municípios do Estado de São Paulo, por intermédio de 153 Varas da Justiça do Trabalho e 10 Postos Avançados, contando com o trabalho de 426 magistrados, de 1ª e 2ª instâncias, e de mais de 3.500 servidores, responsáveis pelos resultados alcançados em 2015: 103.680 processos julgados em segundo grau e 280.852 em primeiro grau (conforme dados consolidados pela Estatística do Tribunal Superior do Trabalho).

1.3 Organograma



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**
ADMINISTRAÇÃO BIÊNIO 2014/2016

ORGANOGRAMA - TRT 15ª REGIÃO



LEGENDA	
	ÓRGÃO ESPIRITO
	GABINETE DESEMBARGADOR
	PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA DO TRABALHO
	COMISSÃO PERMANENTE
	TURMA
	SEÇÃO ESPECIALIZADA
	SEÇÃO JUDICIAL
	GABINETE DE VICE-PRESIDENTE
	SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DIREITO DO TRABALHO
	SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
	SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DIREITO CONSTITUCIONAL
	SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DIREITO ADMINISTRATIVO
	SECRETARIA
	SEÇÃO
	COORDENADORIA
	ÁREA
	ASSERDORA
	AJES DE TRIBUNAL
	CONTROLE DE INTERIORES

----- CANAL DE FUNCIONALIDADE

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Tribunal Pleno	Órgão máximo do Tribunal, com competências em matéria judiciária e em matéria administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal	Desembargador do Trabalho	2015
Órgão Especial	Possui competências em matéria judiciária e em matéria administrativa, definidas no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região ou delegadas pelo Tribunal Pleno	O Órgão Especial é composto pelo Presidente do Tribunal, além de 12 (doze) Desembargadores mais antigos e de 12 (doze) Desembargadores eleitos	Desembargador do Trabalho	2015
Presidência	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matéria judiciária e em matéria administrativa, destacando-se (i) superintender o serviço judiciário e administrativo; (ii) dirigir os trabalhos do Tribunal; (iii) convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, propondo e submetendo as questões a julgamento, apurando os votos, proferindo voto de desempate e de qualidade, nos casos previstos no Regimento e proclamando as decisões; (iv) representar o Tribunal nas solenidades, atos oficiais, seminários e congressos; (v) baixar atos normativos da sua competência e fixar critérios gerais em matéria de administração financeira, autorizando a realização de despesas e seus pagamentos; (vi) elaborar e submeter ao Tribunal Pleno projetos de lei para posterior encaminhamento ao Poder ou Órgão competentes.	Desembargador Lorival Ferreira dos Santos	Presidente do Tribunal	2015
Vice- Presidência Administrativa	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matéria judiciária e em matéria administrativa, destacando-se: (i) substituir o Presidente no caso de férias, licenças e nos impedimentos ou nas ausências ocasionais; (ii) atuar como Relator nos recursos administrativos dirigidos ao Tribunal Pleno e ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões sejam da competência privativa dos Colegiados, (iii) presidir a 3ª Seção de Dissídios Individuais; (iv) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.	Desembargador Henrique Damiano	Vice-Presidente Administrativo do Tribunal	2015

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Vice- Presidência Judicial	Órgão da Administração do Tribunal, possui competências em matéria judiciária, destacando-se: (i) decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e homologações de acordos, nos períodos de recesso do Tribunal, bem como quando os processos já tiverem sido julgados ou não tiverem sido ainda distribuídos; (ii) despachar os recursos de revista interpostos das decisões das Câmaras, bem como os recursos interpostos de acórdãos das Seções Especializadas e do Tribunal Pleno e os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório do seguimento desses recursos; (iii) exercer outras atribuições que, de comum acordo, lhe forem delegadas pelo Presidente ou que lhe tenham sido designadas pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial.	Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes	Vice-Presidente Judicial do Tribunal	2015
Corregedoria Regional	Órgãos da Administração do Tribunal, compete à Corregedoria, integrada pelo Desembargador Corregedor Regional e pelo Desembargador Vice-Corregedor Regional, exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos Juízes de primeiro grau e respectivos órgãos e serviços judiciários.	Desembargador Gerson Lacerda Pistori	Corregedor Regional do Tribunal	2015
Vice Corregedoria Regional		Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita	Vice-Corregedor Regional do Tribunal	2015
Escola Judicial	Órgão da Administração do Tribunal, constituem finalidades da Escola a promoção da formação de magistrados, servidores e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e a promoção e divulgação de estudos, tendo em vista a ampliação do acesso, a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional.	Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani	Desembargador Diretor da Escola Judicial	2015
Vice-Diretoria da Escola Judicial		Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho	Desembargador Vice-Diretor da Escola Judicial	2015
Ouvidoria	Órgão independente da administração da justiça, alicerçada nos princípios constitucionais da eficiência e da participação do cidadão na Administração Pública, tem como objetivos o aperfeiçoamento e a transparência dos serviços prestados por este Tribunal.	Desembargador José Otávio de Souza Ferreira	Ouvidor do Tribunal	2015

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Secretaria-Geral da Presidência	Destacam-se as seguintes competências: (i) manter atualizados os arquivos de normas emitidas pela Presidência; (ii) preparar o expediente, a representação e as audiências do Presidente; (iii) executar quaisquer outros procedimentos de apoio à Presidência; (iv) gerir a Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa.	Evandro Luiz Michelin	Secretário-Geral da Presidência	2015
Secretaria-Geral Judiciária	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar a execução dos serviços judiciários do Tribunal.	Edmilson Santos de Miranda	Secretário-Geral Judiciário	2015
Diretoria-Geral	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, dirigir, controlar, supervisionar e divulgar todas as atividades administrativas do Tribunal, em conformidade com as deliberações da Presidência, bem como gerir as Secretarias da Administração, de Saúde, de Gestão de Pessoas, de Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e Comunicações.	Paulo Eduardo de Almeida	Diretor-Geral	2015
Secretaria de Gestão de Pessoas	Destaca-se a competência de gerenciamento do pessoal, zelando pela aplicação da lei e pelo aprimoramento da integração do servidor na estrutura organizacional.	Gustavo Fachim	Secretário de Gestão de Pessoas	2015
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades técnicas relacionadas aos sistemas informatizados, assim como a guarda das bases de dados, especificação e manutenção de equipamentos, bem como da infraestrutura necessária de tecnologia da informação e comunicações.	Herbert Wittmann	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações	2015
Secretaria da Administração	Destacam-se as competências de planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades pertinentes à administração das Coordenadorias de Compras, Contratos, Licitações, Material e Logística, Manutenção e Projetos e Obras.	Adriana Martorano Amaral Corchetti	Secretário da Administração	2015

QUADRO 1 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

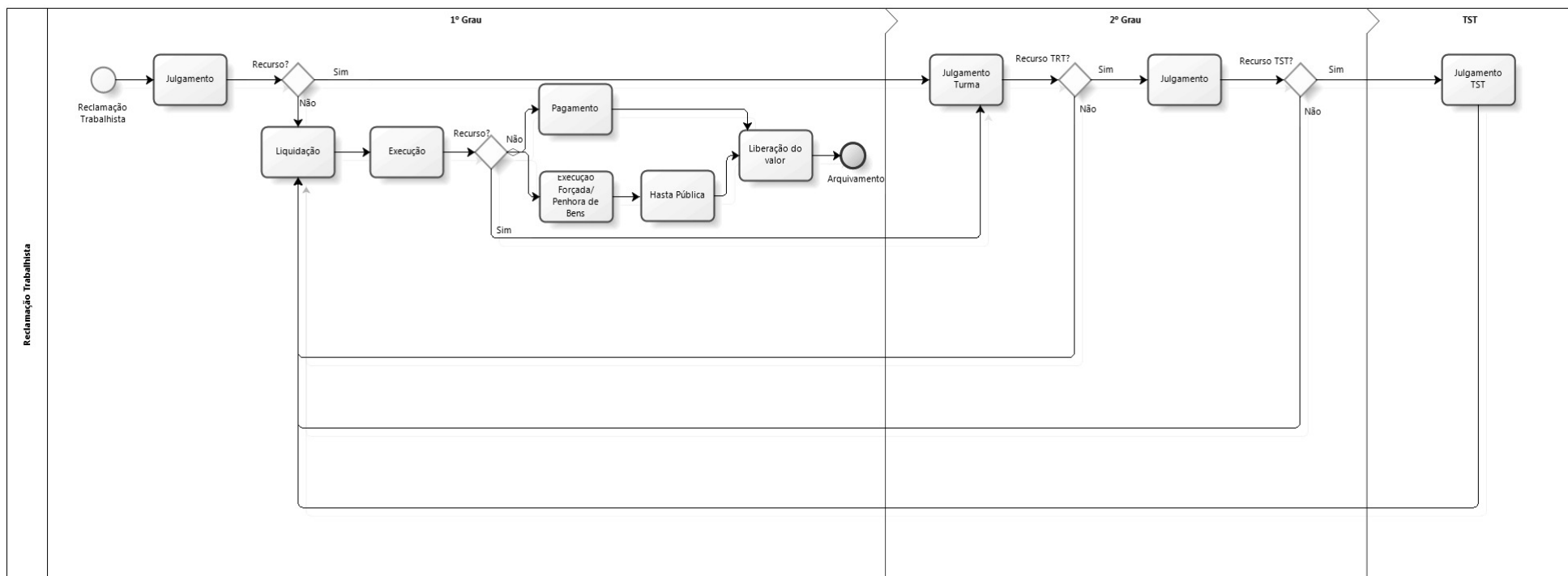
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação (no exercício)
Assessoria de Gestão Estratégica	Destacam-se as competências de (i) assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal; (ii) monitorar variáveis estratégicas; (iii) acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas; (iv) acompanhar a execução das ações estratégicas; (v) elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia; (vi) padronizar procedimentos; (vi) analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional.	Aurete Nicolodi Zurdo	Assessor de Gestão Estratégica	2015

Fonte: Diretoria-Geral

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O macroprocesso finalístico observa o fluxograma descrito no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 2 – FLUXOGRAMA – MACROPROCESSO FINALÍSTICO



Fonte: Corregedoria Regional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Denominação: RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Descrição: é o meio utilizado pelo empregado ou empregador para reparar um prejuízo decorrente da relação de trabalho.

Basicamente é composto por três fases: conhecimento, liquidação e execução.

Conhecimento: Acordo ou reconhecimento do direito por sentença transitada em julgado.

Liquidação: fase intermediária para liquidez da sentença ou apuração do “quantum debeatur”.

Execução: fase em que se impõe o cumprimento do direito reconhecido em sentença; cobrança forçada feita a devedores para garantir o pagamento de direitos.

Finalidade principal: satisfação do direito do jurisdicionado.

Unidades diretamente envolvidas: Varas do Trabalho (1º grau) e TRT/Gabinetes dos Desembargadores/Turmas (2º grau – recursos)

Contribuem externamente para execução do macroprocesso: Ordem dos Advogados do Brasil, Bancos Oficiais (guarda dos depósitos judiciais), peritos (médicos, engenheiros, contadores), leiloeiros judiciais (alienação de bens em hasta pública), convênios diversos (Bacenjud, CCS, Infojud, SIMBA, ARISP, RENAJUD, dentre outros).



2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

A) Plano Estratégico Institucional

Durante o exercício de 2014, este Tribunal elaborou um novo plano estratégico, tendo em vista o encerramento do lapso temporal previsto para o plano anterior (2010/2014). A metodologia utilizada continuou sendo o Balanced Scorecard – BSC, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sendo o método baseado na sugestão de roteiro passo a passo da implantação da gestão estratégica, daquele Conselho.

A Presidência decidiu pela criação de um Núcleo de Elaboração do Plano Estratégico composto por todos os juízes auxiliares da Administração, representantes da AMATRA XV, Sindiquinze, o Secretário-Geral da Presidência e a Diretora Geral (Portaria GP nº 67/2013, alterada pelas Portarias 71 e 76/2013). O objetivo da criação do Núcleo foi subsidiar o processo decisório da Administração na elaboração do referido Plano, conforme princípios profissionais, técnicos e éticos.

O Núcleo reuniu-se mensalmente, no Gabinete da Presidência, definindo o método, o cronograma de atividades e decidindo, dentre as propostas trazidas pelos Fóruns Circunscricionais (das oito circunscrições deste Regional Trabalhista), cada um dos itens técnicos que compõem o Plano Estratégico, a saber: missão, visão de futuro, atributos de valor para a sociedade, objetivos, indicadores e metas estratégicas, além das iniciativas estratégicas, definidas entre ações e projetos.

Para facilitar a evolução do trabalho, foi disponibilizado, na modalidade à distância, um curso de formação de colaboradores para a participação nos Fóruns Circunscricionais. Foram realizadas três rodadas de eventos em cada cidade-sede, totalizando 24 fóruns. Os grupos reunidos eram formados por magistrados, servidores, procuradores do trabalho, advogados e representantes das entidades sindicais das regiões que debatiam e criavam consenso acerca de propostas para os itens técnicos do plano, tendo por subsídios decisórios os insumos dos ativos de processos organizacionais (plano estratégico anterior, diretrizes nacionais, legislação, regulamentos, etc.), as análises de ambiente externo (PESTAL) e ambiente interno (cadeia de valor), sendo ainda levadas em consideração as ameaças, oportunidades e tendências de curto, médio e longo prazo, bem como os pontos fortes e fracos do Tribunal.

Diante das propostas, o Núcleo sugeriu a validação da missão e visão de futuro, bem como a escolha dos atributos de valor para a Sociedade por intermédio da pesquisa de confiança e satisfação (externa) e clima organizacional (interna), realizadas nos meses de abril e maio. O resultado da consulta, validou a missão e visão de futuro com índices de concordância de 90,7% e 97,2%, respectivamente, que confirmam a convergência da construção técnica com a realidade das unidades da 15ª Região e das necessidades dos jurisdicionados.

Com relação aos objetivos estratégicos, cabe destacar que a maioria dos objetivos propostos livremente pelos participantes dos Fóruns Circunscricionais não se tratava de objetivo, mas de iniciativas (ações) necessárias ao alcance dos objetivos. Por outro lado, quando citadas pelos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

participantes, revelavam necessidades deste Tribunal. Assim sendo, considerando que a última rodada de eventos nas circunscrições tinha por objetivo a coleta de tais insumos, inclusive, o material foi aproveitado.

Deste modo, o Núcleo, sempre a partir das propostas colhidas nos fóruns, acolheu os seguintes objetivos estratégicos:

Perspectiva de processos internos

- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa;
- Aprimorar a prestação jurisdicional;
- Aperfeiçoar as relações institucionais;
- Otimizar os processos de trabalho.

Perspectiva de recursos

- Adequar constantemente as instalações físicas;
- Ampliar o modelo participativo de gestão administrativa;
- Aprimorar os serviços de TIC;
- Capacitar servidores e magistrados;
- Distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos;
- Modernizar os recursos de TIC;
- Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho.

Na Reunião Preparatória do VIII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrida no período de 26 e 27 de março, o Conselho Nacional de Justiça noticiou os macrodesafios nacionais já definidos e do compulsório estabelecimento de indicadores e metas relacionados a eles. Este modo, entendeu o Núcleo que, sendo convergentes, este Tribunal deveria seguir os indicadores e metas fixados nacionalmente, como forma de canalizar os esforços da instituição na apuração daquela meta nacional, não prescindindo da execução de iniciativas elaboradas por este Tribunal, exatamente para atender as peculiaridades regionais.

Confirmando o entendimento deste Tribunal relacionado à execução da estratégia, em 1º de julho, o CNJ editou a Resolução nº 198/2014 que determinou, em seu art. 3º, que a estratégia do Poder Judiciário, até 2020, poderá ser desdobrada e alinhada por segmento de justiça e obrigatoriamente deverá ser desdobrada e alinhada por órgão do Judiciário.

Determinou ainda, no art. 4º, que os órgãos do Judiciário deverão ter seus planos com abrangência mínima de 6 (seis) anos, observar o conteúdo temático dos macrodesafios estabelecido no Plano Nacional, contemplando as metas nacionais, bem como as iniciativas estratégicas nacionais.

Além disso, aquela regulamentação garante a participação efetiva de magistrados de primeiro e segundo graus, serventuários e demais integrantes do sistema judiciário e de entidades de classe, na elaboração de seus planejamentos estratégicos, bem como a contribuição da sociedade, conforme disposto no art. 6º.

Deste modo, repise-se, restou chancelada a legitimidade técnica da forma de elaboração do plano estratégico institucional deste Tribunal, que atendeu com consonância aos ditames nacionais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No mês de junho, os fóruns realizados tiveram o intuito de construção das propostas de indicadores e metas, bem como a validação daquelas iniciativas estratégicas já apresentadas e proposição de novas. O resultado está apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 3 –PROPOSTAS DE INDICADORES E METAS – CONSOLIDADO

Objetivos	Indicadores
Aprimorar a prestação jurisdicional	Indicadores de acordo com o Plano Estratégico do Poder Judiciário (macrodesafios)
Distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos	
Capacitar servidores e magistrados	
Modernizar os recursos de TIC	
Aprimorar os serviços de TIC	
Aperfeiçoar as relações institucionais	Número de iniciativas compartilhadas com outros órgãos
Otimizar os processos de trabalho	Índice de implantação do Projeto de Revisão dos Processos de Trabalho
Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Índice de aprovação da comunicação institucional
Ampliar o modelo participativo de gestão administrativa	Índice de participação de membros da 1ª instância em reuniões de decisão administrativa
Adequar constantemente as instalações físicas	Índice de manutenção preventiva realizada
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho	Índice de absenteísmo Índice de entendimento de qualidade de vida no trabalho

Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Além dos indicadores vinculados aos objetivos, o Núcleo estabeleceu as propostas de percentuais e quantitativos das metas a serem alcançadas para a consecução dos objetivos estratégicos e da visão de futuro.

Metas da Visão de Futuro

- Alcançar 75% de satisfação interna;
- Alcançar 75% de satisfação externa;
- Alcançar 75% de aprovação da qualidade dos serviços prestados;
- Reduzir para 10 anos o tempo de utilização do mobiliário;
- Reduzir para 5 anos o tempo de utilização de equipamentos;
- Executar 10 iniciativas por ano, vinculadas às ações do pacto global.

Metas institucionais



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Meta 1 – Ampliar para 20 o número de iniciativas compartilhadas entre órgãos até 2020;
- Meta 2 – Implementar 99% do projeto de revisão dos processos de trabalho até 2020;
- Meta 3 – Alcançar 75% de aprovação com a comunicação institucional até 2020;
- Meta 4 – Aumentar para 99% a participação de membros da 1ª instância em reuniões de decisão administrativa;
- Meta 5 – Alcançar 99% de unidades com manutenção preventiva anual realizada;
- Meta 6 – Manter o índice de absenteísmo dentro dos níveis considerados aceitáveis pela OIT;
- Meta 7 – Alcançar 80% de entendimento de qualidade de vida no trabalho.

O Plano Estratégico Institucional 2015/2020 foi aprovado pelo E. Tribunal Pleno deste Tribunal na Sessão Administrativa de 13/11/2014 e está disponível no link: <https://portal.trt15.jus.br/documents/10157/30090/Plano+Estrat%C3%A9gico/a8f87435-939f-42db-bae9-3a54a82f59dd>

B) Plano Tático Administrativo

Considerando a importância de ações estruturantes no Plano Estratégico Institucional, as áreas administrativas foram incentivadas pela Diretoria-Geral a apresentar seus planos, bem como a citada Diretoria, em desdobramento ao plano estratégico institucional.

Cabe destacar que este trabalho foi também resultado da observação do Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 0876/1999, a qual dispõe que *“para que o planejado possa efetivamente ser colocado em prática, é necessário que sejam feitos os devidos desdobramentos até o nível operacional”*, atendendo também às recomendações da Corte de Contas para que os órgãos federais aperfeiçoem *“seu planejamento estratégico, incluindo para as diversas unidades do órgão plano em metas específicas de curto e médio prazos que organizem as estratégias, as ações, os prazos, os recursos financeiros, humanos e materiais, a fim de minimizar a possibilidade de desperdício de recursos públicos e de prejuízo ao cumprimento dos objetivos institucionais do órgão”* (Acórdão nº 525/2008 – Segunda Câmara), bem como o saneamento de *“falhas do processo de planejamento estratégico institucional”* para providenciar o *“desdobramento em planos de ação para as diversas áreas do órgão”* (Acórdão 381/2011 – Plenário).

Cabe fazer exceção a área administrativa da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação que apresentou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) em processo apartado, ainda não analisado pelo E. Tribunal Pleno, tendo em vista as necessidades de atualização trazidas pela publicação das Resoluções CNJ nº 211/2015 e CSJT nº 158/2015, as quais determinaram o alinhamento, fazendo com que o processo de aprovação tenha sido suspenso.

O formato utilizado pela Diretoria-Geral e Secretarias vinculadas é aquele preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça, aplicada a metodologia do Balanced Scorecard, visto que se estrutura em mapa estratégico e indicadores e metas vinculados aos objetivos definidos no mapa, os quais observam os diferentes aspectos do desempenho da Diretoria e das Secretarias e não exclusivamente a entrega dos serviços, características mais marcantes da metodologia escolhida.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os planos foram aprovados pelo Órgão Especial deste Tribunal na Sessão Administrativa de 16/11/2015 e estão disponíveis no link: <http://portal.trt15.jus.br/planos-administrativos>.

C) Plano Tático Judicial

Restou definido, por entendimento da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, que o desdobramento da estratégia institucional ocorreria por intermédio do Mapeamento Global de Desempenho – MGD.

Instituído pela Portaria CR Nº 17/2014, o Mapeamento Global de Desempenho (MGD) foi uma iniciativa da Corregedoria Regional, cuja implementação foi aprovada pelo Órgão Especial, na sessão administrativa de 21 de março de 2013. Por definição, o MGD é “um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores diretos e indiretos o índice de desempenho da atividade judiciária dos órgãos de primeiro grau pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho” (art. 1º da Portaria CR Nº 17/2014). Municiado com dados do sistema de correção eletrônica (e-Correição), o MGD permite aos gestores diretos e indiretos aferir o desempenho das unidades de primeira instância.

Por meio do índice de desempenho da atividade judiciária – que é calculado com base na média comparativa de resultados, considerada a força de trabalho – se identificam os pontos fortes e fracos de cada unidade, com vista à tomada de providências focada nas causas de maior influência para um desempenho aquém da média. Rapidamente, o MGD consolidou-se como importante instrumento de gestão, capaz de conferir efetividade às decisões e ações adotadas para melhor administração das Varas do Trabalho.

Para efetuar os cálculos, o MGD compõe-se de quatro módulos específicos, a saber: a) o agrupamento das unidades, de acordo com a média da movimentação processual; b) variáveis comparáveis, isto é, aquelas que podem ser medidas mediante comparação das unidades que compõem o mesmo grupo; c) variáveis absolutas, que medem as taxas de congestionamento; e d) a força de trabalho, que representa a mão de obra disponível.

2.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

As informações acerca dos Objetivos Estratégicos faz parte do item 2.1 Planejamento Organizacional.

No tocante a Programas Temáticos que estejam na responsabilidade da UPC, no exercício 2015 tal informação não se aplica ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.



2.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A) Plano Estratégico Institucional:

Em execução.

No ano de 2015 foi implantado o Projeto “Na Escuta” com característica multidisciplinar visando especialmente à melhoria da comunicação interna e externa do Tribunal. Dentre as diversas atividades vinculadas a esse projeto, podemos citar:

- a otimização da linguagem utilizada na página eletrônica e o layout, com início em janeiro de 2015 e previsão de encerramento em setembro de 2016;
- a criação e execução de um plano de comunicação para o público interno e externo que também teve início no mesmo período da ação anterior, porém com término previsto para março de 2017;
- a ampliação da transparência e clareza na comunicação da direção do Tribunal com o público interno e a melhoria da transparência da comunicação horizontal internamente foram adotadas desde o início do projeto como ações perenes;
- a reestruturação da gestão de informação, atendendo a critérios de transparência, clareza, simplicidade, acessibilidade e a viabilização do acesso à justiça por intermédio da comunicação telefônica e eletrônica, com ênfase na 1ª instância foram desenvolvidas no período de janeiro a junho de 2015;
- o fortalecimento do núcleo de cooperação judiciária e a criação de busca inteligente de normas internas passaram a ser executadas a contar de julho de 2015, sendo o término da primeira ação previsto para março de 2016 e o segundo para dezembro de 2015;
- a criação de pesquisa de satisfação do usuário externo, vinculada a consulta processual foi desenvolvida no período de julho a setembro de 2015;
- a criação da ferramenta de acompanhamento de demandas administrativas foi executada de outubro a dezembro de 2015.

Outro projeto estabelecido em janeiro de 2015 (já citado por ocasião da análise da meta) é a “Revisão dos Processos de Trabalho” que tem como objetivo a otimização da força de trabalho das unidades judiciais e administrativas. Tal projeto permitiu a esse Regional as seguintes ações:

- a disseminação das boas práticas de gestão que ocorreu de janeiro a junho/2015;
- o aprimoramento do planejamento operacional das unidades, sendo adotada como ação perene desde o início do referido projeto;
- a automatização dos processos de trabalho no período com início em janeiro/2015 e término previsto para dezembro/2016.

Por sua vez o Projeto “Voltando à escola”, criado em janeiro/2015, visa o incremento das ações de capacitação, desempenhando como prática perene a execução de plano de capacitação participativo, o desenvolvimento de competências técnicas em recursos eletrônicos, PJe, processual, sucessório, etc e atitudinais diversas.

Finalmente, o Projeto “Gestão Documental”, executado a contar de julho de 2015, destina-se à estabilização do acervo, com preservação da memória deste Tribunal. Dessa forma, foi realizada a promoção de campanhas de divulgação do Centro de Memória/Gestão Documental no período de julho a dezembro/2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

B) Plano Tático Administrativo

Levantamento das linhas de base e estruturação na metodologia do PMI para os projetos estratégicos necessários à execução.

C) Plano Tático Judicial

Em execução. Os resultados aferidos pelo MGD tem originado as iniciativas do grupo multidisciplinar, apoio15 e e-apoio.

A Equipe Multidisciplinar foi instituída pelo art. 16 da Portaria CR Nº 17/2014, para fins de supervisionar a gestão na primeira instância. A equipe é coordenada pela Secretaria da Corregedoria Regional e contava, originalmente, com a colaboração de representantes da Assessoria de Gestão Estratégica, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Saúde. Ao longo de 2015, passou a contar também com o apoio da Diretoria Geral, da Secretaria Administrativa e da Secretaria Judicial, no que concerne à gestão documental.

A finalidade da atuação da equipe é acompanhar e assessorar as unidades de primeira instância cujo índice geral no MGD tenha sido considerado insatisfatório, oferecendo suporte para reverter a situação. Para tanto, foi estabelecido como critério a distância detectada entre os índices da unidade e a média de seu respectivo grupo de fluxo processual. Após seleção, as unidades passam a ser observadas pela Equipe Multidisciplinar, mediante atuação de processo administrativo sob a classe de Pedido de Providências. Durante as atividades desenvolvidas pela Equipe, é realizada uma constante aferição dos índices de desempenho da unidade.

O assessoramento das unidades de primeira instância, por parte da Equipe Multidisciplinar, visa contextualizar a dinâmica de processos de trabalho de modo a abranger diversas áreas do comportamento. Seu escopo de competências compreende: a) a sensibilização da direção da unidade, o envolvimento da equipe, e a valorização dos servidores; b) a constatação da realidade local, aferida em reuniões com a equipe ou individuais; c) intervenção psicossocial, a fim de promover um bom clima organizacional e qualidade de vida no trabalho; d) intervenções pontuais na gestão de processos de trabalho, processos judiciais e de pessoas; e e) o planejamento e desenvolvimento de ações estratégicas.

O foco da Corregedoria Regional é o processo de trabalho, consoante recente normatização visando a uniformização de procedimentos, sobretudo no âmbito do PJe e dos procedimentos executórios. Assim, são realizadas orientações pontuais na gestão de processos de trabalho, do processo judicial, do conhecimento e de pessoas. Nesse sentido, a Escola Judicial oferece todo o suporte necessário à gestão de conhecimentos da instituição, transformando a normatização em cursos presenciais e à distância.

A Assessoria de Gestão Estratégica, por sua vez, se encarrega do planejamento e desenvolvimento de ações estratégicas, principalmente da organização e distribuição das tarefas pelo método 5W1H e instrumentalizando a atividade dinâmica do gestor por meio do ciclo PDCA, que facilita e estimula a revisão e adaptação do planejamento durante sua execução. A gestão de pessoas ocorre de duas formas: a difusa, representada pelos encontros presenciais; ou a direta, com atendimento dos setores, quais sejam, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Saúde.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Uma vez identificados os obstáculos que impedem a produtividade na média do grupo, é proposto pela Corregedoria um Pacto de Gestão e Alinhamento (PGA), que prevê a adoção de novas técnicas procedimentais e comportamentais na gestão da unidade. Após as ações, poderá haver atuação da Equipe de Apoio, com vistas a suprir aumento sazonal no serviço, assim como para eliminar acervo.

No início de 2015, foram selecionadas para acompanhamento as seguintes unidades: 4ª e 7ª Varas do Trabalho de Campinas; VT de Hortolândia; VT de Itatiba; 2ª VT de Jaú; 2ª VT de Jundiaí, VT de Porto Ferreira; 1ª VT de São Carlos; 3ª VT de Sorocaba e 2ª VT de Taubaté, num total de 10 (dez). Foram ainda incluídas, ao longo do ano, as seguintes unidades: VT de Barretos, VT de Mogi Mirim, 2ª VT de Marília, VT de Jales e VT de Itanhaém.

Na esteira das atividades desenvolvidas na coordenação da Equipe Multidisciplinar, a Corregedoria Regional deu início ao projeto Apoia 15, também voltado ao assessoramento das unidades de primeira instância. Foram, a princípio, feitas reuniões com os Magistrados e com os trios gerenciais (Diretores de Secretaria e seus dois substitutos) das Varas do Trabalho selecionadas para acompanhamento, dentre aquelas nas quais foi identificada necessidade de atuação customizada.

Nestas reuniões, foram abordados os problemas de gestão e governança identificados nas visitas institucionais às unidades, pela Corregedoria Regional, pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Gestão de Pessoas. Foram ainda oferecidos, aos gestores locais, instrumentos para melhor administração das unidades, por parte dos setores envolvidos, que compareceram às reuniões e proferiram palestras.

A participação da Corregedoria deu ênfase ao alinhamento de procedimentos e à orientação quanto à gestão processual. Foram oferecidos os fundamentos para a análise dos dados do MGD, permitindo aos presentes a oportunidade de diagnosticar a situação de sua unidade de origem a partir dos dados disponíveis. Além disso, métodos eficazes de gestão processual também foram abordados, com ênfase na utilização apropriada de funcionalidades do Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau (SAP-1g) e do Processo Judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Após a participação na reunião, foi concedido prazo às unidades para a elaboração de um Plano de Ação, a ser remetido para análise e homologação pela Corregedoria Regional, tendo em vista a eliminação do passivo. Os planos de ação devem conter um levantamento do passivo, considerando aqueles processos que não tiveram tramitação efetiva nos últimos 30 dias, anteriormente ao dia de corte da extração dos dados. Após esse levantamento, com a aplicação do método 5W2H, deve ser elaborado um plano que leve em conta as atividades com pendências, uma estimativa do tempo necessário para seu saneamento e os procedimentos a serem adotados.

Em dezembro de 2015, 26 (vinte e seis) planos de ação já haviam sido encaminhados à aprovação da Corregedoria, que ratificou até o momento um total de 5 (cinco). A homologação dos planos de ação é, então, realizada em cerimônia, contando com a participação da Corregedoria Regional, da Ouvidoria, do Juiz Titular e do Diretor de cada unidade, bem como de um representante da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Na ocasião, deverá ser firmado o Pacto de Gestão e Alinhamento previsto pelo Provimento GP-CR nº 17/2014.

As ações a serem desenvolvidas para o efetivo cumprimento do plano de ação e do atingimento de suas metas serão acompanhadas pela Corregedoria, durante o prazo pactuado para término da solução do passivo (definido pelos processos sem andamento efetivo por mais de 30 dias). Ao longo desse período, o plano de ação deverá ser revisado, de acordo com a aferição de resultados, com a direta aplicação dos princípios do método PDCA. A unidade deverá, ainda, disponibilizar mês a mês o resultado de suas ações, por meio de cartaz amplamente visível ao público externo e interno.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Além disso, as unidades cujos índices demonstraram sobrecarga de trabalhos receberam auxílio, orientado pela Corregedoria, com a atuação das Equipes de Apoio. Normatizadas pelo Provimento GP-CR N° 03/2013, que determinou sua criação, atribuições e estrutura mínima de funcionamento, a Equipe de Apoio funciona sob a orientação do Desembargador Corregedor Regional.

Dentre as iniciativas tomadas em 2015 para a consolidação da Equipe de Apoio, destaca-se o provimento de servidores para atuação presencial em unidades cujo passivo legado era expressivo. A Presidência do Tribunal, em apoio à iniciativa, destacou 4 (quatro) funções comissionadas (FC-04) para atender à Equipe de Apoio. A Corregedoria, por sua vez, destacou um FC-04 para o e-Apoio, realizado à distância.

O trabalho da Equipe de Apoio físico consistiu em realizar visitas presenciais às unidades que estão sendo acompanhados para Equipe Multidisciplinar, para identificar aspectos da gestão de processos de trabalho e de processos judiciais que impactam negativamente na prestação jurisdicional. A Equipe também presta auxílio à unidade, oferecendo auxílio para a elaboração de Plano de Ação e propondo soluções de gestão que estejam alinhadas com as orientações da Corregedoria.

Se identificada sobrecarga de trabalho nas unidades em acompanhamento, caracterizada pela comprovada incapacidade da força de trabalho local em dar prosseguimento normal aos trâmites processuais, as Equipes de Apoio também prestam auxílio nos trabalhos de rotina da unidade. O prazo para a realização desses trabalhos, conforme o Provimento GP-CR N° 03/2013, é de no máximo 15 (quinze) dias.

Com relação à iniciativa da Corregedoria Regional, o projeto Trabalho Solidário consiste na cessão de horas de trabalho, por parte de unidades com bom índice de desempenho, para auxiliar no trabalho nas unidades com acúmulo de passivo. As horas de trabalho solidário são contabilizadas e mesuradas pelo Mapeamento de Desempenho Global, nos termos da Portaria CR N° 09/2015.

Segundo os critérios estabelecidos em Portaria, as atividades podem ser realizadas à distância ou presencialmente. Apenas unidades com índice geral igual ou inferior a 0,6 no MGD (caracterizando um razoável desempenho) podem ceder horas de trabalho. Além disso, devem possuir Índice Regional de Mão de Obra (IRMO) de no mínimo 100%. Isso significa que, em potencial, 70 das 153 unidades de primeira instância do Regional podem ceder horas de trabalho, destacando servidores para atuarem em outras unidades por períodos definidos de tempo. Podem receber auxílio, por outro lado, aquelas unidades com índice geral no MGD maior do que 0,6 – um total de 36 Varas do Trabalho.

Ademais, como incentivo à iniciativa, a Corregedoria Regional incluiu, em sua 4ª Mostra de Boas Práticas, categoria para premiação da unidade que mais tenha oferecido horas em auxílio às demais. Além disso, a aferição de horas solidárias impacta positivamente no MGD. Um total de 41 unidades, respondendo positivamente à iniciativa, cederam horas para o projeto.

Os trabalhos executados são fruto da orientação da Corregedoria, que, por meio da atuação da Equipe de Apoio, identifica as necessidades mais imediatas da unidade e coordena as ações com vistas a eliminar passivo, conforme §3º do art. 4º do Provimento GP-CR N° 03/2013.

Além disso, relacionado à melhoria da execução processual, foi criado o Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP), fruto das diversas normatizações que se seguiram à sua criação, pelo Provimento GP-CR N° 01/2014. A medida, inicialmente, visava dar cumprimento à Resolução CSJT GP N° 138/2014, que determinou a implantação de um Núcleo de Pesquisa Patrimonial em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho, ante o sucesso obtido por iniciativas semelhantes em alguns deles, a exemplo do que ocorreu na 3ª e na 5ª Regiões.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A iniciativa visa atender à grande demanda imposta pelos processos trabalhistas em fase de execução, que apresentam relevante índice de congestionamento. A pesquisa patrimonial, nesse contexto, busca utilizar-se de métodos sofisticados de investigação e inteligência para combater a fraude à execução, uma das principais causas para o acúmulo de pendências no que concerne à execução. Assim, o NPP tem como objetivo identificar patrimônio oculto de devedores trabalhistas, bem como distinguir as práticas mais comuns dos fraudadores para a blindagem patrimonial.

Em funcionamento desde 2014, o NPP revela-se importante instrumento de aprimoramento das atividades relacionadas à execução, frente ao árduo desafio institucional de se conferir celeridade e efetividade a essa fase processual, geralmente a responsável pelos maiores índices de congestionamento na solução satisfatória de processos.

Como forma de melhor utilizar os recursos humanos, sempre escassos, o Tribunal utilizou as estruturas dos antigos serviços de distribuições de feitos (desnecessários com o uso do PJe) em novas estruturas administrativas, consolidando a tendência de descentralizar a pesquisa patrimonial, transferindo a responsabilidade das atividades correlatas à investigação patrimonial avançada às oito unidades sedes de circunscrição, com o intuito contemplar, a um só tempo, a pressurosa necessidade de se aprimorar as estruturas organizacionais, adaptando-as à nova realidade imposta pela automatização de procedimentos inerente ao Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, bem como atender às demandas impostas pelo desejo de se conferir efetividade à execução trabalhista, pela unificação das hastas públicas e pelos redobrados esforços conciliatórios.

A escolha dos devedores na pesquisa patrimonial avançada pressupõe o esgotamento da investigação patrimonial básica, com declaração de insolvência, com prioridade aos casos de maior impacto social, considerando o número de credores.

Mudanças nas competências dos antigos distribuidores de feitos foram necessárias com destaque, ainda, para a realização de hastas públicas unificadas por circunscrição.

Com relação ao tema, a edição do Provimento GP-CR Nº 03/2014, o qual instituiu as hastas públicas unificadas (presenciais e eletrônicas) permitiu o agendamento de setenta hastas públicas ao longo de 2015, cujo acompanhamento foi realizado pela Corregedoria Regional, presencialmente e remotamente, garantindo a uniformização dos procedimentos.

Quanto à implantação das novas sistemáticas de trabalho, foi concedido à Corregedoria Regional prazo de 120 (cento e vinte) dias para que adotasse “as medidas necessárias à orientação de cada uma das unidades relativamente às novas competências”. Para o perfeito cumprimento do dispositivo, e no devido prazo, a Corregedoria divisou um plano de ação, que consistiu na organização e promoção de Reuniões de Trabalho com Magistrados, Diretores de Secretaria, Coordenadores, oficiais de justiça e demais servidores envolvidos. A finalidade dessas Reuniões de Trabalho foi a de oferecer orientações a respeito das mudanças; esclarecer desde o início as possíveis dúvidas; e ainda abrir uma via de diálogo, para identificar os problemas e percalços inerentes ao período de transição.

Destarte, considerando a relevância do alinhamento de procedimentos no que toca ao novo “iter procedimental” dos trabalhos dos servidores. Oficiais de Justiça, foram realizadas, ainda, uma série de reuniões *on line* com todas as unidades de primeira instância do Regional. Essas reuniões fizeram parte de um plano de ação de Corregedoria, para fazer cumprir o prazo de implantação do Provimento GP-CR Nº 5/2015, bem como foram abordados ainda temáticas afins, a saber: a pesquisa patrimonial básica, a ser realizada nas Varas (com a utilização das ferramentas eletrônicas à disposição deste Tribunal por meio de convênios (BacenJud, Renajud, Arisp, Cenib, INCRA, CNE, CPFL, Infoseg, Consec, CCS, SIMBA, CAGED/MTE e Sersa-Jud) e bases de pesquisas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

(Anac, BM&F-Bovespa, Capitania dos Portos de São Paulo, CNSeg, INPI, Jucesp, SIEL, TJ-SP e COAF) e a operacionalização do Sistema de Execuções (Exe15), desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, sob a orientação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, sem o qual resta muito prejudicada a viabilidade técnica dos novos procedimentos executórios.

Repise-se que as reuniões ora relatadas foram realizadas todas em ambiente virtual, em atenção à necessidade de racionalização dos recursos do Tribunal, bem como a maior efetividade e celeridade conferidas pelo uso de meios digitais e à distância. O total de servidores impactados é da ordem de 510, entre responsáveis pelos grupos internos de execução e oficiais de justiça.

Além disso, a Corregedoria regulamentou o procedimento de alienação por iniciativa particular, (Provimento GP-CR N° 04/2014), estabelecendo que corretores interessados em atuar junto ao Tribunal devem estar devidamente credenciados, exigida as comprovações profissionais, documentos pessoais, certidões negativas emitidas por órgãos públicos e declarações que evidenciem sua capacidade de atuação.

Finalmente, sobre o Sistema Exe15, é essencial para empreender a efetiva gestão, no âmbito regional, das atividades afetas à execução, permitindo o compartilhamento de informações entre todas as unidades de primeira instância. O sistema tem por objetivo o cadastramento e gerenciamento de dados de devedores trabalhistas e de bens penhorados, além de realizar o sorteio eletrônico do leiloeiro a ser designado, permitindo a completa gerência da hasta pública, com o devido controle dos bens levados a leilão. É garantida, do mesmo modo, a divulgação dos resultados e do desempenho dos leiloeiros ao público externo, via *link* disponibilizado no portal do Tribunal, conferindo maior transparência e publicidade às atividades executórias.

Posteriormente, foi exigido que as diligências realizadas pelos oficiais de justiça fossem obrigatoriamente cadastradas e certificadas no sistema, com dados sobre as pesquisas realizadas e seu resultado, contendo informações circunstanciadas e detalhadas sobre as diligências locais e sobre as pesquisas efetuadas por via de ferramentas eletrônicas, reduzindo drasticamente o retrabalho detectado nas atividades dos oficiais de justiça com novas diligências frustradas.

2.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

As informações acerca da Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos estão contempladas no item 2.1 Planejamento Organizacional.



2.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

2.2.1 Plano Estratégico Institucional

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT adquiriu um aplicativo para a rede da Justiça do Trabalho que permite o lançamento dos parâmetros e indicadores para acompanhamento dos planos (SIGEST). Anualmente, este Tribunal procede ao cadastramento das metas relacionadas aos seus planos e o CSJT ao lançamento das metas da Justiça do Trabalho.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ desenvolveu um sistema de lançamento de metas, o qual permite o lançamento dos parâmetros para a aferição das metas anuais do Poder Judiciário.

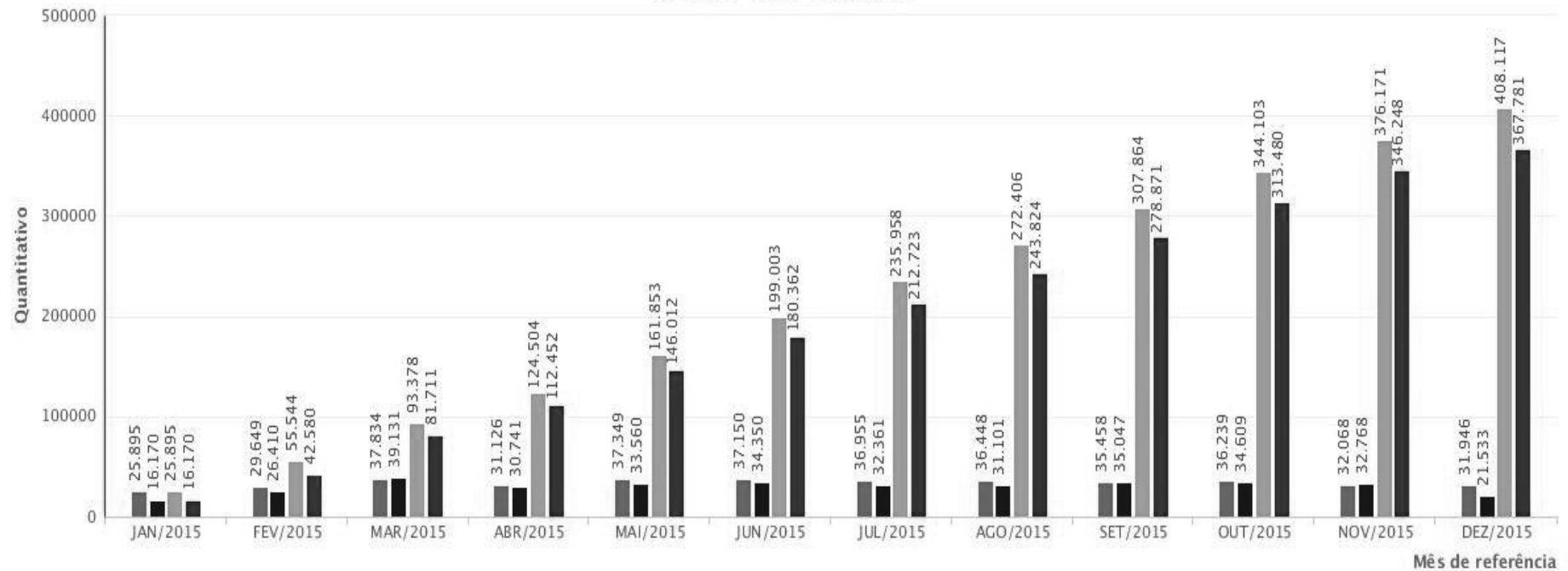
Assim sendo, seguem os resultados aferidos nos planos estratégicos, a começar por aquele do Poder Judiciário, com gráficos extraídos dos sistemas citados.

- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Cumprimento de 90,12% da Meta Nacional 1 (corresponde à Meta 6 da Justiça do Trabalho). Não foi viável o julgamento de quantidade superior de ações àquelas que ingressaram no período, em virtude de um aumento da demanda da ordem de 4,24% com relação a 2014 e 19,94% com relação à 2013.

GRÁFICO 1 – META 1

META 1 - NÃO CRIMINAL



Percentual de cumprimento: 90,12%

Distribuídos no mês
 Julgados no mês
 Total de distribuídos
 Total de julgados

Instâncias: 1º Grau comum, 2º Grau

Período de referência: Em 2015

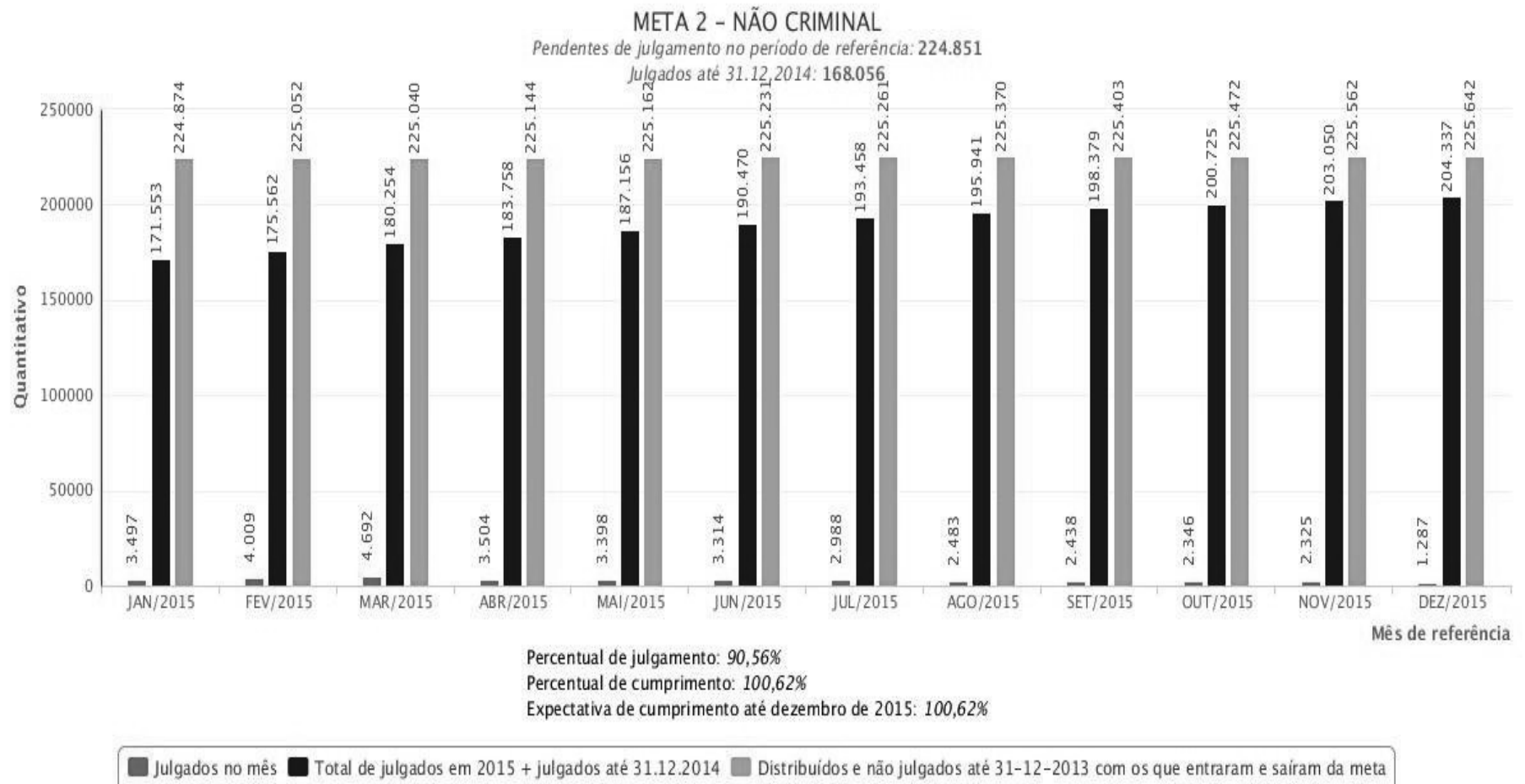


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º grau.

Cumprimento da Meta Nacional 2 (corresponde à Meta 7 da Justiça do Trabalho), com o julgamento de 90,56% dos processos mais antigos (mais de dois anos da data da distribuição).

GRÁFICO 2 – META 2



Instâncias: 1º Grau comum, 2º Grau

Período de referência: Até 31-12-2013



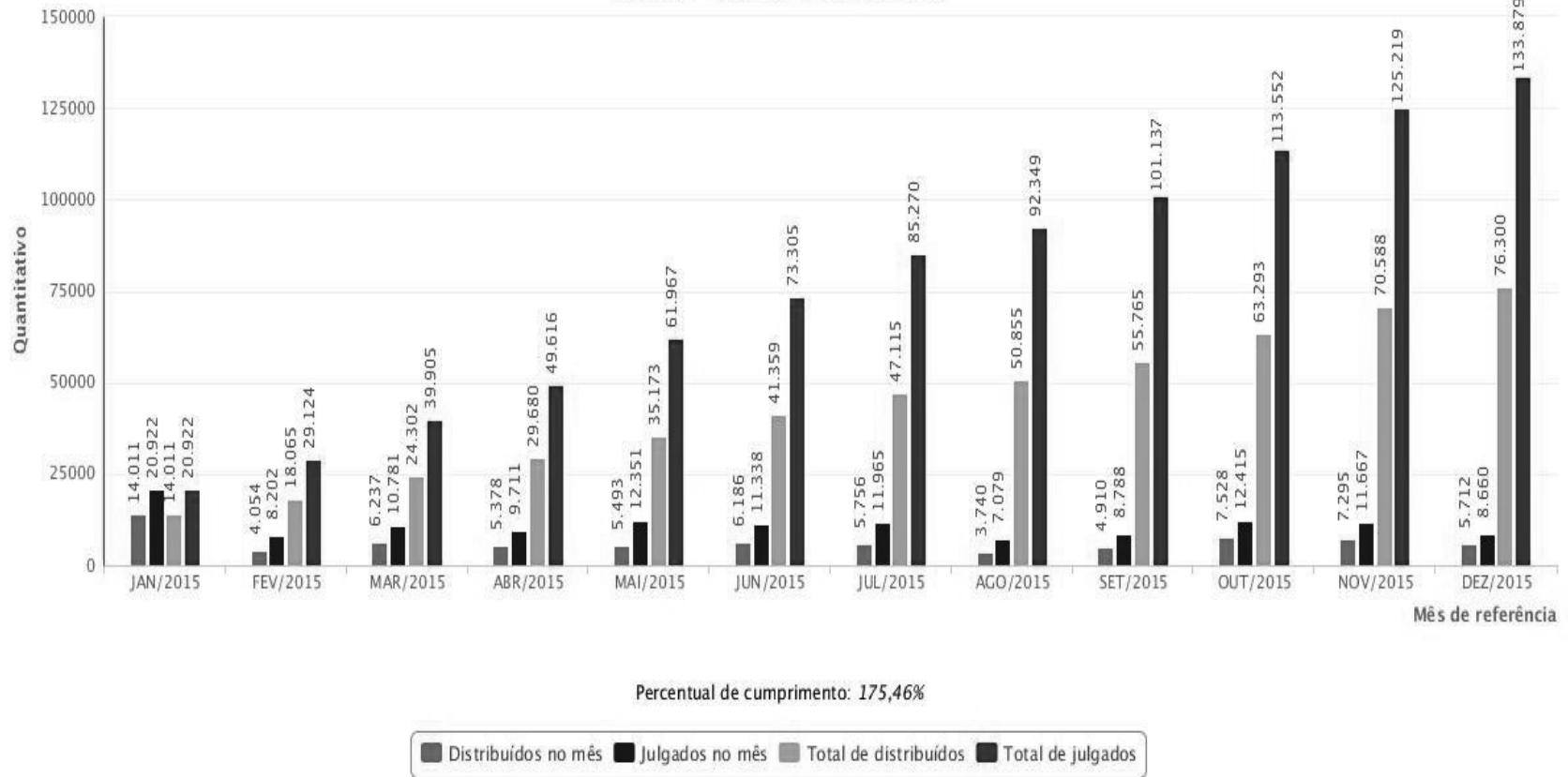
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Cumprimento da Meta Nacional 5 (corresponde à Meta 11 da Justiça do Trabalho), com a baixa de processos de execução 75,46% superior que a meta esperada.

GRÁFICO 3 – META 5

META 5 – FISCAIS e NÃO FISCAIS



Instâncias: 1º Grau comum, 2º Grau

Período de referência: Em 2015

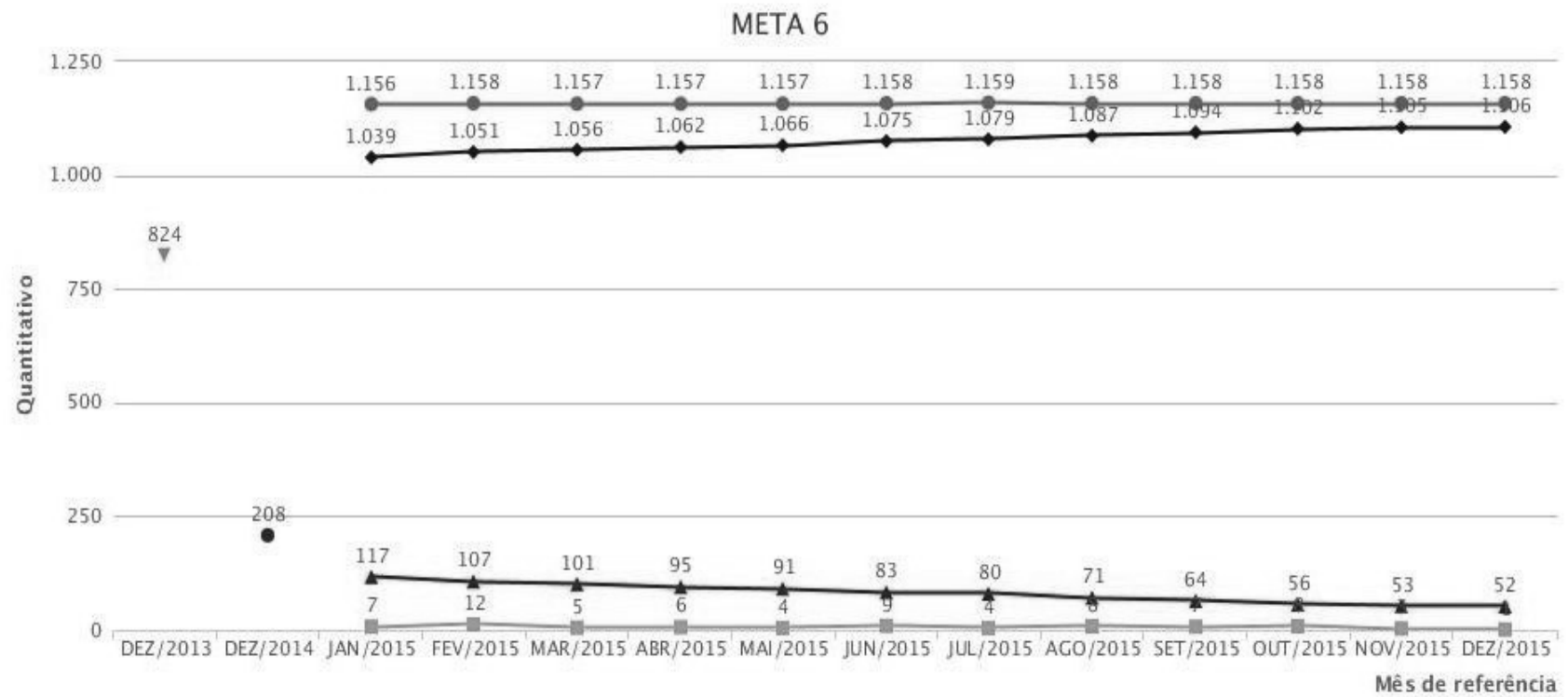


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas, até 31/12/2012, no 1º grau.

Cumprimento de 95,51% da Meta Nacional 6, no 1º grau (corresponde à Meta 8 da Justiça do Trabalho). Não foi viável o julgamento de todas as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 em virtude do alto grau de complexidade que envolve algumas das ações coletivas, concentradas em poucas unidades de 1º grau.

GRÁFICO 4 – META 6



Percentual de cumprimento: **95,51%**

Expectativa de cumprimento até dezembro de 2015: **95,51%**

- Distribuídos e não julgados com os que entraram e saíram da meta
- ▲ Total de julgados
- Julgados no mês
- ▲ Pendentes de julgamento
- ▼ Julgados em 2013
- Julgados em 2014

Instâncias: 1º Grau comum

Período de referência: Até 31-12-2012

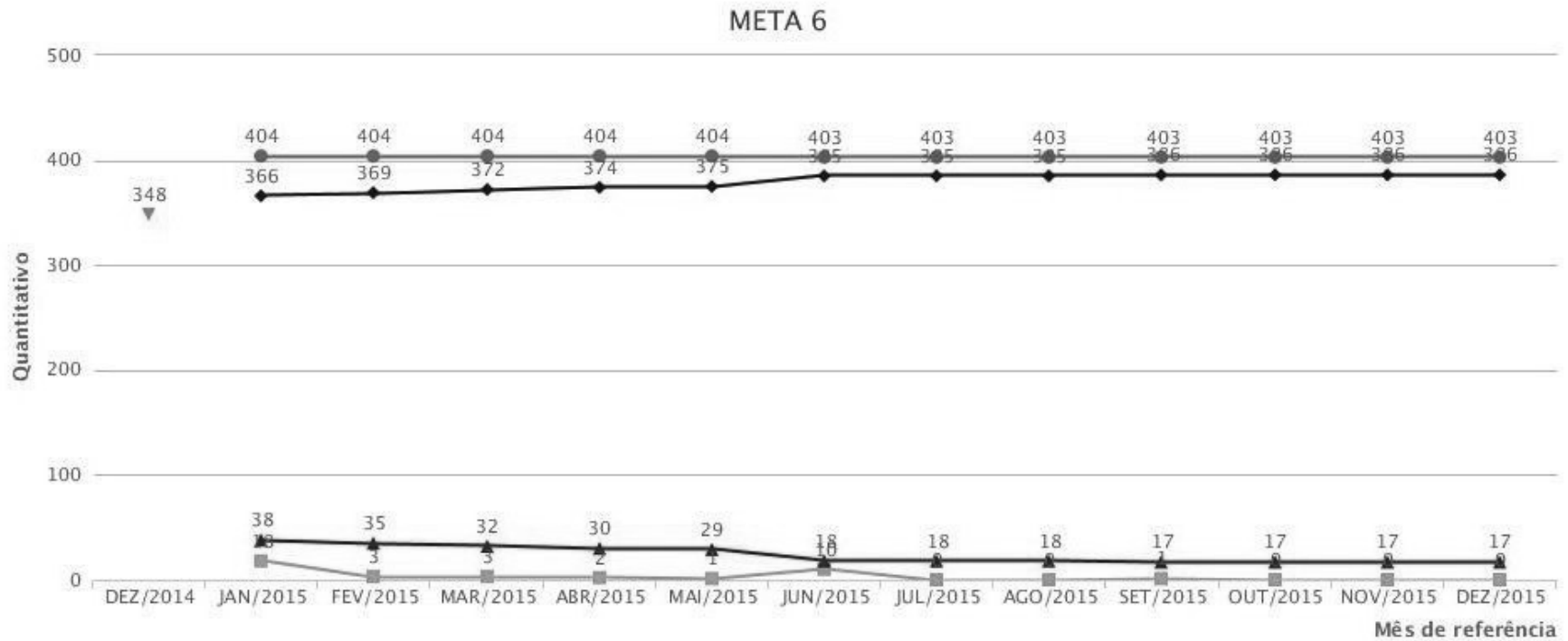


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas, até 31/12/2013, no 2º grau.

Cumprimento de 95,78% da Meta Nacional 6, no 2º grau. Não foi viável o julgamento de todas as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.

GRÁFICO 5 – META 6



Percentual de cumprimento: **95,78%**

Expectativa de cumprimento até dezembro de 2015: **95,78%**

- ◆ Distribuídos e não julgados com os que entraram e saíram da meta
- ◆ Total de julgados
- Julgados no mês
- ▲ Pendentes de julgamento
- ▼ Julgados em 2014

Instâncias: 2º Grau

Período de referência: Até 31-12-2013



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Cumprimento da Meta Nacional 7 (correspondente à Meta 10 da Justiça do Trabalho), para a priorização do julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos, com a identificação e redução em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

QUADRO 4 –META 7

META 7 de 2015			
Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento em 31.12.2014	Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento em 2015	Percentual de redução dos dez maiores litigantes em relação a 2014	Percentual de cumprimento da meta
27.259	18.413	48,04%	145,82%

Relatório gerado às 11:24:55 do dia 08 de Março de 2016.

Apresentaremos, a seguir, as metas da Justiça do Trabalho, no modo detalhado. Cabe destacar, por oportuno, que as metas 1, 3 e 12 da Justiça do Trabalho terão sua primeira mensuração no ano em curso e, portanto, não constam do presente documento.



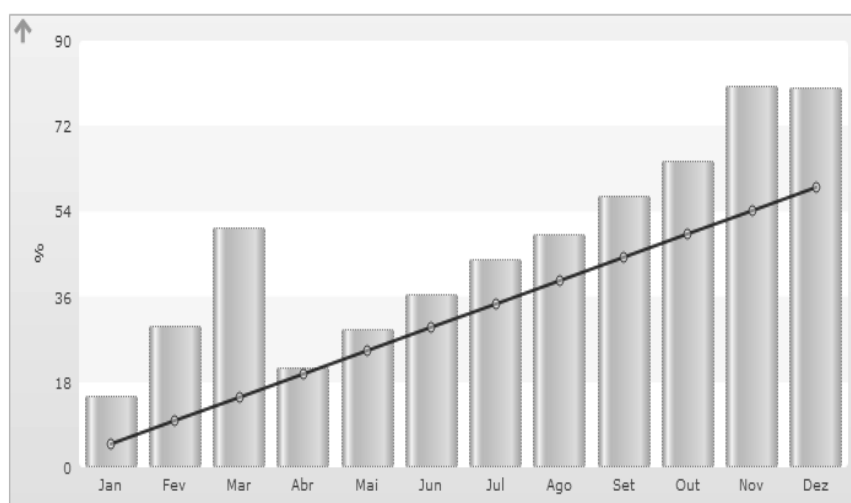
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 6 – META 2 DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 2 da JT - aumentar o Índice de Execução do Orçamento disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:
 - 12% para aqueles TRTs que obtiverem média de até 80%;
 - 10% para aqueles TRTs que obtiverem média entre 80,01% e 85%;
 - 5% para aqueles TRTs que obtiverem média superior a 85%.

Item: TRT15 - M2 (JT) - IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado

Área: Metas do Plano Estratégico da JT



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho acumulado
Jan	4,9241	15,0730	●	306,1%	4,9241	15,0730	●	306,1%
Fev	4,9241	18,9819	●	385,5%	9,8482	29,7322	●	301,9%
Mar	4,9241	27,3035	●	554,5%	14,7723	50,4092	●	341,2%
Abr	4,9241	5,9905	●	121,7%	19,6964	21,0551	●	106,9%
Mai	4,9242	7,1200	●	144,6%	24,6206	29,0820	●	118,1%
Jun	4,9242	7,3367	●	149,0%	29,5448	36,4187	●	123,3%
Jul	4,9242	7,2077	●	146,4%	34,4690	43,6999	●	126,8%
Ago	4,9242	7,0130	●	142,4%	39,3932	49,1679	●	124,8%
Set	4,9242	8,0398	●	163,3%	44,3174	57,2077	●	129,1%
Out	4,9242	7,3222	●	148,7%	49,2416	64,5300	●	131,0%
Nov	4,9242	7,4939	●	152,2%	54,1658	80,2055	●	148,1%
Dez	4,9242	8,9069	●	180,9%	59,0900	80,0757	●	135,5%



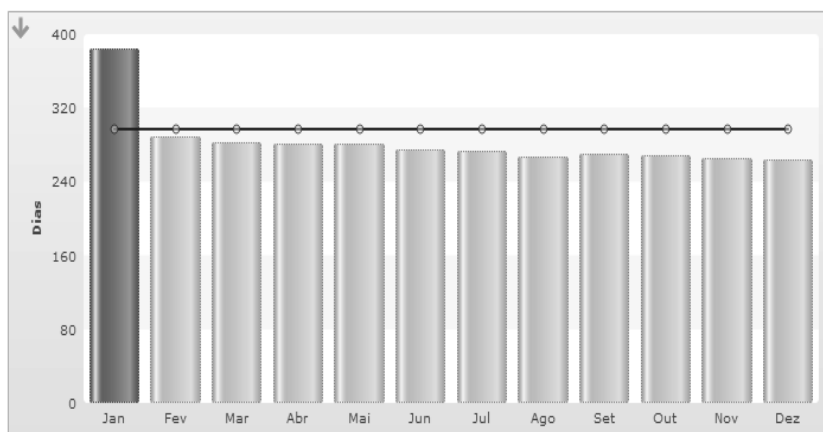
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 7 – META 4 DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 4 da JT: reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014:
para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 5%, até 2020;
para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias, em 10%, até 2020;
para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias, em 20%, até 2020.

Item: TRT15 - M4 (JT) - TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância

Área: Metas do Plano Estratégico da JT



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho acumulado
Jan	297	384	●	70,8%	297	384	●	70,8%
Fev	297	231	●	122,1%	297	288	●	102,9%
Mar	297	273	●	108,1%	297	282	●	105,1%
Abr	297	276	●	107,2%	297	280	●	105,8%
Mai	297	279	●	106,0%	297	280	●	105,8%
Jun	297	256	●	113,8%	297	275	●	107,5%
Jul	297	259	●	112,7%	297	273	●	108,2%
Ago	297	219	●	126,3%	297	266	●	110,4%
Set	297	289	●	102,5%	297	270	●	109,2%
Out	297	252	●	115,1%	297	268	●	109,8%
Nov	297	240	●	119,1%	297	265	●	110,7%
Dez	297	220	●	126,0%	297	263	●	111,6%



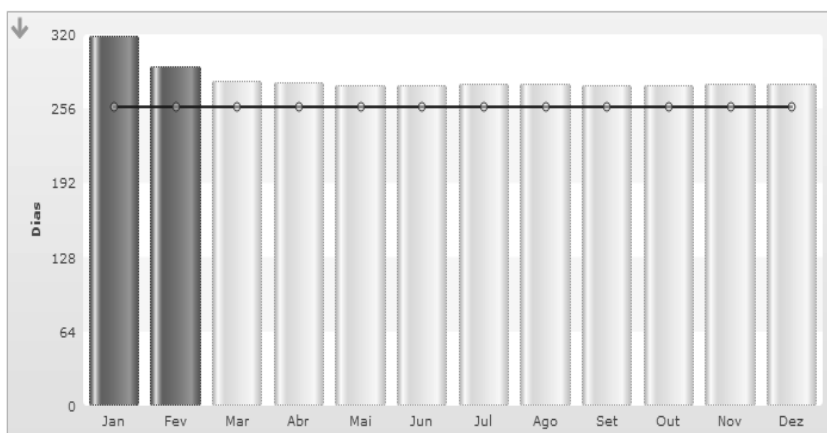
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 8 – META 5 DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 5 da JT: reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014: para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio de até 200 dias, em 5%, até 2020; para aqueles TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 10%, até 2020.

Item: TRT15 - M5 (JT) - TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento

Área: Metas do Plano Estratégico da JT



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho acumulado
Jan	257	318	●	76,3%	257	318	●	76,3%
Fev	257	275	●	92,9%	257	292	●	86,5%
Mar	257	265	●	97,1%	257	279	●	91,3%
Abr	257	277	●	92,1%	257	279	●	91,6%
Mai	257	264	●	97,2%	257	275	●	92,9%
Jun	257	278	●	92,0%	257	276	●	92,7%
Jul	257	283	●	89,9%	257	277	●	92,3%
Ago	257	273	●	93,9%	257	276	●	92,5%
Set	257	271	●	94,6%	257	276	●	92,7%
Out	257	275	●	93,1%	257	276	●	92,8%
Nov	257	289	●	87,7%	257	277	●	92,3%
Dez	257	282	●	90,3%	257	277	●	92,2%



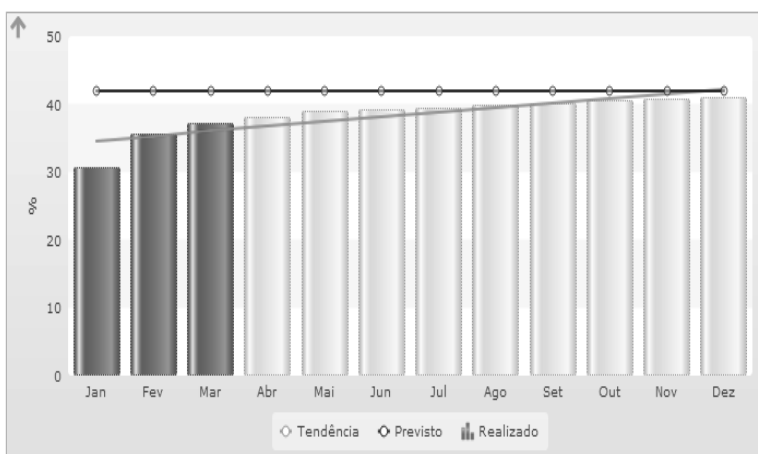
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 9 – META 9 DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 9 da JT: aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10%, até 2020.

Item: TRT15 - M9 (JT) - ICONc - Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento

Área: Metas do Plano Estratégico da JT



Período	Previsto	Realizado	Tendência	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho acumulado
Jan	41,9000	30,6319	34,6165	●	73,1%	41,9000	30,6319	●	73,1%
Fev	41,9000	38,6162	35,3057	●	92,2%	41,9000	35,4906	●	84,7%
Mar	41,9000	39,0006	35,9950	●	93,1%	41,9000	37,0914	●	88,5%
Abr	41,9000	40,6420	36,6842	●	97,0%	41,9000	38,0470	●	90,8%
Mai	41,9000	42,0633	37,3734	●	100,4%	41,9000	38,9812	●	93,0%
Jun	41,9000	40,0648	38,0626	●	95,6%	41,9000	39,1862	●	93,5%
Jul	41,9000	40,9379	38,7518	●	97,7%	41,9000	39,4586	●	94,2%
Ago	41,9000	41,6299	39,4411	●	99,4%	41,9000	39,7432	●	94,9%
Set	41,9000	42,6236	40,1303	●	101,7%	41,9000	40,0986	●	95,7%
Out	41,9000	43,4784	40,8195	●	103,8%	41,9000	40,4679	●	96,6%
Nov	41,9000	43,7478	41,5087	●	104,4%	41,9000	40,7794	●	97,3%
Dez	41,9000	43,2083	42,1979	●	103,1%	41,9000	40,9106	●	97,6%



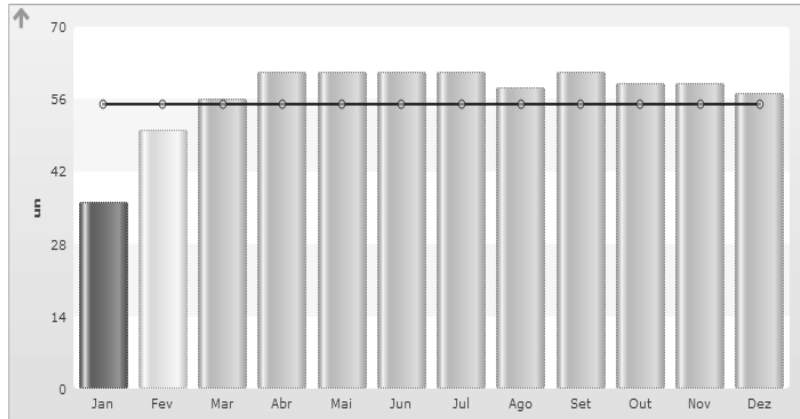
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 10 – META 13 DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Meta 13 da JT: atingir e manter pontuação entre 58 e 72 até 2020, no cálculo de cumprimento das metas da Justiça do Trabalho.

Item: TRT15 - M13 (JT) - IAM - Índice de Alcance das Metas

Área: Metas do Plano Estratégico da JT



Período	Previsto	Realizado	Farol	Desempenho	Previsto acumulado	Realizado acumulado	Farol acumulado	Desempenho acumulado
Jan	55,0000	36,0000	●	65,5%	55,0000	36,0000	●	65,5%
Fev	55,0000	58,0000	●	105,5%	55,0000	50,0000	●	90,9%
Mar	55,0000	64,0000	●	116,4%	55,0000	56,0000	●	101,8%
Abr	55,0000	57,0000	●	103,6%	55,0000	61,0000	●	110,9%
Mai	55,0000	56,0000	●	101,8%	55,0000	61,0000	●	110,9%
Jun	55,0000	57,0000	●	103,6%	55,0000	61,0000	●	110,9%
Jul	55,0000	51,0000	●	92,7%	55,0000	61,0000	●	110,9%
Ago	55,0000	54,0000	●	98,2%	55,0000	58,0000	●	105,5%
Set	55,0000	57,0000	●	103,6%	55,0000	61,0000	●	110,9%
Out	55,0000	55,0000	●	100,0%	55,0000	59,0000	●	107,3%
Nov	55,0000	53,0000	●	96,4%	55,0000	59,0000	●	107,3%
Dez	55,0000	45,0000	●	81,8%	55,0000	57,0000	●	103,6%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

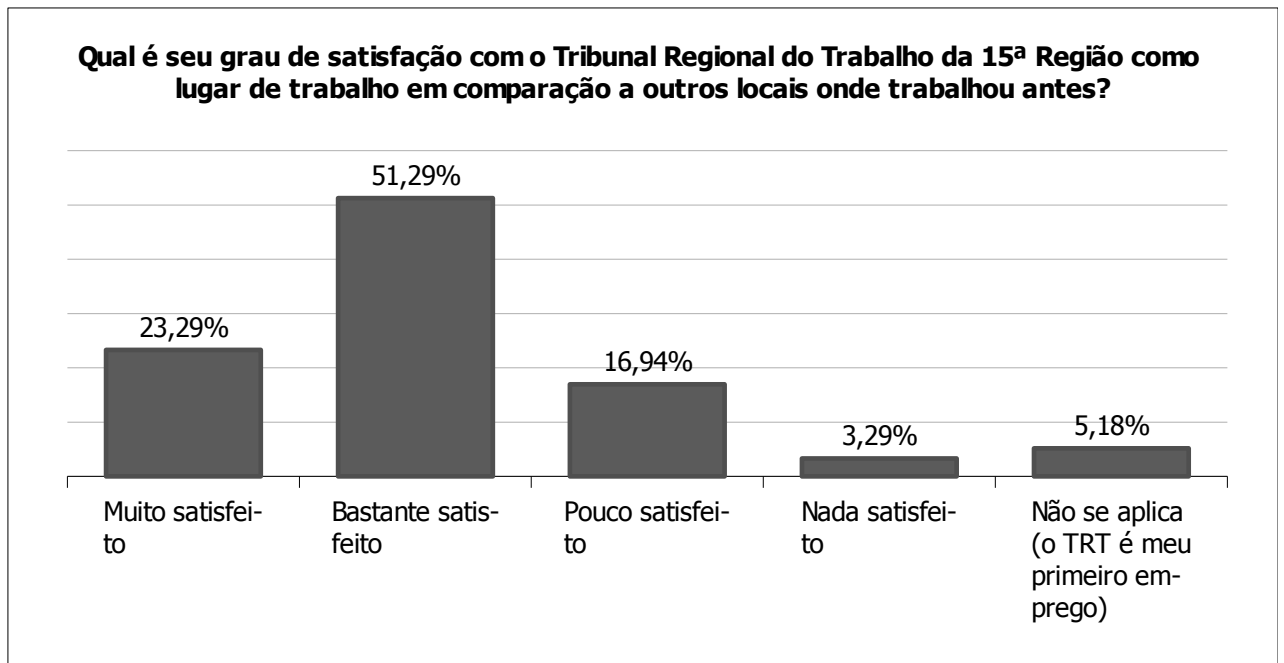
Na sequência, apresentaremos, as metas previstas no Plano Estratégico Institucional.

a) Metas da Visão de Futuro

Meta 1 - Alcançar 75% de satisfação interna.

Temos um alcance de 74,58% de satisfação interna com este Tribunal, em termos comparativos com outros locais.

GRÁFICO 11 – SATISFAÇÃO INTERNA



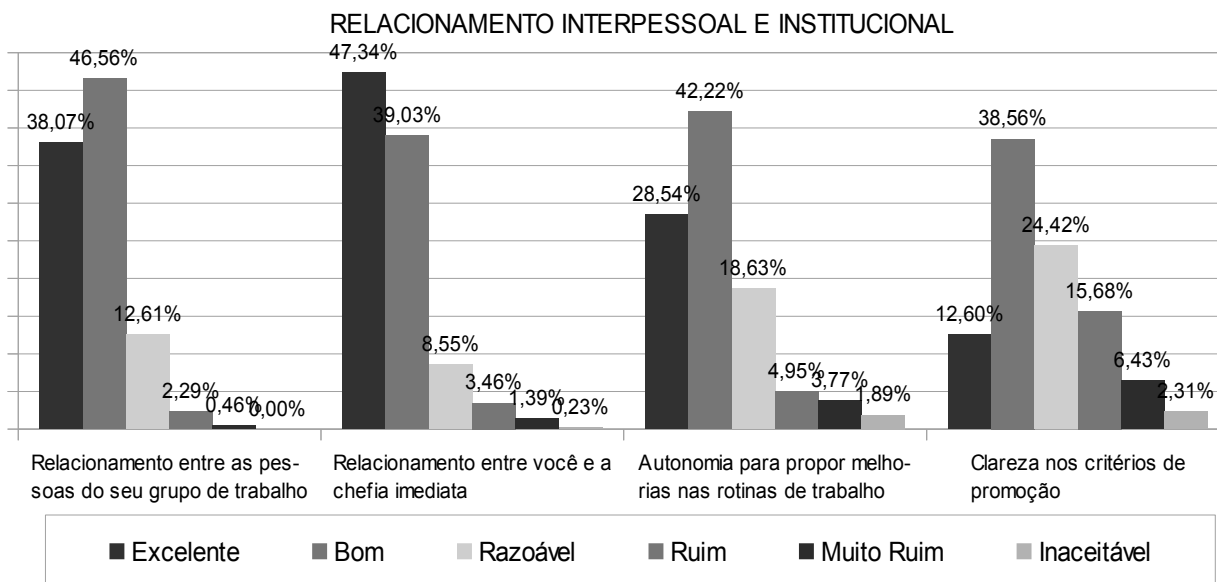
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 12 – RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E INSTITUCIONAL

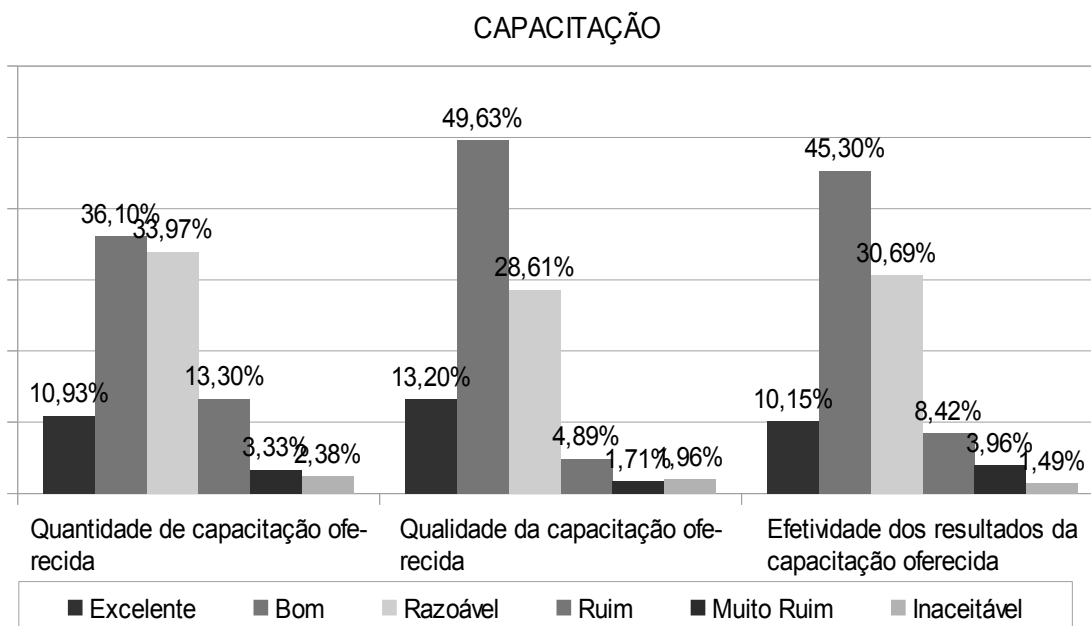
Selecione a opção que melhor expressa sua opinião com relação aos pontos destacados:



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

GRÁFICO 13 – CAPACITAÇÃO

Selecione a opção que melhor expressa sua opinião com relação aos pontos destacados:



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

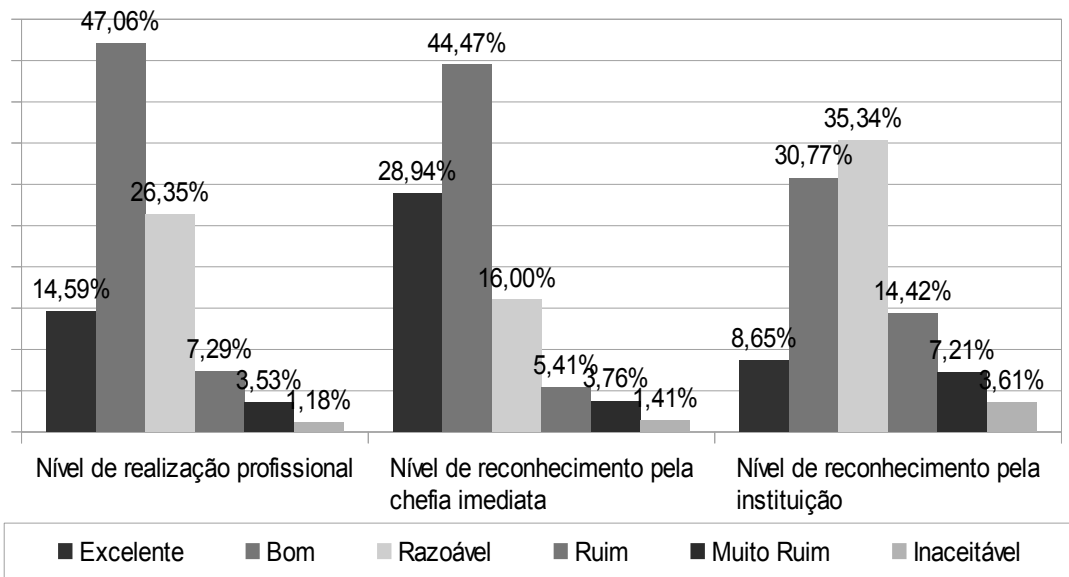


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 14 – REALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

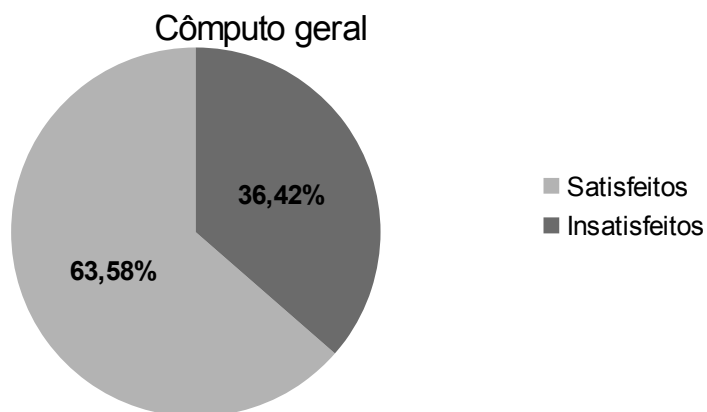
Selecione a opção que melhor expressa sua opinião com relação aos pontos destacados:

REALIZAÇÃO E RECONHECIMENTO



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

GRÁFICO 15 – ÍNDICE DE APROVAÇÃO



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

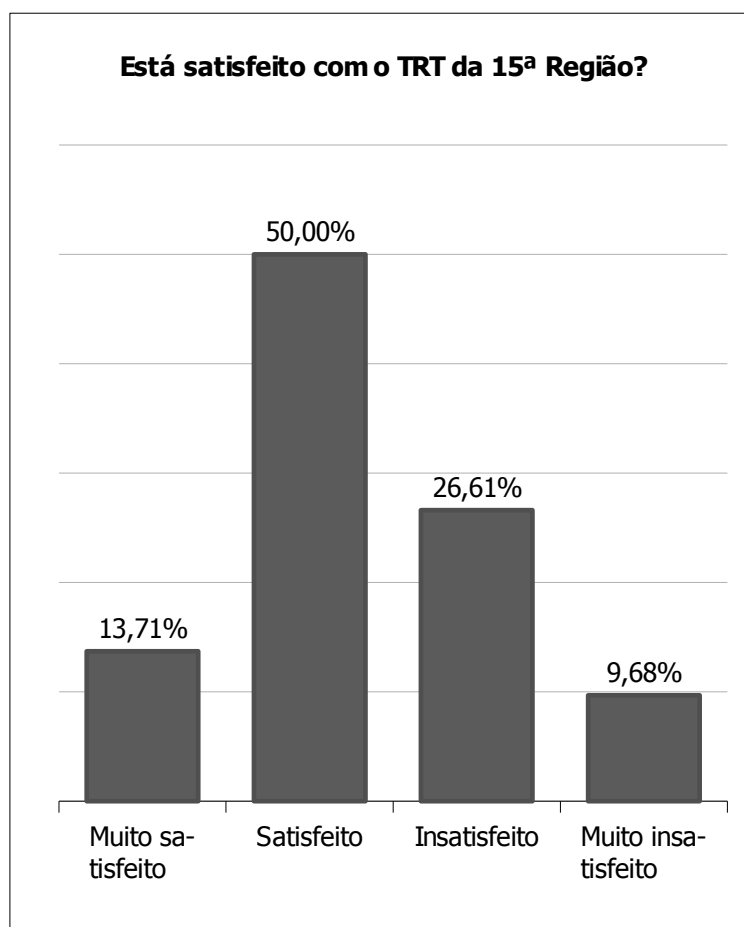
Assim, com relação ao relacionamento interpessoal e institucional, capacitação, realização e reconhecimento, o índice de aprovação, considerando a opção razoável como indicador de insatisfação, é de 63,58%.

Deste modo, é possível compreender que, no exercício de 2015, **o índice de satisfação interna aferido foi de 69,08%**, com um *gap* de 5,92 pontos percentuais de melhorias na satisfação, que deverá ser alcançado até 2020.

Meta 2 - Alcançar 75% de satisfação externa.

Conforme resultado divulgado na aferição da satisfação do usuário cidadão, na resposta simples, por arguição direta, este Tribunal contava, em 2015, com um índice de satisfação externa de 63,71%, devendo suprir um *gap* de 11,29 pontos percentuais de melhoria na percepção de satisfação simples do usuário cidadão.

GRÁFICO 16 – SATISFAÇÃO EXTERNA



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



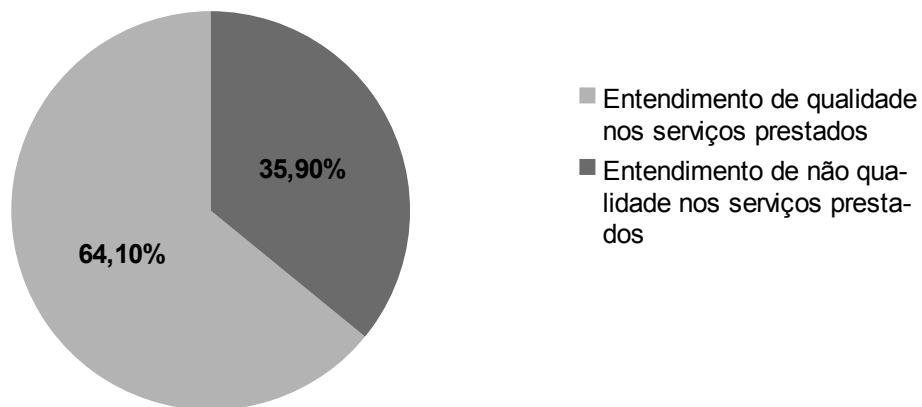
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Meta 3 - Alcançar 75% de aprovação da qualidade dos serviços prestados.

Deste modo, é possível compreender que, no exercício de 2015, o índice de aprovação da qualidade dos serviços prestados (aferido na pesquisa do usuário cidadão no indicador de satisfação de itens específicos) foi de 64,1%, com um *gap* de 11,9 pontos percentuais de melhorias na qualidade dos serviços prestados, que deverá ser alcançado até 2020.

GRÁFICO 17 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Índice de aprovação da qualidade dos serviços prestados.



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Meta 4 - Reduzir para 10 anos o tempo de utilização do mobiliário.

Durante o exercício de 2015, com as mudanças de unidades para adaptação dos prédios e modernização de instalações, este Tribunal reduziu o tempo de utilização dos seus mobiliários para um valor interior à meta.

Meta 5 - Reduzir para 5 anos o tempo de utilização de equipamentos.

Indicador e meta não aferidos. Houve uma dificuldade institucional de estabelecer o tempo de utilização em virtude da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações traçar estratégias de cumprimento da Resolução nº 211, do CNJ.

Informou a área técnica que não deverá existir equipamento fora de garantia e, sendo a garantia de equipamento estabelecida em cinco anos, esta meta será atingida de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Na revisão do plano estratégico, será proposta a criação de um indicador e meta adicionais para a aferição da modernização dos recursos de TI, objetivo estratégico vinculado à presente meta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Meta 6 - Executar 10 iniciativas por ano, vinculadas às ações do pacto global.

No decorrer do exercício de 2015, este Tribunal realizou quatorze ações vinculadas aos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, superando a meta anual estabelecida.

O Tribunal é signatário do pacto global desde 12 de setembro de 2014, e sua presença ativa pode ser verificada na sua página mundial: www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants.

Todos os eventos e realizações de ações vinculadas ao pacto global foram divulgadas nas notícias veiculadas pelo portal do Tribunal, podendo ser acessadas em: <http://portal.trt15.jus.br/noticias>

São os dez princípios do Pacto Global:

GRÁFICO 18– PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL



1. Realizou Reunião Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas;
2. Sediou a apresentação dos resultados de pesquisa sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo no estado de São Paulo;
3. Realizou reuniões que definiram, dentre outros: data para implantação de Fórum Regional de combate ao trabalho infantil em Presidente Prudente e lançamento de rede de prevenção e erradicação do trabalho infantil;
4. Efetuou a doação de bens de informática a instituição beneficente da cidade de Bauru;
5. Instalou oito Juizados Especial da Infância e Adolescência - JEIA nos Fóruns Trabalhistas de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Bauru e na Vara do Trabalho de Fernandópolis;

6. Editou e divulgou a Carta de Franca-SP sobre a necessidade de abolição do trabalho infantil;
7. Realizou eventos diversos, abertos ao público (seminários, congressos, painéis, palestras), isoladamente ou em parceria, sobre diversos aspectos do trabalho infantil e o trabalho seguro em diversas cidades da sua jurisdição, reunindo no total de mais de quatro mil pessoas.
8. Participou, por intermédio da presença do representante, Desembargador Federal do Trabalho, Dr. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella da viabilização da implantação do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Estado de São Paulo;
9. Lançamento dos hotspots de combate ao trabalho infantil (<http://portal.trt15.jus.br/web/trabalho infantil>) e erradicação do trabalho escravo, tráfico de pessoas e discriminação (<http://portal.trt15.jus.br/web/trabalho escravo>), dentro de seu Portal.
10. Assinou o ato de reserva, par afrodescendentes, de 20% das vagas nos concursos públicos realizados pelo Tribunal.
11. Apoiou, com coleta de assinaturas e divulgação, a Campanha “10 medidas contra a corrupção”, promovida pelo Ministério Público Federal;
12. Realizou o Concurso Comunidade Cultural, de fotografias, entre seus servidores, em comemoração ao Dia Mundial do meio ambiente;
13. Participou, registrando iniciativas, do WED (World Environment Day) que é o principal veículo das Nações Unidas para incentivar a consciência mundial e a realização de ações em prol do meio ambiente.

b) Metas institucionais

Meta 1 – Ampliar para 20 o número de iniciativas compartilhadas entre órgãos até 2020.

No ano de 2015 foram celebrados quatorze convênios ou termos de cooperação para compartilhamento de iniciativas, conforme elencado abaixo.

Quando da revisão do plano estratégico institucional, será proposta a ampliação da meta, cuja possibilidade de alcance está, aparentemente, subdimensionada.

- Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE) – permite consultar cadastro de pessoas jurídicas nas juntas comerciais de todo o país;
- Incra – localização de imóveis rurais;
- CAGED/MTE – acesso ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para obtenção de informações detalhadas sobre as empresas e a vida funcional de seus empregados e ex-empregados; Ministério do Trabalho e Emprego;
- SerasaJud – inclusão de devedores trabalhistas no Serasa;
- TRT da 7ª Região: compartilhamento do Sistema de Informações Gerenciais – SIGEN;
- TRT da 12ª Região: compartilhamento do PROAD – Sistema de processo e protocolo administrativos;
- Ministério Público do Trabalho da 15ª Região: Interoperabilidade do Pje-JT ao MPTdigital;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- UNICAMP - Cooperação multidisciplinar por intermédio da Escola Judicial;
- TRTs da 2ª e 3ª Regiões, Procuradorias Regionais do Trabalho da 2ª, 3ª e 15ª Regiões: Protocolo de Cooperação Técnica para troca de informação sobre situações de trabalho análogo ao de escravo na região;
- TRT da 2ª Região, Superintendência Regional do Trabalho, Procuradorias Regionais do Trabalho da 3ª e 15ª Regiões: Protocolo de Cooperação Técnica para troca de informação sobre situações de trabalho infantil e viabilização de sua erradicação;
- BACEN: Convênio de acesso às informações constantes do SISBACEN;
- TRT da 2ª Região e Sec. Justiça e Defesa da Cidadania: convênio;
- Secretaria de Patrimônio da União: Intercâmbio de informações sobre imóveis;
- TRT da 8ª Região: uso compartilhado do sistema de cálculos trabalhistas – JURISCALC.

Meta 2 – Implementar 99% do projeto de revisão dos processos de trabalho até 2020.

Este Tribunal implementou 12,36% do projeto de Revisão dos Processos de Trabalho no exercício de 2015.

Foi realizada a otimização e automação dos principais processos de trabalho da Secretaria do Tribunal Pleno deste Tribunal, bem como a capacitação dos recursos humanos das áreas administrativas e o mapeamento de parte dos processos das áreas de TI (gestão de demandas) e Gestão de Pessoas.

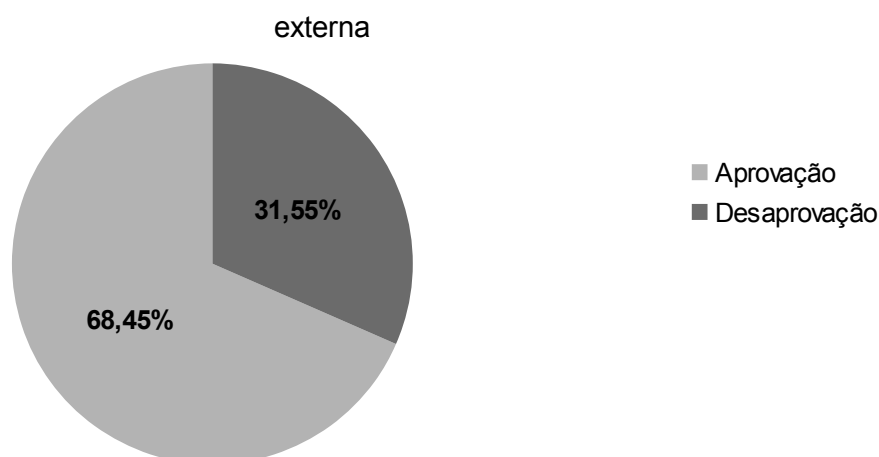
Meta 3 – Alcançar 75% de aprovação com a comunicação institucional até 2020.

Pelo resultado da pesquisa com o usuário cidadão, em relação à página eletrônica do Tribunal, é possível compreender que, no exercício de 2015, o índice de aprovação com a comunicação institucional foi de 68,45%, com um *gap* de 6,55 pontos percentuais de melhorias na comunicação institucional, que deverá ser alcançada até 2020.



GRÁFICO 19 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Índice de aprovação com a comunicação institucional



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Meta 4 – Aumentar para 99% a participação de membros da 1ª instância em reuniões de decisão administrativa.

Indicador e meta não aferidos. Houve uma dificuldade institucional de estabelecer o conceito de reuniões de decisão administrativa, visto que tais decisões são, no mais das vezes, fruto de outras reuniões realizadas. Será objeto da revisão do plano estratégico institucional, no exercício de 2016.

Meta 5 – Alcançar 99% de unidades com manutenção preventiva anual realizada.

Dos 140 prédios ocupados por este Tribunal, dentro de sua jurisdição, foi realizada a manutenção preventiva de 112 deles, no que diz respeito aos sistemas de condicionamento de ar, considerando o risco para a saúde respiratória dos usuários-cidadãos deste Tribunal, bem como magistrados e servidores.

Além disso, em 112 prédios foi realizada a manutenção preventiva eventual, mas áreas de elétrica, iluminação, lógica, telefonia, PABX, persianas, tablados, sonorização (Varas do Trabalho para apregoar as partes) e hidráulica e manutenção efetiva de limpeza ordinária, limpeza de caixas d'água, gordura, calhas, vidros externos, desinsetização, desratização e outras pragas urbanas.

Pelo risco à vida envolvido, todos os 36 prédios que possuem elevadores tiveram a manutenção preventiva destes executada, bem como os 28 prédios com manutenção preventiva em cabines de transformadores de energia elétrica e Sistema de Proteção de Descarga Atmosférica - SPDA.

Foi instituído, em julho de 2015, o projeto “Levantamento das Necessidades de Manutenção” que contempla as reais necessidades de manutenção das instalações físicas, no que diz respeito aos aspectos elétrico e hidráulico das unidades deste Tribunal. A execução deste plano propicia o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

planejamento das manutenções corretivas, evitando episódios de manutenção emergencial com a suspensão do atendimento ao usuário-cidadão. As ações desenvolvidas compreendem vistorias nas instalações prediais e a confecção de laudos apontando as condições das instalações hidráulicas e elétricas de cada unidade. A execução dessas atividades fornece às áreas técnicas informações para que possam desenvolver planos de manutenção corretiva e preventiva de cada localidade. O encerramento do projeto está previsto para o mês de fevereiro de 2016.

No mesmo mês, foi iniciado o projeto “Manutenção Predial Preventiva” com objetivo de manter a conservação predial adequada dos imóveis onde estão instaladas as unidades deste Tribunal. Foram considerados os aspectos de pintura, infiltrações, trincas, piso, revestimentos, forro e cobertura. A realização desse projeto, tem a finalidade de manter as instalações prediais em condições adequadas de uso, evitando a necessidade de interferência corretiva que comprometa a prestação jurisdicional, bem como as atividades cotidianas deste Regional. O término do referido projeto está previsto para o mês de janeiro de 2017.

Meta 6 – Manter o índice de absenteísmo dentro dos níveis considerados aceitáveis pela OIT.

No exercício de 2015, o índice de absenteísmo apresentado por este Tribunal é de 2,50%. Sendo aceitado pela OIT índices que variam entre 1,9% e 2,6% para todos os países, sem direcionamento de atividade, sexo, nível salarial e região, este Tribunal cumpriu a meta.

Vale destacar que a Secretaria de Saúde vem promovendo campanhas e atividades constantes, relacionadas com prevenção médica e mudanças atitudinais, com vistas à melhoria geral de índice e, principalmente, da qualidade de vida no trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar que, no decorrer do exercício de 2015, tivemos uma epidemia de dengue que elevou muito os casos de ausências prolongadas ao trabalho.

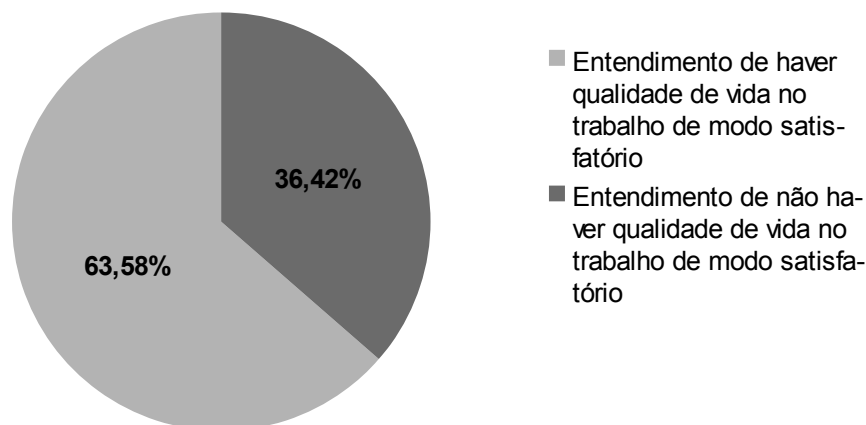
Meta 7 – Alcançar 80% de entendimento de qualidade de vida no trabalho.

No exercício de 2015, o índice de entendimento e qualidade de vida no trabalho aferido foi de 63,58%, com um *gap* de 16,42 pontos percentuais de melhorias na satisfação, que deverá ser alcançado até 2020.



GRÁFICO 20 – QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Índice de entendimento de qualidade de vida no trabalho



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

2.2.2 Plano Tático Administrativo

Considerando a aprovação plenária recente, em 16/11/2015 daqueles planos táticos das áreas administrativas, a execução dos planos administrativas ainda se encontra, em sua maioria, na fase de estabelecimento das linhas de base.

2.2.3 Plano Tático Judicial

O Mapeamento Global de Desempenho – MGD é um instrumento de monitoramento do desempenho do 1º grau e seus resultados apontam a necessidade de planos de ação corretivos por parte das unidades de 1º grau.

Sua base é o agrupamento de unidades comparáveis, por intermédio do volume processual anual.

Com relação ao agrupamento das unidades e à aferição da força de trabalho, foi adotada a padronização implantada pela Resolução CSJT Nº 63/2010, que definiu a lotação ideal de servidores, de acordo com a faixa de demanda processual de cada unidade:

I – média de até 500 processos/ano;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- II – média de 501 até 750 processos/ano;
- III – média de 751 até 1000 processos/ano;
- IV – média de 1001 até 1500 processos/ano;
- V – média de 1501 até 2000 processos/ano;
- VI – média acima de 2000 processos/ano.

Para identificar o grupo, é extraída a média dos processos distribuídos nos últimos 36 meses. São considerados os processos físicos (legado) e eletrônicos (PJe-JT). Os índices obtidos indicam o distanciamento entre os dados das unidades com a média do grupo. Os números tendem a zero, ou seja, quanto mais próximos de zero, menor a distância entre a unidade e a média do grupo.

O índice de produtividade é calculado com base em variáveis, extraídas dos dados obtidos por meio do e-Gestão. As variáveis comparáveis e absolutas, por sua vez, foram definidas pela Corregedoria, e a cada qual foi atribuída um peso, com a finalidade de atender as metas regionais e nacionais do planejamento estratégico, razão pela qual sofrem ajustes frequentes.

O índice geral, por fim, é o produto encontrado entre o índice de produtividade e o de força de trabalho (mão de obra disponível para realização dos serviços, com atribuição de um peso teórico para cada função, de acordo com a influência média no fluxo processual, além de acrescer no cálculo um servidor nas Varas únicas, em face das atividades de administração predial).

Após a aferição dos índices gerais, são identificadas as unidades que necessitam de ações institucionais por parte da Corregedoria, que consistem, de início, na autuação de Pedidos de Providências para acompanhamento das ações a serem implementadas e reuniões entre os Juízes e diretores de cada unidade com o Corregedor. Os diretores, ainda, são incluídos no Projeto de Supervisão da Gestão na Primeira Instância, realizado por uma equipe multidisciplinar composta pela Secretaria da Corregedoria, de Gestão de Pessoas e de Saúde, com o objetivo de pactuar um Pacto de Gestão e Alinhamento (PGA) que vise à melhoria dos índices apurados.

Aferidos e homologados os índices, o MGD é disponibilizado na rede do Tribunal e a consulta à apuração mais recente é realizada mediante link permanente encaminhado às unidades, por meio de mensagem eletrônica.

No ano de 2015, o MGD sofreu algumas alterações, com o intuito de aprimorar o sistema e corrigir distorções, tendo em vista o efetivo atingimento dos objetivos que levaram à sua implementação. Ao longo do ano, foram publicadas as Portarias CR Nº 06/2015, 07/2015 e 09/2015.

A Portaria CR Nº 06, de 16 de março de 2015, foi editada com o intuito de atender sugestões de Magistrados das unidades de primeira instância no que toca à aferição da força de trabalho, eis que algumas unidades sofrem com altos índices de rotatividade (turnover), como algumas das Varas do Trabalho de Campinas e Bauru. A grande novidade introduzida pelo normativo foi o de conceder pesos diferenciados para servidores recém-empossados, sob a presunção de que, com menos treinamento, ainda não possuem domínio sobre as atividades de rotina numa Vara do Trabalho.

Na nova fórmula, servidores iniciantes possuem um peso inicial de 40% do peso de um servidor experiente. A cada mês de trabalho, esse percentual é acrescido de mais 10%, para somar, ao fim de seis meses de adaptação às rotinas de trabalho, 100%. Assim, unidades que possuem equipe



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

relativamente inexperiente tenham seu índice de desempenho ajustado, para refletir essa situação.

Por sua vez, a Portaria CR Nº 07, de 28 de maio de 2015, foi instituído o Índice Regional de Mão de Obra (IRMO), tendo em vista corrigir distorções causadas pela discrepância entre a quantidade de servidores efetivamente lotados nas unidades de primeira instância e a força de trabalho ideal, conforme definida pela Resolução CSJT Nº 63/2010. Em grande parte das unidades de primeira instância da 15ª Região, existe deficit de servidores, de modo que a realidade não estava sendo retratada pelas medições do MGD. Em média, o deficit identificado é de 23% de servidores a menos do que o ideal – praticamente um quarto. Algumas unidades possuem defasagem de até um terço.

O IRMO foi criado com o intuito de retratar melhor essa situação no MGD, e conseqüentemente propiciar uma análise mais realista dos dados. Agora, é calculado o índice de força de trabalho pela razão entre a força de trabalho real, isto é, o número de servidores efetivamente lotados numa unidade, e a força de trabalho ideal, qual seja, aquela fixada pela Resolução do CSJT supracitada [$I_{ft} = FT_{real} / FT_{ideal}$].

Posteriormente, é calculado também a força de trabalho média (FTmédia) de cada grupo de fluxo processual. As unidades daquele grupo serão consideradas em relação a essa média, através do IRMO, o Índice Regional de Mão de Obra, que consiste em nada mais do que o simples produto entre o índice de força de trabalho e a força de trabalho média de cada grupo [$IRMO = I_{ft} / FT_{média}$]. O índice geral passa a ser definido pelo produto entre o índice de produtividade e o índice regional de mão de obra.

Assim, não são consideradas as unidades isoladamente ou com base em metas de produção. Ao contrário, os resultados obtidos são sempre apurados com base em médias obtidas dentro do respectivo grupo de fluxo processual. Viabiliza-se, portanto, o direcionamento das ações institucionais, com fundamentação em uma realidade possível, para promover o nivelamento da produtividade e uniformização dos procedimentos.

Com a Portaria CR Nº 09, de 30 de setembro de 2015, foram ainda incluídas, dentre outras, alterações no que concerne ao cálculo do impacto da força de trabalho, desta vez com o intuito de incorporar na fórmula do MGD as horas dedicadas pelos servidores ao projeto Trabalho Solidário. Deste modo, foi instituído o Índice de Horas de Trabalho Solidário (IHTS), que abarca as seguintes variáveis:

I – o valor máximo de horas passíveis de cessão, definido como sendo a quantidade de horas de um ano, descontados sábados, domingos, 30 (trinta) dias de férias e 18 dias de recesso, totalizando 1484 horas.

II – os pesos definidos para cada função comissionada ocupada pelo servidor cedido;

III– as horas de trabalho cedidas nos últimos 12 (doze) meses;

Assim, o Índice de Horas de Trabalho Solidário (IHTS) é calculado por meio da razão entre a quantidade de horas de trabalho de cada servidor cedido e a quantidade máxima de horas de trabalho a ser cedida, considerando-se o peso relativo dos servidores que atuaram em outras unidades. Após, o IHTS é levado em conta no cálculo do índice geral, afetando-o positivamente.

Além disso, colaborando com o objetivo estratégico de assegurar a razoável duração do processo judicial, a Corregedoria Regional estabeleceu como meta, em seu Planejamento Estratégico vigente, a efetiva fiscalização mensal do cumprimento dos prazos para a prolação de sentenças ou decisões interlocutórias, conforme estabelecido pela Recomendação CGJT Nº 01/2013.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Para auxiliar no acompanhamento da produtividade dos Magistrados, a Corregedoria adotou, em 2014, a emissão de um relatório específico padronizado, individualizado para cada Juiz. Os dados, extraídos do sistema e-Correição, são reunidos e organizados em tabelas e listas de processos conclusos ao Magistrado, para prolação de sentença ou para proferir decisão acerca de incidentes processuais.

Com este Relatório, é possível identificar a quantidade de processos conclusos pendentes de solução e o tipo de pendência. De acordo com a Portaria CR Nº 11/2014, após a devida análise desses relatórios, deve ser autuado expediente administrativo, denominado “Pedido de Providências” (PP), para coleta de informações acerca da situação do Magistrado com sentenças em atraso, nos seguintes casos: a) constatação, nos últimos três meses, de quantidade superior a 50 processos conclusos para sentença, além do prazo estabelecido pela norma regulamentadora da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho; ou b) quando o Juiz reter processos pendentes de julgamento há mais de um ano.

Ao todo, no ano de 2015, foram autuados 7 (sete) PP, para acompanhamento dos casos críticos identificados. Determinada a abertura do expediente, os Magistrados têm 10 (dez) dias para apresentar justificativa e um plano de trabalho, em que demonstre soluções para regularizar a situação. A depender do caso, a Corregedoria solicita a designação de Juízes do Trabalho Substitutos para prestar apoio aos Magistrados que verificaram maior acervo de pendências.

Além do Relatório de Processos Conclusos, a Corregedoria Regional, tendo em vista apurar com mais fineza os dados relativos à produtividade dos Magistrados, desenvolveu no final de 2015 o Relatório de Aferição de Resultados (RAR), que, além dos processos conclusos, passou a contar também com dois novos grupos de informações: “Informações Gerais”, contendo uma visão panorâmica do trabalho individual de cada Juiz, e “Informações Detalhadas”, que apresentam as minúcias daquele trabalho, permitindo também uma análise em face às atividades de toda a primeira instância do Regional.

Em “Informações Gerais”, constam dados a respeito da quantidade de processos solucionados, com e sem exame de mérito, por meio de conciliação ou não; o número de incidentes processuais resolvidos; e o número de audiências realizadas. Esses números são dispostos em tabelas e gráficos, e permitem acompanhar mês a mês a evolução da produtividade do Magistrado. Há também a possibilidade de efetuar comparações com a média do Regional.

Em “Informações Detalhadas”, são esmiuçadas as nuances desses dados, com o quantitativo, por exemplo, de incidentes processuais, ou se o julgamento de mérito foi total ou apenas parcialmente procedente. As audiências são separadas por tipo, inicial, de instrução ou una, e as conciliações são divididas por fase, conhecimento e execução. Trata-se, enfim, de um instrumento para mesurar a produtividade dos Magistrados em seus mínimos detalhes, permitindo identificar problemas e direcionando as ações da Corregedoria na fiscalização e no auxílio aos Juízes da primeira instância.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

2.3.1.1 Ações de OFSS

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região não possui ações consignadas vinculadas a Programas Temáticos, mas apenas relativas a Operações Especiais e de Gestão e Manutenção e Serviços ao Estado.

A execução orçamentária e financeira realizada pelo Órgão, das ações fixadas na Lei Orçamentária Anual 2015, está apresentada no item Ações/Subtítulos – OFSS, a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.2 Ações/Subtítulos – OFSS

QUADRO 5 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M1		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	335.208,00	335.208,00	335.208,00	311.951,18	311.951,18	-	23.256,82
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	105.101,72	2.014,83	-	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 6 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código: 0089 Tipo:				
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	185.236.887,00	236.249.806,00	236.249.806,00	235.005.442,49	235.005.442,49	-	1.244.363,51
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	923.728,81	558.323,01	331.168,12	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 7 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO RPSPF

Identificação da Ação							
Código	09HB Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	126.100.000,00	139.367.993,00	139.367.993,00	138.864.739,38	138.864.739,38	-	503.253,62
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	9.571.112,93	843.516,90	8.713.532,63	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 8 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Identificação da Ação							
Código	11BM Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3830 – No Município de Presidente Prudente	0,00	400.000,00	400.000,00	-	-	400.000,00	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0101 – No Município de Presidente Prudente	1.061.707,12	1.038.815,23	22.891,89	-	-	-	
3830 – No Município de Presidente Prudente	1.100.877,18	1.019.198,21	3.449,41	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 9 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS

Identificação da Ação							
Código	14R7 Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3428 – No município de Barretos	0,00	400.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3428 – No município de Barretos	2.464.721,30	478.130,57	-	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 10 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA

Identificação da Ação							
Código	14ZJ Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3621 – No município de Itapetininga	250.000,00	175.000,00	28.000,00	28.000,00	28.000,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
3621 – No município de Itapetininga	Edifício construído			Percentual de execução física	9	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3621 – No município de Itapetininga	10.933,96	10.933,96	-	Edifício construído	Percentual de execução física	1	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 11 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA

Identificação da Ação							
Código	1M61 Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região – Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3820 – No município de Porto Ferreira	4.000.000,00	6.320.000,00	3.881.255,58	-	-	-	3.881.255,58
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
3820 – No município de Porto Ferreira	Edifício construído		Percentual de execução física	100	-	0	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 12 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Identificação da Ação							
Código	2004		Tipo:		Atividade		
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	34.295.940,00	33.075.940,00	33.075.940,00	32.690.879,25	32.690.786,62	92,63	385.060,75
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	1.065.799,65	202.869,38	352.303,45	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 13 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo:		Atividade		
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	4.946.832,00	5.527.642,00	5.527.642,00	5.511.367,81	5.511.367,81	-	16.274,19
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	31.324,98	864,32	10.503,76	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 14 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-TRANSPORTE

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo:		Atividade		
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	348.000,00	348.000,00	348.000,00	330.761,70	330.761,70	-	17.238,30
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	76.401,98	256,98	9.736,92	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 15 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo:		Atividade		
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	35.816.256,00	45.420.673,00	45.420.673,00	45.336.009,80	45.336.009,80	-	84.663,20
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
-	-			-	-	-	-
-	-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	525.425,28	61.959,72	145.603,66	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 16 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo:		Atividade		
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0035 - No Estado de São Paulo	697.000.000,00	788.898.361,00	788.898.361,00	787.716.117,56	787.716.117,56		1.182.243,44
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
-	-		-	-	-	-	-
-	-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0035 - No Estado de São Paulo	9.143.842,11	7.759.596,76	1.212.389,45	-	-	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 17 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Identificação da Ação							
Código	2549		Tipo:		Atividade		
Descrição	Comunicação e Divulgação Institucional						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	300.000,00	300.000,00	300.000,00	207.316,58	207.316,58	-	92.683,42
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
3474 - No Município de Campinas - SP	Matéria veiculada			Unidade	300	-	603
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	19.524,62	1.299,60	18.225,02	Matéria veiculada	Unidade	4	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 18 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

Identificação da Ação							
Código	4224		Tipo:		Atividade		
Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	11.500.000,00	12.831.861,00	12.831.861,00	11.495.045,81	11.486.266,86	8.778,95	1.336.815,19
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
3474 - No Município de Campinas - SP	Pessoa assistida			Unidade	14.110	-	12.481
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	16.213,98	16.213,98	-	Pessoa assistida	Unidade	18	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 19 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Identificação da Ação							
Código	4256		Tipo:		Atividade		
Descrição	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código:		0571 Tipo:		
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3474 - No Município de Campinas - SP	152.288.670,00	156.081.804,00	143.712.097,76	126.902.339,65	125.406.925,19	1.495.414,46	16.809.758,11
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
3474 - No Município de Campinas - SP	Processo julgado		Unidade	380.000	-	382.321	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - Nacional	271.033,55	26.536,95	244.496,60	Processo julgado	Unidade	0	
3474 - No Município de Campinas - SP	22.955.104,49	15.651.795,13	2.250.971,61	Processo julgado	Unidade	0	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 20 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA

Identificação da Ação							
Código	7T90 Tipo: Projeto						
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga - SP						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região - Campinas/SP						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4007 – No município de Votuporanga	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
4007 – No município de Votuporanga	Edifício Construído		Percentual de execução física	67	-	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4007 – No município de Votuporanga	162.700,00	4.804,76	-	Edifício Construído	Percentual de execução física	1	

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.1.3 Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS e Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não houve execução, no exercício de 2015, vinculada a Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS, desta forma as mesmas estão tratadas em texto explicativo do referido item – Análise Situacional, do presente relatório.

O subitem Ações – Orçamento de Investimento – OI não se aplica ao Órgão, uma vez que não foram consignados créditos relativos ao Orçamento de Investimentos.



2.3.1.4 Análise Situacional

2.3.1.4.1 Do Desempenho das Ações

Registre-se que, conforme as inovações contidas no Plano Plurianual, PPA 2012 – 2015, relativas à organização dos programas de acordo com sua finalidade, os programas consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região se enquadram no seguinte tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, e reúnem um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Os programas e as respectivas Ações, consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região no exercício de 2015, seguem demonstrados pelo total do orçamento disponibilizado, dos montantes empenhados e executados e, ainda, das metas físicas ajustadas em unidades, previstas e executadas, em conformidade com o disponibilizado no SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal.

A descrição dos projetos, atividades e operações especiais, discriminada logo abaixo do quadro com os números relativos à execução de cada ação foram extraídos do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal no seguinte endereço: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico&rvn=1>.

Estão demonstrados também, nas respectivas ações orçamentárias, os valores relativos à execução no ano de 2015 de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2014, contempladas também as ações cujos créditos foram descentralizados.

Os programas atribuídos ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, e sob a responsabilidade deste, foram:

- a) (0089) Previdência de Inativos e Pensionistas da União,
- b) (0571) Prestação Jurisdicional Trabalhista e,
- c) (0901) Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais
- d) (0909) Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

2.3.1.4.2 Das Ações

O quadro a seguir sintetiza a execução de todas as Ações Orçamentárias consignadas a este Tribunal, no exercício de 2015, e demonstra o elevado índice de aplicação dos recursos, com a execução de 99% e liquidação de 97% do orçamento disponibilizado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 21 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2015

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2015

		Em R\$						
AÇÃO E PLANO ORÇAMENTÁRIO	INICIAL	FINAL	EMPENHADO	% EMP	LIQUIDADO	% LIQ	PAGO	
CRÉDITOS CONSIGNADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL								
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	185.236.887,00	236.249.806,00	236.249.806,00	100%	235.005.442,49	99%	235.005.442,49
00M1	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	335.208,00	335.208,00	335.208,00	100%	311.951,18	93%	311.951,18
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	126.100.000,00	139.367.993,00	139.367.993,00	100%	138.864.739,38	100%	138.864.739,38
11BM	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP		400.000,00	400.000,00	100%		0%	
14R7	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP		400.000,00		0%		0%	
14ZJ	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	250.000,00	175.000,00	28.000,00	16%	28.000,00	16%	28.000,00
1M61	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	4.000.000,00	6.320.000,00	3.881.255,58	61%		0%	
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	34.295.940,00	33.075.940,00	33.075.940,00	100%	32.690.879,25	99%	32.690.786,62
2010	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	4.946.832,00	5.527.642,00	5.527.642,00	100%	5.511.367,81	100%	5.511.367,81
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE - CIVIS	348.000,00	348.000,00	348.000,00	100%	330.761,70	95%	330.761,70
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	35.816.256,00	45.420.673,00	45.420.673,00	100%	45.336.009,80	100%	45.336.009,80
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	697.000.000,00	788.898.361,00	788.898.361,00	100%	787.716.117,56	100%	787.716.117,56
2549	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	300.000,00	300.000,00	300.000,00	100%	207.316,58	69%	207.316,58
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	11.500.000,00	12.831.861,00	12.831.861,00	100%	11.495.045,81	90%	11.486.266,86
4256	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	147.168.670,00	151.411.804,00	139.711.114,37	92%	123.446.086,99	82%	121.951.073,03
4256	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.500.000,00	3.244.000,00	2.857.310,80	88%	2.396.906,06	74%	2.396.505,56
4256	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	2.500.000,00	1.066.000,00	813.624,89	76%	802.152,22	75%	802.152,22
4256	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO	120.000,00	120.000,00	120.000,00	100%	60.189,68	50%	60.189,68
4256	TRABALHO SEGURO		240.000,00	210.047,70	88%	197.004,70	82%	197.004,70
7T90	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	400.000,00	400.000,00		0%		0%	
		1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.410.376.837,34	99%	1.384.399.971,21	97%	1.382.895.685,17
DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS DE CRÉDITO								
20G2	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS		24.541,57	24.541,57	100%	24.541,57	100%	24.541,57
2C73	MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		6.797.517,07	6.797.517,07	100%	2.121.827,54	31%	2.121.827,54
151Y	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - PJE		276.209,11	276.209,11	100%		0%	
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		1.706.263,70	1.706.263,70	100%		0%	
0625	REQUISICÕES DE PEQUENO VALOR		7.595.444,84	7.593.909,11	100%	7.593.909,11	100%	7.593.909,11
		0,00	16.399.976,29	16.398.440,56	100%	9.740.278,22	59%	9.740.278,22
DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS DE CRÉDITO								
0005	PRECATÓRIOS (ADM. INDIRETA)		311.902,00	307.654,69	99%	307.654,69	99%	307.654,69
00G5	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISICÕES DE PEQUENO VALOR (ADM. INDIRETA)		22.340,00		0%		0%	
0005	PRECATÓRIOS (ADM. DIRETA)		14.820.880,00	14.818.351,71	100%	14.818.351,71	100%	14.818.351,71
		0,00	15.155.122,00	15.126.006,40	100%	15.126.006,40	100%	15.126.006,40
TOTAL GERAL		1.252.817.793,00	1.457.687.386,29	1.441.901.284,30	99%	1.409.266.255,83	97%	1.407.761.969,79

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os valores relativos à LOA/2015 inscritos em Restos a Pagar Não Processados e Processados no final do exercício, por Ação Orçamentária, estão dispostos no demonstrativo a seguir.

QUADRO 22 – DEMONSTRATIVO DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR – LOA/2015

DEMONSTRATIVO DA INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR REFERENTE LOA/2015

		Em R\$	
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANO ORÇAMENTÁRIO		NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS
CRÉDITOS CONSIGNADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL			
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	1.244.363,51	
00M1	AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	23.256,82	
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	503.253,62	
11BM	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	400.000,00	
1M61	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	3.881.255,58	
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE CIVIS - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	385.060,75	92,63
2010	ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	16.274,19	
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE - CIVIS	17.238,30	
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CIVIS	84.663,20	
20TP	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1.182.243,44	
2549	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	92.683,42	
4224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	1.336.815,19	8.778,95
4256	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	16.265.027,38	1.495.013,96
4256	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	460.404,74	400,50
4256	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	11.472,67	
4256	MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTIÇA DO TRABALHO	59.810,32	
4256	TRABALHO SEGURO	13.043,00	
		25.976.866,13	1.504.286,04
DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS DE CRÉDITO			
2C73	MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.675.689,53	
151Y	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - PJE	276.209,11	
1P66	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1.706.263,70	
		6.658.162,34	
TOTAL GERAL		32.635.028,47	1.504.286,04

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue demonstrado, também, quadro com a execução ocorrida em 2015 dos restos a pagar por ação orçamentária, discriminados os valores relativos à inscrição, reinscrição, liquidação e cancelamento, bem como o saldo reinscrito em 31 de dezembro a ser executado em 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 23 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO 2015

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO 2015

Em R\$

AÇÃO E PLANO ORÇAMENTÁRIO	RNP INSCRITO	RNP REINSCRITO	RNP LIQUIDADO	RNP CANCELADO	SALDO REINSCRITO DEZ/2015
CRÉDITOS CONSIGNADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL					
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS	324.357,93	599.370,88	558.323,01	331.168,12	34.237,68
00M1 AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	105.101,72		2.014,83		103.086,89
09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	7.248.309,28	2.322.803,65	843.516,90	8.713.532,63	14.063,40
11BM CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	1.100.877,18	1.061.707,12	2.058.013,44	26.341,30	78.229,56
11BO CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE VARA DO TRABALHO EM RIO CLARO - SP		626.582,62			626.582,62
14R7 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	500.000,00	1.964.721,30	478.130,57		1.986.590,73
14ZJ CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	10.933,96		10.933,96		
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	821.306,42	244.493,23	202.869,38	352.303,45	510.626,82
2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR A OS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	20.821,22	10.503,76	864,32	10.503,76	19.956,90
2011 AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	66.665,06	9.736,92	256,98	9.736,92	66.408,08
2012 AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	321.895,17	203.530,11	61.959,72	145.603,66	317.861,90
20TP PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	5.391.891,30	3.751.950,81	7.759.596,76	1.212.389,45	171.855,90
2549 COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	4.869,80	14.654,82	1.299,60	18.225,02	
4224 ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	16.213,98		16.213,98		
4256 APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	19.353.883,66	3.387.233,77	15.459.432,62	2.355.373,86	4.926.310,95
4256 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	400.592,77	2.079,89	196.622,31	140.094,35	65.956,00
4256 FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	38.380,95		11.021,65		27.359,30
4256 TRABALHO SEGURO	43.967,00		11.255,50		32.711,50
7T90 CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	162.700,00		4.804,76		157.895,24
0536 RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS A O MONTEPIO CIVIL	768.339,02		0,00		768.339,02
	36.701.106,42	14.199.368,88	27.677.130,29	13.315.272,52	9.908.072,49
DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS DE CRÉDITO					
2C73 MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	12.446.931,62	24.030,00	11.269.945,70	24.030,00	1.176.985,92
1P66 MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	1.654.062,05		819.974,95		834.087,10
	14.100.993,67	24.030,00	12.089.920,65	24.030,00	2.011.073,02
TOTAL GERAL	50.802.100,09	14.223.398,88	39.767.050,94	13.339.302,52	11.919.145,51

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.4.3 Das Ações Constantes da LOA/2015

a) Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

a.1) 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – 09.272.0089.0181.0035 – Operações Especiais

QUADRO 24 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 185.236.887,00	R\$ 236.249.806,00	R\$ 236.249.806,00	R\$ 235.005.442,49	R\$ 235.005.442,49	R\$ 0,00	R\$ 1.244.363,51
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 923.728,81	R\$ 558.323,01	R\$ 331.168,12				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Esta Ação tem por objetivo garantir o pagamento devido aos Servidores Civis Inativos ou aos seus Pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

A dotação foi acrescida de uma suplementação de R\$ 51 milhões e suportou a insuficiência apresentada para a quitação das Folhas Normais de pagamento, bem como:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação do pagamento de diferença de 13,23% devida aos servidores em decorrência de decisão judicial em conformidade com o Ofício-Circular nº 9/2014 – CSJT e Ofício nº 151/2015;
- Pagamento de diferenças de Correção Monetária e Juros sobre do período 2005/2006 devido a magistrados usados recursos por meio da Resolução 137/2014-CSJT;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT.

Os créditos relativos a restos a pagar suportaram os seguintes pagamentos:

- Diferenças de URV (11,98%);
- Diferenças decorrentes da liberação de recursos realizadas pelos Ofícios nºs 36 e 37/2014 do CSJT;
- Acertos e pendências relativos ao exercício de 2014.

O montante inscrito em 31 de dezembro de 2015 em Restos a Pagar Não Processados resguardará diferenças exigíveis de competência 2015 a serem liquidadas e pagas em 2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

b.1) 00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade – 02.331.0571.00M1.0035 – Operações Especiais

QUADRO 25 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 335.208,00	R\$ 335.208,00	R\$ 335.208,00	R\$ 311.951,18	R\$ 311.951,18	R\$ 0,00	R\$ 23.256,82
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 105.101,72	R\$ 2.014,83	R\$ 0,00				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação orçamentária destinada a garantir o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público por motivo de nascimento de filho.

A dotação consignada na LOA, bem como a execução de restos a pagar, suportaram as demandas no exercício, e o saldo inscrito RP Não Processados deverá amparar diferenças de competência 2015 no exercício seguinte.

b.2) 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – 02.122.0571.09HB.0035 – Operações Especiais

QUADRO 26 – CUSTEIO DO RPSPF

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 126.100.000,00	R\$ 139.367.993,00	R\$ 139.367.993,00	R\$ 138.864.739,38	R\$ 138.864.739,38	R\$ 0,00	R\$ 503.253,62
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 9.571.112,93	R\$ 843.516,90	R\$ 8.713.532,63				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A Ação se destina ao pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A dotação foi suplementada em R\$ 13,3 milhões e atendeu aos recolhimentos dos encargos relativos às seguintes despesas:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação do pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição concedida aos Magistrados pela Lei nº 13.095/2015 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 149/2015 do CSJT, posteriormente revogada pela Resolução Administrativa nº 155/2015 do mesmo Conselho;
- Implantação do pagamento de diferença de 13,23% devida aos servidores em decorrência de decisão judicial em conformidade com o Ofício-Circular nº 9/2014 - CSJT e Ofício nº 151/2015 – SJDF;
- Pagamento de diferenças de Correção Monetária e Juros sobre ATS do período 2005/2006 devido a magistrados usados recursos por meio da Resolução 137/2014-CSJT;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT;
- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99.

Os montantes recebidos, em conformidade com as disposições apresentadas mediante os Ofícios Circulares CSJT.GP.SG.CFIN nºs 29 e 30/2015, tiveram seus valores inscritos em restos a pagar não processados para liquidação no exercício seguinte.

A execução de restos a pagar no exercício de 2015 liquidou e pagou as seguintes folhas:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99;
- Diferenças de URV (11,98%);
- Diferenças decorrentes da liberação de recursos realizadas pelos Ofícios nºs 36 e 37/2014 do CSJT.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.3) 11BM – Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente – SP – 02.122.0571.11BM.3830 – Projeto

QUADRO 27 – CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	Reprogramada (*)	Realizada		
		Prevista				
-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 2.162.584,30	R\$ 2.058.013,44	R\$ 26.341,30	edifício construído	% de execução física	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício para sediar o Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, com 3.567,7 m² de área construída, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.

Trata-se de obra iniciada em 2013 com recursos consignados nas Leis Orçamentárias Anuais de 2012 e 2014.

Em 2015 foi executado 95% do total inscrito em restos a pagar não processados e o saldo de R\$ 78.229,56 foi reinscrito em 31 de dezembro de 2015 para liquidação no exercício seguinte.

Considerando a necessidade de aditamento contratual e diante da ausência de abertura do referido projeto na LOA/2015, a exemplo do ocorrido em 2014, foi solicitado Crédito Especial, com oferecimento de recursos compensatórios na fonte 181, vinculados aos contratos celebrados entre este Tribunal e as Instituições Financeiras Oficiais.

Os recursos foram autorizados mediante a publicação da Lei nº 13.209 em 23 de Dezembro de 2015, montante de R\$ 400 mil, os quais foram devidamente empenhados em favor da Empresa Prudesan e inscritos em restos a pagar não processados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.4) 14R7 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Barretos – SP – 02.122.0571.14R7.3428 – Projeto

QUADRO 28 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 2.464.721,30	R\$ 478.130,57	R\$ 0,00	edifício construído	% de execução física	-	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada à construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado em Barretos – SP.

Trata-se de projeto contemplado na LOA/2013 e aplicado na contratação de empresa para a execução da obra, Clipper Construtora Ltda.

Na LOA/2014 foram autorizados créditos para amparar os gastos com a obra, mediante Crédito Especial com oferecimento de recursos compensatórios na fonte 181, vinculados aos contratos celebrados entre este Tribunal e as Instituições Financeiras Oficiais, os quais foram devidamente empenhados e inscritos em restos a pagar não processados.

No exercício de 2015 foram liquidados 19% dos créditos inscritos em restos a pagar, restando o montante de R\$ 1.986.590,73 devidamente reinscrito para desembolso em 2016.

Tendo em vista que a LOA/2015 não contemplou o presente projeto e diante de informações das áreas técnicas sobre a necessidade de suplementação da dotação, foram solicitados e atendidos Créditos Especiais no valor de R\$ 400 mil, consoante Lei nº 13.209, publicada no DOU em 23 de dezembro de 2015.

Em decorrência do resultado insatisfatório de certames licitatórios, os créditos autorizados restaram disponíveis e foram oferecidos por esta Corte ao Conselho Superior do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho.

Desta forma, o montante de R\$ 400 mil se apresentou como crédito bloqueado para controle interno, indisponível no encerramento do exercício de 2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.5) 14ZJ – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Itapetininga – SP – 02.122.0571.14ZJ.3621 – Projeto

QUADRO 29 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 250.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOP %	
edifício construído	% de execução física	9	-	1	Eficiência	Eficácia
					69,44%	11,11%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 10.933,96	R\$ 10.933,96	R\$ 0,00	edifício construído	% de execução física	1,00%	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção de edifício para sediar a Vara do Trabalho, localizado na cidade de Itapetininga, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, naquele município.

Parte da dotação consignada na LOA/2014 destinada ao referido Projeto, no montante de R\$425 mil, foi objeto de contingenciamento, mediante limitação de empenho e movimentação financeira, conforme determinado pelo Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, consoante Ofício Circular nº 4/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN de 28 de março de 2014.

Em Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 34/2014, de 26 de Novembro de 2014, o Conselho Superior noticiou que o montante anteriormente contingenciado seria desbloqueado, entretanto utilizado como fonte de recurso compensatório, a fim de viabilizar a confecção de crédito adicional para pagamento de despesas decorrentes do auxílio-moradia aos Magistrados, de acordo com orientações emanadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP.

Os recursos destinados ao Projeto ampararam a contratação de empresa especializada em serviços técnicos para a elaboração de projetos executivos complementares destinados à construção do prédio, ao valor de R\$86 mil, tendo sido liquidado R\$75 mil no ano de 2014 e o restante inscrito em restos a pagar não processados.

No decorrer do exercício de 2014 foram formuladas solicitações de créditos adicionais, com oferecimento de recursos vinculados à fonte 181 – Contratos com as Instituições Financeiras Oficiais, no total de R\$2.296.000,00, conforme requisitado pela Unidade responsável pela Obra, as quais foram atendidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, restando o valor líquido suplementado de R\$1.871.000,00 destinado ao Projeto.

Ao final daquele exercício, por recomendação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que se manifestou através da sua Coordenadoria de Auditoria, foi suspensa a adjudicação e homologação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

do certame licitatório.

No ano de 2015 a Lei Orçamentária Anual contemplou R\$ 250 mil em créditos destinados à presente obra, contudo a execução orçamentária foi aplicada apenas na elaboração de projeto executivo complementar, para a construção do imóvel, amparado com os valores inscritos em restos a pagar (R\$ 10.933,96) e com recursos do exercício (R\$ 28.000,00).

O valor de R\$ 75 mil, relativo a créditos consignados na LOA/2015, foi cancelado e oferecido como recurso compensatório para crédito suplementar em apoio às despesas amparadas pela ação Apreciação de Causas.

O montante disponível foi oferecido por esta Corte ao Conselho Superior do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal nas ações de interesse da Justiça do Trabalho.

Desta forma, o saldo de R\$ 147 mil se apresentou como crédito bloqueado para controle interno, indisponível no encerramento do exercício de 2015.

b.6) 1M61 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira – SP – 02.122.0571.1M61.3820 – Projeto

QUADRO 30 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 4.000.000,00	R\$ 6.320.000,00	R\$ 3.881.255,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.881.255,58
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOF %	
edifício construído	% de execução física	100	-	0	Eficiência	Eficácia
					0,00%	0,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado à construção do Edifício para sediar a Vara do Trabalho, com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público e ao atendimento ao jurisdicionado, em Porto Ferreira – SP.

Trata-se de dotação de R\$ 4,0 milhões consignada na LOA/2015 e que foi alcançada pelo 1º contingenciamento do ano, com base no artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme processo administrativo nº 502.056/2015-9, no valor de R\$ 2.000.000,00 e, ainda, pelo 2º Contingenciamento, conforme anexo ao ofício circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 18/2015, no valor de R\$ 320.000,00.

A recomposição do valor estimativo inicial foi obtida mediante crédito suplementar com oferecimento de recursos na fonte 181, provenientes de acordos com Instituições Financeiras, no valor de R\$ 2.320.000,00 (SIOF nº 46.110). O crédito suplementar foi atendido por meio do Ato CSJT nº 242, publicado no DOU em 21/09/2015.

Findos os procedimentos relativos aos certames licitatórios foram emitidos os empenhos à empresa



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Camara e Griffo Engenharia, no valor de R\$ 2.985.581,21, bem como o montante de R\$ 895.674,37 destinado a garantir a execução da obra em caso de dispêndios com eventuais acréscimos e reajustes decorrentes do contrato de prestação de serviços.

Desta forma, no encerramento do exercício de 2015 a presente dotação apresentou os seguintes saldos: R\$ 3.881.255,58 inscritos em restos a pagar não processados para liquidação no exercício seguinte e R\$ 2.437.000,00, em créditos indisponíveis, bloqueados para controle interno, sendo que deste total R\$ 2.320.000,00 foram contingenciados, conforme mencionado anteriormente, e R\$ 117.000,00, relativos a créditos disponíveis, foram oferecidos por esta Corte ao Conselho Superior do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho.

b.7) 7T90 – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Votuporanga – SP – 02.122.0571.7T90.4007 – Projeto

QUADRO 31 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOP % Eficiência	Eficácia
edifício construído	% de execução física	67	-	0	0,00%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 162.700,00	R\$ 4.804,76	R\$ 0,00	edifício construído	% de execução física	1,00%	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Construção de edifício na cidade de Votuporanga – SP para instalação e funcionamento da Vara do Trabalho da Cidade, com características básicas que possibilitem receber o público-alvo em instalações condizentes, propiciando o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação jurisdicional trabalhista.

A exemplo do ocorrido em 2014, o recurso foi autorizado na Lei Orçamentária Anual/2015 por intermédio de emenda parlamentar.

Parte do crédito foi alcançado pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, com base no artigo 9º da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) de acordo com o processo administrativo nº 502.056/2015-9, no valor de R\$ 141.360,00, e conforme anexo ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 18/2015, no valor de R\$ 17.160,00.

Pela limitação orçamentária, não houve execução desta Ação Orçamentária, restando ao final do exercício o montante de R\$ 158.520,00 bloqueado para controle interno e R\$ 241.480,00 em crédito disponível, não passível de oferecimento para a suplementação de outras ações ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho por se tratar de recurso originário de emenda parlamentar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2015 se destinou à liquidação de despesas atinentes a estudos e projetos preliminares à construção, contratados no ano de 2014.

b.8) 2004 – Assistência Médica e Odontológica de Civis – 02.301.0571.2004.0035 – Atividade

QUADRO 32 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 34.295.940,00	R\$ 33.075.940,00	R\$ 33.075.940,00	R\$ 32.690.879,25	R\$ 32.690.786,62	R\$ 92,63	R\$ 385.060,75
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 1.065.799,65	R\$ 202.869,38	R\$ 352.303,45				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Dotação destinada à concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

A dotação inicial consignada na LOA/2015 apresentou um aumento de 33% nos gastos em relação ao ano anterior e amparou os dispêndios relativos: ao Ato Regulamentar GP nº 14/2014, 02 de junho de 2014, que instituiu o "Programa de Assistência Farmacêutica" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª, o custo do ano somou R\$ 166 mil; a majoração do benefício em conformidade com o Comunicado da Presidência nº 18/2015, o qual dispôs que: a partir de 01/04/2015, o valor mensal do ressarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovem estar abrangidos por plano de saúde, o subsídio será escalonado pelo critério de faixa etária do titular (10) variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 (14/05/2015).

Suportou, ainda, a disponibilização do montante de R\$ 1.220.000,00 ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho.

Os montantes despendidos relativos à LOA/2015 foram aplicados nas seguintes despesas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 33 – APLICAÇÃO DE RECURSOS – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

APLICAÇÃO	VALOR EMPENHADO (R\$)
EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	15.990,00
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.974,03
MATERIAL FARMACOLOGICO	25.130,05
MATERIAL HOSPITALAR	13.855,04
MATERIAL ODONTOLOGICO	67.107,65
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	32.751.883,23
RESTITUICOES	200.000,00
TOTAL	33.075.940,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2015 decorreu, sobretudo, de ressarcimentos efetuados a magistrados e servidores, pendentes de outros exercícios.

b.9) 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis e de Empregados – 02.331.0571.2010.0035 – Atividade

QUADRO 34 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 4.946.832,00	R\$ 5.527.642,00	R\$ 5.527.642,00	R\$ 5.511.367,81	R\$ 5.511.367,81	R\$ 0,00	R\$ 16.274,19
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 31.324,98	R\$ 864,32	R\$ 10.503,76				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada à concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.

A dotação inicial se mostrou insuficiente para atender a demanda anual de despesas com assistência pré-escolar e foi suplementada em R\$580.810,00.

O montante executado no ano de 2015 teve variação positiva de 12% em relação ao exercício anterior, decorrente da majoração do auxílio ocorrida no exercício, de acordo com o Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixou em R\$ 632,15 o valor mensal do benefício, a partir da folha de janeiro/15.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A majoração foi viabilizada em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ, 18/03/2015 com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.

b.10) 2011 – Auxílio-Transporte – Civis – 02.331.0571.2011.0035 – Atividade

QUADRO 35 – AUXÍLIO-TRANSPORTE

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 348.000,00	R\$ 348.000,00	R\$ 348.000,00	R\$ 330.761,70	R\$ 330.761,70	R\$ 0,00	R\$ 17.238,30
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 76.401,98	R\$ 256,98	R\$ 9.736,92				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A ação se destina ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A dotação consignada na Lei Orçamentária Anual foi suficiente para o atendimento das demandas no exercício financeiro de 2015.

A análise do valor liquidado em 2015 em relação ao ano de 2014 apresenta uma redução de 3% na demanda do benefício.

b.11) 2012 – Auxílio-Alimentação de Civis – 02.331.0571.2012.0035 – Atividade

QUADRO 36 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 35.816.256,00	R\$ 45.420.673,00	R\$ 45.420.673,00	R\$ 45.336.009,80	R\$ 45.336.009,80	R\$ 0,00	R\$ 84.663,20
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 525.425,28	R\$ 61.959,72	R\$ 145.603,66				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada à concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

A dotação consignada na LOA/2015 foi suplementada em R\$ 9.604.417,00, por meio de decretos presidenciais e atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total aplicado no benefício em 2015 foi 5,5% superior ao gasto no ano anterior, decorrente de sua majoração, conforme o disposto no Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixou em R\$ 799,00 o valor mensal do auxílio, a partir da folha de janeiro/2015. O aumento foi viabilizado em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ, de 18/03/2015, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.

b.12) 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – 02.122.0571.20TP.0035 – Atividade

QUADRO 37 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 697.000.000,00	R\$ 788.898.361,00	R\$ 788.898.361,00	R\$ 787.716.117,56	R\$ 787.716.117,56	R\$ 0,00	R\$ 1.182.243,44
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 9.143.842,11	R\$ 7.759.596,76	R\$ 1.212.389,45				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Ação destinada ao pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.

A dotação inicial destinada ao pagamento de Pessoal Ativo, consignada na Lei Orçamentária Anual – 2015, foi suplementada em R\$ 91.898.361,00, e o total executado somou R\$ 787.716.117,56, suportando:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação do pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição concedida aos Magistrados pela Lei nº 13.095/2015 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 149/2015 do CSJT, posteriormente revogada pela Resolução Administrativa nº 155/2015 do mesmo Conselho;
- Implantação do pagamento de diferença de 13,23% devida aos servidores em decorrência de decisão judicial em conformidade com o Ofício-Circular nº 9/2014 - CSJT e Ofício nº 151/2015 – SJDF;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamento de diferenças de Correção Monetária e Juros sobre ATS do período 2005/2006 devido a magistrados usados recursos por meio da Resolução 137/2014-CSJT;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99.

Os montantes recebidos, em conformidade com as disposições apresentadas mediante os Ofícios Circulares CSJT.GP.SG.CFIN n°s 29 e 30/2015, tiveram seus valores inscritos em restos a pagar não processados para liquidação no exercício seguinte.

A execução dos restos a pagar no exercício financeiro de 2015 propiciou a quitação das seguintes despesas:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99;
- Diferenças de URV (11,98%);
- Diferenças decorrentes da liberação de recursos realizadas pelos Ofícios n°s 36 e 37/2014 do CSJT;
- Acertos e pendências relativos ao exercício de 2014.

b.13) 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional – 02.131.0571.2549.3474 – Atividade

QUADRO 38 – COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 207.316,58	R\$ 207.316,58	R\$ 0,00	R\$ 92.683,42
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOP %	
matéria veiculada	unidade	300	-	603	Eficiência	Eficácia
					290,86%	201,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 19.524,62	R\$ 1.299,60	R\$ 18.225,02	matéria veiculada	unidade	4	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A ação se destina à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A dotação consignada na LOA/215, bem como os créditos originários da execução de restos a pagar não processados no exercício, foram plenamente aplicados em publicidade legal, qual seja, a contratação de serviços para publicação de extratos das licitações e de outros atos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em jornais de grande circulação e no Diário Oficial da União.

A execução orçamentária em 2015 relativa aos gastos amparados nesta Ação foi 20% superior que a verificada no ano de 2014.

A otimização na aplicação dos recursos resultou na superação da meta proposta na LOA/2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.14) 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – 02.061.0571.4224.3474 – Atividade

QUADRO 39 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 11.500.000,00	R\$ 12.831.861,00	R\$ 12.831.861,00	R\$ 11.495.045,81	R\$ 11.486.266,86	R\$ 8.778,95	R\$ 1.336.815,19
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOP %	
peessoa assistida	unidade	14.110	-	12.481	Eficiência 98,74%	Eficácia 88,45%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
R\$ 16.213,98	R\$ 16.213,98	R\$ 0,00	peessoa assistida	unidade	18	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A dotação ampara o pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

O montante consignado na Lei Orçamentária Anual foi insuficiente, diante da demanda informada pela Área Judiciária, e foi suplementado em R\$ 1.331.862,00, mediante ato do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A meta realizada refletiu a demanda pela despesa no exercício de 2015, de acordo com os procedimentos operacionais de autorização de pagamento das perícias, sendo que o montante inscrito em restos a pagar garantirá a quitação das despesas a serem encaminhadas pelas áreas técnicas para o pagamento devido.

A meta física realizada não atingiu a prevista na Lei Orçamentária Anual.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.15) 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – 02.061.0571.4256.3474 – Atividade

QUADRO 40 – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 152.288.670,00	R\$ 156.081.804,00	R\$ 143.712.097,76	R\$ 126.902.339,65	R\$ 125.406.925,19	R\$ 1.495.414,46	R\$ 16.809.758,11
Execução Física da Ação						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	Indicadores SIOP %	
processo julgado	unidade	380.000	-	382.321	Eficiência	Eficácia
					123,74%	100,61%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 23.226.138,04	R\$ 15.678.332,08	R\$ 2.495.468,21				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Esta Atividade tem por escopo a aplicação dos recursos em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de Magistrados e Servidores, por intermédio da execução de despesas diversas, detalhadas nos planos orçamentários.

O produto desta Atividade é o processo julgado. Os quantitativos físicos superaram os previstos na Lei Orçamentária Anual, resultando em índices superiores a 100% apontados pelos indicadores de eficiência e eficácia do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento da União.

A partir de 2014, as Ações de Capacitação de Recursos Humanos, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho e Trabalho Seguro foram vinculadas à Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, na forma de Plano Orçamentário – PO, com caráter gerencial – não constante na Lei Orçamentária Anual, cujas análises estão contempladas no presente relatório como subitens da Ação Orçamentária.

b.15.1) PO 0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 41 – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 147.168.670,00	R\$ 151.411.804,00	R\$ 139.711.114,37	R\$ 123.446.086,99	R\$ 121.951.073,03	R\$ 1.495.013,96	R\$ 16.265.027,38
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 22.741.117,43	R\$ 15.459.432,62	R\$ 2.355.373,86				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os recursos se destinam às atividades que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de magistrados e servidores, por meio da execução de despesas com: viagens e locomoção; diárias; indenizações e restituições; ajuda de custo; auxílio-moradia; serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; aquisição e guarda de material de consumo, expediente e material permanente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; outras despesas administrativas; veículos (aquisição, licenciamento, peças, aluguel, manutenção, revisão, reparo, combustível); manutenção e conservação de imóveis, próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos Tribunais Trabalhistas, compreendendo: aluguel, despesas de condomínio e seguros; impostos e taxas; serviços de vigilância; serviços de limpeza; locação de mão-de-obra para vigilância e limpeza; conservação; estagiários; aquisições; construções e reformas prediais de pequeno vulto e que não ultrapassem o exercício financeiro; serviços de utilidade pública (água, luz, gás e afins); aquisição e manutenção de equipamentos de ar condicionado; de prevenção de incêndio; de elevadores e de escadas rolantes; aquisição, locação, manutenção e suprimento de equipamentos, softwares e material de consumo de informática; serviços de consultoria na área de informática; dentre outros.

Os créditos consignados na LOA/2015 tiveram uma suplementação líquida de R\$ 4,2 milhões, tendo sido suplementadas as dotações relativas a despesas correntes no valor de R\$ 7,6 milhões e cancelado o montante de (R\$ 3,4) milhões em dotação de capital, conforme segue.

QUADRO 42 – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO – EXECUÇÃO

PLANO ORÇAMENTÁRIO: APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Em R\$ 1,00

CATEGORIA DE GASTO	LEI	SUPLEMENTADO / CANCELADO	AUTORIZADO	EXECUTADO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 134.168.670,00	R\$ 7.645.000,00	R\$ 141.813.670,00	R\$ 133.099.395,37
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 13.000.000,00	-R\$ 3.401.866,00	R\$ 9.598.134,00	R\$ 6.611.719,00
TOTAL	R\$ 147.168.670,00	R\$ 4.243.134,00	R\$ 151.411.804,00	R\$ 139.711.114,37

Fonte Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira. Ação: Apreciação de Causas. Total Executado - considerados os valores inscritos em restos a pagar não processados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Do saldo total de R\$ 11.700.689,63 entre o total autorizado e o montante executado neste Plano Orçamentário, ao final do ano de 2015, relativo à dotação não utilizada no exercício, R\$ 11.101.025,67 está amparado pelos recursos repassados pelos Bancos Oficiais, de fonte 181. Tais recursos permanecem à disposição do Tribunal e são passíveis de oferecimento nas solicitações de Créditos Orçamentários Adicionais no exercício seguinte.

O valor expressivo relativo à inscrição em restos a pagar no ano, R\$ 16,2 milhões, decorreu, sobretudo, de compromissos assumidos ao final do exercício financeiro

Seguem analisados os gastos por categoria econômica, consignados ao TRT da 15ª Região em 2015, no Plano Orçamentário – Apreciação de Causas.

QUADRO 43 – EXECUÇÃO LOA/2015 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R\$		
TOTAL EXECUTADO	TOTAL REALIZADO	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
133.099.395,37	120.267.469,50	12.831.925,87

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A tabela que segue apresenta a execução dos gastos, total empenhado ano, por elemento de despesa.

QUADRO 44 – EXECUÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Natureza Despesa	Descrição	Total Empenhado (R\$)
339014	DIARIAS – PESSOAL CIVIL	8.633.754,24
339030	MATERIAL DE CONSUMO	6.545.412,05
339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	9.900,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.105.805,70
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	14.243.654,83
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	36.446.138,60
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	35.220.958,01
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	216.922,93
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	614.790,80
339091	SENTENCAS JUDICIAIS	21.405.299,10
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	722.305,01
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.850.454,10
339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	84.000,00
		133.099.395,37

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O quadro a seguir apresenta os gastos mais significativos no ano de 2015, em valores empenhados por natureza de despesa detalhada, aplicados na manutenção do Órgão, amparados pelos créditos consignados no Plano Orçamentário: Apreciação de Causas, destinados a propiciar a solução de controvérsias trabalhistas.

QUADRO 45 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – MAIORES VALORES

Natureza Despesa Detalhada	DESCRIÇÃO DO GASTO	TOTAL EMPENHADO ANO (R\$)
33909190	SENTENCA JUDICIAL – AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.395.651,69
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	14.918.653,27
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	10.410.686,73
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	9.469.085,35
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	8.731.699,28
33901414	DIARIAS NO PAIS	8.590.058,80
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	7.348.738,89
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	6.483.013,71
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.351.770,01
33909305	INDENIZACAO DE TRANSPORTE – PESSOAL CIVIL	5.290.197,33
33903607	ESTAGIARIOS	4.220.177,88
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	3.552.128,31
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.089.086,26
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.953.198,78
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.943.388,40
33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.537.646,45
33903974	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.513.355,52
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	1.390.202,40
33909303	AJUDA DE CUSTO – PESSOAL CIVIL	1.184.082,02
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.125.869,52

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do processo da Ação Originária nº 2.511 foi processado o pagamento do auxílio-moradia aos Magistrados, amparados pela ação orçamentária “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” com classificação de outros custeios, destinada ao atendimento de sentenças judiciais, conforme Ofício Circular nº 23/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução de restos a pagar no ano de 2015 apresentou valor significativo na liquidação de outras despesas correntes, R\$ 10,3 milhões, sendo os gastos mais relevantes com: manutenção e conservação de bens imóveis, R\$2,3 milhões; contratos de limpeza e conservação, R\$ 2 milhões; vigilância ostensiva, R\$ 1,1 milhão; apoio administrativo técnico e operacional, R\$ 885 mil; dentre outros.

QUADRO 46 – EXECUÇÃO LOA/2015 – DESPESAS DE CAPITAL

R\$		
TOTAL EXECUTADO	TOTAL REALIZADO	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
6.611.719,00	3.178.617,49	3.433.101,51

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O total empenhado, por elemento de despesa, foi assim investido:

QUADRO 47 – EXECUÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA – DESPESAS DE CAPITAL

Natureza Despesa	Descrição	Total Empenhado (R\$)
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	164.364,94
449051	OBRAS E INSTALACOES	5.973,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.416.183,06
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	25.198,00
	TOTAL	6.611.719,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A tabela a seguir apresenta os itens em que foram realizados os gastos de capital mais relevantes.

QUADRO 48 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – MAIORES VALORES

Item do Imobilizado	Total Empenhado (R\$)
MOBILIARIO EM GERAL	2.723.066,09
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	1.549.593,78
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	780.893,17
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	496.880,04
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	490.538,00
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	325.652,98
AQUISICAO DE SOFTWARE	164.364,94

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A execução de restos a pagar no exercício de 2015, das despesas de capital, somou R\$ 5,2 milhões em liquidação, destaque para os seguintes itens entregues, por relevância no valor: equipamentos de processamento de dados, R\$ 2,4 milhões; aparelhos e utensílios domésticos, R\$ 1,2 milhão; veículos, R\$ 531 mil; aquisição de software, 360 mil; dentre outros.

b.15.2) PO 0002 – Capacitação de Recursos Humanos

QUADRO 49 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 2.500.000,00	R\$ 3.244.000,00	R\$ 2.857.310,80	R\$ 2.396.906,06	R\$ 2.396.505,56	R\$ 400,50	R\$ 460.404,74
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 402.672,66	R\$ 196.622,31	R\$ 140.094,35				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os créditos consignados no plano orçamentário propiciaram o oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia e a modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente, bem como proporcionar ao quadro de integrantes do Órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

O orçamento inicial consignado na LOA/2015 foi suplementado em R\$ 744 mil.

Os esforços despendidos pela Escola Judicial e pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal na promoção de eventos frequentes; as exigências da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, concernente a treinamento para o exercício de funções gerenciais e de agentes de segurança; o fato de as atividades oferecidas terem sido ministradas, em sua maioria, nas dependências do Órgão, bem como, a implementação no Tribunal de cursos não presenciais, EAD – Ensino à Distância, possibilitaram o alcance de 7.028 capacitandos no exercício de 2015.

Os créditos consignados neste Plano Orçamentário viabilizaram as atividades idealizadas pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, bem como pela Secretaria de Gestão de Pessoas, e a execução orçamentária contabilizou o empenho das seguintes despesas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 50 – EXECUÇÃO – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Natureza Despesa Detalhada	Aplicação do Gasto	Total Empenhado (R\$)
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.302.113,49
33903059	MATERIAL PARA DIVULGACAO	4.792,50
33903501	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	123.180,00
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	1.969,52
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA FÍSICA	488.992,91
33903922	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	65.928,00
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	137.629,34
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA JURÍDICA	645.692,65
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	81.693,39
33913948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – INTRA SIAFI	5.319,00
TOTAL		2.857.310,80

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O saldo orçamentário disponível ao final do exercício, R\$ 386.689,20, foi oferecido por esta Corte ao Conselho Superior do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho, e bloqueado para controle interno no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A execução de restos a pagar no exercício 2015, R\$ 197 mil, teve origem nos serviços prestados, sobretudo, relativos a consultoria e treinamento.

b.15.3) PO 0003 – Manutenção de Varas Itinerantes na Justiça do Trabalho

QUADRO 51 – MANUTENÇÃO DE VARAS ITINERANTES

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 60.189,68	R\$ 60.189,68	R\$ 0,00	R\$ 59.810,32

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os recursos são destinados às ações de custeio e manutenção de varas itinerantes e postos avançados, que visam levar a prestação jurisdicional trabalhista aos locais mais distantes do território brasileiro mediante o deslocamento de magistrados e servidores, envolvendo despesas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

como: aquisição e manutenção de veículos, combustíveis, diárias, ajuda de custo, materiais de consumo e de expediente, passagens, gastos com locomoção e outras despesas. Abrigar despesas de custeio e de manutenção de varas do trabalho itinerantes em todo o território nacional, criadas e mantidas nos termos do § 1º do Artigo 115 da Constituição Federal.

Este Regional mantém 10 (dez) Postos Avançados instalados vinculados às Unidades Trabalhistas abaixo discriminadas:

- Araraquara, em Américo Brasiliense;
- Ituverava, em Igarapava;
- Orlandia, em Morro Agudo;
- Amparo, em Pedreira;
- Andradina, em Pereira Barreto;
- Pindamonhangaba, em Campos do Jordão;
- Pederneiras, em Bariri;
- São João da Boa Vista, em Espírito Santo do Pinhal;
- Jundiaí, em Vinhedo; e
- Campinas, em Valinhos.

Em 2013 foi implantada a Vara do Trabalho Itinerante de Rosana e no ano de 2014 a Vara do Trabalho Itinerante de Bananal, contabilizando 2 (duas) Unidades no âmbito da 15ª Região, originárias do convênio “Projeto Justiça em Movimento”.

A execução dos créditos consignados neste Plano Orçamentário foi destinada, sobretudo, para o ressarcimento de despesas com pedágio e combustível, nos deslocamentos a serviço de Magistrados e Servidores.

b.15.4) PO 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

QUADRO 52 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 2.500.000,00	R\$ 1.066.000,00	R\$ 813.624,89	R\$ 802.152,22	R\$ 802.152,22	R\$ 0,00	R\$ 11.472,67
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 38.380,95	R\$ 11.021,65	R\$ 0,00				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os créditos consignados no plano orçamentário se destinam a propiciar o oferecimento aos Magistrados de cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas, visando proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

Em 2015 foram consignados na Lei Orçamentária Anual R\$ 2.400.000,00 em créditos de custeio, e R\$ 100.000,00 de investimentos, destinados a amparar os eventos e atividades idealizados pela Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 15ª Região.

A dotação empenhada no ano foi aplicada nas seguintes despesas:

QUADRO 53 – EXECUÇÃO – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Natureza Despesa Detalhada	Aplicação do Gasto	Total Empenhado (R\$)
33901414	DIARIAS NO PAIS	565.772,37
33903059	MATERIAL PARA DIVULGACAO	826,00
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	3.504,30
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA FÍSICA	176.834,99
33903922	EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	16.500,00
33903941	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	46.661,80
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO – PESSOA JURÍDICA	1.605,00
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	9.125,00
44905233	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	852,00
44905242	MOBILIARIO EM GERAL	16.485,00
	TOTAL	838.166,46

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O valor de R\$ 1.434.000,00 relativo a dotação de custeio foi remanejado para amparar créditos adicionais em ações deficitárias.

Ao final do exercício financeiro, os créditos orçamentários disponíveis de custeio, R\$ 168.860,11, e de capital, R\$ 83.515,00, foram oferecidos por esta Corte ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho, e bloqueados para controle interno no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b.15.5) PO 0006 – Trabalho Seguro

QUADRO 54 – TRABALHO SEGURO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 240.000,00	R\$ 210.047,70	R\$ 197.004,70	R\$ 197.004,70	R\$ 0,00	R\$ 13.043,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 43.967,00	R\$ 11.255,50	R\$ 0,00				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A iniciativa conjunta do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visa à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Seu principal objetivo é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos, promovendo a articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais e aproximando os atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

Segue demonstrado a execução do valor recebido na forma de créditos adicionais, montante de R\$ 240.000,00, consignado no Plano Orçamentário destinado aos gastos relativos as ações voltadas ao Programa Trabalho Seguro:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 55 – EXECUÇÃO – PROGRAMA TRABALHO SEGURO
DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROGRAMA TRABALHO SEGURO

Atualizado até: 31/12/2015

Em R\$1,00

Movimentação	Valor
Crédito Suplementar Recebido	
Data: 25/ 05/ 2015 - Crédito Recebido – Ato Conj. TST/ CSJT nº 05, de 19/ 05/ 2015	240.000,00
	0,00
<i>Total Recebido:</i>	240.000,00
Objeto de Gasto	Valor Empenhado
Diárias	92.015,35
Diárias (Escola Judicial)	20.901,69
Diárias (Colaborador Eventual - Escola Judicial)	309,50
Material para divulgação (folder, banner, bloco de papel, pastas)	27.609,00
Serviços Gráficos	4.164,00
Passagens aéreas	26.080,76
Coffee-break – palestras	10.375,00
Coffee-break – palestras (Escola Judicial)	19.308,40
Locação de móveis e equipamento	5.350,00
Palestrantes (Escola Judicial)	3.934,00
Valor Empenhado:	210.047,70
Total Recebido:	240.000,00
Total Empenhado:	210.047,70
Saldo disponível:	29.952,30

Fonte: Levantamento realizado a partir das indicações contidas nas observações dos empenhos emitidos, bem como nas solicitações de diárias e gratificação de magistério. O montante relativo às diárias refere-se ao total executado.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Notas e Descrições:

Palestras:

- "O que é desenvolvimento normal de uma criança e quais danos ocorrem quando interrompido - um pequeno ensaio sobre o abandono, a ausência de afeto e o trabalho infantil" integrante do Seminário "O trabalho decente sob a ótica da erradicação do Trabalho
- "Respeito à idade mínima, trabalho protegido, saúde e segurança do jovem", integrante do Seminário "O trabalho decente sob a ótica da erradicação do trabalho infantil e do trabalho seguro dos adolescente: todos juntos pelo direito à proteção integral"
- Contratação de palestrante para proferir palestra sobre o tema "Análise e cuidados com a segurança e o meio ambiente do trabalho", integrante do seminário "Segurança do trabalho em máquinas e equipamentos", a ser realizada no dia 25 de setembro de 2015.
- Contratação de palestrante para proferir palestra sobre o tema "Possibilidades e alcance da nr12: o princípio do estado da técnica", integrante do seminário "Segurança do trabalho em máquinas e equipamentos", a ser realizada no dia 25 de setembro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Contratação do Sr. Marco Antônio Villatore para proferir palestra sobre o tema "segurança de máquinas e equipamentos e a responsabilidade do empregador", integrante do seminário "Segurança do trabalho em máquinas e equipamentos", a ser realizada no dia 25 de Setembro de 2015.
- Contratação do Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira para proferir palestra sobre o tema "o trabalho seguro na atualidade", integrante do seminário "Segurança do trabalho em máquinas e equipamentos", a ser realizada no dia 25 de setembro de 2015.

Curso a Distância:

Seminário:

Outros:

- Coffe e-Break - Evento promovido pela Escola Judicial da 15ª Região, no salão do SENAI de Franca/SP
- Mesa-redonda "Boas Práticas: atuação do Fórum para Erradicação do Trabalho Infantil em Franca e atuação do Juizado Especial da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho de Franca/SP"
- Coffe e-Break - "Visita Institucional de Estudantes de Faculdade de Direito, com Exposição e Distribuição de Material do Programa Trabalho Seguro do Tst"
- Coffe e-Break - "Visita Institucional de Estudantes de Faculdade de Direito, com Exposição e Distribuição de Material do Programa Trabalho Seguro do Tst"
- Coffe e-Break - Evento promovido pela Escola Judicial no salão do SENAI de Franca-SP.
- Serviços gráficos - "CARTILHA DO TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL"
- Contratação de empresa para fornecimento de Banners
- Instalação, em sistema de locação, de estruturas em Box Truss.
- Coffe e-Break - "Visita Institucional de Estudantes de Faculdade de Direito, com Exposição e Distribuição de Material do Programa Trabalho Seguro do Tst"
- Fornecimento de coffee-break, sem infraestrutura e serviço de buffet destinado a eventos de capacitação realizados pela Escola Judicial (ejud15).
- Aquisição de pastas para os seminários de Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.
- Coffe e-Break - Eventos de capacitações promovidos pela Escola Judicial na cidade de Campinas
- Passagem e Diária para o "Seminário Internacional de Trabalho Seguro" em Brasília

Valores Empenhados Final do Exercício :

- TR 1055/2015: Contratação de Box Truss para um eventual Seminário no Mackenzie.
- TR 1106/2015: Aquisição de 500 pastas para eventos.
- TR 1110/2015: Confeção de 700 blocos para eventos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.4.4 Das Ações de Outros Exercícios

a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

a.1) 11BO – Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Rio Claro – 02.122.0571.11BO.0101 – Projeto

QUADRO 56 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 626.582,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Atender e receber o público-alvo em instalações condizentes que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público. A jurisdição da Unidade Judiciária compreende os municípios de Rio Claro, Santa Gertrudes, Itirapina, Corumbataí e Ipeúna. Diretamente, serão beneficiadas as partes e os procuradores dos processos trabalhistas, os advogados que militam na área do direito do trabalho, os servidores e os juízes que fazem a prestação jurisdicional no município e região.

Trata-se de saldo de restos a pagar não processados em liquidação, relativos à LOA/2012, reinscritos em 31 de dezembro de 2014 e pendentes de realização conforme informações prestadas pela Coordenadoria de Contratos do Tribunal.

QUADRO 57 – CONSTRUÇÃO DA VARA DO TRABALHO DE RIO CLARO – RESTOS A PAGAR

63.120.00.00 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO

Posição em: DEZEMBRO/2015

em R\$

EMPENHO	CNPJ	CREDOR	CLASSIF.	PROCESSO	MOVIMENTAÇÕES			OBJETO	JUSTIFICATIVA
					DOCUMENTO	DATA	VALOR		
2012NE000829	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	2.268,55	Obras- Construção VT Rio Claro	Contrato rescindido. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa (ocaso está sub judice). (email de 30/06/14 – Coordenadoria de Contratos).
2012NE002088	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	552.203,63	Obras- Construção VT Rio Claro	
2012NE002412	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	72.110,44	Obras- Construção VT Rio Claro	
TOTAL							626.582,62		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Programa: 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

b.1) 0536 – Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio Civil – 09.274.0909.0536.0001 – Atividade

QUADRO 58 – RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS AO MONTEPIO CIVIL

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
R\$ 768.339,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

b.1.1) 0003 – Restituição de Valores Recolhidos ao Montepio Civil

Plano Orçamentário vinculado à Ação de Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais, destinado aos recursos orçamentários consignados na LOA/2014 para ressarcimento dos valores recolhidos ao Montepio Civil.

Não houve execução de restos a pagar não processados no exercício de 2015, devido à ausência de demanda pela despesa, o total inscrito em 31 de dezembro de 2014 foi reinscrito em 2015.

2.3.1.4.5 Das Ações – Descentralizações Internas

Dotações recebidas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, relativas aos Projetos de responsabilidade daquele Órgão Superior, quais sejam: R\$ 276.209,11 na Ação Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na JT (PJE); R\$ 1.706.263,70 destinados à Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho; e R\$ 7.595.444,84 em créditos para efetivação dos pagamentos das sentenças judiciais de pequeno valor – RPV.

Foram descentralizados, também, pelo Tribunal Superior do Trabalho, créditos para as Ações cadastradas como Atividades de responsabilidade daquele Órgão, quais sejam: R\$ 6.797.517,07 destinados à Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação e R\$ 24.541,57 direcionado à Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Seguem demonstrados os valores descentralizados e os totais executados por este Regional, bem como as descrições das Ações.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a) Programa: 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista

a.1) 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – 02.128.0571.20G2.0001 – Atividade

QUADRO 59 – FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 24.541,57	R\$ 24.541,57	R\$ 24.541,57	R\$ 24.541,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Atividade se destina a oferecer aos Magistrados cursos de formação inicial e de formação continuada, qualificação de instrutores, intercâmbio e estudos com o objetivo de elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de cursos de aprimoramento da Magistratura, produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre ordenamento jurídico, promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de jurisprudências e doutrinas. Proporcionar aos magistrados a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade de forma célere, efetiva, transparente e objetiva.

O montante descentralizado pelo Tribunal Superior do Trabalho foi assim constituído: R\$ 23.689,57 destinados a custeio, e R\$ 852,00 para despesas de capital.

A dotação recebida amparou os seguintes gastos:

- R\$ 23.689,57- Despesas com Diárias: FLS. 016/15 – Folha Extra de Diárias para participação no 18º curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho – ENAMAT – Ofício Circular ENAMAT 005/15.
- R\$ 852,00 – Despesas de Capital: CP. 0372/2015 – Aquisição de fones de ouvido para servidores da Escola Judicial.

Os presentes recursos foram geridos pela Escola Judicial do TRT da 15ª Região, os quais foram liquidados integralmente no exercício de 2015, não restando valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a.2) 2C73 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação – 02.126.0571.2C73.0001 – Atividade

QUADRO 60 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 6.797.517,07	R\$ 6.797.517,07	R\$ 2.121.827,54	R\$ 2.121.827,54	R\$ 0,00	R\$ 4.675.689,53
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 12.470.961,62	R\$ 11.269.945,70	R\$ 24.030,00				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Créditos destinados à implantação e desempenho de todos os sistemas nacionais, com ênfase no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho e custeio das despesas de Tecnologia da Informação e das Comunicações, indispensáveis à manutenção dos Sistemas Nacionais da Justiça do Trabalho, assegurando, assim, qualidade e celeridade na prestação jurisdicional trabalhista.

Do total descentralizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, R\$ 3.679.021,07 se destinaram a despesas de custeio e R\$ 3.118.496,00 a despesas de capital, e foram assim aplicados:

QUADRO 61 – EXECUÇÃO – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Natureza Despesa Detalhada	Aplicação	Valor Empenhado (R\$)
33903504	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	33.600,00
33903908	MANUTENCAO DE SOFTWARE	199.029,46
33903957	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	74.125,61
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	3.372.266,00
44903993	AQUISICAO DE SOFTWARE	722,00
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.117.774,00
TOTAL		6.797.517,07

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Segue quadro demonstrativo com as descentralizações recebidas, a finalidade, e os dados do empenho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**QUADRO 62 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
DETALHAMENTO**

Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia de Informação – Nacional

Em R\$

NOTA DE CRÉDITO (NC)	DATA (NC)	DESPESA	VALOR LÍQUIDO	PROCESSO	OBJETO	NOTA DE EMPENHO	VALOR EMPENHADO
2015NC000101	01/06/2015	3390.35	33.600,00	CP.0692/2015	Contratação de atualização da solução de segurança da informação (SOFTWARE MODULO RISK MANAGER) TST.501.893/2015-3	2015NE003640	33.600,00
2015NC000078	25/05/2015	3390.39	171.392,80	CP0220/2012	Pagto.Contratos de Serv.e de Suporte Técnico de Banco de Dados Oracle-Proj.SI GI/JT - TST.504.790/2013-1	2015NE002094	171.392,80
2015NC000101	01/06/2015	3390.39	20.416,66	CP.0692/2015	Contratação de atualização da solução de segurança da informação (SOFTWARE MODULO RISK MANAGER) TST.501.893/2015-4	2015NE003638	20.416,66
2015NC000119	11/06/2015	3390.39	3.372.266,00	PA.1324-34.2011	Custear despesas com a Rede - JT. Processo TST.500.868/2015-1	2015NE002479 2015NE002638	3.244.596,00 127.670,00
2015NC000225	16/11/2015	3390.39	38.885,00	CP.0783/2015	Aquisições de subscrições para servidores de aplicação JAVA para o sistema RJE/JT	2015NE004306	38.885,00
2015NC000242	20/11/2015	3390.39	7.220,00	CP.0789/2015	Contratação de solução de filtragem correio eletrônico	2015NE004307	7.220,00
2015NC000275	09/12/2015	3390.39	26.425,02	CP.0784/2015	Contratação de serviço de suporte ao banco de dados POSTGRESQL	2015NE004309	26.425,02
2015NC000317	22/12/2015	3390.39	8.815,59	CP.0788/2015	Contratação de serviços de suporte ao sistema operacional Linux	2015NE004310	8.815,59
SUB-TOTAL		3390.00	3.679.021,07				3.679.021,07
2015NC000101	1/6/2015	4490.39	devolvido		Contratação de atualização da solução de segurança da informação (SOFTWARE MODULO RISK MANAGER) TST.501.893/2015-3		
2015NC000002	30/12/2015						
2015NC000204	29/10/2015	4490.52	3.117.774,00	CP.0727/2015	Aquisição de microcomputadores. TST.504.195/2015-1	2015NE003811	3.117.774,00
2015NC000242	20/11/2015	4490.39	722,00	CP.0789/2015	Contratação de solução de filtragem correio eletrônico	2015NE4308	722,00
SUB-TOTAL		4490.00	3.118.496,00				3.118.496,00
TOTAL			6.797.517,07				6.797.517,07

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A execução dos valores relativos a restos a pagar não processados no exercício de 2015 apresentou valor significativo nas liquidações, R\$ 11,3 milhões, decorrente, sobretudo, da execução dos seguintes contratos:

- R\$ 8,9 milhões; CP. 0591/2014 – Instalação de "sala cofre" para o Data Center principal do TRT 15ª, incluindo o serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 meses;
- R\$ 876 mil; CP. 0371/2014 – Aquisição de 02 unidades de Subsistema de Armazenamento de Dados – Storage Midrange – 120TB Líquidos, marca EMC – ARP 60/2013 – B – TRT 3ª Região;
- R\$ 789 mil; PA. 1324-34.2011 – Serviços de telecomunicações de dados p/atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões / SIGI-JT (Sist. Integrado de Gestão de Informática da JT);
- R\$ 336 mil; CP. 0525/2014 – Aquisição de licenças e serviços de subscrição da suíte de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

virtualização Vmware, treinamento e suporte técnico dos produtos – ARP PE 59/2013 TRT3;

- R\$ 319 mil; CP. 0648/2014 – Aquisição de solução de controle, monitoramento e filmagem de conteúdo no uso da Internet (filtro de conteúdo Web) – Sec.Informática.

As liquidações ocorreram nas seguintes despesas:

QUADRO 63 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – RESTOS A PAGAR

Natureza Despesa Detalhada	Aplicação	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM 2015 (R\$)
33903504	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	40.568,00
33903908	MANUTENCAO DE SOFTWARE	68.466,55
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	34.359,20
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	788.769,02
44903993	AQUISICAO DE SOFTWARE	439.884,55
44905192	INSTALACOES	8.850.000,00
44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.047.898,38
TOTAL		11.269.945,70

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

a.3) 151Y – Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe – 02.126.0571.151Y.0001 – Projeto

QUADRO 64 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 276.209,11	R\$ 276.209,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 276.209,11

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto destinado ao desenvolvimento e implantação de Sistema Processual Eletrônico de Processos Judiciais que contemple todas as atividades essenciais à tramitação dos processos e ao intercâmbio de informações entre os diversos ramos do Poder Judiciário, cobrindo desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente dos autos eletrônicos, com as seguintes características: adoção de fluxos para definição do trâmite processual, lançamento de atos e de movimentos processuais, segurança, padronização de modelos de documentos, pesquisa textual, registro de alterações, adoção das tabelas processuais únicas do CNJ, uso da assinatura digital e integração com terceiros. Contempla, ainda, a contratação de serviços específicos para apoio à implantação do sistema, bem como capacitação de magistrados e servidores para sua operação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os créditos foram descentralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho nas seguintes dotações: R\$ 157.620,00 relativos a custeio e R\$ 118.589,11 destinados a investimentos e aplicados no processo CP. 0577/2015 – Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management" – APM, incluindo serviços de configuração e treinamento – PG. 021/14 – Min. Defesa, nas seguintes despesas: manutenção e aquisição de software, respectivamente.

a.4) 1P66 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – 02.122.0571.1P66.0001 – Projeto

QUADRO 65 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 1.706.263,70	R\$ 1.706.263,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.706.263,70
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
R\$ 1.654.062,05	R\$ 819.974,95	R\$ 0,00				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Projeto direcionado ao mobiliário, equipamento, reforma, adaptação, padronização, ampliação e modernização de imóveis da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau.

A dotação vinculada ao presente projeto, autorizada e descentralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho ao TRT da 15ª Região, somou R\$ 1.706.263,70, sendo que deste total, R\$ 1.036.094,70 foram destinados a gastos de custeio e R\$ 670.169,00, recursos vinculados ao Programa de Gestão Documental, aplicados na aquisição de material permanente.

O montante empenhado amparou as seguintes aquisições e contratações:

(a) 33903916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

- R\$ 406.699,41; CP. 0590/2015 – Serviços de substituição de piso e forro e outros serviços correlatos – FT Sorocaba / Projeto Nacional de Modernização;
- R\$ 293.399,98; CP. 0627/2015 – Serviços de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo LED – Ed. Sede Administrativo / Modernização das Instalações Físicas;
- R\$ 169.849,30; CP. 0599/2014 – Atualização tecnológica das condições físicas e operativas das instalações elétricas na cabine de transformação em média tensão – Ed. Sede Judicial;
- R\$166.146,01; CP. 0591/2015 – Serviços de construção civil para reforma nos sanitários na R.Barão de Jaguará 945.

(b) 44905242 – Mobiliário em Geral (Programa Gestão Documental)

- R\$ 670.169,00; CP. 0653/2015 – Aquisição de material permanente (face móvel e fixa de módulo simples ou duplo e suporte fixo para composição interna das faces).

A execução de restos a pagar não processados no exercício de 2015 apresentou liquidação total no valor de R\$ 820 mil, assim constituída:

- R\$ 357.102,05 – 33903916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, aplicados no



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Fórum trabalhista de Bauru e nos serviços de ampliação do hall de elevadores do Edifício-Sede Judicial;

- R\$ 365.912,90 – 44905192 – Instalações, serviços realizados na modernização tecnológica das instalações de elevadores do Edifício-Sede Judicial;
- R\$ 96.960,00 – 44905242 – Mobiliário em Geral, recursos vinculados com a Ação Gestão Documental investidos em armários deslizantes.

O saldo de R\$ 834.087,10 reinscrito em 31 de dezembro de 2015 se destina a amparar os gastos relativos aos serviços contratados mediante processo CP. 0408/2014, relativo à modernização tecnológica das instalações de elevadores do Edifício-Sede Judicial, ainda em execução.

a.5) 0625 – Requisições de Pequeno Valor – 28.846.0901.0625.0001 – Operações Especiais

QUADRO 66 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 7.595.444,84	R\$ 7.593.909,11	R\$ 7.593.909,11	R\$ 7.593.909,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A partir de 2015, conforme o disposto na Mensagem 10/2015 – CFIN/CSJT, por decisão da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho promover a descentralização dos créditos destinados aos pagamentos das sentenças judiciais de pequeno valor (RPV – ação 0625) aos Tribunais Regionais, tendo em vista que o orçamento, durante o exercício de 2015, foi inteiramente consignado àquela Setorial Financeira, desta forma, foram recebidos R\$ 7.595.444,84 em créditos para efetivação dos pagamentos.

O montante descentralizado amparou o pagamento de 145 (cento e quarenta e cinco) processos relativos a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor.

No encerramento do exercício de 2015, restou o saldo orçamentário de R\$ 1.541,73 registrado como disponível na presente Ação, o qual foi disponibilizado pela Assessoria de Precatórios do TRT da 15ª Região àquela Corte Superior e os respectivos recursos financeiros à Setorial Financeira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.1.4.6 Das Ações – Descentralizações Externas

a) Programa: 0901 – Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais

a.1) 0005 – Precatórios (Adm. Direta) – 28.846.0901.0005.0001 – Operações Especiais

QUADRO 67 – DESTAQUE RECEBIDO DA UO 33201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - PRECATÓRIOS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 311.902,00	R\$ 307.654,69	R\$ 307.654,69	R\$ 307.654,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O destaque recebido amparou a quitação de 2 (dois) processos e o saldo não utilizado, R\$ 4.247,31, foi disponibilizado à União por se tratar de saldo financeiro não comprometido no exercício, de acordo com as informações fornecidas pela Assessoria de Precatórios deste Regional, com a finalidade de viabilizar o remanejamento a outras Unidades Orçamentárias da Justiça do Trabalho.

Registre-se que, em conformidade com o disposto na norma de encerramento do exercício financeiro do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que se refere ao montante disponibilizado por este Tribunal àquela Corte Superior, os recursos financeiros foram transferidos integralmente à Setorial Financeira, e a dotação correspondente restou como orçamento não utilizado, registrada como disponível nas contas deste Regional, no encerramento do exercício de 2015.

a.2) 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (Adm. Direta) – 28.846.0901.00G5.0001 – Operações Especiais

QUADRO 68 – DESTAQUE RECEBIDO DA UO 33201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO RPSPF – PRECATÓRIOS E RPVS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 22.340,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Crédito de R\$22.340,00, sem execução orçamentária, descentralizado mediante programa trabalho reduzido 093077 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Requisições de Pequeno Valor – Nacional, sem o respectivo repasse financeiro.

Os valores autorizados no programa de trabalho 093088 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) – Nacional foram devidamente utilizados a partir da disponibilização dos repasses.

a.3) 0005 – Precatórios (Adm. Direta) – 28.846.0901.0005.0001 – Operações Especiais

QUADRO 69 – DESTAQUE RECEBIDO DA UO 71103 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO – SENTENÇAS JUDICIAS

LOA2015 – Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 0,00	R\$ 14.820.880,00	R\$ 14.818.351,71	R\$ 14.818.351,71	R\$ 14.818.351,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Trata-se de dotação descentralizada por Unidade Orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretária de Orçamento Federal a este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para o cumprimento dos precatórios devidos pela Administração Direta.

O montante consignado na LOA/2015, destinado a esta Ação, suportou a quitação de 46 (quarenta e seis) processos.

Ainda, com respaldo nas orientações da Assessoria de Precatórios, o saldo financeiro remanescente de R\$ 2.528,29 relativos a Créditos Orçamentários não utilizados, foi disponibilizado à União com o propósito de viabilizar o remanejamento a outras Unidades Orçamentárias da Justiça do Trabalho.

Registre-se que, em conformidade com as normas de encerramento do exercício 2015 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no que se refere ao montante disponibilizado por este Tribunal àquela Corte Superior, os recursos financeiros foram transferidos integralmente à Setorial Financeira, e a dotação correspondente restou como orçamento não utilizado, registrada como disponível nas contas deste Regional, no encerramento do exercício de 2015.

2.3.1.4.7 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2015, R\$ 32.635.028,47, foi inscrita em restos a pagar não processados.

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito, ação orçamentária e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 70 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2015 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	%RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	2.929.860,57	0,25
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	15.332.648,47	6,53
		Investimentos	7.714.357,09	70,53
		TOTAL	25.976.866,13	1,84

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	%RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.557.193,53	42,06
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	3.118.496,00	99,97
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Pessoal e Encargos	0,00	0,00
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.193.714,70	100,00
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Investimentos	788.758,11	100,00
		TOTAL	6.658.162,34	40,60
		TOTAL GERAL	32.635.028,47	2,26

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito, ação orçamentária e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 71 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – MAIORES VALORES

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2015 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Ação Orçamentária	Processo	objeto	Natureza Despesa	Detalhada	Valor Inscrito
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	CP. 0593/ 2015	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará a VT de Porto Ferreira, incluindo todos os serviços e materiais -	44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	3.881.255,58
PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	FLS. 005/ 15	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	31909201	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.237.866,77
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0567/ 2014	Contratação de motoristas p/ veículos da frota do TRT, transporte de Desembargadores, Juizes, servidores, documentos e materiais diversos	33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	1.233.724,76
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0330/ 2015	Serviços ordinários de limpeza, conservação e higienização - Campinas e Circunscrições	33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	1.216.726,03
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	FLS. 006/ 15	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	31909296	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.182.243,44
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	SPA. 076/ 15	Honorários periciais - 2015	33903610	PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	1.101.674,35
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	PA. 284- 17.2011	Serviços de vigilância armada - TRT	33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	981.620,15
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0364/ 2014	RP - Aquisição de cadeiras operacionais sem apoio-braços - TRT da 15ª Região e PRT da 15ª Região	44905242	MOBILIARIO EM GERAL	949.658,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0613/ 2014	RP - Aquisição de cartuchos de toner e cilindros para impressoras Lexmark, Samsung e Okidata	33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	805.293,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0123/ 2014	Serviços de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária - TRT	33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	724.185,42
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0591/ 2014	Instalação de "sala cofre" para o Data Center principal do TRT 15ª, incluindo o serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 meses	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	626.076,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0561/ 2014	RP - Serviços de manutenção preventiva, assepsia nos equipamentos, manutenção corretiva e instalação de condicionadores de ar	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	494.744,38
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	FLS. 070/ 15	Folha de Pagamento	33909305	INDENIZACAO DE TRANSPORTE- PESSOAL CIVIL	494.067,98
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DESJAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CLUSTE O DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	FLS. 070/ 15	Folha de Pagamento	31911303	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	493.253,62
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0512/ 2015	Aquisição e instalação de equipamentos PABX, o/ recolhimento de ART e treinamento aos usuários - FT Campinas e cidades do interior	44905206	APARELHOSE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	490.000,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	SPA. 070/ 15	CPFL - Energia elétrica	33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	436.162,98
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRUDENTE PRUDENTE - SP	CP. 0255/ 2012	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará o FT de Pres.Prudente, incluindo todos os serviços e materiais - Convênio CEF-LOA 2012	44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	400.000,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0663/ 2014	RP - Aquisição de longarinas de 03 lugares fabricadas em chapas de aço - Almojarifado	44905242	MOBILIARIO EM GERAL	369.258,15
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	PA. 306- 41.2012	Contratação de empresa especializada p/ prestação de serviço telefônico fixo comutado - TRT	33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	364.426,80
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS- COMPLEMENTACAO DA UNIAO	FLS. 070/ 15	Folha Extra de 2ª parcela de Adiantamento de Gratificação Natal	33909308	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	338.527,30
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0137/ 2015	RP - Aquisição e instalação de condicionadores tipo split piso-teto - TRT e PRT 15ª Região	44905212	APARELHOSE UTENSILIOS DOMESTICOS	321.744,16
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0727/ 2015	Aquisição de 974 microcomputadores desktop com 02 monitores - Adesão do PG 019/ 04 do TRT 18ª Região / Recursos Descentralizados	44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	317.786,98



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

PROVISÕES RECEBIDAS

Ação Orçamentária	Processo	objeto	Natureza Despesa	Detalhada	Valor Inscrito
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CP: 0727/2015	Aquisição de 974 microcomputadores desktop com 02 monitores - Adesão do PG019/04 do TRT 18ª Região / Recursos Descentralizados	44905235	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.117.774,00
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/ atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões/ SIGI-JT (Sst. Integrado de Gestão de Informática da JT)	33903997	COMUNICACAO DE DADOS	1.421.831,26
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP: 0653/2015	RP - Aquisição de material permanente (face móvel e fixa de módulo simples ou duplo e suporte fixo para composição interna das faces)	44905242	MOBILIARIO EM GERAL	670.169,00
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP: 0590/2015	Serviços de substituição de piso e forro e outros serviços correlatos - FT Sorocaba / Projeto Nacional de Modernização	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	406.699,41
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP: 0627/2015	Serviços de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo LED - Ed. Sede Administrativo / Modernização das Instalações Físicas	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	293.399,98
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP: 0599/2014	Atualização tecnológica das condições físicas e operativas das instalações elétricas na cabine de transformação em média tensão - Ed. Sede Judicial	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	169.849,30
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP: 0591/2015	Serviços de construção civil para reforma nos sanitários na R. Barão de Jaguará 945	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	166.146,01
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - RJE	CP: 0577/2015	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento-PG. 021/14-Min. Defesa	33903908	MANUTENCAO DE SOFTWARE	157.620,00
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - RJE	CP: 0577/2015	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento-PG. 021/14-Min. Defesa	44903993	AQUISICAO DE SOFTWARE	118.589,11



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho orçamentário

No exercício financeiro de 2015, contingenciamentos decorrentes de limitação de empenho e movimentação financeira impostos ao TRT da 15ª Região, diante do agravamento do cenário político e econômico do país, inviabilizaram investimentos.

Em análise detalhada da execução dos créditos originários, verifica-se índice de 62,88% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada, destinada aos gastos com investimentos, decorrente do contingenciamento imposto pelo Governo Federal, bem como pelo esforço programado pelo TRT da 15ª Região na economia dos gastos no exercício de 2015, para amparar as restrições orçamentárias previstas para o ano de 2016, mediante solicitação de créditos adicionais com oferecimento de recursos com fonte de arrecadação própria do Órgão.

Créditos orçamentários foram disponibilizados por esta Corte ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fazer face à compensação de dotações orçamentárias alcançadas pelos contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, nas ações de interesse da Justiça do Trabalho.

Segue quadro com os Projetos de Construções cujas dotações consignadas na LOA/2015 foram alcançadas por contingenciamentos impostos pelo Governo Federal.

QUADRO 72 – PROJETOS DE CONSTRUÇÕES COM CONTINGENCIAMENTO

Ação Orçamentária	Crédito Indisponível (Contingenciamento)
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	400.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	147.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	2.437.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	158.520,00
	3.142.520,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.3 Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

QUADRO 73 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
211110400	Obrigações Trabalhistas a Pagar				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADCNCPAEM - PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	705.709,55
	ADCNCURVR URV-CLASSISTA- CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	4.382.826,21
	ADCNPAEM PAE - CLASSISTA - JUROS	0,00	0,00	0,00	1.138.188,55
	ADCNJURVR URV-CLASSISTA-JUROS	0,00	0,00	0,00	10.416.037,97
	ADCNPPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	116.864,03
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	120.594,62
	ADMACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-COR.MON	0,00	0,00	0,00	47,48
	ADMACFIMG FÉRIA INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - COR MON.	0,00	0,00	0,00	3.334,77
	ADMACPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	11.132.666,34
	ADMACURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	463.890,99
	ADMAJATSE ATS - MAGISTRADO - ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	179,34
	ADMAJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- MAGIST.ATIVO -JUROS	0,00	0,00	0,00	160,46
	ADMAJFIMG FÉRIAS INDENIZADAS DE MAGISTRADO ATIVO- JUROS	0,00	0,00	0,00	23.224,90
	ADMAJPAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	20.869.521,86
	ADMAJURVR URV-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	947.647,62
	ADMAPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.ATIVO-PRINCIP	0,00	0,00	0,00	15.998,12
	ADMAPPFIMG FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO ATIVO - PRINCIP	0,00	0,00	0,00	12.818.255,08
	ADMAPPAAEM PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	3.466.802,19
	ADMICDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- MAGIST.INATIVO - CM	0,00	0,00	0,00	1.191,22
	ADMICPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	2.284.000,98
	ADMICURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	211.121,40
	ADMIJATSE ATS - MAGISTRADO - INATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	703,67
	ADMIJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-MAGIST.INATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	5.256,43
	ADMIJFIMG FÉRIAS INDENIZADAS MAGISTRAD. INATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	64.896,19
	ADMIJPAEM PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	4.251.291,49
	ADMIJURVR URV-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	581.295,62
	ADMIPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN-MAGIST.INAT-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	310.605,66
	ADMIPPAEM PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	700.629,33
	ADMPCPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	0,00	0,00	0,00	342.213,63
	ADMPCURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETARIA	0,00	0,00	0,00	255.978,72
	ADMPJATSE ATS - MAGISTRADO - PENSIONISTA - JUROS	0,00	0,00	0,00	1.235,08
	ADMPJPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	0,00	0,00	0,00	735.309,52
	ADMPJURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-JUROS	0,00	0,00	0,00	603.117,75
	ADMPPPAEM PAE-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	171.981,47
	ADMPPURVR URV-MAGISTRADO-PENSIONISTA-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	158.514,28
	ADSACABPE ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	5.374,59
	ADSACATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	1.029,04
	ADSACDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-CORR.MON	0,00	0,00	0,00	224,18
	ADSACDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC-SERV.-ATIVO-CORR.MON.	0,00	0,00	0,00	4.365,07
	ADSACLIN LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA SERVIDOR ATIVO - CM	0,00	3.467,46	0,00	0,00
	ADSACOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - COR.MON.	0,00	0,00	0,00	4.731,99
	ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	2.276.902,52
	ADSAJABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	6.570,71
	ADSAJATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	966,24
	ADSAJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	2.620,50
	ADSAJDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	10.071,67



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ADSAJLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR ATIVO - JR	0,00	2.883,82	0,00	0,00	
ADSAJOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	12.081,81	
ADSAJURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	5.569.124,12	
ADSAPABPE ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	212.804,33	
ADSAPATSE ATS - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	51.498,01	
ADSAPDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.ATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	41.397,22	
ADSAPDFCC DIFER.GRATIF.-FC'S E CC - SERV.-ATIVO - PRINC	0,00	0,00	0,00	62.418,30	
ADSAPLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZ.SERVIDOR ATIVO-PRINCIP	0,00	201.358,76	0,00	0,00	
ADSAPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	3.494.987,66	
ADSICDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-COR.MON	0,00	0,00	0,00	2.449,42	
ADSICDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT. - CM	0,00	0,00	0,00	19.944,99	
ADSICLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-CM	0,00	(3.467,46)	0,00	3.467,46	
ADSIICOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	0,00	0,00	0,00	28.797,20	
ADSIICURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-CORREÇÃO MONETARIA	0,00	0,00	0,00	541.725,59	
ADSIJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.- SERV.INATIVO -JUROS	0,00	0,00	0,00	1.222,53	
ADSIJDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-JUROS	0,00	0,00	0,00	70.295,29	
ADSIJLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZADA SERVIDOR INATIVO-JR	0,00	(2.883,82)	0,00	2.883,82	
ADSIJOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	0,00	0,00	0,00	65.682,87	
ADSIJURVR URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	0,00	0,00	0,00	1.124.249,74	
ADSIJDAFI DIF.ADIC.FERIAS E INDEN.-SERV.INATIVO-PRINCIP	0,00	0,00	0,00	24.717,96	
ADSIJDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.INAT.-PRINCI	0,00	0,00	0,00	238.231,07	
ADSIPLPIN LICENÇA PREMIO INDENIZ SERVIDOR INATIVO- PRIN	0,00	(201.358,76)	0,00	201.358,76	
ADSIPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	35.223,10	
ADSPCDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - CM	0,00	0,00	0,00	116,74	
ADSPCURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	64.711,56	
ADSPJDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS. - JURO	0,00	0,00	0,00	1.620,37	
ADSPJURVR URV-SERVIDOR-PENSIONISTA-JUROS	0,00	0,00	0,00	174.829,35	
ADSPDPRP DIFER.PROVENTOS E PENSÕES - SERV.PENS.-PRINC.	0,00	0,00	0,00	30.339,70	
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
211419800	Outros encargos sociais				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADCNCPAEM PAE-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	523.474,99
	ADCNCURVR URV-CLASSISTA-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	960.010,67
	ADCNPPAEM PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	94.856,12
	ADCNPURVR URV-CLASSISTA-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	228.173,38
	ADCXCURVR URV-CLASSISTA-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	205.093,82
	ADMXCPAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	959.749,09
	ADMXCURVR URV-MAGISTRADO-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	51.028,00
	ADMXPPAEM PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	306.492,51
	ADSACURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	453.429,26
	ADSAPURVR URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	140.054,38
	ADSXCATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS - CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	220,38
	ADSDXCOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - CORR. MONE	0,00	0,00	0,00	2.756,53
	ADSDXCURVR URV-SERVIDOR-CPSSS-CORREÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	0,00	250.459,28
	ADSDXPATSE ATS - SERVIDOR - CPSSS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	11.104,98
	ADSDXPOUTR OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - PRINCIPAL	0,00	0,00	0,00	10.295,69
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221110400	Outros encargos sociais				



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSACIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - CM	0,00	0,00	0,00	24.435.527,00
	ADSAJIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID ATIVO - JR	0,00	0,00	0,00	47.566.101,00
	ADSAPIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERV.ATIVO-PRINCI	0,00	0,00	0,00	32.716.488,00
	ADSICIAQD INCORP/INDENIZ QUINTOS/DÉC. SERVID INATIV-CM	0,00	0,00	0,00	3.365.413,00
	ADSIJIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC. SER INATI -JR	0,00	0,00	0,00	6.470.774,00
	ADSIPIAQD INCORP/ATUALIZ DE QUINTOS/DÉC SERV INAT- PRIN	0,00	0,00	0,00	4.729.082,00
	ADSXCIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERV CPSSS - CM	0,00	5.375.815,94	0,00	0,00
	ADSXPQAD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS- PRIN	0,00	7.197.627,36	0,00	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
221419800	Outros encargos sociais				
Linha Detalhe					
UG	Conta Corrente	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
080011	ADSXCIAQD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERV CPSSS - CM	0,00	0,00	5.375.815,94	5.375.815,94
	ADSXPQAD INCORP/ATUALIZ QUINTOS/DÉC SERVID CPSSS- PRIN	0,00	0,00	7.197.627,36	7.197.627,36

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Foram atualizados os registros efetivados a título de obrigações por insuficiência de créditos/recursos nas contas de: Obrigações Trabalhistas a Pagar e Outros Encargos Sociais, Curto e Longo Prazo.

Os valores relativos às despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustados no decorrer do exercício de 2015, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, conforme informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região.

Em 30/11/2015 foram ajustados os saldos nas novas contas de passivos, conforme informação prestada pela Coordenadoria de Pagamento para registro da Inscrição Genérica de Passivos, em atendimento ao Ofício Circular nº 024/2015 e Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015.

Segue quadro demonstrativo, contendo notas das contabilizações, da composição dos saldos com insuficiência de créditos reconhecidos e registrados:

QUADRO 74 – DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS SALDOS COM INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS RECONHECIDOS E REGISTRADOS

Conta 21.141.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (ISF:P)

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Processo 0000100-22.2015.5.15.0895 PA – Plano de Carreira: Promoção/Progressão Funcional/enquadramento Art.22.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno Parcial Memo CPAG/SPS 035/2014. Baixa conf. Memo CPAG/SSORP 023/2015.	31/03/2014 11/11/2014 07/07/2015	2014NL400197 2014NL400769 2015NL000058	168.045,69	0,00	168.045,69	0,00
PAE 98-99 (Proc. 31700-18-2002.5.15.0895) Atualizado até junho/15	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	31/03/2014 30/11/2015	2014NL400197 2015NS010985	570.550,08	308.665,75	0,00	879.215,83
URV	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	31/03/2014 30/11/2015	2014NL400197 2015NS010987	714.945,99	1.573.302,80	0,00	2.288.248,79
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Termo de Reconhecimento de Dívida de 07/11/2014 – fl. 47 e informação fl. 46. Baixa conf. Informações CPAG/SSORP nºs 108/2015; 131/2015 e 209/2015. Baixa conf.Informação CPAG/SSORP nº 1200/2015.	14/11/2014; 27/04/2015; 11/05/2015; 27/11/2015	2014NL400774; *2015NE001643/ 2015NL000006 / 2015NL000194	211.130,68	0,00	206.595,44	4.535,24
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895) e PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Atualizados até novembro 2015.	Informação CPAG/SSORP nº 844/2014. Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, fl.24. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	30/12/2014; 27/02/2015; 30/11/2015	2014NL400934; 2015NS002294; 2015NS010991	867.649,92	137.706,96	0,00	1.005.356,88
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	Informação CPAG/SSORP nº 705/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.	23/07/2015	2015NS006810 2015NS007218	0,00	3.928,58	0,00	3.928,58
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chioffi Rodrigues)	Informação CPAG/SPS nº 1013/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/09/2015.	30/09/2015	2015NS009097	0,00	5.353,32	0,00	5.353,32
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Informação CPAG/SPS nº 587/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/09/2015.	30/09/2015	2015NS009118	0,00	8.516,98	0,00	8.516,98
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglioni)	Informação CPAG/SPS nº 543/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	30/09/2015	2015NS009301	0,00	2.043,46	0,00	2.043,46
SALDO DA CONTA 21.141.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (ISF:P)				2.532.322,36	2.039.517,85	374.641,13	4.197.199,08
FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Processo 0000506-77.2014.5.15.0895 PA - Pagamento de Diferenças – Auxílio Natalidade	Informação CPAG/SSORP nº 620/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl.08. Baixa de valor conforme Memo 0047/20150CPAG/SSORP.	27/01/2015 25/11/2015	2015NS000923 2015NS010784	0,00	689,93	689,93	0,00
SALDO DA CONTA 21.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) (ISF:P)				0,00	689,93	689,93	0,00

PESSOAL: Nova Conta: 21.111.01.00 (Antiga conta 21.111.01.01 - PESSOAL A PAGAR - Salários, Remunerações e Benefícios (ISF:PI))

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	361.295,21	0,00	0,00	361.295,21
Diferença de Gratificações (FC/CJ)	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	76.855,04	0,00	0,00	76.855,04
Diferença de Proventos/Pensões	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	360.548,16	0,00	0,00	360.548,16
Diferença de Remuneração - Vencimento, GAJ.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno parcial conf. Memo. CPAG/SPS nº 041/2014, 131/11/14. Baixa Memo CPAG/SPS 049/2014. Baixa Memo CPAG/SPS nº 051/2015.	1.160.200,00	0,00	1.160.200,00	0,00
Férias Indenizadas de Magistrados	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno valor Inativos, conf. Memo. CPAG/SPM nº 036/2014, 21/10/14.	12.844.814,75	0,00	0,00	12.844.814,75
Recesso (Proc 121-22-2013), Adicional por Serviço Extraordinário	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Memo CPAG/SPM 040/2015.	8.774,34	0,00	0,00	8.774,34
Processo 0000100-22.2015.5.15.0895 PA - Plano de Carreira: Promoção Progressão Funcional/enquadramento Art.22.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno Parcial Memo CPAG/SPS 035/2014. Baixa conf. Memo CPAG/SSORP 023/2015.	294.851,52	0,00	294.851,52	0,00
PAE 98-99 (Proc. 31700-18-2002.5.15.0895) Atualizado até junho/15	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord Pagamento.	22.097.662,03	0,00	3.624.389,77	18.473.272,26
URV	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord Pagamento.	26.849.066,91	1.043.501,15	0,00	27.892.568,06
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Termo de Reconhecimento de Dívida de 07/11/2014 - 1. 47. Baixa conf. Incrições CPAG/SSORP nºs 108/2015, 131/2015 e 209/2015. Baixa conf. Incrição CPAG/SSORP nº 1200/2015.	1.888.810,23	0,00	1.857.921,39	30.888,84
Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA - Juros moratórios incidentes sobre férias indenizadas e intempesivamente por Tempo de Serviço	Termo de Reconhecimento de Dívida de 15/10/2014 - 1. 36. Baixa em razão de pagamento. Baixa ref. Memo CPAG/SPM 002/15.	69.359,52	0,00	4.463,33	64.896,19
Processo 0000527-53.2014.5.15.0895 PA - Reposição de Faltas	Informação CPAG/SSORP nº 621/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl. 11. Baixa em razão de pagamento, conf. Memo. 0016/2015-CPAG/SPIP	0,00	50.160,86	50.160,86	0,00
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895) e PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Atualizados até novembro 2015.	Informação CPAG/SSORP nº 629/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl. 26. Baixa conforme Memo 0052/2015-CPAG/SSORP.	0,00	264,69	264,69	0,00
	Informação CPAG/SSORP nº 844/2014. Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, fl. 24. Em 09/10/2015 retificação Ordenador fl. 27, estorno da baixa passivo. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord Pagamento.	22.784.420,45	4.667.486,23	0,00	27.441.906,68

Memorando nº 043/2014 – CDP-SCS – Auxílio Alimentação a Magistrados. Proc. 0000676-49.2014.5.15.0895 PA	Termo de Reconhecimento de Dívida de 19/12/2014. Baixa conf. Memorando CDP/SEPA 021/2015.	7.149.717,93	0,00	7.149.717,93	0,00
Memorando nº 043/2014 – CDP-SCS e Processo 0000246-97.2014.5.15.0895 PA – Gratificação por Encargo de Cursosa Servidores	Termo de Reconhecimento de Dívida de 19/12/2014. Baixa conf. Memorando 0053/2015-CPAG/SSORP	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00
Protocolo Administrativo nº 10775/2014 – DGE (Miriam de Oliveira Lazarini) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 160/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	44.330,80	0,00	44.330,80
Protocolo Administrativo nº 14830/2014 – DGE (Maria H.M.S.Centivilli) – Licença Prêmio Indenizada	Informação CPAG/SSORP nº 156/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015. Alteração IG Mem o 0058/2015-CPAG/SP S.	0,00	139.961,51	0,00	139.961,51
Protocolo Administrativo nº 18821/2014 – DGE (Márcia Regina S.Zanpollo) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 161/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	14.902,72	0,00	14.902,72
Protocolo Administrativo nº 18643/2014 – DGE (Edson Fernandes de Freitas) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 162/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	75.886,19	0,00	75.886,19
Protocolo Administrativo nº 660/2015 – DGE (Solange Ribeiro Sene) – Licença Prêmio Indenizada	Informação CPAG/SSORP nº 157/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 23/03/2015. Alteração IG Mem o 0058/2015-CPAG/SP S.	0,00	19.675,89	0,00	19.675,89
Processo 000146-11.2015.5.15.0895 PA -Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Informações CPAG/SP SVE nº 149/2015 e 212/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015. Baixa parcial conf. Memo CPAG/SP SVE 031/2015. Memo 0038/2015-CPAG/SP SVE	0,00	1.182.838,70	39.729,52	1.143.109,18
Processo 000175-61.2015.5.15.0895 PA - Pagamento de Passivo do Auxílio-Alimentação de Magistrados (Elaine P. da Silva e Fany Fajerstajn)	Informação nº 045/2015 – SEPA/CDP e Termo de Reconhecimento de Dívida de 27/03/2015. Baixa conf. Memorando CDP/SEPA nº 020/2015.	0,00	11.255,53	11.255,53	0,00
Processo 0000664-35.2014.5.15.0895 PA - Ajuda de Custo (Aline Brelawski)	Informação CPAG/SSORP nº 242/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida, 1.87. Memo 0045/2013-CPAG	0,00	6.805,52	6.805,52	0,00
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)	Informação CPAG/SP M nº 703/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 14/07/2015 – 1.110.	0,00	16.206,06	0,00	16.206,06
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helo Vasconcelos Batista)	Informação CPAG/SSORP nº 705/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.	0,00	18.595,15	0,00	18.595,15
Protocolo Administrativo nº 11596/2014 - DGE – Abono de Permanência (Ione Matildes do Nascimento Gomes)	Informação CPAG/SSORP nº 685/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/07/2015.	0,00	25.733,50	0,00	25.733,50
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados	Informação CPAG/SP M nº 694/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015. Baixa conf. Memo CPAG/SP M 033/2015.	0,00	44.631,90	42.513,81	2.118,09
Protocolo Administrativo nº 10638/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rosângela Ponce)	Informação CPAG/SP S nº 880/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/08/2015.	0,00	9.413,46	0,00	9.413,46
Protocolo Administrativo nº 00142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiozzi Rodrigues)	Informação CPAG/SP S nº 1013/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/09/2015.	0,00	24.874,67	0,00	24.874,67

Processo 000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Informação CPAG/SPS nº 587/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/09/2015.	0,00	68.264,85	0,00	68.264,85
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino).	Informação CPAG/SPIP nº 941/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	89.828,23	0,00	89.828,23
Protocolo Administrativo nº 12599/2015 - DGE – Abono de Permanência (Ivana Alves do Carmo)	Informação CPAG/SSORP nº 1017/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	15.659,64	0,00	15.659,64
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)	Informação CPAG/SPS nº 543/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	10.023,47	0,00	10.023,47
Protocolo Administrativo nº 2431/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rossana Caffé Benatti)	Informação CPAG/SPS nº 438/2015 e Memo CPAG/SPS nº 034/2015 de 7/10/2015; Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/06/2015.	0,00	10.807,86	0,00	10.807,86
Protocolo Administrativo nº 03395/2015 – DGE (Ana Maria de Andrade Malara) – Licença Prêmio	Informação CPAG/SPS nº 385/2015 e Memo CPAG/SPS nº 035/2015 de 8/10/2015; Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/06/2015. Alteração IG Memo 0058/2015-CPAG/SPS.	0,00	48.072,64	0,00	48.072,64
Protocolo Administrativo nº 0002414/2013 - DGE – Abono de Permanência (Marlene Dias Mazironi)	Informação CPAG/SSORP nº 1095/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 4/11/2015.	0,00	28.015,46	0,00	28.015,46
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Informações CPAG/SPP SVE nº 1040/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 11/11/2015.	0,00	2.329.029,10	0,00	2.329.029,10
SALDO DA CONTA 21.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) (ISF:P)		97.010.698,32	9.986.225,78	15.306.596,10	91.690.328,00

PESSOAL LP: Nova Conta: 22.111.04.00 (Antiga Conta 22.111.01.00 - PESSOAL A PAGAR (Passivo Não Circulante))

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
VPNI	(Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012 e Acórdão TCU nº 1485/2012). Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Acerto entre contas do valor do Encargos, conf. Mensagem Siafi 201	31/03/2014 15/12/2015	2014NL400197 2015NL000282	131.856.828,30	0,00	12.573.443,30	119.283.385,00
SALDO DA CONTA 22.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (LP) (ISF:P)				131.856.828,30	0,00	12.573.443,30	119.283.385,00

ENCARGOS LP: Nova Conta: 22.141.98.00 (Antiga Conta 22.111.01.00 - PESSOAL A PAGAR (Passivo Não Circulante))

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
VPNI	(Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012 e Acórdão TCU nº 1485/2012). Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Acerto entre contas do valor do Encargos, conf. Mensagem Siafi 20	31/03/2014 15/12/2015	2014NL400197 2015NL000282	0,00	12.573.443,30	0,00	12.573.443,30
SALDO DA CONTA 22.141.98.00 – Outros Encargos Sociais (LP) (ISF:P)				0,00	12.573.443,30	0,00	12.573.443,30

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

NOTAS:

- Em 24/10/2014, em conformidade com o contido no MEMORANDO CPAG/SPM Nº 036/2014, foi emitido o documento 2014NL400713 para efetivação de estorno do valor registrado em 31/03/2014, a título de juros de férias indenizadas intempestivamente a magistrados inativos, montante de (R\$ 162.627,47), tendo em vista a devida reinscrição da dívida mediante informações constantes do Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA.
- Em 24/10/2014, registro do RECONHECIMENTO de passivo de JUROS DE FÉRIAS INDENIZADAS INTEMPESTIVAMENTE A MAGISTRADOS INATIVOS, documento 2014NL400715 no valor de R\$ 97.395,28, decorrente de decisão exarada no Processo nº 0000089-61.2013.5.15.0895 PA, em conformidade com o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, fl. 36 do Processo nº 0000467-74.2014.5.15.0897 PA.
- Em 11/11/2014, em conformidade com o contido no MEMORANDO CPAG/SPS Nº 035/2014, foi emitido o documento 2014NL400769 para efetivação de estorno parcial do valor registrado em 31/03/2014, a título de progressão funcional, montante de (R\$ 4.926.062,16) ativos e (R\$ 825.148,82) obrigações patronais, tendo em vista a devida reinscrição da dívida mediante informações constantes do Processo 0000325-76.2014.5.15.0895 PA.
- Em 14/11/2014, em conformidade com o contido no MEMORANDO CPAG/SPS Nº 041/2014, foi emitido o documento 2014NL400773 para efetivação de estorno parcial do valor registrado em 31/03/2014, a título de DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO – VENCIMENTO, GAJ (LEI 8.112/90 ART. 40 A 48), montante de (R\$ 2.064.658,67) ATIVOS (principal, correção e juros) e (R\$ 304.611,00) OBRIGAÇÕES PATRONAIS (principal e correção), tendo em vista a devida reinscrição da dívida mediante informações constantes do Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA, que trata do passivo relativo à VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL – VPI.
- Em 14/11/2014, registro do RECONHECIMENTO de passivo de pessoal ativo referente DIFERENÇAS RETROATIVAS ORIGINÁRIAS DA VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI) – ATIVOS, R\$ 1.888.810,23 (principal, correção e juros) E ENCARGOS PATRONAIS-PPSS, R\$ 211.130,68, atualizados para NOVEMBRO/2014, documento 2014NL400774, decorrente de decisão exarada no Processo nº 00117-2007-895-15-00-9 MA, em conformidade com o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, fl. 47 do Processo nº 0000330-98.2014.5.15.0895 PA.
- Em 28/11/2014, registro do documento 2014NL400830, relativo ao Proc.0000467-74.2014.5.15.0897 PA, para contabilização de BAIXA DE OBRIGAÇÃO decorrente do pagamento efetuado na FL.EX-PROC.467/14-ART.12 RES.137/14 CSJT (2014-11-60), montante de R\$28.035,76 creditado em 21/11/2014, conforme informado no MEMORANDO CPAG/SPM Nº 044/2014 de 2/12/2014, fl. 59.

- 7) Em 30/12/2014, RECONHECIMENTO de passivos de Pessoal, conforme MEMORANDO N°043/2014-CDP-SCS e Termos de Reconhecimento de Dívida datados de 19/12/2014, mediante documento 2014NL400918 – R\$7.149.717,93 – Auxílio Alimentação a Magistrados relativo aos Processos Administrativos 00390000-46.1993.5.15.0895 PA e 0000570-81.2014.5.15.0897 PA, e documento 2014NL400919 – Gratificação por Encargo de Curso a Servidores conforme Processo Administrativo 0000246-97.2014.5.150895 PA.
- 8) Em 30/12/2014, registro do documento 2014NL400925 para contabilização do contido no MEMORANDO CPAG/SPS N° 049/2014, relativo à BAIXA DE OBRIGAÇÃO de Passivos de Pessoal e Encargos: Adicional por Tempo de Serviço; Diferença de Remuneração – Vencimento, GAJ – em razão do Ofício Circular n° 37/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN, que trata da abertura de crédito suplementar para pagamento de passivos.
- 9) Em 30/12/2014, registro do documento 2014NL400934, relativo ao Proc.0000722-38.2014.5.15.0895 PA, para contabilização do RECONHECIMENTO e da BAIXA DE OBRIGAÇÃO de Passivo decorrente de pagamento de DIFERENÇA DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE, conforme INFORMAÇÃO CPAG/SSORP N° 844/2014, em razão do TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO, fl. 24, em 22/12/2014.
- 10) 01/01/2015. Implantação do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com o transporte dos saldos dos Passivos sem Crédito Orçamentário para as novas Contas com o indicativo ISF:P.
- 11) Em 30/jan/2015, AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, registro do documento 2015NS001402, relativo ao Proc.0000467-74.2014.5.15.0897 PA, para contabilização de BAIXA DE OBRIGAÇÃO decorrente do pagamento efetuado na FL.EX-PR.467/14-ART.12 RES.137/14 CSJT (2014-12-64), montante de R\$4.463,33 creditado em 30/12/2014, conforme informado no MEMORANDO CPAG/SPM N° 002/2015 de 14/01/2015, fl. 75.
- 12) Em 27/jan/2015, registro do RECONHECIMENTO de passivo de DIFERENÇAS RETROATIVAS – AUXÍLIO NATALIDADE, documento 2015NS000923 no valor de R\$ 689,93 decorrente de decisão exarada no Processo n° 0000506-77.2014.5.15.0895 PA, em conformidade com o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, fl. 08.
- 13) Em 27/jan/2015, registro do RECONHECIMENTO de passivo relativo a REPOSIÇÃO DE FALTAS, documento 2015NS000926 no valor de R\$ 264,69 decorrente de decisão exarada no Processo n° 0000527-53.2014.5.15.0895 PA, em conformidade com o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, fl. 26.
- 14) Em 27/jan/2015, registro do RECONHECIMENTO de passivo relativo a GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, documento 2015NS000924 no valor de R\$ 50.160,86 decorrente de decisão exarada no Processo n° 0000508-47.2014.5.15.0895 PA, em conformidade com o TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA, fl. 11.
- 15) Em 27/fev/2015, 2015NS002294, ajuste patrimonial de exercícios anteriores para regularização de baixa equivocada de Passivos de Pessoal/Encargos Sociais, por insuficiência de créditos, relativos a Diferenças da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) Decorrentes do Escalonamento no Percentual de 5% das Carreiras da Magistratura. Equívoco indicado pelo Ordenador de Despesas mediante despacho de retificação do Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, emitido em 08/01/2015, fl.27 do Processo 0000722-38.2014-5.15.0895 PA, após o encerramento do Exercício de 2014.
- 16) Em 26/mar/2015, 2015NS003110, contabilização referente Protocolo Administrativo n° 10775/2014 – DGE (Miriam de Oliveira Lazarim) – Abono de Permanência, conforme Informação CPAG/SSORP n° 160/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.
- 17) Em 26/mar/2015, 2015NS003115, contabilização referente Protocolo Administrativo n° 14830/2014 – DGE (Maria N.M.S.Centivilli) – Licença Prêmio Indenizada, conforme Informação CPAG/SSORP n° 156/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.
- 18) Em 26/mar/2015, 2015NS003150, contabilização referente Protocolo Administrativo n° 18621/2014 – DGE (Márcia Regina S.Zampollo) – Abono de Permanência, conforme Informação CPAG/SSORP n° 161/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.
- 19) Em 26/mar/2015, 2015NS003151, contabilização referente Protocolo Administrativo n° 18643/2014 – DGE (Edson Fernandes de Freitas) – Abono de Permanência, conforme Informação CPAG/SSORP n° 162/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.
- 20) Em 26/mar/2015, 2015NS003152, contabilização referente Protocolo Administrativo n° 660/2015 – DGE (Solange Ribeiro Sene) – Licença Prêmio Indenizada, conforme Informação CPAG/SSORP n° 157/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 23/03/2015.
- 21) Em 26/mar/2015, 2015NS003153, contabilização referente ao Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA - Reconhecimento de diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais a Órgãos ou Entidades Cedentes, conforme Informações CPAG/SPPSVE n° 149/2015 e 212/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.
- 22) Em 31/mar/2015, 2015NS003422, contabilização referente ao Processo 0000175-61.2015.5.15.0895 PA - de Passivo do Auxílio-Alimentação de Magistrados (Elaine P.da Silva e Fany Fajerstein), conforme Informação n° 045/2015 – SEPA/CDP e Termo de Reconhecimento de Dívida de 27/03/2015.
- 23) Em 17/abr/2015, 2015NS003741, contabilização referente ao Processo 0000664-35.2014.5.15.0895 PA, passivo relativo a ajuda de custo (Aline Bielawski), conforme Informação CPAG/SSORP n° 242/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 14/04/2015, fl. 89.
- 24) Em 27/abr/2015, documentos 2015NS003871, 2015NS003872 e 2015NS003876, contabilização da baixa de passivos relativo ao Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos montantes discriminados nos autos – parcela PESSOAL, em conformidade com as seguintes Informações CPAG/SSORP n°s 108/2015 (R\$968.549,21, fl.90), 131/2015 (R\$719.865,68) e 209/2015 (R\$133.225,60).
- 25)* Em 27/abr/2015, documento 2015NE001643, contabilização da baixa de passivos relativo ao Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), nos montantes discriminados nos autos – parcela ENCARGOS, em conformidade com as seguintes Informações CPAG/SSORP n°s 108/2015 (R\$68.918,53, fl.90), 131/2015 (R\$71.642,27) e 209/2015 (R\$9.609,95). Transferência do valor R\$150.170,75 de ISF: P para F aguardando orientações do CFIN/CSJT para regularização de conta de passivo. Em 11/05/2015, anulação do empenho 2015NE001643, mediante documento 2015NE001955 e regularização do saldo por meio do documento 2015NL000006 conforme orientação CFIN/CSJT, mediante mensagem eletrônica de 07/05/2015.
- 26) Em 07/05/2015, registro da BAIXA DE OBRIGAÇÃO de passivo de adicional por tempo de serviço, Proc. 0000508-47.2014.5.15.0895 PA, montante de R\$50.160,86, mediante documento 2015NS004338, em virtude do pagamento efetuado na FL.EXTRA DIF.OF. 37/2014 CSJT (2015-03-65), conforme informações contidas no MEMORANDO 0016/2015- CPAG/SPIP de 05/05/2015.
- 27) Em 15/mai/2015, 2015NS004590, contabilização da BAIXA referente Processo 0000175-61.2015.5.15.0895 PA - de Passivo do Auxílio-Alimentação de Magistrados (Elaine P.da Silva e Fany Fajerstein), pela quitação dos respectivos valores em folha extra de pagamento, conforme Memorando CDP/SEPA n° 020/2015.
- 28) Em 29/mai/2015, 2015NL000029, contabilização da BAIXA referente Processo 0000676-49.2014.5.15.0895 PA - de Passivo do Auxílio-Alimentação de Magistrados, pela quitação dos respectivos valores em folha extra de pagamento, conforme Memorando CDP/SEPA n° 021/2015 de 08/06/2015. Valores reconhecidos mediante documento 2014NL400918 consoante Memorando 043/2014-CDP-SCS de 19/12/2014.
- 29) Em 7/jul/2015, 2015NL000058, contabilização da BAIXA referente Processo 0000100-22.2015.5.15.0895 PA e Protocolo Administrativo 1275/2015 - de Passivo de Adicional de Qualificação e Treinamento, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SSORP n° 023/2015.
- 30) Em 21/jul/2015, 2015NS006741, contabilização referente Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA, Passivo de Pagamento de Férias, conforme Informação CPAG/SPM n° 703/2015.
- 31) Em 23/jul/2015, 2015NS006810 e 2015NS007218 (docto de acerto em 31/07/2015), contabilização referente Protocolo n° 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista), conforme Informação CPAG/SSORP n° 705/2015 e

Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.

- 32) Em 23/jul/2015, 2015NS006812, contabilização referente Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados, conforme Informação CPAG/SPM nº 694/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.
- 33) Em 23/jul/2015, 2015NS006818, contabilização referente Protocolo Administrativo nº 11596/2014 - DGE – Abono de Permanência (Ione Matildes do Nascimento Gomes), conforme Informação CPAG/SSORP nº 685/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/07/2015.
- 34) Em 19/AGO/2015, 2015NS007608, contabilização referente Protocolo Administrativo nº 10638/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rosângela Ponce), conforme Informação CPAG/SSORP nº 890/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/08/2015.
- 35) Em 25/SET/2015, 2015NS008886, contabilização da BAIXA parcial referente Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA, conforme informações contidas no Memorando CPAG/SPPSVE nº 031/2015.
- 36) Em 30/SET/2015, 2015NS009097, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo Administrativo nº 001142/2015 – PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues), conforme Informação CPAG/SPS nº 1013/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/09/2015.
- 37) Em 30/SET/2015, 2015NS009118, contabilização de reconhecimento de passivo referente Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite), conforme Informação CPAG/SPS nº 587/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/09/2015.
- 38) Em 30/SET/2015, 2015NS009252, contabilização de reconhecimento de passivo referente Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino), conforme Informação CPAG/SPIP nº 941/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.
- 39) Em 30/SET/2015, 2015NS9285, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo Administrativo nº 12599/2015 - DGE – Abono de Permanência (Ivana Alves do Carmo), conforme Informação CPAG/SSORP nº 1017/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.
- 40) Em 30/SET/2015, 2015NS009301, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglioni), conforme Informação CPAG/SPS nº 543/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.
- 41) Em 19/OUT/2015, 2015NS009586, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo Administrativo nº 2431/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rossana Caffè Benatti), conforme Informação CPAG/SPS nº 438/2015 e Memo CPAG/SPS nº 034/2015 de 7/10/2015, e de acordo com o Termo de Reconhecimento de Dívida exarado em 12/06/2015.
- 42) Em 19/OUT/2015, 2015NS009588, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo Administrativo nº 03395/2015 – DGE (Ana Maria de Andrade Malara) – Licença Prêmio, conforme Informação CPAG/SPS nº 385/2015 e Memo CPAG/SPS nº 035/2015 de 8/10/2015, e de acordo com o Termo de Reconhecimento de Dívida exarado em 17/06/2015.
- 43) Em 11/NOV/2015, 2015NL000182, contabilização de baixa de passivo relativo a adicional por serviço extraordinário, por registro indevido, conforme Memorando CPAG/SPM nº 040/2015 de 03/11/2015 .
- 44) Em 11/NOV/2015, 2015NS010368, contabilização de baixa de passivo referente Processo 0000664-35.2014.5.15.0895 PA, tendo em vista o pagamento mediante folha extra do mês de maio/2015, conforme informações contidas na Certidão CPAG/SSORP 307/2015 e Memorando 0045/2013-CPAG, de 03/11/2015.
- 45) Em 11/NOV/2015, 2015NS010372, contabilização de baixa de passivo referente Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA, tendo em vista o pagamento do montante de R\$ 1.532,8, conforme noticiado no documento Memorando 0038/2015-CPAG/SPPSVE de 28/10/2015, Informação CPAG/SPPSVE nº 1045/2015 e Certidão CPAG/SPPSVE nº 299/2015.
- 46) Em 11/NOV/2015, 2015NS010372, contabilização de reconhecimento de passivo referente Protocolo Administrativo nº 2414/2013 - DGE – Abono de Permanência (Marlene Dias Mazironi), conforme Informação CPAG/SSORP nº 1095/2015 de 28/10/2015, e de acordo com o Termo de Reconhecimento de Dívida exarado em 4/11/2015.
- 47) Em 12/NOV/2015, 2015NS010409, contabilização referente ao Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reconhecimento de diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais a Órgãos ou Entidades Cedentes, conforme Informações CPAG/SPPSVE nº 1040/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 11/11/2015.
- 48) Em 25/NOV/2015, 2015NS010784, contabilização baixa referente ao Processo 0000506-77.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes de Auxílio Natalidade, conforme memorando 0047/2015-CPAG/SSORP de 19/11/2015.
- 49) Em 26/NOV/2015, registro da BAIXA do passivo relativo a REPOSIÇÃO DE FALTAS, documento 2015NS010802 no valor de R\$ 264,69, referente Processo nº 0000527-53.2014.5.15.0895 PA, em conformidade com Memorando 0052/2015-CPAG/SSORP.
- 50) Em 26/NOV/2015, registro da BAIXA do passivo relativo a Diferença de Remuneração – vencimento,GAJ, documento 2015NL000190 no valor de R\$ 1.160.200,00, de acordo com Memorando CPAG/SPPSVE 051/2015, tendo em vista pagamento efetuado conforme OSI CPAG/SPPSVE nº 195/2014.
- 51) Em 27/NOV/2015, registro da BAIXA do passivo relativo a Gratificação por Encargo de Cursos, referente Memorando nº 043/2014 – CDP-SCS e Processo 0000246-97.2014.5.15.0895 PA, ,documento 2015NL000192 no valor de R\$ 70.000,00, de acordo com Memorando 0053/2015-CPAG/SSORP, tendo em vista pagamento efetuado conforme Certidão CPAG/SSORP nº 264/2015.
- 52) Em 27/NOV/2015, documento 2015NL000193, registro da BAIXA parcial do passivo relativo a Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço de Magistrados, Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA, no montante de R\$ 30.708,60 – Ativos e R\$ 11.805,21 - Inativos, de acordo com Memorando CPAG/SPM 033/2015.
- 53) Em 27/NOV/2015, documento 2015NL000194, contabilização da baixa de passivos relativo ao Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), para adequação ao saldo constante da Informação CPAG/SSORP nº 1200/2015, R\$30.888,84 – Pessoa (baixa de R\$32.280,90) e R\$4.535,24 – Patronal PSSS (Baixa de R\$56.424,69).
- 54) Em 30/NOV/2015, emissão de diversos documentos para ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coordenadoria de Pagamento, em atendimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 024/2015 e em conformidade com as orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 53/2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 75 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	1.264.950,55	1.264.950,55	0,00	0,00
2013	272.186,51	262.476,58	0,00	9.709,93
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2015
2014	50.802.100,09	34.661.980,80	7.473.340,24	8.666.779,05
2013	12.264.075,59	4.039.717,96	5.598.573,79	2.625.783,84
2012	1.959.323,29	1.065.352,18	267.388,49	626.582,62

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

2.3.4.1 Da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2015, relativos aos valores inscritos (LOA/2014) e reinscritos de exercícios anteriores (LOA/2012 e LOA/2013), por categoria econômica e natureza de despesa.

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados, cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição.

QUADRO 76 – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS DE PESSOAL								Em R\$
Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição	
319001 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	230.407,05	197.866,21	85,9	19.934,73	8,7	12.606,11	5,5	
319003 PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	14.100,00	13.508,84	95,8	591,16	4,2	0,00	0,0	
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.397,47	0,00	0,0	4.397,47	100,0	0,00	0,0	
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	54.895,26	34.964,97	63,7	19.930,29	36,3	0,00	0,0	
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.635.274,53	8.027.859,55	93,0	413.927,51	4,8	193.487,47	2,2	
319113 OBRIGACOES PATRONAIS	1.320.656,03	0,00	0,0	1.320.656,03	100,0	0,00	0,0	
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.378.953,51	887.237,10	9,5	8.477.653,01	90,4	14.063,40	0,1	
	19.638.683,85	9.161.436,67	46,65	10.257.090,20	52,23	220.156,98	1,12	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O montante liquidado de despesas de pessoal amparou os pagamentos das seguintes folhas:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Diferenças de URV (11,98%);
- Diferenças decorrentes da liberação de recursos realizadas pelos Ofícios nºs 36 e 37/2014 do CSJT;
- Acertos e pendências relativos ao exercício de 2014.

QUADRO 77 – RESTOS A PAGAR – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em R\$

Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição
339008 OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR DO MILITAR	136.426,70	2.879,15	2,1	10.503,76	7,7	123.043,79	90,2
339030 MATERIAL DE CONSUMO	692.108,63	427.145,93	61,7	190.234,69	27,5	74.728,01	10,8
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	38.598,00	10.661,30	27,6	12.690,81	32,9	15.245,89	39,5
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	448.032,80	185.775,31	41,5	229.065,49	51,1	33.192,00	7,4
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	173.164,98	48.394,27	27,9	27.614,07	15,9	97.156,64	56,1
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.454.095,49	4.331.407,99	97,2	122.687,50	2,8	0,00	0,0
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORÇ.	11.676.483,12	6.508.525,08	55,7	1.701.883,52	14,6	3.466.074,52	29,7
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	416.267,49	4.033,27	1,0	121.297,36	29,1	290.936,86	69,9
339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.155,41	1.710,04	54,2	1.445,37	45,8	0,00	0,0
339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE	76.713,98	256,98	0,3	10.048,92	13,1	66.408,08	86,6
339059 PENSÕES ESPECIAIS	768.339,02	0,00	0,0	0,00	0,0	768.339,02	100,0
339091 SENTENÇAS JUDICIAIS	191.989,88	0,00	0,0	0,00	0,0	191.989,88	100,0
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.174,26	57.926,45	30,6	104.322,77	55,1	26.925,04	14,2
339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.514.756,62	461.067,71	30,4	371.599,17	24,5	682.089,74	45,0
339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORÇ.	11.873,65	11.581,35	97,5	0,00	0,0	292,30	2,5
339147 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.698,41	2.702,34	40,3	7,74	0,1	3.988,33	59,5
	20.797.878,44	12.054.067,17	58,0	2.903.401,17	14,0	5.840.410,10	28,1

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os valores liquidados mais relevantes relativos a outras despesas correntes, seguem destacados:

- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R\$ 3,3 milhões em manutenção e conservação de bens imóveis; R\$ 832 mil em comunicação de dados; R\$ 457 mil para amparar despesas com serviços de energia elétrica; R\$ 364 mil gastos com fretes e transportes de encomendas; R\$ 314 mil aplicados em serviços de seleção e treinamento;
- Locação de Mão de Obra – R\$ 2,0 milhões em serviços de limpeza e conservação; R\$ 1,1 milhão em vigilância ostensiva; R\$ 885 mil em apoio administrativo, técnico e operacional;
- Indenizações e Restituições – R\$ 315 mil gastos com indenização de transporte a servidores; R\$ 126 mil aplicados em ressarcimento de assistência médica;
- Material de Consumo – R\$ 160 mil na aquisição de material destinado à manutenção de bens imóveis e instalações; R\$ 83 mil aplicados em material de processamento de dados; R\$ 79 mil em material elétrico eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 78 – RESTOS A PAGAR – DESPESAS DE CAPITAL

DESPESAS DE CAPITAL

Em R\$

Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	1.368.749,62	892.149,62	65,18	0,00	0,00	476.600,00	34,82
449051 OBRAS E INSTALACOES	17.141.806,21	11.932.080,63	69,61	26.341,33	0,15	5.183.384,25	30,24
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.078.380,85	5.727.316,85	94,22	152.469,82	2,51	198.594,18	3,27
	24.588.936,68	18.551.547,10	75,45	178.811,15	0,73	5.858.578,43	23,83

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As despesas de capital liquidadas com créditos de restos a pagar não processados mais significativas foram: R\$ 9,4 milhões aplicados em instalações de sala cofre e modernização de elevadores; R\$ 3,5 milhões em equipamentos de processamento de dados; R\$ 2,5 milhões investidos em obras em andamento; R\$ 1,2 milhão na aquisição de aparelhos e utensílios domésticos; R\$ 799 mil na aquisição de softwares; R\$ 531 mil na compra de veículos; R\$ 329 gastos com mobiliário em geral.

Em atendimento às orientações contidas na Nota 23 do Anexo 1 - ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 21/2015, segue a justificativa para a reinscrição dos saldos dos empenhos relativos a restos a pagar não processados em 31 de dezembro de 2015.

Na análise dos empenhos pelos gestores dos contratos de aquisições e prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deve pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor, ou, liquidação da despesa em curso, ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, amparados pelo Decreto da Presidente da República nº 8.551 de 29 de outubro de 2015.

2.3.4.2 Da Execução dos Restos a Pagar Processados

Do total de R\$ 1.537.137,06 inscrito em restos a pagar processados restou pendente de pagamento o valor de R\$ 9.709,93 conforme demonstrado a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 79 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Conta 21881.01.28 - DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES

Posição até 31/12/2015

R\$

PROCESSO	OBJETO	CREDOR	APROPRIAÇÃO			OBSERVAÇÃO
			DATA	DOC	VALOR	
CP. 0323/2012 - H	Execução de reformas diversas e manutenções nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Edifícios-Sede e Anexos do TRT.	O.S.V. CONSTRUTORA LTDA - EPP	10/09/2014	NS006334	9.709,93	Retenção referente ao lucro e à Administração Central que deverá ser liberado no término do serviço, (informação por email da Coordenadoria de Projetos e Obra). (NFs. 393). Em 22/12/2015 houve contato telefônico com o Coordenador de Projetos e Obras, que passou uma previsão de 60 dias para o término do serviço.
TOTAL RP PROCESSADO					9.709,93	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

2.3.5 Informações Sobre a Realização das Receitas

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2015 somou R\$ 84.110.193,47. O gráfico seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento:

GRÁFICO 21 – ARRECAÇÃO POR TIPO DE RECEITA



FONTE: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao erário, decorrentes de Custas e Emolumentos Judiciais pelo TRT da 15ª Região, contabilizou o total de R\$ 44,9 milhões no exercício financeiro de 2015.

Quanto ao montante de R\$ 35,7 milhões arrecadados em 2015 a título de “Transferências de Convênios”, estes derivaram dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, conforme preconizado nos processos de tomada de contas, TC nº 018.708/2007-4 e TC nº 013.671/2010-3, do Tribunal de Contas da União. Tais recursos são classificados em fonte específica: 81 – Recursos de Convênios, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em 2015 foram arrecadados R\$ 1,3 milhão em taxa de inscrição para concursos realizados pelo TRT da 15ª Região, quais sejam: XXVIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto (R\$ 748 mil), e Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de Cadastro Reserva de Cargos/Áreas/Especialidades de nível superior e médio, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal (R\$ 599 mil).

A receita de R\$ 712,7 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Trata-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50.

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2015 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.6 Informações Sobre a Execução das Despesas

2.3.6.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação

QUADRO 80 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região		Código UO: 15.116		UGO: 080011	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	50.186.081,70	44.982.680,94	50.124.052,67	44.936.361,74	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	93.563,21	-	93.563,21	
c) Concorrência	-	507.793,82	-	507.793,82	
d) Pregão	50.186.081,70	44.381.323,91	50.124.052,67	44.335.004,71	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	38.376.638,87	31.230.093,20	36.943.160,81	30.012.211,85	
h) Dispensa	34.623.047,48	27.330.936,77	33.189.969,92	26.113.055,42	
i) Inexigibilidade	3.753.591,39	3.899.156,43	3.753.190,89	3.899.156,43	
3. Regime de Execução Especial	143.011,14	198.914,75	143.011,14	198.914,75	
j) Suprimento de Fundos	143.011,14	198.914,75	143.011,14	198.914,75	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.195.170.441,28	1.032.567.705,03	1.195.170.441,28	1.032.567.705,03	
k) Pagamento em Folha	1.184.306.214,94	1.024.554.451,49	1.184.306.214,94	1.024.554.451,49	
l) Diárias	10.864.226,34	8.013.253,54	10.864.226,34	8.013.253,54	
5. Outros	125.390.082,84	136.561.261,94	125.381.303,89	136.560.511,94	
6. Total (1+2+3+4+5)	1.409.266.255,83	1.245.540.655,86	1.407.761.969,79	1.244.275.705,31	

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.6.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO 81 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região				Código UO: 15.116		UGO: 080011		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	751.538.329,26	680.082.453,72	751.538.329,26	680.079.153,72	0,00	3.300,00	751.538.329,26	680.079.153,72
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	208.294.307,22	178.417.741,98	208.294.307,22	178.193.698,14	0,00	224.043,84	208.294.307,22	178.193.698,14
Demais elementos do grupo	227.403.439,03	203.591.713,47	224.473.578,46	190.854.498,80	2.929.860,57	12.737.214,67	224.473.578,46	190.854.498,80
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	41.357.235,97	37.436.859,22	32.379.950,58	27.882.089,57	8.977.285,39	9.554.769,65	31.710.372,91	27.399.131,96
Indenizações e Restituições	40.914.337,33	30.727.099,64	39.842.767,08	29.597.492,37	1.071.570,25	1.129.607,27	39.842.767,08	29.597.492,37
Auxílio-alimentação	38.191.345,64	35.590.499,00	38.106.682,44	35.295.528,87	84.663,20	294.970,13	38.106.682,44	35.295.528,87
Locação de mão-de-obra	36.446.138,60	31.163.167,86	31.553.404,00	26.765.923,11	4.892.734,60	4.397.244,75	31.529.599,42	26.759.124,86
Outros Serviços de Terceiros – P. Física	25.598.817,27	33.900.926,22	24.275.677,10	33.752.364,47	1.323.140,17	148.561,75	23.484.341,79	33.016.690,73
Sentenças Judiciais	21.405.299,10	6.475.539,00	21.405.299,10	6.283.549,12	0,00	191.989,88	21.405.299,10	6.283.549,12
Demais elementos do grupo	35.906.469,19	36.364.458,41	34.172.306,10	34.510.803,18	1.734.163,09	1.853.655,23	34.160.317,31	34.471.744,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente	10.221.463,06	7.214.361,34	3.120.018,55	1.328.563,21	7.101.444,51	5.885.798,13	3.112.438,86	1.328.101,37
Obras e Instalações	4.315.228,58	14.077.245,03	33.973,00	588.449,86	4.281.255,58	13.488.795,17	33.973,00	588.449,86
Demais elementos do grupo	308.874,05	1.300.691,06	69.962,94	408.541,44	238.911,11	892.149,62	69.962,94	408.541,44
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Fonte: Tesouro Gerencial



2.3.6.3 Análise Crítica da Realização da Despesa

2.3.6.3.1 Dos Créditos Empenhados

Do total de R\$ 1.457.687.386,29 em créditos atualizados foram empenhados R\$ 1.441.901.284,30. Quando analisado o grau de gestão orçamentária verifica-se eficiência no planejamento e na execução dos gastos, comprovada pelo índice de 0,989 apurado na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, próximo a 1,0.

Contudo, em análise detalhada da execução dos créditos originários, verifica-se índice de 62,88% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada, destinada aos gastos com investimentos, decorrente do contingenciamento imposto pelo Governo Federal, bem como pelo esforço programado pelo TRT da 15ª Região na economia dos gastos no exercício de 2015, para amparar as restrições orçamentárias previstas para o ano de 2016, mediante solicitação de créditos adicionais com oferecimento de recursos de fonte própria.

O quadro a seguir compara os totais executados nos exercícios de 2013 a 2015, considerando os valores consignados nas Leis Orçamentárias respectivas, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das Despesas Correntes e de Capital, realizadas para a manutenção e investimentos neste Regional.

QUADRO 82 – ORÇAMENTOS EXECUTADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$ milhões

DOTAÇÕES	2013	2014	Var.		
			2014/2013	2015	2015/2014
Pessoal e Encargos Sociais	1.009,7	1.037,5	2,8%	1.164,5	12,2%
Outras Despesas Correntes	158,1	211,6	33,8%	239,8	13,3%
Investimentos: equipamentos, material permanente e <i>softwares</i>	15,1	20,2	33,8%	10,5	-48,0%
Investimentos: obras e instalações	3,4	2,4	-29,4%	4,3	79,2%
Soma Investimentos	18,5	22,6	22,2%	14,8	-34,5%

FONTE: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional. Considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

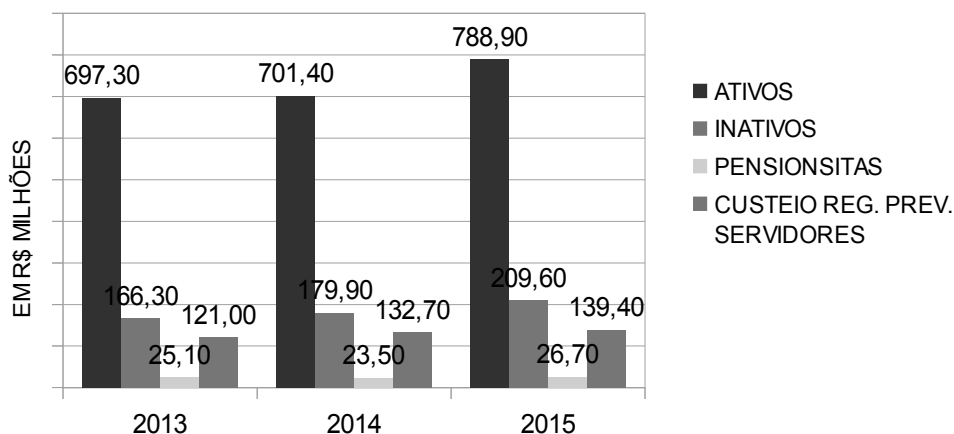
2.3.6.3.1.1.1 Dos Gastos com Pessoal

O gráfico a seguir representa os gastos nos anos de 2013, 2014 e 2015 com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista; bem como aqueles referentes a encargos contributivos para custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais.

GRÁFICO 22 – PESSOAL E CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PESSOAL E CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES

TOTAL EMPENHADO - EXERCÍCIOS 2013 A 2015



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As execuções no exercício de 2015 concernentes ao pagamento de Pessoal Ativo, Inativo, Pensionista e Contribuição Patronal para Custeio da Previdência Social de Servidor Público (CPSSS), variaram 12,2% em relação ao ano de 2014, e suportaram o pagamento das:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação do pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição concedida aos Magistrados pela Lei nº 13.095/2015 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 149/2015 do CSJT, posteriormente revogada pela Resolução Administrativa nº 155/2015 do mesmo Conselho;
- Implantação do pagamento de diferença de 13,23% devida aos servidores em decorrência de decisão judicial em conformidade com o Ofício-Circular nº 9/2014 – CSJT e Ofício nº 151/2015 – SJDF;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamento de diferenças de Correção Monetária e Juros sobre ATS do período 2005/2006



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

devido a magistrados usados recursos por meio da Resolução 137/2014-CSJT;

- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT.
- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99.

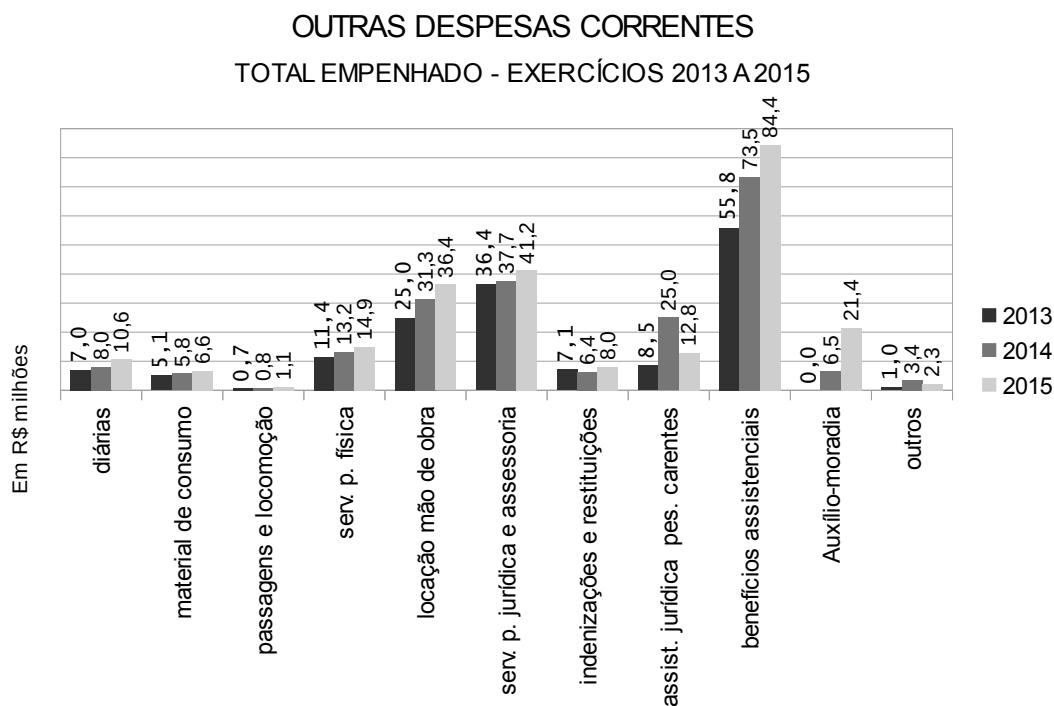
Os montantes recebidos, em conformidade com as disposições apresentadas mediante os Ofícios Circulares CSJT.GP.SG.CFIN nºs 29 e 30/2015, tiveram seus valores inscritos em restos a pagar não processados para liquidação no exercício seguinte.

2.3.6.3.1.1.2 Dos Gastos com Outras Despesas Correntes

A execução de Outras Despesas Correntes em 2015 somou R\$ 239,8 milhões, 13,3% a mais que o empenhado no ano de 2014.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos dispêndios, considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados a serem liquidados em 2016, relativos a Outras Despesas Correntes, aplicados na manutenção do Órgão, quais sejam: aquisição de material de consumo, serviços prestados por pessoas física e jurídica, diárias e passagens, locações de imóveis e de mão de obra, indenizações e restituições, auxílio-moradia, além dos gastos com benefícios assistenciais, e honorários periciais vinculados à Atividade denominada: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

GRÁFICO 23 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do processo da Ação Originária nº 2.511 foi processado o pagamento do auxílio-moradia aos Magistrados, amparados pela ação orçamentária “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” com classificação de outros custeios, destinada ao atendimento de sentenças judiciais, conforme Ofício Circular nº 23/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN. O montante contabilizado em 2014, consistiu nos pagamentos efetuados relativos ao período de 17 de Setembro a Dezembro de 2014, enquanto que em 2015 contabilizaram os gastos no ano, o que justifica a variação positiva significativa verificada no gráfico.

O total de gasto com passagens e locomoção apresentou variação positiva de cerca de 37% em relação ao ano de 2014 e suportou os gastos relativos ao contrato de emissão de passagens para o deslocamento e pedágios, a serviço, de Magistrados e Servidores em atividades de correição, capacitação, designação para trabalhos eventuais, dentre outros.

Verifica-se o acréscimo em torno de 32% nos gastos com diárias, comparativamente ao ano de 2014, decorrente sobretudo da majoração dos valores praticados pela 15ª Região Trabalhista. Os valores foram gastos nos deslocamentos a serviço e para capacitação de Pessoal, amparados por créditos consignados em LOA/2015 a este Regional, nos planos orçamentários: Apreciação de Causas, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Capacitação de Recursos Humanos e Trabalho Seguro, bem como por recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho destinados aos participantes do Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho.

As despesas atinentes às indenizações e restituições tiveram um aumento em torno de 24% entre os exercícios 2014/2015. A variação mais relevante foi o total de R\$ 1,2 milhão gasto a título de ajuda de custo no ano de 2015, não computado na análise os valores pagos relativos a exercícios anteriores.

A elevação das despesas com Benefícios Assistenciais entre os anos de 2014 e 2015 foi de 15%. A variação decorreu das seguintes majorações ocorridas no exercício:

- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, aumento de 33%: Ato Regulamentar GP nº 14/2014, 02 de junho de 2014 que institui o "Programa de Assistência Farmacêutica" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª, o custo do ano somou R\$ 166 mil; e majoração do valor do auxílio conforme Comunicado da Presidência nº 18/2015 o qual fixa, a partir de 01/04/2015, o valor mensal do ressarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovem estar abrangidos por plano de saúde, o subsídio será escalonado pelo critério de faixa etária do titular (10) variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 (14/05/2015).
- Assistência Pré-Escolar, variação de 12%: Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixa em R\$ 632,15 o valor mensal do benefício, a partir da folha de janeiro/15. A majoração foi viabilizada em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ, 18/03/2015 com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.
- Auxílio-Alimentação, aumento de 5,5%: Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixa em R\$ 799,00 o valor mensal do auxílio, a partir da folha de janeiro/15. A majoração foi viabilizada em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ de 18/03/2015, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.

O total de recursos aplicados a título de honorários periciais, destinados a garantir a assistência jurídica a pessoas carentes, apresentou redução significativa de 49% em relação ao demandado no



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ano anterior.

Os gastos em 2015 com material de consumo e com prestação de serviços pessoa física sofreram um aumento de 13% cada; as despesas com contratação de locação de mão de obra, 16%, e com serviços prestados por pessoa jurídica, 9%, quando comparados ao ano de 2014.

Seguem demonstrados os maiores gastos relativos a outras despesas correntes, total empenhado no exercício, não consideradas as despesas de exercícios anteriores, por ordem de relevância, que somados representam mais de 90% da despesa total da categoria, amparados pelas Ações vinculadas ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado denominado Prestação Jurisdicional Trabalhista – 0571, cuja atividade tem por escopo a aplicação dos recursos em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de Magistrados e Servidores.

QUADRO 83 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – DETALHAMENTO

Outras Despesas Correntes – Natureza de Despesa Detalhada		Total Empenhado no Exercício 2015 (Em R\$)
1º	AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	38.191.345,64
2º	RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	32.751.883,23
3º	SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.395.651,69
4º	LOCAAO DE IMOVEIS	15.952.099,06
5º	VIGILANCIA OSTENSIVA	14.918.653,27
6º	PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	10.696.617,22
7º	DIARIAS NO PAIS	10.570.861,70
8º	APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	10.410.686,73
9º	LIMPEZA E CONSERVACAO	8.843.354,93
10º	SERVICOS DE ENERGIA ELETTRICA	7.356.607,89
11º	AUXILIO-CRACHE CIVIL	5.527.642,00
12º	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.351.770,01
13º	INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.290.197,33
14º	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	4.634.808,41
15º	ESTAGIARIOS	4.220.177,88
16º	COMUNICACAO DE DADOS	3.676.802,04
17º	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	2.316.538,19
18º	CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	2.219.243,78
19º	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.089.086,26
20º	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.953.198,78
21º	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.943.388,40
22º	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.537.646,45
23º	FRETESE TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.513.355,52
24º	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	1.390.202,40
25º	AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	1.184.082,02
26º	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.125.869,52

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Vale ressaltar, ainda, em análise mais detalhada, nos totais empenhados destinados à aquisição de materiais de consumo, locação de mão de obra e contratação de serviços de pessoa física e jurídica, as variações relevantes sobre os maiores gastos, verificadas entre os exercícios de 2014 e 2015, são:

- Aumento de 30% nas despesas com locação de imóveis; 48% nos serviços de energia



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

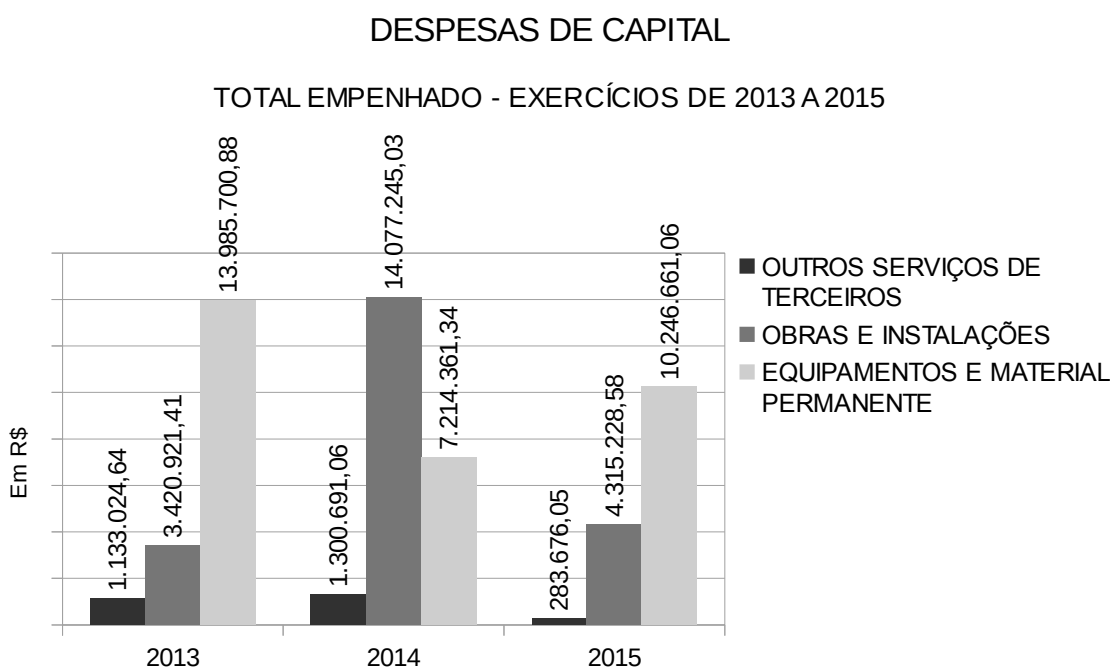
elétrica; 34% a mais aplicados em serviços de seleção e treinamento; 43% na aquisição de material para processamento de dados; e acréscimo de 42% nos gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos.

- Redução de 32% nos dispêndios com serviços de cópias e reprodução de documentos, e decréscimo de 70% nas despesas de manutenção de bens imóveis.

2.3.6.3.1.1.3 Dos Gastos com Despesas de Capital

O gráfico a seguir representa as Despesas de Capital realizadas nos exercícios de 2013 a 2015.

GRÁFICO 24 – DESPESAS DE CAPITAL



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O investimento de R\$ 12 milhões no ano de 2014, destinado à instalação de sala cofre, provocou impacto na evolução dos gastos no exercício de 2015, o decréscimo verificado nos dispêndios de capital, decorreu também do prejuízo trazido às contas públicas pelo cenário econômico do país.

Segue quadro com os Projetos de Construções, cujas dotações consignadas na LOA/2015 foram alcançadas por contingenciamentos impostos pelo Governo Federal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 84 – PROJETOS DE CONSTRUÇÕES

Ação Orçamentária	Em R\$ Crédito Indisponível (Contingenciamento)
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	400.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	147.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	2.437.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	158.520,00
	3.142.520,00

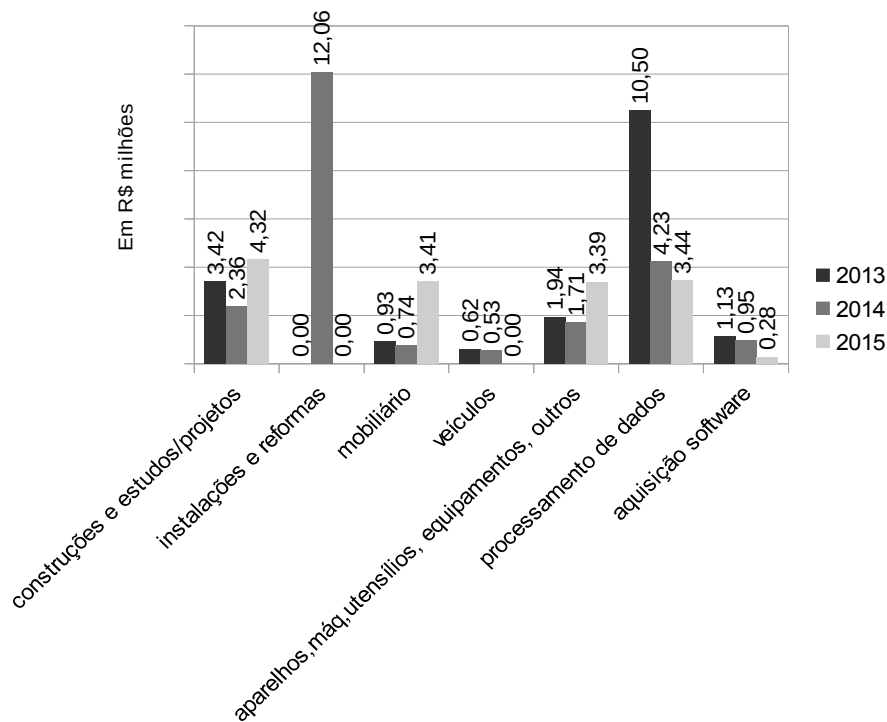
Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir apresenta o montante empenhado por tipo de despesa de capital, nos exercícios de 2013 a 2015.

GRÁFICO 25 – INVESTIMENTOS – POR TIPO DE DESPESA

INVESTIMENTOS - POR TIPO DE DESPESA

TOTAL EMPENHADO - EXERCÍCIOS 2013 A 2015





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.6.3.1.1.4 Execução Orçamentária com Aquisições Diretas até 8 Mil

A execução orçamentária respaldada na dispensa de licitação, relativa ao inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93, qual seja, compras diretas até R\$ 8.000,00, teve um acréscimo de 14% no exercício financeiro de 2015, quando comparada com o ano anterior, e representou cerca de 0,3% do total gasto/ano com Outras Despesas Correntes e de Capital.

Tais despesas foram definidas com base no inciso II, do artigo 136, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015, como de caráter irrelevante, dispensando as estimativas de impacto orçamentário e financeiro para a sua execução, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e sua execução é a seguir apresentada, por grupo de despesa:

QUADRO 85 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM AQUISIÇÕES DIRETAS

ANO	Material de Consumo	Serviços Pessoa Física	Serviços Pessoa Jurídica	Material Permanente	Outros	Em R\$ mil
						TOTAL
2012	317,3	72,7	277,7	107,5	8,0	783,2
2013	280,4	72,5	404,5	115,2	7,3	879,9
2014	227,3	68,9	295,8	124,6	7,2	723,8
2015	380,6	75,4	298,0	72,0	0,1	826,1

FONTE: SIAFI-Notas de Empenho, exceto exercícios anteriores e indenizações, com dispensa prevista no inciso II, artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

2.3.6.3.1.1.5 Dos Créditos Liquidados

É o segundo estágio da despesa pública, fase em que são consideradas as despesas efetivamente realizadas, mediante a entrega do material ou a prestação do serviço, ou até mediante reconhecimento da despesa.

O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados foi de 96,7%. Seguem demonstrados os maiores valores relativos a despesas liquidadas, com créditos do exercício, por categoria econômica.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 86 – DESPESAS LIQUIDADAS – POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS DE PESSOAL	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	206.675.774,03
VENCIMENTOS E SALARIOS	186.869.049,21
SUBSIDIOS	142.340.176,31
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	138.622.749,70
13. SALARIO	58.307.245,23
INCORPORACOES	54.884.579,18
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	52.199.978,30
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	44.334.561,18
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/ EXERC. CARGO.	42.967.731,95
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS- PESSOAL CIV	36.281.272,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	38.106.682,44
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	32.413.355,93
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCJ 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.395.651,69
LOCACAO DE IMOVEIS	15.778.048,91
VIGILANCIA OSTENSIVA	13.515.768,58
DIARIAS NO PAIS	10.570.861,70
PERICIA TECNICAS JUSTICA GRATUITA	9.581.739,47
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.475.342,96
LIMPEZA E CONSERVACAO	7.623.518,75
AUXILIO-ALIMENTACAO	7.229.327,36
DESPESAS DE CAPITAL	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
MOBILIARIO EM GERAL	1.334.129,17
APARELHOSE UTENSILIOS DOMESTICOS	1.177.077,74
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	439.500,98
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	127.297,66
AQUISICAO DE SOFTWARE	44.764,94

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.7 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

2.3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos

QUADRO 87 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	296	143.044,52	4.000,00
2014	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	346	202.720,42	4.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos

QUADRO 88 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	100	29.014,00	97.899,32	126.913,32
2014	080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	0	0	165	41.564,33	156.672,67	198.237,00

Fonte: Tesouro Gerencial



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

QUADRO 89 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080011	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	3390.30 – Material de Consumo	33903003 - combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	305,00
			33903004 - gás e outros materiais engarrafados	418,00
			33903009 - material farmacológico	2.211,84
			33903010 - material odontológico	4.384,54
			33903016 - material de expediente	1.693,87
			33903017 - material de processamento de dados	1.539,96
			33903019 - material de acondic. e embalagem	1.825,75
			33903022 - material de limp. e prod. de higienização	387,69
			33903024 - material p/ manut.de bens imóveis/instal.	21.860,38
			33903025 - material p/ manutenção de bens moveis	5.886,64
			33903026 - material elétrico e eletrônico	19.889,22
			33903028 - material de proteção e segurança	1.604,32
			33903029 - material p/ áudio, vídeo e foto	465,00
			33903030 - material para comunicações	1.672,12
			33903036 - material hospitalar	1.342,56
			33903042 - ferramentas	1.318,52
			33903044 - material de sinalização visual e outros	1.725,10
			33903050 - bandeiras, flâmulas e insígnias	80,00
		33903099 - outros materiais de consumo	361,34	
		3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	33903912 - locação de maquinas e equipamentos	100,00
			33903916 - manutenção e conserv. de bens imóveis	50.176,42
			33903917 - manut. e conserv. de máq. e equipamentos	19.606,11
			33903920 - manut.e cons.de b. móveis de outras natur.	1.370,00
			33903946 - serviços domésticos	733,68
			33903963 - serviços gráficos e editoriais	74,00
			33903966 - serviços judiciários	34,08
			33903978 - limpeza e conservação	250,00
33903979 - serv. de apoio admin. técnico e operac.	882,00			
33903995 - manut. cons. equip. de proc. de dados	670,00			
3390.47 – obrigações tributarias - pagto antecipado	33904710 - taxas	143,00		

Fonte: Tesouro Gerencial



2.3.7.4 Análise Crítica

2.3.7.4.1 Suprimento de Fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal

O Ato Regulamentar GP nº 10/2010, de 14 de setembro de 2010, alterado pelo Ato Regulamentar GP nº 06/2013, de 6 de maio de 2013, regulamentou a concessão e a aplicação de Suprimento de Fundos, exclusivamente com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, e dispôs sobre a sua utilização, também, na modalidade de saque em espécie, no âmbito da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

No citado normativo estão autorizadas as aquisições de serviços ou bens de consumo, desde que comprovada sua imprescindibilidade à prestação jurisdicional, a necessidade de pronto pagamento e seu caráter indiscutivelmente eventual, bem como que as despesas não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

Os números relacionados com a operacionalização no SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, no exercício de 2015, na modalidade de suprimento de fundos foram:

- Limites concedidos a 51 agentes supridos, pertencentes às diversas unidades administrativas de 1ª e 2ª Instâncias deste Tribunal, com a autuação de mesmo número de processos para o acompanhamento da movimentação orçamentária e financeira das concessões e prestações de contas;
- Prestações de contas apresentadas pelos supridos e aprovadas pelo Ordenador de Despesas, com o total aplicado, líquido das devoluções, de R\$ 143.011,14, sendo que deste total: R\$ 68.971,85 foram aplicados em aquisições de bens de consumo, R\$ 73.896,29 destinados a contratações de prestadores de serviços – pessoa jurídica e R\$ 143,00 gastos com obrigações tributárias, de acordo com o apresentado na consulta elaborada a partir do sistema Tesouro Gerencial;
- Foram despendidos R\$ 97.898,86 em quitações das faturas dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, sendo que deste total R\$ 677,75 se referem a gastos de 2014 e R\$ 97.221,11 a compromissos do exercício de 2015, restando o saldo de R\$ 16.736,96 pendente para pagamento de fatura em 2016.
- O total de saques efetuados pelos supridos somou R\$ 28.981,08, sendo que este valor observou o dispositivo legal que limita em 30% do montante dos saques/ano em relação ao total da despesa anual com suprimento de fundos;
- As devoluções efetuadas pelos agentes responsáveis, por motivo de indeferimento de gastos pelo Ordenador de Despesas, ou por numerário remanescente de saques, totalizaram R\$ 33,38 (R\$ 32,92 – devoluções de saques; e R\$ 0,46 – devoluções de faturas), recolhidas mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, cujas despesas foram estornadas no próprio exercício.

Os Suprimentos de Fundos concedidos em 2015 foram encerrados tempestivamente, tendo os responsáveis prestado contas nos prazos estabelecidos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

2.4 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Os indicadores de desempenho operacional utilizados pela Secretaria de Orçamento e Finanças são aqueles constantes do SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que acompanham a realização das metas físicas previstas nas Ações Programáticas consignadas na Lei Orçamentária Anual, assunto tratado no item 4.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados, deste Relatório de Gestão.

Os indicadores que aferem o alcance dos objetivos finalísticos estão pormenorizadamente explicitados no item 2.2 deste Relatório de Gestão.



3 GOVERNANÇA

3.1 Descrição das Estruturas de Governança

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por intermédio de suas unidades de controle e da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho realiza, constantemente, ações de inspeção e auditoria com o objetivo de examinar a regularidade das ações realizadas no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, bem como o cumprimento das diretrizes fixadas por aquele Órgão e pelo Conselho Nacional de Justiça.

Internamente, o Órgão possui as seguintes estruturas de controle, independentes entre si, cujas competências estão fixadas, precipuamente, no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e/ou na Resolução Administrativa n.º 10/2012.

3.1.1 Tribunal Pleno

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 20.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - Em matéria judiciária:

a) processar e julgar originariamente:

- 1. as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, quando acolhidas pelo Órgão Especial, pelas Seções Especializadas, pelas Câmaras, ou quando opostas em processos de sua competência originária;*
- 2. as ações rescisórias de seus próprios acórdãos;*
- 3. os habeas corpus e os mandados de segurança contra seus próprios atos, contra os atos do seu Presidente, nesta qualidade;*
- 4. os incidentes de uniformização da jurisprudência em dissídios individuais;*

b) processar e julgar nos feitos de sua competência:

- 1. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;*
- 2. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;*
- 3. as restaurações de autos;*
- 4. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;*
- 5. os agravos regimentais e os agravos internos;*
- 6. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;*

II - Em matéria administrativa:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- a) aprovar e alterar, as disposições deste Regimento Interno;*
 - b) eleger e dar posse aos membros da direção do Tribunal, segundo o disposto no art. 14;*
 - c) eleger e dar posse aos membros do Órgão Especial, observados os artigos 21-A e 21-B;*
 - d) compor, para promoção por merecimento, as listas tríplexes dos Juizes e indicar, para promoção por antiguidade, o Juiz com direito a esta;*
 - e) organizar as listas tríplexes dos candidatos ao preenchimento de vagas destinadas ao quinto constitucional;*
 - f) elaborar, anualmente e mediante votação pública e fundamentada, lista de Juizes Titulares de Varas do Trabalho, destinada à convocação para substituição no Tribunal;*
 - g) constituir as comissões a que se refere o art. 296, elegendo os respectivos integrantes para mandatos coincidentes com os dos órgãos da direção do Tribunal;*
 - h) eleger e dar posse ao Diretor e ao Vice-Diretor da Escola Judicial;*
 - i) fixar os dias e os horários de suas sessões ordinárias, assim como do funcionamento dos demais órgãos do Tribunal;*
- III - editar, modificar ou revogar Súmula da Jurisprudência predominante, ou Tese Prevalente, em dissídios individuais, exceto em matéria de competência das Seções Especializadas;*
- IV - resolver as dúvidas que lhe forem submetidas pelo Presidente ou por seus Desembargadores, sobre a ordem dos trabalhos ou a interpretação e execução deste Regimento, observados os termos do art. 326;*
- V - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;*
- VI - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições;*
- VII - outorgar as comendas de mérito, na forma da respectiva Resolução;*
- VIII - apreciar e aprovar as prestações de contas e relatório geral encaminhados pela Presidência do Tribunal;*
- IX - apreciar e referendar a proposta orçamentária enviada pelo Presidente do Tribunal;*
- X - apreciar e aprovar a proposta de Planejamento Estratégico quinquenal, elaborada pelo Presidente do Tribunal.*

3.1.2 Órgão Especial

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 21-F.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - em matéria judiciária:

a) Processar e julgar originariamente:

1. quaisquer conflitos de competência, jurisdição e atribuições envolvendo os órgãos do Tribunal e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

os Desembargadores que os integram, ressalvada a competência prevista nos arts. 29, XX, 47, § 3º, 49, § 2º, 49-B, § 2º e 51, § 2º;

2. o habeas corpus, habeas data e mandado de segurança em processos de sua competência e contra os atos do Presidente do Tribunal, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor Regional, Vice-Corregedor Regional, assim como, nas questões administrativas, contra os atos de suas Seções Especializadas, de suas Turmas, de quaisquer de seus órgãos, de seus Desembargadores, de Juízes de primeiro grau e de seus servidores;

3. os agravos regimentais, nas hipóteses do art. 281, II;

4. as ações rescisórias de seus acórdãos;

5. o mandado de segurança impetrado contra atos praticados pelos membros de Comissão de Concurso;

6. as habilitações incidentes, as arguições de falsidade, as exceções de impedimento e de suspeição vinculadas a processos pendentes de sua decisão;

7. os agravos de petição, nos casos previstos no § 2º do art. 263, assim como aqueles decorrentes da execução da decisão proferida na ação rescisória, aos quais será aplicado o disposto no art. 54, II.

8. as demais exceções de suspeição e impedimento opostas contra Juízes de 1º grau não enquadradas nas competências dos órgãos fracionários, aplicando-se, no que couber, as disposições do art. 54, inciso XX, deste Regimento Interno.

b) deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal;

c) processar e julgar nos feitos de sua competência:

1. as exceções de suspeição e impedimento de seus Desembargadores;

2. as exceções de incompetência que lhe forem opostas;

3. as restaurações de autos;

4. as habilitações incidentes e as arguições de falsidade;

5. os agravos regimentais e os agravos internos;

6. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

II - Em matéria administrativa:

a) processar e julgar as questões e os recursos de natureza administrativa, originários de atos do Presidente do Tribunal, da Corregedoria, de quaisquer de seus Desembargadores, dos Juízes de primeiro grau e de seus servidores, observado o prazo do art. 293;

b) deliberar, referendar e determinar o processamento de:

1. exoneração e aposentadoria de Desembargadores;

2. promoções, remoções voluntárias e permutas de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos;

c) exercer disciplina sobre os Juízes de 1ª Instância e julgar os processos disciplinares em que sejam partes, garantida sempre a ampla defesa;

d) determinar, nos casos de interesse público, a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria de Juízes de 1ª Instância, assim como a disponibilidade ou aposentadoria de membro do próprio Tribunal;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- e) deliberar sobre proposta de não-vitalicamento ou perda do cargo de Juiz não-Vitalicio;*
 - f) aprovar listas de antiguidade preparadas anualmente pelo Presidente do Tribunal, conhecendo das reclamações contra elas oferecidas, nos quinze dias seguintes à sua publicação oficial;*
 - g) fixar e rever as diárias e ajudas de custo do Presidente, do Vice-Presidente Administrativo, do Vice-Presidente Judicial, do Corregedor Regional, do Vice-Corregedor Regional, dos Desembargadores do Trabalho, dos Juizes de 1ª Instância e dos servidores;*
 - h) apreciar e decidir os pedidos de remoção de Turmas, Câmaras e Seções Especializadas entre os Desembargadores, observada a ordem de antiguidade entre os interessados que tenham apresentado o requerimento no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do respectivo edital, noticiando a abertura da vaga;*
 - i) deliberar sobre a definição das circunscrições judiciárias, com a finalidade de distribuição e lotação dos magistrados de 1º grau, mediante proposta da Corregedoria Regional;*
 - j) deliberar sobre a alteração e estabelecimento da jurisdição das Varas do Trabalho, assim como a transferência de sua sede de um Município para outro, visando à melhoria e agilização na prestação jurisdicional, mediante proposta da Corregedoria Regional;*
 - k) deliberar sobre as indicações para os cargos de Secretários das Seções Especializadas e das Turmas.*
 - l) deliberar sobre as demais matérias administrativas não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal.*
 - m) conceder licenças para frequências em cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos;*
 - n) aprovar as comissões de licitação;*
 - o) propor ao Tribunal Superior do Trabalho a criação, com a fixação dos vencimentos correspondentes, e a extinção de cargos ou funções, além de outros órgãos;*
 - p) estabelecer os critérios, designar as comissões, aprovar as instruções, a classificação final dos candidatos, assim como a prestação de contas dos concursos para provimento dos cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de servidores do quadro de pessoal; os concursos terão validade por até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.*
 - q) autorizar a denominação dos Fóruns e prédios.*
 - r) deliberar sobre pedido de residência do Magistrado fora da respectiva jurisdição ou circunscrição.*
 - s) aprovar o regulamento da secretaria e serviços auxiliares, assim como as alterações necessárias.*
- III - organizar seus serviços auxiliares;*
- IV - fixar os dias de suas sessões;*
- V - convocar Desembargador para a formação de quorum, respeitada a ordem de antiguidade;*
- VI - editar resoluções, provimentos e outros atos, mediante proposta de quaisquer de seus órgãos ou Desembargadores, após aprovação pela maioria destes;*
- VII - praticar quaisquer outros atos necessários ao bom funcionamento da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como deliberar o que for cabível, nos casos não previstos neste Regimento;*
- VIII - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões, declarando a nulidade dos atos contra elas praticados;*
- IX - dar ciência à Corregedoria de atos considerados atentatórios à boa ordem processual;*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

X - determinar às Varas do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação;

XI - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem às requisições.

3.1.3 Corregedoria Regional

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigos 26 a 41;

Assento Regimental nº 5, de 23/11/2009;

Regulamento Interno da Corregedoria Regional.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - decidir sobre as correições parciais de números ímpares, exceto quando se tratar de matéria correlata por ele já conhecida;

II - exercer, uma vez por ano e sempre que necessário, correição nas Varas do Trabalho, nas Diretorias de foro, nos Serviços de Distribuição de Feitos de primeira instância, nas Centrais de Mandados e nos cálculos judiciais, facultado tal procedimento por meio de informações fornecidas pelo sistema de dados;

III - exercer correição extraordinária ou inspeção;

IV - processar os pedidos de providências;

V - processar contra ato ou despacho de Juiz de primeira instância a correição parcial requerida pela parte e, se admitida, julgá-la no prazo de dez dias, após a instrução;

VI - processar as representações alusivas aos serviços judiciários e auxiliares das Varas do Trabalho e as que envolverem Juiz do Trabalho de primeira instância, determinando e promovendo as medidas necessárias à regularidade do procedimento administrativo ou jurisdicional;

VII - apurar, de ofício ou mediante representação, ordenando, quando necessário, a imediata regularização ou as providências e as medidas adequadas:

a) ao cumprimento de prazos legais pelos Juízes do Trabalho de primeira instância;

b) à prática de atos ou omissões dos órgãos e serviços auxiliares, que devam ser corrigidos;

VIII - baixar provimentos sobre matéria de sua competência, ad referendum do Tribunal Pleno e decidir as questões deles provenientes;

IX - analisar e, se for o caso, cancelar ou mandar retificar portarias, ordens de serviço, instruções e outros atos de natureza administrativa baixados por Juízes do Trabalho de primeira instância e seus serviços auxiliares, quando contrariarem a lei ou este Regimento;

X - prestar informações sobre Juízes do Trabalho de primeira instância para os fins de acesso, promoção, remoção, permuta e aplicação de penalidades;

XI - aprovar, quando não previstos em lei, os modelos de livros e formulários dos serviços de primeira instância;

XII - examinar, em correição ou inspeção, autos, livros e documentos findos, determinando as



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

providências cabíveis, exceto quanto à eliminação de processos, que será realizada na forma da lei;

XIII - expedir instruções normativas aos serviços auxiliares das Varas do Trabalho;

XIV - instaurar, instruir e submeter à apreciação do Tribunal Pleno, procedimento nos casos de incorreção ou descumprimento de deveres e obrigações por parte de Juiz do Trabalho de primeira instância, de que possam resultar pena de advertência e censura, observado o princípio da ampla defesa;

XV - propor ao Tribunal Pleno, por motivo de interesse público, a instauração de processo administrativo contra Juizes do Trabalho de primeira instância, em casos de punição que possa importar a perda do cargo, remoção, disponibilidade e aposentadoria compulsória;

XVI - comunicar ao Presidente do Tribunal a necessidade de decretar regime de exceção em Vara do Trabalho e de designar Juizes para responder pelo expediente judiciário, definindo normas a serem observadas durante a vigência do regime de exceção, mediante aprovação do Tribunal Pleno;

XVII - realizar sindicâncias no âmbito de sua competência;

XVIII - supervisionar a elaboração dos relatórios estatísticos sobre o movimento processual e a atuação jurisdicional dos Órgãos e dos Juizes da primeira instância, produzidos pela Secretaria da Corregedoria, e determinar a remessa ao Presidente do Tribunal para os fins do art. 22, XXXV do Regimento Interno do Tribunal;

XIX - opinar, com dados técnicos e estatísticos, nos processos de criação, ampliação ou adequação de Varas do Trabalho, bem como nos casos de divisão ou revisão das circunscrições judiciárias;

XX - decidir os conflitos de atribuições entre Juizes de primeiro grau;

XXI - fiscalizar o cumprimento do disposto no inciso V do art. 35 da Lei Complementar nº 35, de 1979;

XXII - decidir os recursos dos atos de natureza administrativa praticados por Juizes de primeiro grau ou por servidores a eles vinculados, no âmbito das respectivas atribuições;

XXIII - presidir a 1ª Seção de Dissídios Individuais (1ª SDI);

XXIV - emitir parecer nos processos de vitaliciamento;

XXV - Prestar informações nos processos de indicação de Diretores de Secretaria e de Serviço de Distribuição de Feitos;

XXVI - presidir audiências de conciliação em recursos de revista

3.1.4 Comissão de Regimento Interno

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 301.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - emitir parecer sobre matéria regimental, em quinze dias, prorrogáveis por igual período;

II - estudar as proposições sobre reforma ou alteração regimental feitas pelos Desembargadores,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

emitindo parecer fundamentado e propondo sua redação, se for o caso, no mesmo prazo;
III - sugerir ao Tribunal Pleno qualquer alteração no Regimento.

3.1.5 Comissão de Jurisprudência

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 304.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas ou Teses Prevalentes da jurisprudência predominante do Tribunal;

II - acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatoria uniformização, na forma do art. 896, § 3º da CLT;

III - ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;

IV - receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas ou Teses Prevalentes.

3.1.6 Comissão de Vitaliciamento

a) Base Normativa

Regimento Interno do TRT da 15ª Região, artigo 309.

b) Atribuições/Forma de atuação

A Comissão de Vitaliciamento, eleita pelo Tribunal, terá a incumbência de acompanhar o processo de vitaliciamento, em conjunto com a Corregedoria Regional e a Escola Judicial.

3.1.7 Comissão de Informática

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 313.

Resolução Administrativa nº 13/2012.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – planejar e definir a política de informática;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- II – promover intercâmbio e parceria com outras instituições;*
- III – regulamentar o uso de recursos de informática;*
- IV – opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como definir suas destinações.*

3.1.8 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 314.

b) Atribuições/Forma de atuação

- I - definir e gerenciar a política de distribuição dos feitos de natureza recursal, apresentando sugestões e alternativas;*
- II - Propor ao Tribunal Pleno a convocação de Juizes de primeiro grau para auxílio junto ao Tribunal, ouvida a Corregedoria.*

3.1.9 Comissão de Gerenciamento de Orçamento e Finanças

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 315.

b) Atribuições/Forma de atuação

- I - funcionar como órgão consultivo da Administração;*
- II - auxiliar a elaboração de proposta orçamentária e acompanhar sua execução;*
- III - opinar na fixação da política pública quanto à aplicação dos recursos.*

3.1.10 Comissão de Gerenciamento de Assuntos Administrativos

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 316.

b) Atribuições/Forma de atuação

- I - o assessoramento da Presidência, em matéria de política de pessoal;*
- II - a supervisão de concursos de provas e seleção;*
- III - a sugestão de medidas de aprimoramento da organização dos serviços administrativos.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

3.1.11 Comissão da Ordem do Mérito Judiciário

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 317.

b) Atribuições/Forma de atuação

Competirá à Comissão da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho cumprir os termos da Resolução Administrativa no 4, de 8 de maio de 2000 ou outra que a substituir.

3.1.12 Comissão de Gerenciamento de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-A.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - Preservar e organizar a memória da Justiça do Trabalho;

II - Superintender a avaliação de documentos relacionados à preservação da memória da Justiça do Trabalho;

III - Promover e difundir a memória da Justiça do Trabalho.

3.1.13 Comissão de Gerenciamento de Fluxo Processual

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-B.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - Elaborar o plano de proteção e assistência dos Juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial, formulados por Magistrados;

II - Estabelecer regime de plantão entre os agentes de segurança, para pleno atendimento dos Juízes, em caso de urgência.

3.1.14 Comissão de Gerenciamento de Responsabilidade Socioambiental



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a) Base Normativa

Regimento Interno, artigo 318-C.

b) Atribuições/Forma de atuação

I – propor à Administração a adoção de medidas que visem à economia de recursos, à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente do trabalho, em primeira e segunda instâncias;

II – opinar sobre questões submetidas à Administração do Tribunal relacionadas à sustentabilidade, à causa ambiental e ao meio ambiente do trabalho;

III – acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental, no cumprimento do plano de gestão socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região .

3.1.15 Assessoria de Gestão Estratégica

a) Base Normativa

Resolução CNJ n.º 49/2007

Resolução Administrativa n.º 10/2012, artigos 152 e 153.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - assessorar a Presidência e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica na definição de missão, visão, valores, objetivos, indicadores e metas de desempenho para este Tribunal;

II - monitorar variáveis estratégicas, de modo a acompanhar a evolução dos cenários construídos para apoiar revisões anuais do Plano;

III - acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas;

IV - acompanhar a execução das ações estratégicas, avaliando os resultados e oportunidades de melhoria;

V - elaborar e divulgar os planos de ação relacionadas à estratégia, em consonância com as diretrizes da Presidência;

VI - padronizar procedimentos para controle de metas e projetos estratégicos;

VII - atuar como agente facilitador na transição entre as Administrações, com o objetivo de dar continuidade à execução da estratégia;

VIII - promover ações de sensibilização nas unidades de 1ª e 2ª instâncias e administrativas sobre a importância do planejamento;

IX - fornecer suporte técnico à elaboração dos planos estratégicos alinhados das unidades de 1ª e 2ª instâncias e administrativas;

X - realizar intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;

XI - atuar de forma integrada com as áreas de Orçamento, Comunicação e Tecnologia da Informação e Comunicações;

XII - organizar e manter atualizada a documentação técnica e administrativa relativa à Gestão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Estratégica;

XIII - consolidar informações relativas às ações realizadas;

XIV - analisar, formular e elaborar relatórios técnicos e de natureza institucional necessários, bem como aqueles demandados pela Presidência, ou por seu intermédio.

3.1.16 Assessoria Jurídica

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 8º.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - assessorar a Presidência em todas as questões institucionais em assuntos de natureza jurídicoadministrativa, elaborando estudos, quando solicitados;

II - assessorar a Presidência no cumprimento das ordens e sentenças judiciais; examinar e aprovar as minutas de edital de licitação e de instrumentos contratuais e congêneres, bem como emitir parecer, quando solicitado, em casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

III - realizar o acompanhamento de ações judiciais de interesse do Tribunal;

IV - elaborar e/ou encaminhar informações a órgãos e entes públicos, quando solicitadas ao Tribunal, para subsidiar processos administrativos ou judiciais;

V - enviar eletronicamente à Presidência resumo periódico de decisões judiciais ou administrativas relacionadas a direitos, pretensões ou deveres de Magistrados, servidores e administrados em geral, observado o grau de repercussão e interesse para o Tribunal.

3.1.17 Coordenadoria de Controle Interno

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigos 156 a 161.

Resolução nº 171, de 01/03/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - examinar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, quanto à observância e comprovação do cumprimento das normas legais e regulamentares;

II - avaliar os resultados alcançados pelos gestores em cada exercício, incluindo o cumprimento das metas previstas nos planos plurianuais e os programas de gestão definidos nos respectivos planos estratégicos, especialmente quanto à eficácia e eficiência das ações administrativas;

III - planejar e coordenar as auditorias, incluindo, entre as respectivas metas, a avaliação da adequação e efetividade dos sistemas de controles internos, cujos resultados serão comunicados mediante relatórios, pareceres e certificados das verificações ou análises efetuadas;

IV - elaborar relatórios parciais ou específicos sobre a legalidade de atos relativos à execução



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

orçamentária ou à avaliação da gestão, financeira ou de pessoal e patrimonial, a pedido da dos recursos públicos;

V - fornecer subsídios e informações com vistas a conferir apoio técnico aos órgãos de controle externo e interno competentes, no exercício de suas respectivas missões institucionais;

VI - orientar técnica e normativamente as atividades relacionadas à administração e utilização de bens e valores públicos, assim como responder a eventuais consultas técnicas solicitadas pela Presidência, tendo caráter geral e abstrato, não constituindo pré-julgamento de fatos ou casos concretos;

VII - examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado;

VIII - elaborar relatório anual das atividades, com informações das análises e exames realizados, bem como dos resultados obtidos, inclusive quanto ao cumprimento das auditorias planejadas.

3.1.18 Área de Concursos e Avaliação de Desempenho de Pessoas da Secretaria de Gestão de Pessoas

a) Base Normativa

Resolução Administrativa nº 10/2012, artigo 88.

Resolução Administrativa nº 13/2012.

b) Atribuições/Forma de atuação

I - gerenciar e operacionalizar o programa de avaliação de desempenho regulamentado pelo Tribunal, nos termos da Resolução Administrativa nº 13/2012:

a) monitorando os planos de ação, mediando os conflitos detectados, como o auxílio dos profissionais da área de saúde, se necessário, e acompanhando a efetiva aplicação das soluções propostas pelos avaliadores;

b) observando as diretrizes que envolvam avaliações de desempenho de servidores em estágio probatório ou não, para efeito de aprovação, progressão ou promoção.

II – analisar, para fins de concessão de Adicional de Qualificação, cursos, palestras, simpósios e demais atividades relacionadas à educação corporativa realizadas pelos servidores.



3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região a atividade de auditoria é parte das atribuições da unidade administrativa Coordenadoria de Controle Interno – CCIN, que está subordinada à Presidência do Órgão e estruturada nas Seções de Auditoria, Análise de Licitações e Contratos, Análise de Despesas com Pessoal, Análise de Despesas Diversas e Controle e Apoio.

Os servidores lotados nessas seções são os responsáveis pelo desenvolvimento das etapas da atividade, constituindo equipes comumente compostas por um membro e um coordenador-líder e contando com apoio de um supervisor, atribuição do titular da CCIN.

As etapas abrangidas na atividade são o planejamento, com respectivo programa, incluindo pertinente matriz; a execução, compreendendo a realização de procedimentos, incluindo testes, resultando na matriz de achados; a comunicação de resultados, pela elaboração do respectivo relatório; e o monitoramento, realizado posteriormente para se verificar/acompanhar o atendimento/cumprimento das recomendações e/ou determinações quando expedidas.

Os objetos fiscalizados e os objetivos estabelecidos para essa atividade são elementos do planejamento elaborado pela própria unidade, resultando no instrumento denominado Plano Anual de Auditoria-PAA. Na seleção desses objetos e objetivos são consideradas as metas do plano estratégico institucional abrangido pelo exercício, observadas as variáveis materialidade, relevância, criticidade e risco e os trabalhos realizados noutros períodos.

No plano estão ainda incluídas eventuais ações definidas para realização de forma integrada pela Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça – SCI/CNJ e/ou pela Coordenadoria de Controle e Auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CCAUD/CSJT.

O citado instrumento de planejamento é submetido à apreciação da autoridade máxima e, ato contínuo, divulgado na página “Transparência” do Portal do Órgão, para conhecimento pelos interessados, principalmente as unidades auditadas.

No exercício dessas contas, embora planejadas 21 (vinte e uma) auditorias, foram desenvolvidas 14 (quatorze), estando finalizadas 11 (onze) no encerramento do exercício, sendo 6 (seis) abrangendo a verificação/avaliação das informações constantes do relatório de gestão de 2014 visando à validação dos correspondentes conteúdos conforme previstos/exigidos pelo normativo editado pelo TCU, e as demais o programa de estagiários; os contratos de prestação de serviços de TI, TIC e obras passíveis de revisão ante a desoneração da folha de pagamento de empresas implementada pelo Plano Brasil Maior; as retenções de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários nos contratos de prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências do órgão; os projetos e execuções de contratos de obras; e de recursos de TI investidos no exercício de 2014 pelo CSJT. As três iniciadas contudo não concluídas, a saber: sistema de folha de pagamento; programa auxílio-alimentação; e compras e serviços contratados mediante sistema de registro de preços, terão os relatórios elaborados com correspondentes recomendações no exercício de 2016.

Os quadros seguintes evidenciam respectivamente as etapas cumpridas nas auditorias desenvolvidas/realizadas em 2015 e as justificativas para aquelas não executadas embora previstas no PAA:

QUADRO 90 - AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO DAS CONTAS

Item	Objeto	Objetivo	Área e Unidade Auditada	Etapa Cumprida
1	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão de pessoas no relatório de gestão de 2014	Gestão de Pessoas e Diretoria-Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014
2	Sistema da Folha de Pagamento	Avaliar os controles internos existentes para mitigar os riscos de processamento equivocado de informações quando da elaboração das folhas de pagamento e evidenciar a correção dos desembolsos realizados	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	Matriz de Achados (em exame pelo supervisor dos trabalhos)
6	Programa Auxílio-Alimentação	Verificar a regularidade da concessão e a correção dos pagamentos do Auxílio-Alimentação	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	Matriz de Achados (submetida à manifestação da unidade auditada)
7	Programa de Estagiários	Verificar a regular operação do programa de estagiários no que concerne aos procedimentos de contratação e de pagamento	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	Relatório de Auditoria (recomendações expedidas em fase de monitoramento)
8	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão de compras e contratações no relatório de gestão de 2014	Gestão de Compras e Contratações e Diretoria-Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014
9	Contratos de prestação de serviço de TI, TIC e obras, passíveis de revisão ante a desoneração da folha de pagamento de empresas - Plano Brasil Maior	Analisar as revisões dos valores dos contratos de TI, TIC e obras alcançados pela desoneração de folhas de pagamento promovida pelo Plano Brasil Maior, objeto da Lei nº 12.546 de 2011 e Decreto nº 7.828 de 2012	Gestão de Compras e Contratações e Secretaria da Administração	Matriz de Achados (aprovado pelo supervisor dos trabalhos) *atividade sobrestada ante os termos do Acórdão 2859/2013-TCU-Plenário
10	Contratos de prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências do órgão - retenção de provisões de encargos	Certificar o cumprimento das disposições da Resolução CNJ nº 169/2013 e AR GP nº 08/2014 retenção de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, além de outros, pelas empresas contratadas para prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências do órgão	Gestão de Compras e Contratações e Secretaria da Administração	Relatório de Auditoria (recomendações expedidas em fase de monitoramento)
11	Projetos e execuções contratuais de obras	Avaliar o cumprimento das disposições do Normativo do CSJT que disciplina o planejamento e a execução de obras pelos TRTs.	Gestão de Compras e Contratações e Secretaria da Administração	Relatório de Auditoria (recomendações expedidas em fase de monitoramento)

12	Compras e serviços contratados mediante Sistema de Registro de Preços (SRP)	Verificar a regularidade na condução das contratações realizadas mediante SRP	Gestão de Compras e Contratações e Secretaria da Administração	Relatório de Auditoria (recomendações expedidas em fase de apreciação pela DG)
14	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão do patrimônio, abrangendo veículos e imóveis, no relatório de gestão de 2014	Gestão do Patrimônio e Diretoria-Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014
17	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão de tecnologia da informação no relatório de gestão de 2014	Gestão de Tecnologia da Informação e Diretoria-Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014
18	Recursos de TI investidos pelo CSJT no exercício de 2014 (Auditoria Coordenada pela CCAUD/CSJT)	Verificar o efetivo uso dos bens/serviços adquiridos com recursos do CSJT	Gestão de Tecnologia da Informação e Diretoria-Geral	Matriz de Procedimentos retornada à CCAUD/CSJT
20	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à gestão orçamentária e financeira e às informações contábeis no relatório de gestão de 2014	Gestão Orçamentária e Financeira e Informações Contábeis e Diretoria-Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014
21	Relatório de Gestão de 2014	Verificar o atendimento das informações prestadas com relação à governança, relacionamento com a sociedade e planejamento e resultados alcançados no relatório de gestão de 2014	Gestão de Resultados e Diretoria- Geral	Validação dos conteúdos do relatório de gestão de 2014

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

QUADRO 91 - AUDITORIAS PLANEJADAS E NÃO REALIZADAS NO EXERCÍCIO DAS CONTAS

Item	Objeto	Objetivo	Área e Unidade Auditada	Justificativas Não Realização
3	Cessão e requisição de servidores	Avaliar os controles internos existentes para mitigar os riscos de se manter a cessão ou a requisição de servidores com desatenção à legislação e de se realizar desembolsos de valores equivocados a órgãos cedentes ante a edição do Normativo do CSJT	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	Movimentação dos integrantes da CCIN resultando prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, principalmente em decorrência da necessidade de treinamento para os novos integrantes
4	Adicional de Qualificação	Verificar a legalidade das concessões e a correção dos pagamentos do Adicional de Qualificação (AQ)	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	
5	Progressão e Promoção Funcionais	Verificar a regularidade das movimentações funcionais e a correção dos pagamentos delas decorrentes	Gestão de Pessoas e Secretaria de Gestão de Pessoas	
13	Processos de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação	Verificar a regularidade na condução dos procedimentos de dispensas e inexigibilidades de licitação	Gestão de Compras e Contratações e Secretaria da Administração	Equívoco quanto ao tempo previsto para realização dos procedimentos quando do planejamento das auditorias para o exercício
15	Gestão de material e patrimônio e avaliação de controles internos e suas interligações	Certificar a aderência das práticas de gestão patrimonial aos objetivos estratégicos, de comunicação e de conformidade vinculantes para os TRT's	Gestão do Patrimônio e Secretaria da Administração	Auditoria integrada com desistência pela unidade responsável pela matriz de procedimento – CCAUD/CSJT.
16	Manual de Procedimentos para Controle Patrimonial	Avaliar a aderência dos procedimentos empregados para o controle patrimonial à normatização interna	Gestão do Patrimônio e Secretaria da Administração	Movimentação dos integrantes da CCIN resultando prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, principalmente em decorrência da necessidade de treinamento para os novos integrantes
19	Governança, riscos e controles de TI e TIC e sistemas desenvolvidos	Verificar o cumprimento das Resoluções CNJ nº 90/2009 e nº 91/2009 e do Acórdão nº 1233/2012-TCU-Plenário	Gestão de Tecnologia da Informação e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Auditoria integrada com desistência pela unidade responsável pela matriz de procedimento – SCI/CNJ.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Os resultados mais relevantes decorrentes das auditorias executadas no exercício das contas estão relacionados aos seguintes Itens do PAA de 2015: Item 7 – Programa de estagiários e Item 12 – Compras e serviços contratados mediante sistema de registro de preços.

As recomendações expedidas nas auditorias realizadas tanto aquelas consideradas as mais relevantes quanto as demais constam do item de informação denominado “Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno” deste relatório de gestão.



3.3 Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

Em 2015, foram realizadas correições ordinárias em todas as unidades judiciárias de 1º grau (Varas do Trabalho e Postos Avançados) da 15ª Região.

A Corregedoria fez constar nas atas de correição recomendações para que as Unidades observassem, por meio de controle direto, a necessidade do cumprimento das Metas 1 e 2 de 2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Foram apurados os índices de cumprimento das referidas metas por cada unidade, assim como os índices decorrentes do Mapeamento Global de Desempenho – MGD, sendo que aquelas que demandaram ação institucional para o atingimento das metas ou melhora dos índices foram acompanhadas por meio da autuação de Pedidos de Providências (PP).

Com esse fim, foram autuados pela Corregedoria Pedidos de Providências para acompanhamento de 06 (seis) unidades, além daqueles já autuados em outros anos, de acordo com determinações constantes das Atas de Correições ou outras informações prestadas à Corregedoria. A partir dessa autuação, as ações de acompanhamento foram particularizadas em cada caso, ensejando a inscrição dos gestores das varas ou postos abrangidos em um curso de treinamento em gestão, oferecido em parceria com a Assessoria de Gestão Estratégica, que abordou temas como o Ciclo PDCA e 5W2H. Este curso é fundamental na elaboração de um Plano de Ação para a melhoria dos resultados.

Considerando os Pedidos de Providências que estavam já em curso, somados aos autuados em 2015 (totalizando 113 processos), foram arquivados 43 (quarenta e três) devido ao atingimento ou grande proximidade do atingimento da Meta 17 do TRT da 15ª Região. Ademais, outros 35 (trinta e cinco) foram suspensos até a próxima Correição.

Unidades identificadas com índices de grande criticidade foram destacadas para acompanhamento particularizado, o que incluiu as medidas dos projetos APOIA15 e Equipe Multidisciplinar.

No ano de 2015, foram instaurados 13 (treze) Processos Administrativos Disciplinares contra servidores, dos quais 2 seguem em andamento no exercício 2016.

No mesmo período foram aplicadas 7 (sete) penalidades administrativas a servidores, sendo 5 (cinco) de advertência e 2 (duas) de suspensão.



3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

Registre-se que, não obstante os relevantes resultados obtidos a partir das ações da área de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a UJ ainda carece de instrumentos formais de regulamentação de atividades e procedimentos administrativos do Órgão. Tal constatação, contudo, não se verifica nos procedimentos relacionados à atividade-fim do Órgão, ante a existência de normas e métodos estabelecidos pela Administração e pela Corregedoria Regional do Órgão, em conformidade com as diretrizes fixadas pelos Órgãos Superiores, continuamente acompanhadas pelas ferramentas eletrônicas de gestão desenvolvidas para viabilizar o monitoramento dos resultados, a partir, sobretudo, de dados estatísticos.

Em complemento às normas e procedimentos administrativos externos que fixam as diretrizes que devem ser observadas pelas diversas unidades do Órgão (leis, decretos, resoluções, instruções normativas etc.), estão sendo adotados, paulatinamente, normativos internos reguladores das ações e procedimentos que devem ser observados por cada unidade, como forma de atingir os objetivos institucionais sem a excessiva exposição aos riscos decorrentes da ausência de padronização.

Nessa esteira, desde o exercício de 2014, em conformidade com as disposições da Resolução n.º 182 do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal passou a adotar procedimento padronizado de planejamento e gestão de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Pretendia-se, no exercício de 2015, a regulamentação e, conseqüentemente, a padronização das responsabilidades e das atividades dos gestores de contratos diversos (não exclusivamente de TIC), bem como dos responsáveis/fiscais técnicos e administrativos da contratação e da execução contratual. Contudo, diante da complexidade da matéria e do necessário envolvimento das diversas unidades do Tribunal na elaboração da citada norma, tal regulamentação deverá ser submetida à aprovação das instâncias superiores da Corte no exercício de 2016.

Também ficou postergada para o exercício de 2016 a edição do código de ética do Órgão.

No exercício de 2015, conforme planejado, foram realizadas diversas ações de capacitação direcionadas ao aprimoramento dos Controles Internos, tais como o curso sobre a precitada Resolução CNJ n.º 182, bem como o de Gestão de Riscos no Setor Público, com ênfase no método COSO.

As áreas administrativas passaram, a partir do exercício 2015, a elaborar seus respectivos Planos Estratégicos, em consonância com o Plano Estratégico Institucional do órgão, com o propósito de viabilizar o atendimento das metas estabelecidas neste documento.

Essas mesmas unidades técnicas passaram a mapear suas atividades principais, com vistas a aprimorar procedimentos e controles, maximizando resultados e minimizando riscos. Tal mapeamento constitui uma das metas institucionais do Órgão, tendo sido implementado, em 2015, 12,36% do projeto de Revisão dos Processos de Trabalho no exercício de 2015.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Por fim, como resultado das ações de auditoria e monitoramento da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal, foi determinada a adoção de diversas providências de saneamento e controle de processos, de modo a aprimorar os procedimentos das áreas administrativas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de Acesso do Cidadão

4.1.1 Corregedoria Regional

Os canais de acesso disponibilizados ao cidadão pela Corregedoria Regional para solicitações, reclamações, denúncias ou sugestões são: atendimento físico presencial, telefone, e-mail (expedientescorregedoria@trt15.jus.br e corregedoria@trt15.jus.br), e protocolo CRGP (e-doc e correspondências físicas). Ainda, a fim de conferir maior transparência e publicidade às hastas públicas, em 2015 foi disponibilizado *link* no portal do Tribunal, com a divulgação de designações e resultados das hastas, bem assim dos leiloeiros cadastrados ao público externo.

QUADRO 92 – PROCESSOS AUTUADOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Correição Parcial	202
Pedido de Providências	47
Reclamação Disciplinar	09
Vitalicamento	05
Conflito de Atribuições	14
Processo Administrativo (leiloeiros)	15
Processo Administrativo (corretores)	08
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	02 (*)
TOTAL	302

Fonte: Corregedoria Regional TRT 15ª Região

(*) Um Pedido de Providências e uma Reclamação disciplinar autuados no ano de 2015 foram convertidos em Processos Administrativos Disciplinares contra Magistrados, por deliberação do Órgão Especial Administrativo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 93 – PROCESSOS SOLUCIONADOS – CORREGEDORIA REGIONAL

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Correição Parcial	183
Pedido de Providências	31
Reclamação Disciplinar	07
Vitalicamento	05
Conflito de Atribuições	14
Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado	01
TOTAL	241

Fonte: Corregedoria Regional TRT 15ª Região

QUADRO 94 – PROCESSOS EM ANDAMENTO EM 18/12/2015 – CORREGEDORIA REGIONAL

ESPÉCIE	QUANTIDADE
1) Correições Parciais	19
1.1) Julgadas	18
a) No prazo para interposição de Agravo regimental	11
b) Aguardando processamento de Agravo Regimental interposto	07
c) Aguardando intimação da decisão	-
1.2) Pendentes de Julgamento	01
2) Outros	23
2.1) Vitalicamentos	23
2.2) Conflitos de Atribuições	-
3) Pedidos de Providências	108
4) Reclamações Disciplinares	05
5) Proc. Adm. em face de Magistrado	03
TOTAL	158

Fonte: Corregedoria Regional TRT 15ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 95 – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS – CORREGEDORIA REGIONAL

ESPÉCIE	TOTAL
Protocolos registrados	1503
Ofícios expedidos	237
Ofícios Circulares expedidos	3

Fonte: Corregedoria Regional TRT 15ª Região

4.1.2 Ouvidoria

Um dos meios em que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região mantém seu relacionamento com a sociedade é a Ouvidoria. Este Órgão se tornou independente da administração da justiça, por força do Assento Regimental n.º 07, de 02 de setembro de 2014, que acrescentou ao Regimento Interno da Corte o artigo 56-A, inserido no capítulo IX do mencionado diploma legal. Sua origem remota tem assento na Portaria GP 008/2001, de 02 de maio de 2001, posteriormente regulamentada pela Portaria GP-VCR 01/2010, de 25 de maio de 2010.

A Ouvidoria se destina a receber sugestões, críticas, denúncias, elogios, pedidos de informação e reclamações que tenham por objeto serviços judiciários e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho da 15ª Região, assim como os pedidos fundamentados na Lei n.º 12.527/2011 e de esclarecimentos.

O funcionamento da Ouvidoria segue marcado pela colaboração dos diversos setores e unidades deste Regional, que recebem e atendem às solicitações que lhes são encaminhadas, prestando os esclarecimentos devidos, para que o cidadão possa ser atendido a tempo e modo oportunos. O órgão tem buscado cumprir suas finalidades, facilitando o acesso do jurisdicionado às informações sobre as atividades e normas desta Corte Trabalhista.

As ocorrências registradas no ano de 2015 referiram-se a situações diversas, abrangidas ou não por esta Justiça Especializada e quando extrapolaram o âmbito da competência jurisdicional desse E. TRT, o usuário foi devidamente orientado a entrar em contato com o órgão devido.

Cabe ressaltar que, a partir da atual gestão, que se iniciou em 05 de dezembro de 2014, a Ouvidoria também concentra o Banco de Ideias deste E. Tribunal Regional do Trabalho, possibilitando aos servidores apresentar sugestões para aprimorar o bom andamento das diversas rotinas de trabalho nos diferentes setores da 15ª Região.

No ano de 2015, foram computadas 34 (trinta e quatro) sugestões no Banco de Ideias, as quais foram direcionadas para os setores competentes para análise da viabilidade de suas implementações no âmbito deste Regional, já tendo sido, inclusive, respondidas aos interessados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 96 – CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO – OUVIDORIA

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	N.º DE OCORRÊNCIAS
Formulário Eletrônico	5.570
Telefone	4.624
E-mail suporte@trt15.jus.br	309
E-mail Pleno	11
E-mail central@trt15.jus.br	15
Ouvidoria CNJ	52
Balcão	05
E-mail ouvidoria@trt15.jus.br	164
E-mail da Presidência	1
Formulário Impresso	17
Correspondência	3
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	10.771

Fonte: Ouvidoria

Conforme se depreende, o canal de comunicação mais utilizado foi o Formulário Eletrônico, seguido pelo telefone, totalizando 10.194 ocorrências, que representam 94,64% das demandas recebidas.

O Formulário Eletrônico está disponível no link da Ouvidoria, localizado na página inicial do site deste E. Tribunal – “portal.trt15.jus.br”. Além do formulário também recebemos ocorrências pelo e-mail da Ouvidoria: ouvidoria@trt15.jus.br. Informamos ainda que os e-mails central@trt15.jus.br e suporte@trt15.jus.br são desviados para o e-mail da Ouvidoria. As mensagens recebidas pela Secretaria do Egrégio Tribunal Pleno (no Fale Conosco do DEJT) e pela douta Presidência, quando pertinentes, também são encaminhadas à Ouvidoria, onde são diligenciados e prestados os devidos esclarecimentos para o cidadão, respeitado o prazo da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Por telefone, através do 08007713315, de segunda a sexta-feira (*exceto feriados*), das 09:00 às 18:00 horas (atualmente, a Ouvidoria segue o horário de atendimento deste E. Regional, funcionando das 09:30h às 17:30h, excepcionalmente), o interessado pode solicitar atendimento e ter sua pretensão satisfeita de imediato, onde predominam as ligações com o intuito de saber o andamento dos processos que tramitam nas diversas Varas do Trabalho, como também em grau de recurso ou competência originária no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A Ouvidoria deste E. Regional recebe, ainda, reclamações oriundas da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça que estão relacionadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Por fim, também são realizados atendimentos pessoais, diretamente na Secretaria da Ouvidoria, como também através do Formulário Impresso existente nas diversas unidades deste Tribunal e por correspondência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Com relação aos resultados, informamos que, com base no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, sempre que possível as solicitações são respondidas de imediato. Nos casos da impossibilidade deste procedimento, são providenciadas diligências junto aos diversos setores do Regional com o intuito de satisfazer a pretensão do usuário da Ouvidoria. Sendo assim, a título de exemplificação, foram encaminhados 1.547 pedidos de esclarecimentos às Varas Trabalhistas, como também foram cadastrados 123 Protocolos-OVD no Serviço de Acompanhamento Processual – SAP 2G, para apreciação pelos Desembargadores Ouvidor e Vice-Ouvidora.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não há no âmbito do Regional a Carta de Serviços ao Cidadão, nos moldes do Decreto nº 6932/2009.



4.3 Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Foram realizadas em fevereiro/março de 2016 as pesquisas para medir a satisfação dos públicos interno e externo, relativo ao desempenho deste Tribunal no ano de 2015. Sendo o foco no cidadão-usuário, impende destacar que será tratada aqui exclusivamente a pesquisa de confiança e satisfação do jurisdicionado e, onde utilizado o termo jurisdicionado, deve-se entender o conceito amplo de cidadão-usuário, na sua relação com os serviços públicos e o Tribunal como órgão provedor da prestação jurisdicional trabalhista, incluindo as vinculações de “justiça, representação, participação e igualdade de oportunidades” (POLITT, 1990, p.129).

A pesquisa aplicada pode ser qualificada como de mercado quantitativa, para busca de amostra com significância estatística, por intermédio de inquérito estatístico, no formato autoadministrado. Alguns professores consagrados em desenvolvimento organizacional (Fred Nickols, por exemplo) entendem que o inquérito estatístico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento e melhoria das organizações, especialmente as públicas.

Tais tipos de pesquisa são formas eficientes de coletar informação de um grande número de pesquisados. A utilização de técnicas estatísticas permitem determinar a fiabilidade e a significância da pesquisa, sendo que uma grande variedade de informação pode ser recolhida, permitindo adequações regionais, por classe, por faixa etária etc, evitadas as questões tangenciais.

As desvantagens do uso de enquete autoadministrada é que a pesquisa fica dependente da motivação dos pesquisados, sua honestidade, memória e capacidade de resposta. Os pesquisados podem não ter consciência das suas razões para fornecer as respostas e podem também estar motivados para fornecer respostas incorretas que os apresentem numa luz favorável.

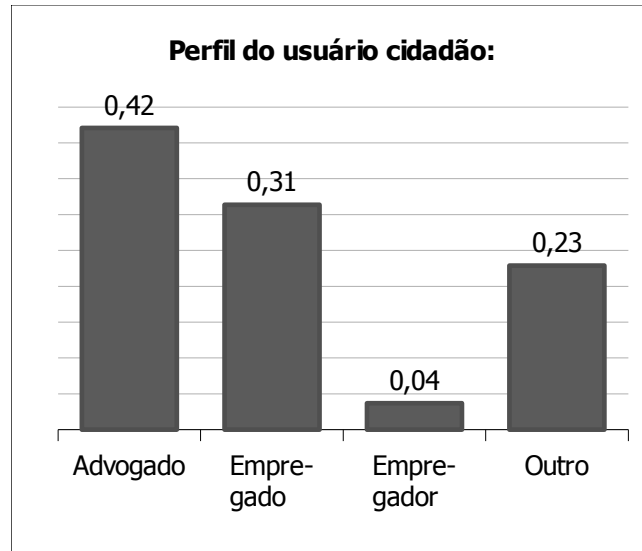
As vantagens são o baixo custo, com excelente relação custo x benefício, sendo que a anonimidade e privacidade adotadas como padrão nas pesquisas do Tribunal oferecem a oportunidade de obter respostas mais fieis à realidade e honestas dos pesquisados. Não há risco de viés provocado por entrevistador, exercendo menor pressão sobre os pesquisados.

Os resultados da pesquisa serão apresentados a seguir:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 26 – PERFIL DO USUÁRIO CIDADÃO



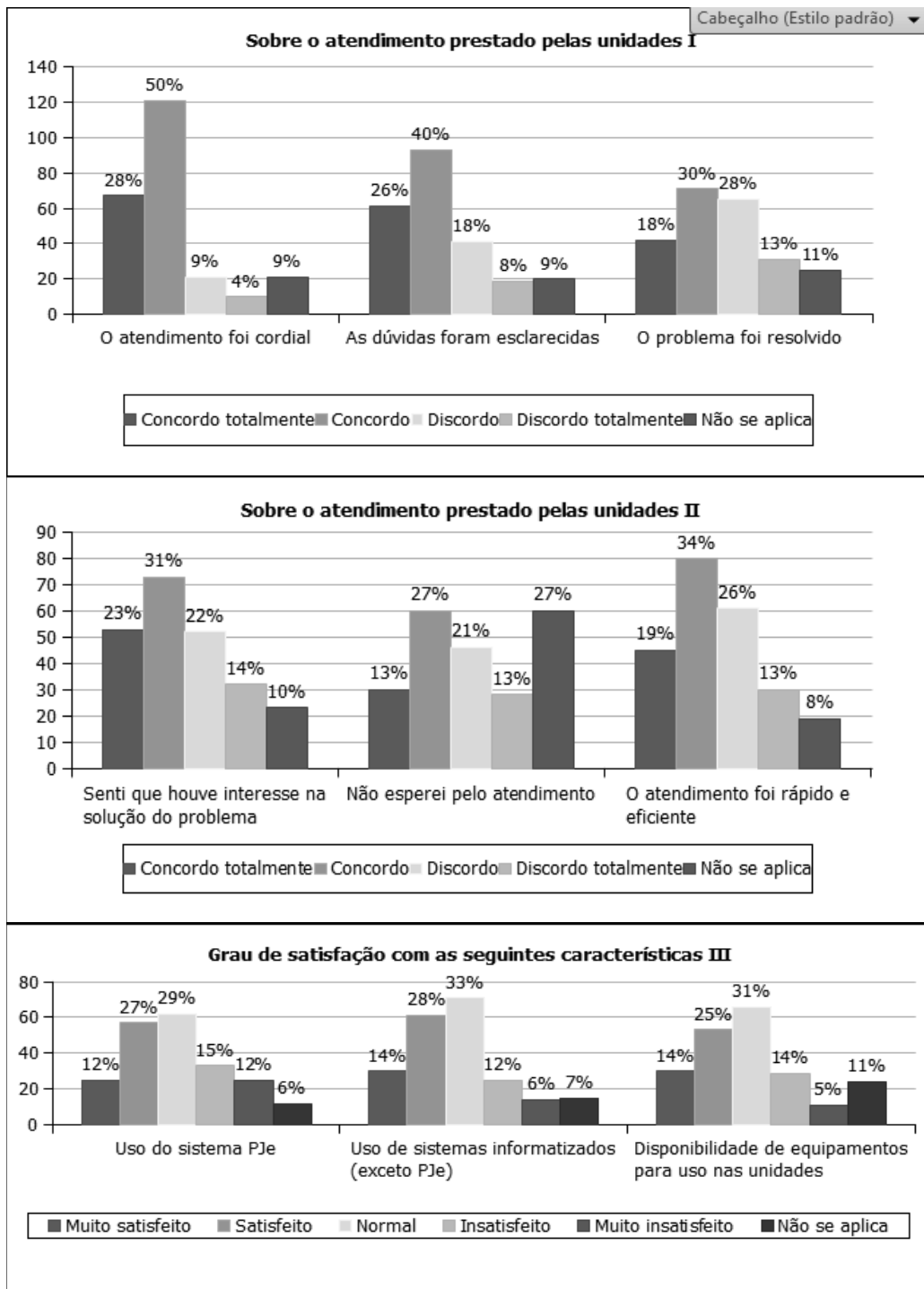
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Sobre o atendimento prestado pessoalmente pelas unidades de 1º e 2º graus e administrativas, os resultados estão divididos em três grupos:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 27 – ATENDIMENTO PRESTADO PELO TRIBUNAL



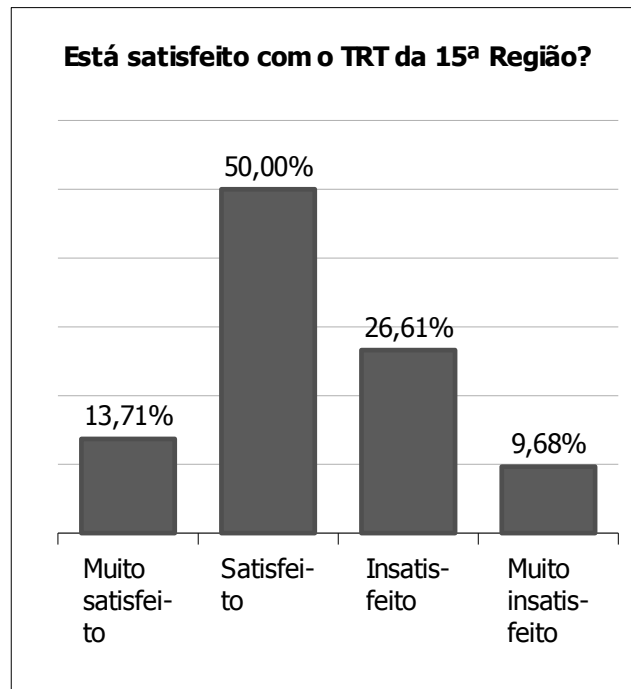
Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Na questão direta de satisfação, conforme já especificado na demonstração do resultado das metas, a satisfação geral é de 63,71%.

GRÁFICO 28 – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

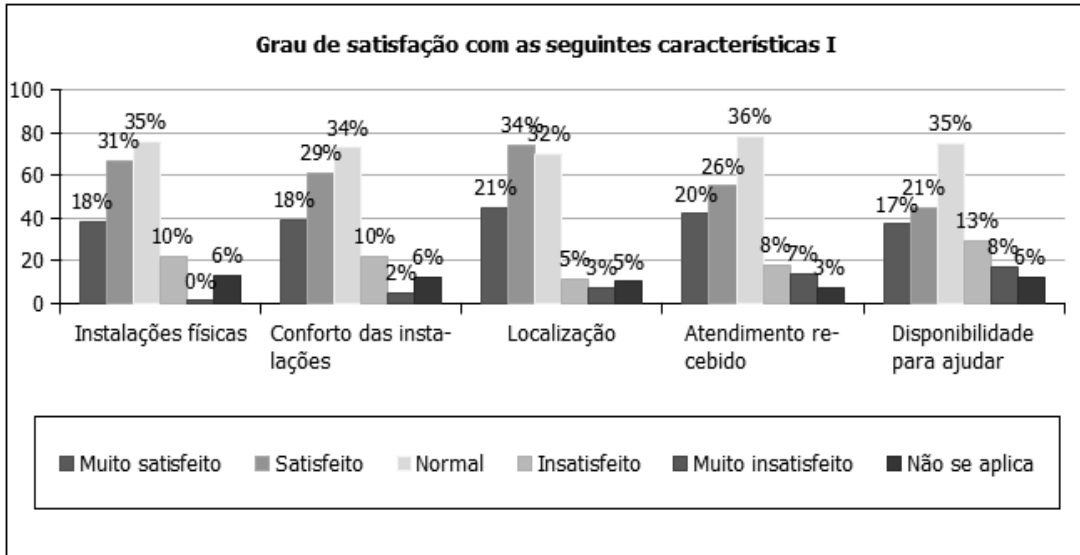
Entretanto, quando trabalhamos com quesitos específicos da satisfação, podemos perceber que o maior grau de satisfação está vinculado à localização das unidades deste Tribunal (55% de respostas muito satisfeito e satisfeito) e instalações físicas (49% de respostas muito satisfeito e satisfeito).

Foram desconsideradas as respostas normal pois “é que o respondente tende a selecionar quando não sabe ou não tem experiência” (AKINS, 2002).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

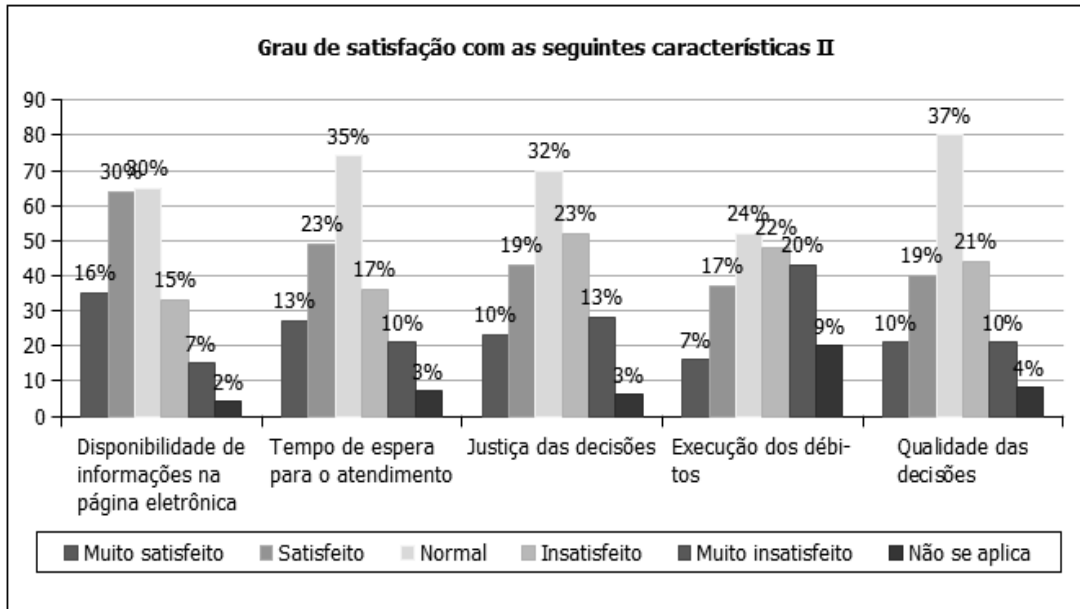
GRÁFICO 29 – GRAU DE SATISFAÇÃO POR CARACTERÍSTICA I



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Por outro lado, a execução dos débitos trabalhistas é o maior motivo de insatisfação dos usuários-cidadão deste Tribunal (29%).

GRÁFICO 30 – GRAU DE SATISFAÇÃO POR CARACTERÍSTICA II



Fonte: Assessoria de Gestão Estratégica

Com relação ao uso do Processo Judicial Eletrônico – PJe, a pesquisa foi realizada para servir de paradigma das melhorias que se pretende ao usuário-cidadão.

Seguem as respostas que serão replicadas nos próximos anos para análise da percepção de melhoria



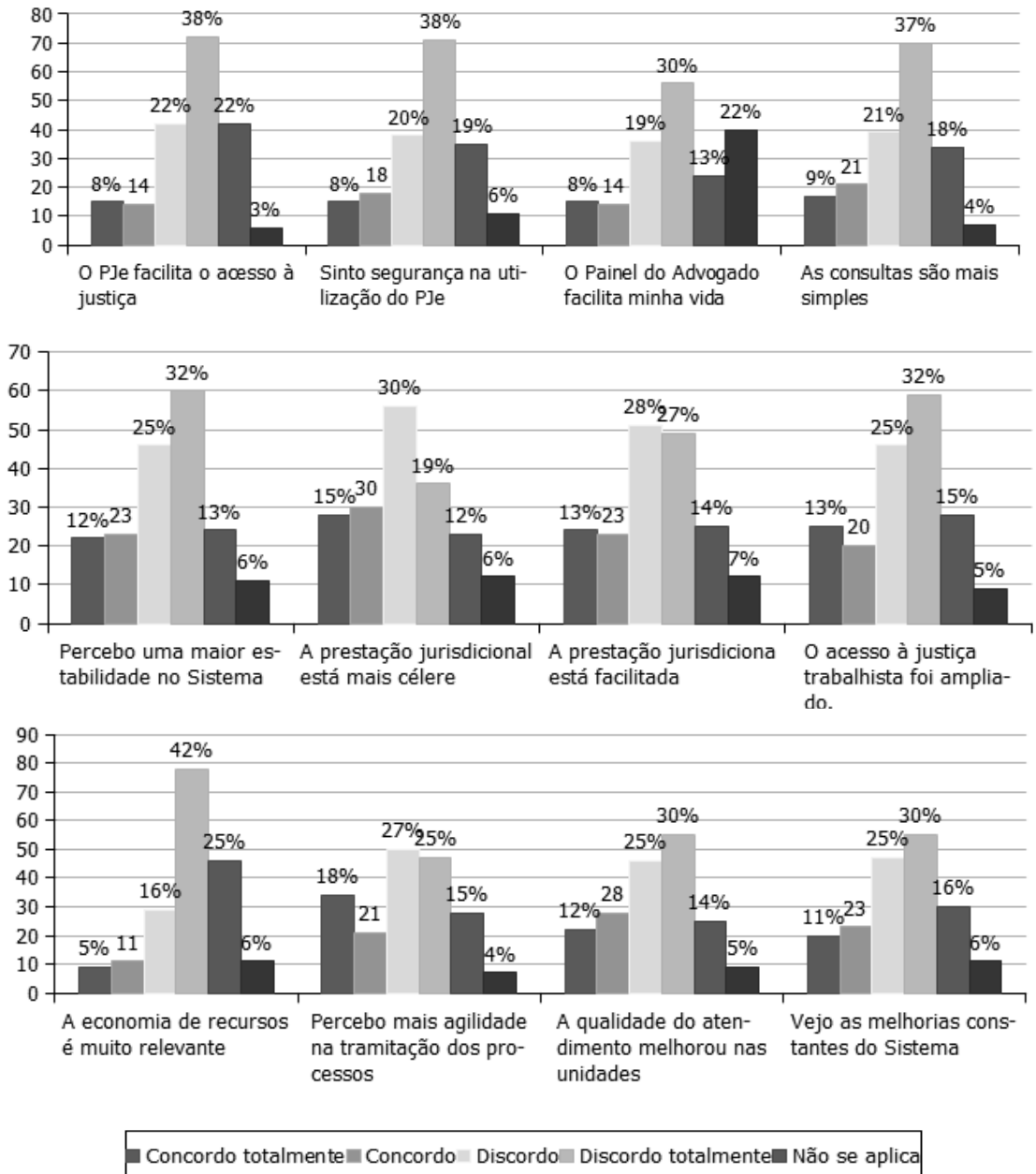
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

do Sistema.

GRÁFICO 31 – GRAU DE SATISFAÇÃO – PJE

A Justiça do Trabalho da 15ª Região implantou o Processo Judicial Eletrônico - PJE em todas as suas unidades.

Com relação ao uso do PJe, por favor, indique seu grau de concordância com as seguintes afirmações:





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

4.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

O menu *Informações* da página eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (www.trt15.jus.br) dispõe de submenu identificado por Transparência, no qual estão inseridas as informações alusivas à transparência da gestão.

Estão inseridas nesse portal informações alusivas ao “beneficiários, despesas de pessoal, provimentos e vacâncias”, às “Contas Anuais”, incluídos os Relatórios de Gestão e respectivos Relatórios de Auditoria da Gestão, às “Contas Públicas”, com informações sobre compras, contratos, licitações, obras, diárias e passagens, execuções orçamentárias, empresas apenadas, suprimento de fundos e Relatório de Gestão Fiscal, à “Frota de Veículos”, aos “Planos de Auditoria”, ao “Relatório Simplificado de Gestão Orçamentária – LDO”, bem como os dados exigidos pela Resolução CNJ n.º 102/2009 e pela Resolução CNJ n.º 195/2014.



4.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

O TRT da 15ª Região possui 113 prédios entre Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas e Postos Avançados, além das Sedes Judicial e Administrativas. Destas unidades, 89,73% possuem WC's adaptados e acessibilidade física sem barreiras arquitetônicas, com acesso a todos os ambientes do imóvel, para as pessoas com deficiência de locomoção e/ou cadeirantes. Onze unidades, ou 10,27%, se encontram em prédios locados com impossibilidade técnica de instalação de plataformas ou rampas.

Nestas unidades com impossibilidade técnica de plataformas ou rampas há acesso desimpedido à sala de audiências e secretaria, apenas não sendo possível o acesso a todos os ambientes do prédio, como determina a legislação.

Dos prédios já adaptados para pessoas com deficiência de locomoção e/ou cadeirantes, os novos construídos pelo Tribunal já cumprem todas as normas/legislação e parte deles ainda necessitam de serviços para dar total acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência visual. As novas locações já estão sendo adaptadas inclusive para as pessoas portadoras de deficiência visual.

Dessa forma, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região provê a acessibilidade sem barreiras arquitetônicas na maioria dos prédios e está empenhado em solucionar todas as pendências existentes para que as legislações e as normas sejam cumpridas na sua totalidade, ressaltando que estas adaptações estão sendo providenciadas gradativamente à medida da disponibilidade orçamentária do Tribunal.

Para o público em geral, na página inicial do Portal do Tribunal na internet e em algumas páginas estáticas, foram colocados recursos como o de aumentar o tamanho da fonte dos textos e de aumentar o contraste entre as cores do texto e as cores do fundo.

Internamente, a Secretaria de Saúde, atendendo à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, informa que as medidas adotadas de acessibilidade estão relacionadas à mobilidade e aos sistemas e meios de comunicação.

Tais medidas visam a prover a necessidade, principalmente, de pessoas portadoras de necessidades visuais, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades laborais. Após análise das necessidades foram solicitados equipamentos com objetivo de minimizar o déficit no rendimento laboral, prevenindo outros agravos à saúde decorrentes do esforço visual.

Os equipamentos solicitados, através de Documento de Oficialização de Demanda, foram monitores de vídeo e software de ampliação de imagem.

Para atender aos portadores de necessidades especiais com problemas de mobilidade foi adquirida uma cadeira de rodas, a fim de permitir a liberdade de movimento e circulação nos ambientes deste Tribunal.

Em relação aos portadores de outras necessidades especiais, não foram necessárias providências para atendê-los, uma vez que não apresentaram problemas de acessibilidade que tratam as leis mencionadas.

No âmbito da Secretaria Geral Judiciária são observadas, de há muito, as normas relativas à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

acessibilidade do público em geral, com atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiências, os idosos com idade superior a 60 anos, as gestantes, as lactentes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo, nos termos da lei. Junto aos balcões de atendimento ao público há placas informando sobre essas prioridades.

A Secretaria conta, ainda, com servidora treinada em Língua Brasileira de Sinais – LIBRA, qualificada para o atendimento às pessoas com deficiência auditiva. Há, também, um setor destinado exclusivamente ao atendimento de demandas relativas ao Processo Judicial Eletrônico – PJe, acessível aos usuários tanto presencialmente como por telefone, por intermédio de uma linha exclusiva e gratuita. Esse setor conta, inclusive, com equipamentos de informática disponíveis ao público que necessite acesso ao sistema do processo eletrônico e tenha dificuldades em realizá-lo de seu escritório ou residência, assim como, de servidores capacitados ao atendimento de pessoas com deficiência ou com idade superior a 60 anos, conforme determinado no §1º do art. 10 da Resolução CSJT nº 136/2014.

Por fim, no que tange à capacitação para atendimento ao público, em atendimento à Lei 10.098/2000 e considerando que a efetiva prestação de serviços públicos, no caso das pessoas surdas, depende da implementação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade de comunicação, no ano 2015 a Seção de Capacitação de Servidores ofereceu o Curso Intermediário sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras), capacitando dez servidores deste Regional. Esta ação foi uma continuação ao curso de nível básico, oferecido em 2014, que capacitou 29 servidores.



5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

5.1.1 Dos Estoques

Os estoques foram mensurados com base no valor de aquisição ou valor de produção. O método de custeio das saídas dos estoques adotado é o custo médio ponderado.

5.1.2 Do Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.

A Unidade de Gestão Patrimonial, atualmente, para a avaliação dos bens recebidos em doação, considera o valor da nota fiscal para bens novos. Se os bens forem usados é considerado o valor atual aplicando-se, em seguida, a devida redução pela regra de depreciação para construir a base monetária (Memorando nº 003/2014 – SA/CML).

Os bens móveis distribuídos a partir de 2010 foram avaliados com base no valor de aquisição, deduzido da respectiva depreciação.

Em dezembro de 2012 foi registrado o ajuste de R\$32.766.748,01 a título de redução a valor recuperável sobre os bens ativos distribuídos até o exercício financeiro de 2009.

Os critérios utilizados foram: com base no princípio da prudência, diante da impossibilidade de se realizar o teste de recuperabilidade de todos os bens que se encontravam nesta condição, pela grande quantidade de itens, bem como pela limitação do sistema informatizado de controle patrimonial e, ainda, considerando a economicidade no serviço público, foi considerado como valor da redução o total da depreciação acumulada que teria sido lançada em novembro de 2012, para os referidos itens, com o propósito de se obter uma base monetária confiável para a aplicação da depreciação no mês de dezembro de 2012 e, sobretudo, a consecução da adequação do valor do ativo do Órgão nas demonstrações contábeis do patrimônio.

Após tal procedimento restaram bens com valores irrisórios, procedimento observado mediante ressalvas mensais na Conformidade Contábil do Órgão. Em 2014 a Unidade de Gestão Patrimonial do Órgão esclarece que, a princípio, o critério a ser utilizado nestas reavaliações será o seguinte: utilizar o valor de mercado para os bens ou similares aplicando a regra de depreciação para compor o novo valor.

A regularização foi efetivada em 30/11/2015, conforme demonstrativo da Coordenadoria de Material e Logística no Processo de Reavaliação de Bens 01/2015, onde foram reavaliados os bens recebidos em doação e provenientes da 2ª Região quando da instalação do TRT, que tiveram inseridos no sistema, como valor de aquisição à época de suas incorporações, o valor simbólico de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

R\$ 0,01.

Para Bens Imóveis, o critério para reavaliação adotado pela Administração foi a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A. O total contabilizado a título de variações decorrentes das valorizações dos bens imóveis de uso especial registradas em 2015 no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União – SPIUnet somou R\$ 56,5 milhões.

5.1.3 Da Depreciação e Amortização

O método de depreciação e amortização utilizado foi o das quotas constantes e as taxas de depreciação e vida útil econômica foram aplicadas em conformidade com o disposto na macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Os critérios adotados para a depreciação são:

- O cálculo da depreciação é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região;
- Procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável;
- Bens ativos distribuídos até dezembro de 2009 sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012.
- A partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável;
- A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual;
- O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes;
- A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND., conforme segue:

QUADRO 97 - TABELA DE VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL

Conta: 12311.01.01 - APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO
Vida Útil (anos): 15
Valor Residual: 10%
Conta 12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO, LAB E HOSP
Vida Útil (anos): 15
Valor Residual: 20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSÕES
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 10%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA Vida Útil (anos): 5 Valor Residual: 10%
12311.01.11 EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.12 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS Vida Útil (anos): 5 Valor Residual: 10%
12311.01.13 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.14 -EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.01.15 -EQUIPAM. PECAS E ACESSÓRIOS PROTEÇÃO AO VOO Vida Útil (anos): 30 Valor Residual: 10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO Vida Útil (anos): 15 Valor Residual: 10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA Vida Útil (anos): - Valor Residual: -
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.19 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/RODOVIÁRIO Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUÇÃO CIVIL Vida Útil (anos): 20 Valor Residual: 10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-ELETRÔNICOS Vida Útil (anos): 10 Valor Residual: 10%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.01.25	- MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.01.99	- OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.02.01	- EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Vida Útil (anos): 5	
Valor Residual: 10%	
12311.03.01	- APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.03.02	- MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.03.03	- MOBILIÁRIO EM GERAL
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.03.04	- UTENSÍLIOS EM GERAL
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.04.02	- COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 0%	
12311.04.03	- DISCOTECAS E FILMOTECAS
Vida Útil (anos): 5	
Valor Residual: 10%	
12311.04.04	- INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ARTÍSTICOS
Vida Útil (anos): 20	
Valor Residual: 10%	
12311.04.05	- EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.04.06	- OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSIÇÃO
Vida Útil (anos): -	
Valor Residual: -	
12311.04.07	- MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDÁTICOS
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.04.99	- OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN
Vida Útil (anos): 10	
Valor Residual: 10%	
12311.05.01	- VEÍCULOS EM GERAL
Vida Útil (anos): 15	
Valor Residual: 10%	
12311.05.02	- VEÍCULOS FERROVIÁRIOS
Vida Útil (anos): 30	
Valor Residual: 10%	
12311.05.03	- VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA
Vida Útil (anos): 15	
Valor Residual: 10%	
12311.05.04	- CARROS DE COMBATE
Vida Útil (anos): 30	
Valor Residual: 10%	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

12311.05.05 - AERONAVES
Vida Útil (anos): -
Valor Residual: -
12311.05.06 - EMBARCAÇÕES
Vida Útil (anos): -
Valor Residual: -
12311.09.00 - ARMAMENTOS
Vida Útil (anos): 20
Valor Residual: 15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 10%
12311.99.04 - ARMAZÉNS ESTRUTURAIIS - COBERTURAS DE LONA
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 10%
12311.99.09 - PECAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMOVEIS
Vida Útil (anos): 10
Valor Residual: 10%
OBS: *A critério dos órgãos que possuem tais bens. 12311.04.06 como obras não sofrem depreciação.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A depreciação registrada no exercício financeiro de 2015 totalizou R\$ 10.304.706,00, sendo R\$ 10.289.508,95 originários de bens móveis e R\$ 15.197,05 decorrentes de depreciação sobre bens imóveis. A depreciação de Bens Imóveis teve início em 2014 e foi realizada pela Coordenadoria Geral de Contabilidade/Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido registrado, também, o montante de (R\$ 25.086,38) como ajustes de exercícios anteriores, totalizando em R\$ 18.676,36 a depreciação acumulada de bens imóveis em 2015.

A título de amortização de intangíveis, o montante contabilizado no exercício financeiro de 2015 foi de R\$ 1.098.167,21, com base nos seguintes critérios: o prazo adotado para a amortização das despesas de software, fixado em 5 (cinco) anos, é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atestado informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atestado); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).



5.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Tendo em vista que a sistemática de apuração de custos na Justiça do Trabalho (JT) ainda está em fase de desenvolvimento e implantação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), seguem transcritas as informações prestadas pela Corte Superior quanto ao andamento das etapas do processo, com o propósito de subsidiar o presente Relatório de Gestão.

“O Ato CSJT.GP.SG N° 398, de 29 de outubro de 2013, criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT’s, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos – que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- *Foco no custo do processo julgado;*
- *Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);*
- *Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);*
- *Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);*
- *Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;*
- *Agregação de valor ao processo decisório.*

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almojarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta Business Objects, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almojarifado), que os armazena em um banco de dados (data warehouse), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- Folha de Pagamento => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.*
- Sistema de Patrimônio => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrativa, no mês de referência.*
- Sistema de Almojarifado => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.*

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- *Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);*
- *Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;*
- *Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;*
- *Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.”*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Em conformidade com o disposto na Portaria STN nº 634/2013, no exercício de 2015 foi implantando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, para a consolidação das contas nacionais e como instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Diante de significativas mudanças, ocorridas a partir de 01 de Janeiro de 2015, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, relativas ao exercício de 2015, com exceção do Balanço Patrimonial, não contemplam os valores relativos ao exercício anterior.

Seguem as Demonstrações Contábeis, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a partir das movimentações contábeis registradas para a Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Seguem, também, as Notas Explicativas dos principais itens das Demonstrações.

QUADRO 98 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/01/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
28/01/2016

PAGINA
2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	1.441.901.284,30	1.441.901.284,30
TOTAL	-	-	1.441.901.284,30	1.441.901.284,30
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	11.783.332,00	11.783.332,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	6.000.000,00	6.000.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	5.783.332,00	5.783.332,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
28/01/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.235.067.793,00	1.408.739.154,00	1.427.055.718,61	1.406.042.301,34	1.404.545.594,99	-18.316.564,61
Pessoal e Encargos Sociais	1.008.336.887,00	1.164.516.160,00	1.187.236.075,51	1.184.306.214,94	1.184.306.214,94	-22.719.915,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	226.730.906,00	244.222.994,00	239.819.643,10	221.736.086,40	220.239.380,05	4.403.350,90
DESPESAS DE CAPITAL	17.750.000,00	17.393.134,00	14.845.565,69	3.223.954,49	3.216.374,80	2.547.568,31
Investimentos	17.750.000,00	17.393.134,00	14.845.565,69	3.223.954,49	3.216.374,80	2.547.568,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30
TOTAL	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.901.205,12	30.535.357,17	21.215.503,84	21.215.503,84	13.160.491,37	6.060.567,08
Pessoal e Encargos Sociais	6.674.125,34	12.964.558,51	9.161.436,67	9.161.436,67	10.257.090,20	220.156,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.227.079,78	17.570.798,66	12.054.067,17	12.054.067,17	2.903.401,17	5.840.410,10
DESPESAS DE CAPITAL	4.322.193,76	20.266.742,92	18.551.547,10	18.551.547,10	178.811,15	5.858.578,43
Investimentos	4.322.193,76	20.266.742,92	18.551.547,10	18.551.547,10	178.811,15	5.858.578,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.223.398,88	50.802.100,09	39.767.050,94	39.767.050,94	13.339.302,52	11.919.145,51

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.274.198,64	1.264.488,71	-	9.709,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	1.274.198,64	1.264.488,71	-	9.709,93
DESPESAS DE CAPITAL	-	262.938,42	262.938,42	-	-
Investimentos	-	262.938,42	262.938,42	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.537.137,06	1.527.427,13	-	9.709,93

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



5.3.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, é composto por: Quadro Principal – Execução de Créditos do Exercício; Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

5.3.1.1 Execução Créditos do Exercício 2015

5.3.1.1.1 Da Dotação Autorizada

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União e o total apresentado como deficit das receitas é o montante empenhado pelo órgão no exercício de 2015.

Os ajustes na previsão da receita da União atualizada decorreram de créditos adicionais abertos com excesso de arrecadação, R\$ 5,7 milhões, por meio da Medida Provisória nº 667/2015, e com superavit financeiro, R\$ 6 milhões, mediante Decreto Presidencial s/n.

As despesas orçamentárias estão demonstradas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A dotação inicial consignada ao TRT da 15ª Região no ano de 2015 foi de R\$ 1.252.817.793,00, que somada aos Créditos Adicionais e Cancelamentos, totalizou em R\$ 1.426.132.288 a dotação atualizada para aquele exercício.

No quadro analisado, a dotação atualizada não considera as Provisões e os Destaques recebidos, enquanto que as despesas empenhadas computam os valores executados com créditos descentralizados. Desta forma o valor negativo de R\$ 15.768.996,30 apresentado como saldo de dotação é resultado do montante descentralizado, R\$ 31.555.098,29, menos o total dos créditos disponíveis e contingenciados ao final do exercício, R\$ 15.786.101,99.

Considerados todos os créditos consignados na Lei Orçamentária Anual e Suplementações ao TRT da 15ª Região no ano de 2015, bem como aqueles recebidos mediante Descentralizações Internas e Externas, consideradas, ainda, as deduções pertinentes aos Cancelamentos e Contingenciamentos de Créditos, a dotação autorizada líquida para o exercício de 2015 somou R\$ 1.453.905.801,98.

A tabela a seguir apresenta o orçamento recebido por origem de crédito e grupo de natureza da despesa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 99 - ORÇAMENTO RECEBIDO POR ORIGEM DE CRÉDITO E GRUPO DE DESPESA

ORIGEM CRÉDITO AUTORIZADO - POR GRUPO NATUREZA DESPESA

	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
Dotação Inicial	1.008.336.887,00	226.730.906,00	17.750.000,00	1.252.817.793,00
Créditos Adicionais	156.179.273,00	21.832.088,00	8.903.332,00	186.914.693,00
Cancelamentos		-4.340.000,00	-9.260.198,00	-13.600.198,00
Dotação Autorizada Final LOA/2015	1.164.516.160,00	244.222.994,00	17.393.134,00	1.426.132.288,00
Movimentações de Créditos	22.750.566,84	4.896.425,34	3.908.106,11	31.555.098,29
Dotação Autorizada com Descentralizações	1.187.266.726,84	249.119.419,34	21.301.240,11	1.457.687.386,29
Contingenciamento		-555.549,31	-3.226.035,00	-3.781.584,31
Total Dotação Autorizada Líquida	1.187.266.726,84	248.563.870,03	18.075.205,11	1.453.905.801,98

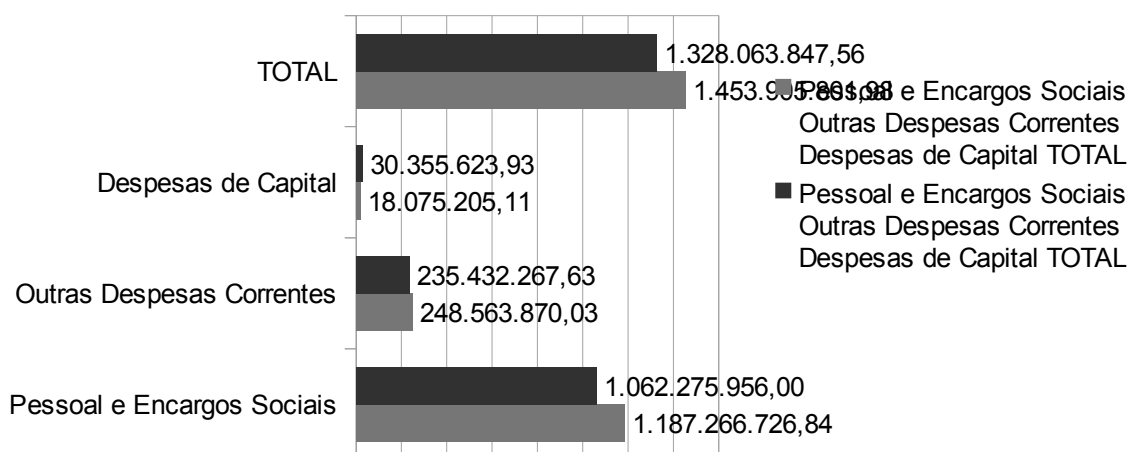
Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A comparação entre os créditos autorizados finais dos exercícios 2014 e 2015 apresenta retração importante com despesas de capital, (40,5%), e um aumento modesto com outras despesas correntes, 5,6%, resultado das medidas de controle fiscal impostas pelo Governo Federal por meio de contingenciamento, ou seja, limitação de empenho e movimentação financeira no exercício, bem como do esforço desta Corte pela economia planejada e programada, destinada à geração de superavit financeiro dos recursos diretamente arrecadados pelo Órgão, com vistas a amparar as restrições orçamentárias previstas para o exercício de 2016.

GRÁFICO 32 - CRÉDITOS AUTORIZADOS FINAIS

CRÉDITOS AUTORIZADOS FINAIS

Exercícios 2014 e 2015 - Em R\$



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A variação de R\$ 201.088.008,98 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2015 decorreu de:

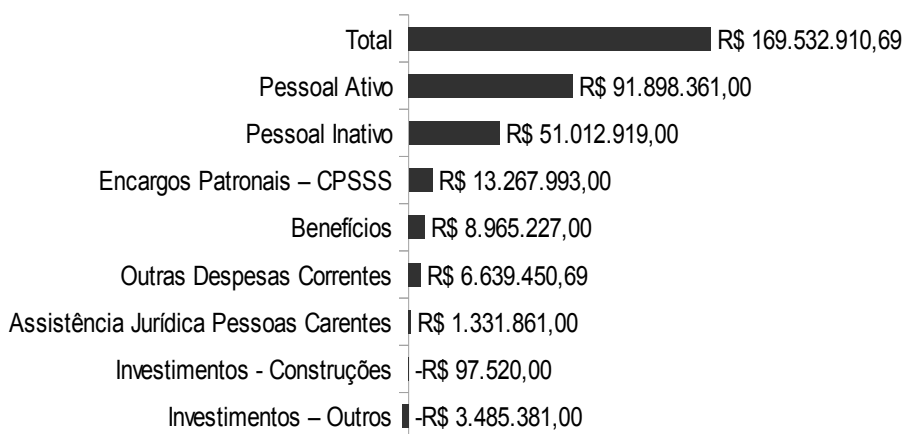
QUADRO 100 – VARIAÇÃO ENTRE A DOTAÇÃO INICIAL E A AUTORIZADA

CRÉDITOS ADICIONAIS	
(+)Créditos Suplementares:	R\$ 180.331.361,00
(+)Créditos Extraordinários:	R\$ 5.783.332,00
(+)Créditos Especiais:	R\$ 800.000,00
(-)Cancelamentos oferecidos para remanejamento dotação:	(R\$ 13.600.198,00)
(-)Crédito Bloqueado para Controle Interno:	<u>(R\$ 3.781.584,31)</u>
	R\$ 169.532.910,69
MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	
(+)Descentralizações Internas:	R\$ 16.399.976,29
(+)Descentralizações Externas	<u>R\$ 15.155.122,00</u>
	R\$ 31.555.098,29

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico e demonstrativo seguintes apresentam os Créditos Adicionais recebidos por tipo de despesa, total de R\$169,5 milhões, deduzidos os Cancelamentos relativos ao oferecimento de recursos para remanejamento de dotação e os Contingenciamentos relativos à limitação de empenho e movimentação financeira imposto ao TRT da 15ª Região diante do agravamento do cenário político e econômico do país.

GRÁFICO 33 – CRÉDITOS ADICIONAIS



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 101 – CRÉDITOS ADICIONAIS POR TIPO DE DESPESA

CRÉDITOS ADICIONAIS LÍQUIDOS POR TIPO DE DESPESA

Em R\$

	Suplementação	Cancelamento	Contingenciamento	Total
Pessoal Ativo	91.898.361,00	0,00	0,00	91.898.361,00
Encargos Patronais – CPSSS	13.267.993,00	0,00	0,00	13.267.993,00
Pessoal Inativo	51.012.919,00	0,00	0,00	51.012.919,00
Assistência Jurídica Pessoas Carentes	1.331.861,00			1.331.861,00
Benefícios	10.185.227,00	-1.220.000,00		8.965.227,00
Outras Despesas Correntes	10.315.000,00	-3.120.000,00	-555.549,31	6.639.450,69
Investimentos - Construções	4.536.666,00	-1.491.666,00	-3.142.520,00	-97.520,00
Investimentos – Outros	4.366.666,00	-7.768.532,00	-83.515,00	-3.485.381,00
Total	186.914.693,00	-13.600.198,00	-3.781.584,31	169.532.910,69

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As normas autorizativas de créditos no exercício de 2015 foram as seguintes:

QUADRO 102 – CRÉDITOS ADICIONAIS – NORMAS

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento
Lei	13080	02/jan/15	LDO/2015 - Publicada no DOU em 02/01/2015 - Edição Extra
Lei	13115	20/abr/15	LOA/2015- Publicada no DOU em 22/04/2015
MP	667	02/jan/15	Publicada no DOU em 05/01/2015
Ato Conj. TST/CSJT	5	19/mai/15	Publicada no DOU em 20/05/2015 (22/05/2015 e 25/05/2015)
Ato CSJT	122	27/mai/15	Publicada no DOU em 28/05/2015
Ato CSJT	123	27/mai/15	Publicada no DOU em 28/05/2015
Ato CSJT	156	29/jun/15	Publicada no DOU em 30/06/2015
Decreto	s/n	27/jul/15	Publicada no DOU em 28/07/2015
Decreto	s/n	20/ago/15	Publicada no DOU em 21/08/2015
Ato Conj. TST/CSJT	15	26/ago/15	Publicada no DOU em 27/08/2015
Ato CSJT	242	18/set/15	Publicada no DOU em 21/09/2015
Decreto	s/n	21/out/15	Publicada no DOU em 22/10/2015
Ato CSJT	318	26/nov/15	Publicada no DOU em 27/11/2015
Ato CSJT.GP.SG	335	03/dez/15	Publicada no DOU em 04/12/2015
Ato CSJT	338	03/dez/15	Publicada no DOU em 04/12/2015
Ato CSJT	349	14/dez/15	Publicada no DOU em 15/12/2015
Ato CSJT	354	17/dez/15	Publicada no DOU em 18/12/2015
Ato Conj. TST/CSJT	23	18/dez/15	Publicada no DOU em 22/12/2015
Ato CSJT	361	18/dez/15	Publicada no DOU em 22/12/2015
Lei	13209	22/dez/15	Publicada no DOU em 23/12/2015
Ato CSJT	357	29/dez/15	Publicada no DOU em 30/12/2015

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Crédito Extraordinário autorizado mediante Medida Provisória nº 667, de 2 de janeiro de 2015, destinado a investimentos constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2015, consoante Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 22, e a respectiva dotação cancelada, com exceção do montante de R\$ 598.134,00 liquidado e pago com os créditos extraordinários e que teve o mesmo valor resguardado e disponível no encerramento do exercício, na Ação respectiva autorizada pela Lei Orçamentária Anual.

O montante recebido a título de Créditos Especiais, R\$ 800.000,00, resultou de pedidos de créditos adicionais elaborados por este Regional para amparar os custos gerados pelas lavraturas de Termos Aditivos aos Contratos de Construção do Edifício-Sede do Fórum de Presidente Prudente e da Vara do Trabalho de Barretos.

Os créditos disponibilizados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, amparados pelas receitas provenientes de acordos celebrados com Instituições Financeiras Oficiais, na fonte específica de recurso: 81 – Recursos de Convênios, conforme preconizado nos processos de tomada de contas, TC nº 018.708/2007-4 e TC nº 013.671/2010-3, do Tribunal de Contas da União, somaram R\$ 35.221.655,00, assim autorizados: R\$ 35.737.715,00 na Lei Orçamentária/2015, R\$ 5.453.333,00 mediante Créditos Adicionais, (R\$ 5.452.393,00) subtraídos pelos cancelamentos e (R\$ 517.000,00) alcançados por contingenciamento.

As dotações recebidas de outras Unidades Gestoras, por movimentação de créditos, consideradas as devoluções dos saldos não utilizados, foram assim constituídas:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

a) Descentralizações Internas – R\$ 16.399.976,29 em Provisões Recebidas:

QUADRO 103 – DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

				Em R\$	
UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa	Provisão Líquida Recebida	
15101	Tribunal Superior do Trabalho	MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	33.600,00	
			339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	3.645.421,07	
			449039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	722,00	
			449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.117.774,00	
			Total	6.797.517,07	
		FORMAÇÃO E PERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	339014 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	23.689,57	
			449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	852,00	
				Total	24.541,57
				Total UO 15101	6.822.058,64
		15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	670.169,00				
	Total			1.706.263,70	
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO - PIE	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ			157.620,00	
	449039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ			118.589,11	
	Total			276.209,11	
15126	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	319000 APLICAÇÕES DIRETAS	7.595.444,84	
				Total	7.595.444,84
			Total UO 15126	9.577.917,65	
			Total Descentralizações Internas	16.399.976,29	

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

b) Descentralizações Externas – R\$ 15.155.122,00 em Destaques Recebidos:

QUADRO 104 – DESCENTRALIZAÇÕES EXTERNAS

				Em R\$
UO	TÍTULO	Ação Orçamentária	Natureza Despesa	Destaque Líquido Recebido
71103	Encargos Financ. da União - Sentenças Judiciais	PRECATÓRIOS (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)	319191 SENTENÇAS JUDICIAIS	269.501,91
			319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	14.548.849,80
			319000 APLICAÇÕES DIRETAS	2.528,29
				Total UO 71103
33201	Instituto Nacional do Seguro Social	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319100 APLICAÇÕES DIRETAS – OPERAÇÕES INTERNAS	22.340,00
			319091 SENTENÇAS JUDICIAIS	307.654,69
			319000 APLICACOES DIRETAS	4.247,31
				Total UO 33201
			Total Descentralizações Externas	15.155.122,00

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.1.1.2 Da Execução Orçamentária

Os quadros a seguir, demonstrativos do Crédito Autorizado comparativamente à Despesa Executada, apresentam o nível da execução orçamentária por origem de crédito.

QUADRO 105 - CRÉDITO AUTORIZADO COMPARATIVAMENTE À DESPESA EXECUTADA

ORÇAMENTO 2015 – EXECUÇÃO DA DESPESA (EM R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2015 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO			DESPESA		
			ATUALIZADA (a)	EMPENHADA (b)	%(b) / (a)	LIQUIDADADA (d)	%(d) / (a)	DESPESA PAGA
15116	Pessoal e Encargos	1.008.336.887,00	1.164.516.160,00	1.164.516.160,00	100,00	1.161.586.299,43	99,75	1.161.586.299,43
15116	Outras Despesas Correntes	226.730.906,00	244.222.994,00	234.923.217,76	96,19	219.590.569,29	89,91	218.093.862,94
15116	Investimentos	17.750.000,00	17.393.134,00	10.937.459,58	62,88	3.223.102,49	18,53	3.215.522,80
	TOTAL	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.410.376.837,34	98,90	1.384.399.971,21	97,07	1.382.895.685,17

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO			DESPESA		
			ATUALIZADA (a)	EMPENHADA (b)	%(b) / (a)	LIQUIDADADA (d)	%(d) / (a)	DESPESA PAGA
15101	Outras Despesas Correntes		3.702.710,64	3.702.710,64	100,00	2.145.517,11	57,94	2.145.517,11
15101	Investimentos		3.119.348,00	3.119.348,00	100,00	852,00	0,03	852,00
15126	Pessoal e Encargos		7.595.444,84	7.593.909,11	99,98	7.593.909,11	99,98	7.593.909,11
15126	Outras Despesas Correntes		1.193.714,70	1.193.714,70	100,00		0,00	
15126	Investimentos		788.758,11	788.758,11	100,00		0,00	
	TOTAL	0,00	16.399.976,29	16.398.440,56	99,99	9.740.278,22	59,39	9.740.278,22

DESTAQUES RECEBIDOS

UO	GRUPO NATUREZA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO			DESPESA		
			ATUALIZADA (a)	EMPENHADA (b)	%(b) / (a)	LIQUIDADADA (d)	%(d) / (a)	DESPESA PAGA
33201	Pessoal e Encargos		334.242,00	307.654,69	92,05	307.654,69	92,05	307.654,69
71103	Pessoal e Encargos		14.820.880,00	14.818.351,71	99,98	14.818.351,71	99,98	14.818.351,71
	TOTAL	0,00	15.155.122,00	15.126.006,40	99,81	15.126.006,40	99,81	15.126.006,40
	TOTAL GERAL	1.252.817.793,00	1.457.687.386,29	1.441.901.284,30	98,92	1.409.266.255,83	96,68	1.407.761.969,79

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

5.3.1.1.2.1 Dos Créditos Empenhados

Do total de R\$ 1.457.687.386,29 em créditos atualizados foram empenhados R\$ 1.441.901.284,30. Quando analisado o grau de gestão orçamentária verifica-se eficiência no planejamento e na execução dos gastos, comprovada pelo índice de 0,989 apurado na comparação entre a Despesa Empenhada e a Dotação Atualizada, próximo a 1,0.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Contudo, em análise detalhada da execução dos créditos originários, verifica-se índice de 62,88% da despesa empenhada em relação à dotação atualizada, destinada aos gastos com investimentos, decorrente do contingenciamento imposto pelo Governo Federal, bem como pelo esforço programado pelo TRT da 15ª Região na economia dos gastos no exercício de 2015, para amparar as restrições orçamentárias previstas para o ano de 2016, mediante solicitação de créditos adicionais com oferecimento de recursos de fonte própria.

O quadro a seguir compara os totais executados nos exercícios de 2013 a 2015, considerando os valores consignados nas Leis Orçamentárias respectivas, acrescidos das Suplementações e das Descentralizações recebidas, por categoria econômica.

Os Precatórios e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor não foram considerados, com o intuito de se efetuar uma análise da evolução das Despesas Correntes e de Capital, realizadas para a manutenção e investimentos neste Regional.

QUADRO 106 - ORÇAMENTOS EXECUTADOS (2013-2015) POR CATEGORIA ECONÔMICA

Em R\$ milhões

DOTAÇÕES	2013	2014	Var. 2014/2013	2015	Var. 2015/2014
Pessoal e Encargos Sociais	1.009,7	1.037,5	2,8%	1.164,5	12,2%
Outras Despesas Correntes	158,1	211,6	33,8%	239,8	13,3%
Investimentos: equipamentos, material permanente e <i>softwares</i>	15,1	20,2	33,8%	10,5	-48,0%
Investimentos: obras e instalações	3,4	2,4	-29,4%	4,3	79,2%
Soma Investimentos	18,5	22,6	22,2%	14,8	-34,5%

FONTE: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional. Considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação.

5.3.1.1.2.1.1 Dos Gastos com Pessoal

O gráfico a seguir representa os gastos nos anos de 2013, 2014 e 2015 com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, bem como aqueles referentes a encargos contributivos para custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais.

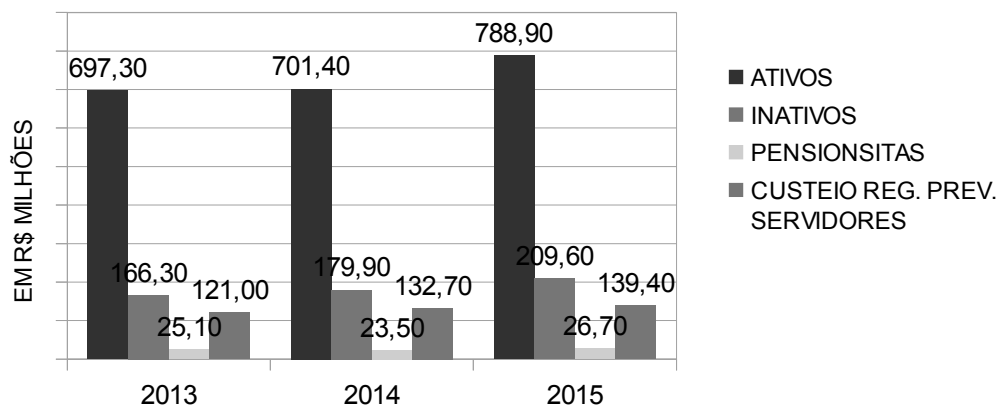


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 34 - GASTOS COM PESSOAL E CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PESSOAL E CUSTEIO REGIME DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES

TOTAL EMPENHADO - EXERCÍCIOS 2013 A 2015



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As execuções no exercício de 2015, concernentes ao pagamento de Pessoal Ativo, Inativo, Pensionista e Contribuição Patronal para Custeio da Previdência Social de Servidor Público (CPSSS) variaram 12,2% em relação ao ano de 2014 e suportaram o pagamento das:

- Folhas Habituais do ano;
- Implantação do pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição concedida aos Magistrados pela Lei nº 13.095/2015 e regulamentada pela Resolução Administrativa nº 149/2015 do CSJT, posteriormente revogada pela Resolução Administrativa nº 155/2015 do mesmo Conselho;
- Implantação do pagamento de diferença de 13,23% devida aos servidores em decorrência de decisão judicial, em conformidade com o Ofício-Circular nº 9/2014 - CSJT e Ofício nº 151/2015 – SJDF;
- Reembolso de despesas de Prefeituras com remuneração/encargos sociais dos servidores cedidos ao TRT-15ª Região, em cumprimento ao Ato CSJT.GP.SG.CGPE nº 75/2013;
- Pagamento de diferenças de Correção Monetária e Juros sobre ATS do período 2005/2006, devidas a magistrados usando recursos por meio da Resolução 137/2014-CSJT ;
- Pagamentos de Diferenças Diversas conforme autorização concedida na Resolução nº 137/2014 – CSJT.

Os montantes recebidos, em conformidade com as disposições apresentadas mediante os Ofícios Circulares CSJT.GP.SG.CFIN nºs 29 e 30/2015 tiveram seus valores inscritos em restos a pagar não processados para liquidação no exercício seguinte.



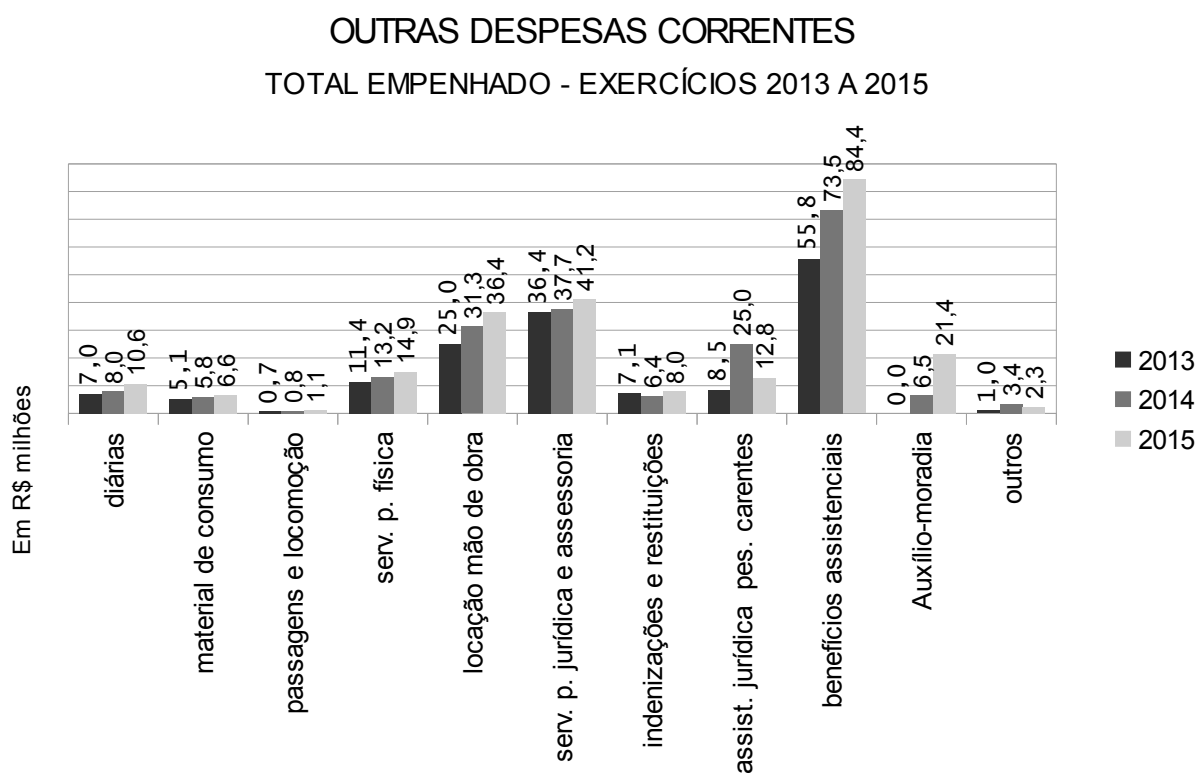
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.1.1.2.1.2 Dos Gastos com Outras Despesas Correntes

A execução de Outras Despesas Correntes em 2015 somou R\$ 239,8 milhões, 13,3% a mais que o empenhado no ano de 2014.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos dispêndios, considerados os valores inscritos em Restos a Pagar não Processados a serem liquidados em 2016, relativos a Outras Despesas Correntes, aplicados na manutenção do Órgão, quais sejam: aquisição de material de consumo, serviços prestados por pessoas física e jurídica, diárias e passagens, locações de imóveis e de mão de obra, indenizações e restituições, auxílio-moradia, além dos gastos com benefícios assistenciais e honorários periciais vinculados à Atividade denominada: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

GRÁFICO 35 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES (2013-2015)



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do processo da Ação Originária nº 2.511 foi processado o pagamento do auxílio-moradia aos Magistrados, amparado pela ação orçamentária “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, com classificação de outros custeios, destinada ao atendimento de sentenças judiciais, conforme Ofício Circular nº 23/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN. O montante contabilizado em 2014 consistiu nos pagamentos efetuados relativos ao período de 17 de setembro a dezembro de 2014, enquanto que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

em 2015 contabilizaram os gastos no ano, o que justifica a variação positiva significativa verificada no gráfico.

O total de gasto com passagens e locomoção apresentou variação positiva de cerca de 37%, em relação ao ano de 2014 e suportou os gastos relativos ao contrato de emissão de passagens para o deslocamento e de pedágios, a serviço de Magistrados e Servidores em atividades de correição, capacitação, designação para trabalhos eventuais, dentre outros.

Verifica-se o acréscimo em torno de 32% nos gastos com diárias, comparativamente ao ano de 2014, decorrente sobretudo da majoração dos valores praticados pela 15ª Região Trabalhista. Os valores foram gastos nos deslocamentos a serviço e para capacitação de Pessoal, amparados por créditos consignados na LOA/2015 a este Regional, nos planos orçamentários: Apreciação de Causas, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Capacitação de Recursos Humanos e Trabalho Seguro, bem como por recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho destinados aos participantes do Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho.

As despesas atinentes às indenizações e restituições tiveram um aumento em torno de 24% entre os exercícios 2014/2015. A variação mais relevante foi o total de R\$ 1,2 milhão gasto a título de ajuda de custo no ano de 2015, não computados na análise os valores pagos relativos a exercícios anteriores.

A elevação das despesas com Benefícios Assistenciais entre os anos de 2014 e 2015 foi de 15%. A variação decorreu das seguintes majorações ocorridas no exercício:

- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, aumento de 33%: Ato Regulamentar GP nº 14/2014, 02 de junho de 2014 que institui o "Programa de Assistência Farmacêutica" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª (o custo do ano somou R\$ 166 mil); e majoração do valor do auxílio conforme Comunicado da Presidência nº 18/2015 o qual fixou, a partir de 01/04/2015, o valor mensal do ressarcimento parcial aos magistrados e servidores que comprovem estar abrangidos por plano de saúde (o subsídio foi escalonado pelo critério de faixa etária do titular, variando de R\$ 200,20 a R\$ 1.207,80 (14/05/2015).
- Assistência Pré-Escolar, variação de 12%: Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixou em R\$ 632,15 o valor mensal do benefício, a partir da folha de janeiro/15. A majoração foi viabilizada em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ, de 18/03/2015, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.
- Auxílio-Alimentação, aumento de 5,5%: Comunicado da Presidência nº 013/2015, que fixou em R\$ 799,00 o valor mensal do auxílio, a partir da folha de janeiro/15. A majoração foi viabilizada em virtude da edição da Portaria Conjunta nº 01 do CNJ, de 18/03/2015, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2015.

O total de recursos aplicados a título de honorários periciais, destinados a garantir a assistência jurídica a pessoas carentes, apresentou redução significativa de 49% em relação ao demandado no ano anterior.

Os gastos em 2015 com material de consumo e com prestação de serviços pessoa física sofreram um aumento de 13% cada; as despesas com contratação de locação de mão de obra, 16% e com serviços prestados por pessoa jurídica, 9%, quando comparados ao ano de 2014.

Seguem demonstrados os maiores gastos relativos a outras despesas correntes, total empenhado no exercício, não consideradas as despesas de exercícios anteriores, por ordem de relevância, que somados representam mais de 90% da despesa total da categoria, amparados pelas Ações vinculadas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado denominado Prestação Jurisdicional Trabalhista - 0571, cuja atividade tem por escopo a aplicação dos recursos em ações que visem a solução de controvérsias trabalhistas, mediante a atuação de Magistrados e Servidores.

QUADRO 107 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES – MAIORES VALORES

Outras Despesas Correntes – Natureza de Despesa Detalhada	Total Empenhado no Exercício 2015 (Em R\$)
1º AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	38.191.345,64
2º RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	32.751.883,23
3º SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCJ 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.395.651,69
4º LOCAÇÃO DE IMOVEIS	15.952.099,06
5º VIGILANCIA OSTENSIVA	14.918.653,27
6º PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	10.696.617,22
7º DIARIAS NO PAIS	10.570.861,70
8º APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	10.410.686,73
9º LIMPEZA E CONSERVACAO	8.843.354,93
10º SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	7.356.607,89
11º AUXILIO-CRÉCHE CIVIL	5.527.642,00
12º SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	5.351.770,01
13º INDENIZACAO DE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL	5.290.197,33
14º MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	4.634.808,41
15º ESTAGIARIOS	4.220.177,88
16º COMUNICACAO DE DADOS	3.676.802,04
17º SERVICIO DE SELECAO E TREINAMENTO	2.316.538,19
18º CONTRIB. PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	2.219.243,78
19º MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.089.086,26
20º SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	1.953.198,78
21º MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.943.388,40
22º MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	1.537.646,45
23º FRETE E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	1.513.355,52
24º SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	1.390.202,40
25º AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	1.184.082,02
26º SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	1.125.869,52

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Vale ressaltar, ainda, em análise mais detalhada, nos totais empenhados destinados à aquisição de materiais de consumo, locação de mão de obra e contratação de serviços de pessoa física e jurídica, as variações relevantes sobre os maiores gastos, verificadas entre os exercícios de 2014 e 2015, são:

- Aumento de 30% nas despesas com locação de imóveis; 48% nos serviços de energia elétrica; 34% a mais aplicados em serviços de seleção e treinamento; 43% na aquisição de material para processamento de dados; e acréscimo de 42% nos gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos.
- Redução de 32% nos dispêndios com serviços de cópias e reprodução de documentos e decréscimo de 70% nas despesas de manutenção de bens imóveis.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.1.1.2.1.3 Dos Gastos com Despesas de Capital

O gráfico a seguir representa as Despesas de Capital realizadas nos exercícios de 2013 a 2015.

GRÁFICO 36 - DESPESAS DE CAPITAL



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O investimento de R\$ 12 milhões no ano de 2014, destinado à instalação de sala cofre, provocou impacto na evolução dos gastos no exercício de 2015. O decréscimo verificado nos dispêndios de capital decorreu também do prejuízo trazido às contas públicas pelo cenário econômico do país.

Segue quadro com os Projetos de Construções cujas dotações consignadas na LOA/2015 foram alcançadas por contingenciamentos impostos pelo Governo Federal.

QUADRO 108 - PROJETOS DE CONSTRUÇÕES COM CONTINGENCIAMENTO

Ação Orçamentária	Em R\$ Crédito Indisponível (Contingenciamento)
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	400.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETINGA - SP	147.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	2.437.000,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	158.520,00
	3.142.520,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



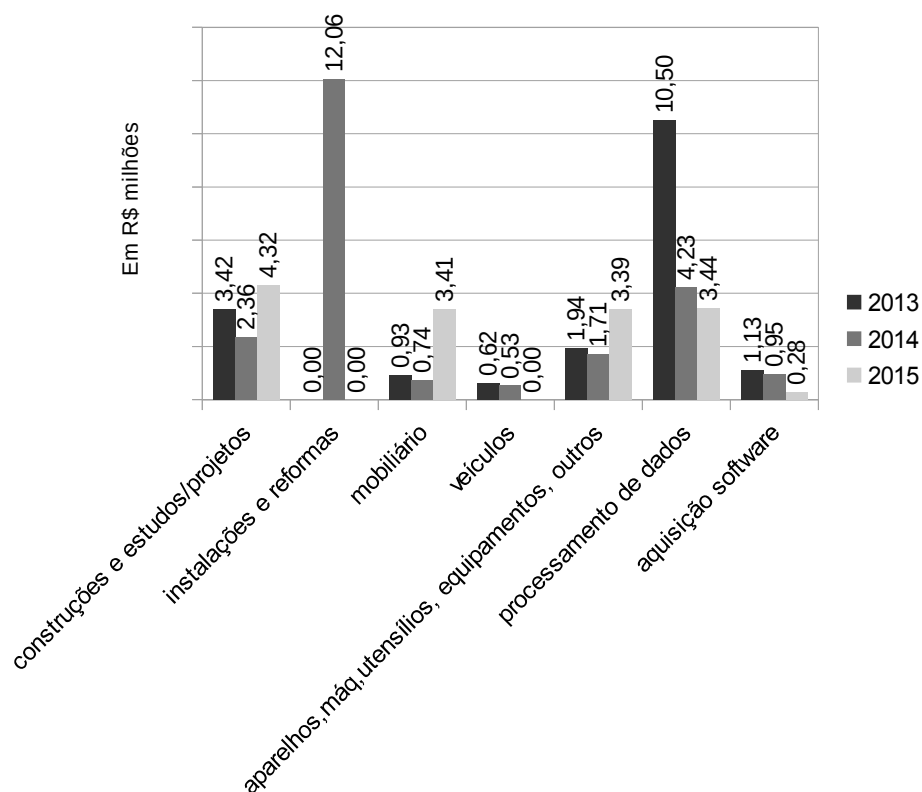
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O gráfico a seguir apresenta o montante empenhado por tipo de despesa de capital, nos exercícios de 2013 a 2015.

GRÁFICO 37 - EMPENHO POR TIPO DE DESPESA DE CAPITAL (2013-2015)

INVESTIMENTOS - POR TIPO DE DESPESA

TOTAL EMPENHADO - EXERCÍCIOS 2013 A 2015



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Seguem discriminados, por tipo de investimento, número e objeto do processo, os itens de maior relevância do montante de R\$ 14,8 milhões empenhado no ano de 2015:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 109 - DESPESA DE CAPITAL – MAIORES VALORES

Tipo de Investimento	Processo	Objeto	Total Empenhado (Em R\$)
OBRAS EM ANDAMENTO	CP: 0593/2015	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará a VT de Porto Ferreira, incluindo todos os serviços e materiais -	3.881.255,58
	CP: 0255/2012	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará o FT de Pres.Prudente, incluindo todos os serviços e materiais - Convênio CEF-LOA 2012	400.000,00
			4.281.255,58
MOBILIÁRIO EM GERAL	CP: 0364/2014	RP - Aquisição de cadeiras operacionais sem apoia-braços - TRT da 15ª Região e PRT da 15ª Região	999.640,00
	CP: 0312/2014	RP - Estantes de aço, com e sem montagem, contendo 06 ou 07 prateleiras - TRT e Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª	696.190,32
	CP: 0653/2015	RP - Aquisição de material permanente (face móvel e fixa de módulo simples ou duplo e suporte fixo para composição interna das faces)	670.169,00
	CP: 0663/2014	RP - Aquisição de longarinas de 03 lugares fabricadas em chapas de aço - Almoarifado	425.145,87
	CP: 0528/2014	RP - Aquisição de poltronas - TRT da 15ª Região e PRT da 15ª Região	332.997,00
	CP: 0234/2015	RP - Aquisição de gaveteiros volantes (03 gavetas), com base metálica e sobretampo - TRT	137.850,00
	CP: 0361/2015	RP - Aquisição de móveis para a Salas de Audiências - Coord.Material e Logística	52.500,00
			3.314.492,19
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	CP: 0213/2015	Aquisição de equipamentos de filmagem, edição e áudio - Coord.Comunicação Social	410.864,34
			410.864,34
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	CP: 0727/2015	Aquisição de 974 microcomputadores desktop com 02 monitores - Adesão do PG 019/04 do TRT 18ª Região / Recursos Descentralizados	3.435.560,98
			3.435.560,98
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	CP: 0344/2015	Aquisição de 80 coletes balísticos multiameaça - As.Segurança e Transporte	239.771,00
	CP: 0607/2015	Serviços de reparos e manutenção em sistema CFTV, c/ fornecimento de peças, softwares e materiais necessários - Ed. Sede Judicial e Administrativo	166.890,83
	CP: 0682/2015	Aquisição de 30 kits de dispositivos elétricos incapacitantes e 30 espargidores de espuma de pimenta - Ass.Segurança	103.847,76
	CP: 0669/2014	Aquisição e instalação de portas giratórias detectoras de metais - FT's Presidente Prudente e Ribeirão Preto	90.798,00
	CP: 0310/2015	Aquisição de 18 armas p/ uso e treinamento dos agentes de segurança visando à integralidade física dos magistrados, servidores e público em geral	69.705,92
	CP: 0587/2015	Aquisição e instalação de portas giratórias com detectores de metais - FT Campinas	68.500,00
			739.513,51
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	CP: 0577/2015	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento- PG. 021/14-Min.Defesa	118.589,11
	CP: 0224/2015	Serviço de consultoria e desenvolvimento de softwares, sob encomenda e para uso exclusivo, p/ capacitação e treinamento de servidores do TRT	111.800,00
	CP: 0213/2015	Aquisição de equipamentos de filmagem, edição e áudio - Coord.Comunicação Social	41.344,94
			271.734,05
APARELHO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	CP: 0619/2013	RP - Aquisição de condicionadores de ar tipo split, incluindo entrega e instalação - TRT da 15ª Região e PRT da 15ª Região	1.118.676,20
	CP: 0137/2015	RP - Aquisição e instalação de condicionadores tipo split piso-teto - TRT e PRT 15ª Região	354.054,10
	CP: 0346/2014	RP - Aquisição de circuladores de ar, inclináveis, a ser utilizado no piso ou parede, contendo de 3 a 5 pás de plásticos - TRT e Proc.Reg.Trabalho 15ª	41.563,20
			1.514.293,50
APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	CP: 0512/2015	Aquisição e instalação de equipamentos PABX, c/ recolhimento de ART e treinamento aos usuários - FT Campinas e cidades do interior	490.000,00
			490.000,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.1.1.2.2 Dos Créditos Liquidados

É o segundo estágio da despesa pública, fase em que são consideradas as despesas efetivamente realizadas, mediante a entrega do material ou a prestação do serviço e o reconhecimento da despesa. O índice de liquidação em relação aos créditos atualizados foi de 96,7%. Seguem demonstrados os maiores valores relativos a despesas liquidadas, com créditos do exercício, por categoria econômica.

QUADRO 110 - CRÉDITOS LIQUIDADOS – MAIORES VALORES

DESPESAS DE PESSOAL	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGO EFETIVO	206.675.774,03
VENCIMENTOS E SALARIOS	186.869.049,21
SUBSIDIOS	142.340.176,31
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	138.622.749,70
13. SALARIO	58.307.245,23
INCORPORACOES	54.884.579,18
GRAT POR EXERCICIO DE FUNCOES COMISSONADAS	52.199.978,30
PROVENTOS- PESSOAL CIVIL	44.334.561,18
PROVENTOS ORIGINARIAS DE GRAT.P/ EXERC. CARGO.	42.967.731,95
APOSENT ORIGINARIA DE SUBSIDIOS- PESSOAL CIV	36.281.272,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	38.106.682,44
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	32.413.355,93
SENTENCA JUDICIAL - AUXILIO MORADIA (ACORDAO TCU 1690), DE 04 DE DEZEMBRO DE 2002).	21.395.651,69
LOCACAO DE IMOVEIS	15.778.048,91
VIGILANCIA OSTENSIVA	13.515.768,58
DIARIAS NO PAIS	10.570.861,70
PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	9.581.739,47
APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	8.475.342,96
LIMPEZA E CONSERVACAO	7.623.518,75
AUXILIO-ALIMENTACAO	7.229.327,36
DESPESAS DE CAPITAL	
Natureza de Despesa Detalhada	Total Liquidado (Em R\$)
MOBILIARIO EM GERAL	1.334.129,17
APARELHOSE UTENSILIOS DOMESTICOS	1.177.077,74
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	439.500,98
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	127.297,66
AQUISICAO DE SOFTWARE	44.764,94

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.1.1.2.3 Da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados

A diferença entre o total empenhado e o montante liquidado no exercício de 2015, R\$ 32.635.028,47, foi inscrita em restos a pagar não processados.

QUADRO 111 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2015 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	%RNP / Dotação Empenhada
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Pessoal e Encargos	2.929.860,57	0,25
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Outras Despesas Correntes	15.332.648,47	6,53
		Investimentos	7.714.357,09	70,53
		TOTAL	25.976.866,13	1,84

PROVISÕES RECEBIDAS

UO	TÍTULO	GRUPO NATUREZA DESPESA	Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	%RNP / Dotação Empenhada
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.557.193,53	42,06
15101	Tribunal Superior do Trabalho	Investimentos	3.118.496,00	99,97
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Pessoal e Encargos	0,00	0,00
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Outras Despesas Correntes	1.193.714,70	100,00
15126	Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Investimentos	788.758,11	100,00
		TOTAL	6.658.162,34	40,60
		TOTAL GERAL	32.635.028,47	2,26

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Seguem destacados os valores mais relevantes, por origem de crédito, ação orçamentária e processo, a serem liquidados no exercício seguinte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 112 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – MAIORES VALORES

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2015 E CRÉDITOS ADICIONAIS)

Ação Orçamentária	Processo	objeto	Natureza Despesa Detalhada	Valor Inscrito
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PORTO FERREIRA - SP	CP. 0593/2015	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará a VT de Porto Ferreira, incluindo todos os serviços e materiais-	44905191 OBRAS EM ANDAMENTO	3.881.255,58
PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	FLS. 005/15	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	31909201 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	1.237.855,77
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0567/2014	Contratação de motoristas p/ veículos da frota do TRT, transporte de Desembargadores, Juizes, servidores, documentos e materiais diversos	33903701 APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL	1.233.724,76
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0330/2015	Serviços ordinários de limpeza, conservação e higienização - Campinas e Crounscrições	33903702 LIMPEZA E CONSERVACAO	1.216.726,03
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	FLS. 005/15	Folha Extra Rap não Processado e Exercícios Anteriores	31909296 RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.182.243,44
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	SPA. 076/15	Honorários periciais - 2015	33903610 PERICIAS TECNICAS JUSTICA GRATUITA	1.101.674,35
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	PA. 284-17.2011	Serviços de vigilância armada - TRT	33903703 VIGILANCIA OSTENSIVA	981.620,15
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0364/2014	RP - Aquisição de cadeiras operacionais sem apoia-braços - TRT da 15ª Região e PRT da 15ª Região	44905242 MOBILIARIO EM GERAL	949.658,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0613/2014	RP - Aquisição de cartuchos de toner e cilindros para impressoras Lexmark, Samsung e Okidata	33903017 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	805.293,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0123/2014	Serviços de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliaria - TRT	33903947 SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	724.185,42
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0591/2014	Instalação de "sala cofre" para o Data Center principal do TRT 15ª, incluindo o serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 meses	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	626.076,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0561/2014	RP - Serviços de manutenção preventiva, assepsia nos equipamentos, manutenção corretiva e instalação de condicionadores de ar	33903917 MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	494.744,38
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	FLS. 070/15	Folha de Pagamento	33909305 INDENIZACAO DE TRANSPORTE- PESSOAL CIVIL	494.067,98
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	FLS. 070/15	Folha de Pagamento	31911303 CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	493.253,62
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0512/2015	Aquisição e instalação de equipamentos PABX, c/ recolhimento de ART e treinamento aos usuários - FT Campinas e cidades do interior	44905206 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	490.000,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	SPA. 070/15	CPFL - Energia elétrica	33903943 SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	436.162,98
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	CP. 0255/2012	Execução das obras de construção de imóvel que abrigará o FT de Pres.Prudente, incluindo todos os serviços e materiais - Convênio CEF-LOA 2012	44905191 OBRAS EM ANDAMENTO	400.000,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0663/2014	RP - Aquisição de longarinas de 03 lugares fabricadas em chapas de aço - Almoarifado	44905242 MOBILIARIO EM GERAL	369.258,15
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	PA. 306-41.2012	Contratação de empresa especializada p/ prestação de serviço telefônico fixo comutado - TRT	33903958 SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	364.426,80
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS- COMPLEMENTACAO DA UNIAO	FLS. 070/15	Folha Extra de 2ª parcela de Adiantamento de Gratificação Natal	33909308 RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ ODONTOLOGICA	338.527,30
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0137/2015	RP - Aquisição e instalação de condicionador de tipo split piso-teto - TRT e PRT 15ª Região	44905212 APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	321.744,16
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0727/2015	Aquisição de 974 microcomputadores desktop com 02 monitores - Adesão do PG 019/04 do TRT 18ª Região / Recursos Descentralizados	44905235 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	317.786,98



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

ORÇAMENTO 2015 – INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Em R\$)

PROVISÕES RECEBIDAS

Ação Orçamentária	Processo	objeto	Natureza Despesa Detalhada	Valor Inscrito
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CP. 0727/ 2015	Aquisição de 974 microcomputadores desktop com 02 monitores - Adesão do PG019/ 04 do TRT 18ª Região / Recursos Descentralizados	44905235 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.117.774,00
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	PA. 1324-34.2011	Serviços de telecomunicações de dados p/ atendimento aos TRT 2ª e TRT 15ª Regiões/ SIG-JT (Sist.Integrado de Gestão de Informática da JT)	33903997 COMUNICACAO DE DADOS	1.421.831,26
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0653/ 2015	FP - Aquisição de material permanente (face móvel e fixa de módulo simples ou duplo e suporte fixo para composição interna das faces)	44905242 MOBILIARIO EM GERAL	670.169,00
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0590/ 2015	Serviços de substituição de piso e ferro e outros serviços correlatos - FT Srocaba/ Projeto Nacional de Modernização	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVES	406.699,41
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0627/ 2015	Serviços de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas do tipo LED - Ed.Sede Administrativo / Modernização das instalações Físicas	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVES	293.399,98
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0599/ 2014	Atualização tecnológica das condições físicas e operativas das instalações elétricas na cabine de transformação em média tensão - Ed.Sede Judicial	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVES	169.849,30
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	CP. 0591/ 2015	Serviços de construção civil para reforma nos sanitários na R.Barão de Jaguará 945	33903916 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVES	166.146,01
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	CP. 0577/ 2015	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento-PG. 021/ 14-Min.Defesa	33903908 MANUTENCAO DE SOFTWARE	157.620,00
DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE	CP. 0577/ 2015	Aquisição e instalação de solução de "Application Performance Management", -APM, incluindo serviços de configuração e treinamento-PG. 021/ 14-Min.Defesa	44903993 AQUISICAO DE SOFTWARE	118.589,11

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.1.1.2.4 Da Inscrição em Restos a Pagar Processados

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1.409.266.255,83, foi pago o montante de R\$ 1.407.761.969,79. O saldo de R\$ 1.504.286,04 restou pendente de pagamento, a ser quitado no exercício seguinte, e se refere predominantemente a contratos de despesas de locação de imóveis, liquidados na competência de dezembro 2015 com vencimento em janeiro de 2016.

5.3.1.2 Execução de Restos a Pagar Não Processados no Exercício 2015

5.3.1.2.1 Dos Valores Inscritos (LOA/2014) e Reinscritos de Exercícios Anteriores (LOA/2012 e LOA/2013)

O quadro a seguir apresenta a execução dos restos a pagar não processados no exercício de 2015, por categoria econômica e natureza de despesa.

Para a análise dos índices de execução foram destacados as porcentagens dos totais liquidados,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

cancelados e reinscritos em relação ao total da inscrição.

QUADRO 113 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS DE PESSOAL

Em R\$

Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição
319001 APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	230.407,05	197.866,21	85,9	19.934,73	8,7	12.606,11	5,5
319003 PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	14.100,00	13.508,84	95,8	591,16	4,2	0,00	0,0
319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.397,47	0,00	0,0	4.397,47	100,0	0,00	0,0
319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	54.895,26	34.964,97	63,7	19.930,29	36,3	0,00	0,0
319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.635.274,53	8.027.859,55	93,0	413.927,51	4,8	193.487,47	2,2
319113 OBRIGACOES PATRONAIS	1.320.656,03	0,00	0,0	1.320.656,03	100,0	0,00	0,0
319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.378.953,51	887.237,10	9,5	8.477.653,01	90,4	14.063,40	0,1
	19.638.683,85	9.161.436,67	46,65	10.257.090,20	52,23	220.156,98	1,12

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O montante liquidado de despesas de pessoal amparou os pagamentos das seguintes folhas:

- Diferença Correção Monetária e Juros da PAE 98-99;
- Diferenças de URV (11,98%);
- Diferenças decorrentes da liberação de recursos realizadas pelos Ofícios nºs 36 e 37/2014 do CSJT;
- Acertos e pendências relativos ao exercício de 2014.

QUADRO 114 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em R\$

Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição
339008 OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	136.426,70	2.879,15	2,1	10.503,76	7,7	123.043,79	90,2
339030 MATERIAL DE CONSUMO	692.108,63	427.145,93	61,7	190.234,69	27,5	74.728,01	10,8
339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	38.598,00	10.661,30	27,6	12.690,81	32,9	15.245,89	39,5
339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	448.032,80	185.775,31	41,5	229.065,49	51,1	33.192,00	7,4
339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	173.164,98	48.394,27	27,9	27.614,07	15,9	97.156,64	56,1
339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.454.095,49	4.331.407,99	97,2	122.687,50	2,8	0,00	0,0
339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORÇ.	11.676.483,12	6.508.525,08	55,7	1.701.883,52	14,6	3.466.074,52	29,7
339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	416.267,49	4.033,27	1,0	121.297,36	29,1	290.936,86	69,9
339047 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	3.155,41	1.710,04	54,2	1.445,37	45,8	0,00	0,0
339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE	76.713,98	256,98	0,3	10.048,92	13,1	66.408,08	86,6
339059 PENSOES ESPECIAIS	768.339,02	0,00	0,0	0,00	0,0	768.339,02	100,0
339091 SENTENÇAS JUDICIAIS	191.989,88	0,00	0,0	0,00	0,0	191.989,88	100,0
339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	189.174,26	57.926,45	30,6	104.322,77	55,1	26.925,04	14,2
339093 INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.514.756,62	461.067,71	30,4	371.599,17	24,5	682.089,74	45,0
339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORÇ.	11.873,65	11.581,35	97,5	0,00	0,0	292,30	2,5
339147 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.698,41	2.702,34	40,3	7,74	0,1	3.988,33	59,5
	20.797.878,44	12.054.067,17	58,0	2.903.401,17	14,0	5.840.410,10	28,1

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Os valores liquidados mais relevantes relativos a outras despesas correntes, seguem destacados:

- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R\$ 3,3 milhões em manutenção e conservação de bens imóveis; R\$ 832 mil em comunicação de dados; R\$ 457 mil para amparar despesas com serviços de energia elétrica; R\$ 364 mil gastos com fretes e transportes de encomendas; R\$ 314 mil aplicados em serviços de seleção e treinamento;
- Locação de Mão de Obra – R\$ 2,0 milhões em serviços de limpeza e conservação; R\$ 1,1



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- milhão em vigilância ostensiva; R\$ 885 mil em apoio administrativo, técnico e operacional;
- Indenizações e Restituições – R\$ 315 mil gastos com indenização de transporte a servidores; R\$ 126 mil aplicados em ressarcimento de assistência médica;
 - Material de Consumo – R\$ 160 mil na aquisição de material destinado à manutenção de bens imóveis e instalações; R\$ 83 mil aplicados em material de processamento de dados; R\$ 79 mil em material elétrico eletrônico.

QUADRO 115 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – DESPESAS DE CAPITAL

DESPESAS DE CAPITAL

Em R\$

Natureza Despesa	Inscrição e Reinscrição	Liquidação	% Liquidação / Inscrição e Reinscrição	Cancelamento	% Cancelamento / Inscrição e Reinscrição	Saldo para Reinscrição em 31/dez/2015	% Reinscrição 2015 / Inscrição e Reinscrição
449039 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	1.368.749,62	892.149,62	65,18	0,00	0,00	476.600,00	34,82
449051 OBRAS E INSTALACOES	17.141.806,21	11.932.080,63	69,61	26.341,33	0,15	5.183.384,25	30,24
449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.078.380,85	5.727.316,85	94,22	152.469,82	2,51	198.594,18	3,27
	24.588.936,68	18.551.547,10	75,45	178.811,15	0,73	5.858.578,43	23,83

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

As despesas de capital liquidadas com créditos de restos a pagar não processados mais significativas foram: R\$ 9,4 milhões aplicados em instalações de sala cofre e modernização de elevadores; R\$ 3,5 milhões em equipamentos de processamento de dados; R\$ 2,5 milhões investidos em obras em andamento; R\$ 1,2 milhão na aquisição de aparelhos e utensílios domésticos; R\$ 799 mil na aquisição de softwares; R\$ 531 mil na compra de veículos; R\$ 329 gastos com mobiliário em geral. Em atendimento às orientações contidas na Nota 23 do Anexo 1 - ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 21/2015, segue a justificativa para a reinscrição dos saldos dos empenhos relativos a restos a pagar não processados em 31 de dezembro de 2015.

Na análise dos empenhos pelos gestores dos contratos de aquisições e prestação de serviços, a manutenção dos saldos se deve pelos seguintes motivos: vigência do prazo de cumprimento da obrigação assumida pelo credor ou liquidação da despesa em curso ou, ainda, pelo interesse da administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor, conforme dispõe o art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Insta esclarecer que, assim como a reinscrição do saldo de restos a pagar não processados, os cancelamentos dos Restos a Pagar foram procedidos com a devida autorização e de acordo com as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte, amparados pelo Decreto da Presidente da República nº 8.551 de 29 de outubro de 2015.

5.3.1.3 Execução de Restos a Pagar Processados no Exercício 2015

Do total de R\$ 1.537.137,06 inscrito em restos a pagar processados restou pendente de pagamento o valor de R\$ 9.709,93, conforme demonstrado a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 116 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – PENDENTE DE PAGAMENTO

Conta 21881.01.28 - DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES

Posição até 31/12/2015

R\$

PROCESSO	OBJETO	CREDOR	APROPRIAÇÃO			OBSERVAÇÃO
			DATA	DOC	VALOR	
CP. 0323/2012 - H	Execução de reformas diversas e manutenções nos prédios que abrigam as Varas do Trabalho, Fóruns Trabalhistas, Edifícios-Sede e Anexos do TRT.	O.S.V. CONSTRUTORA LTDA - EPP	10/09/2014	NS006334	9.709,93	Retenção referente ao lucro e à Administração Central que deverá ser liberado no término do serviço, (informação por email da Coordenadoria de Projetos e Obras). (NFs. 393). Em 22/12/2015 houve contato telefônico com o Coordenador de Projetos e Obras, que passou uma previsão de 60 dias para o término do serviço.
TOTAL RP PROCESSADO					9.709,93	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

QUADRO 117 - BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/01/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.441.901.284,30	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.101.309.879,35	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	340.591.404,95	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	185.236.887,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	27.439.264,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	127.915.253,95	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.414.967.782,36	-	Transferências Financeiras Concedidas	54.998.378,93	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.408.409.745,38	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	1.408.409.745,38	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.558.036,98	-	Independentes da Execução Orçamentária	54.998.378,93	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.034.298,10	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.287.028,88	-
Demais Transferências Recebidas	261.295,79	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	262.443,09	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	46.711.350,05	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	118.566.143,62	-	Despesas Extraorçamentárias	41.459.962,40	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.504.286,04	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.527.427,13	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	32.635.028,47	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	39.767.050,94	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.484,33	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.484,33	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	84.261.344,78	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.059,21	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
28/01/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	84.110.193,47	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	135.092,10	-			
Saldo do Exercício Anterior	99.613.095,71	-	Saldo para o Exercício Seguinte	94.787.396,06	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.613.095,71	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.787.396,06	-
TOTAL	1.633.147.021,69	-	TOTAL	1.633.147.021,69	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



5.3.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

5.3.2.1 Dos Ingressos

O saldo do exercício anterior transportado para o ano de 2015, registrado na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, foi de R\$ 99,6 milhões, destinado a suportar o total de restos a pagar inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2014.

As transferências financeiras resultantes da execução orçamentária recebidas no exercício financeiro de 2015 contabilizaram R\$ 1.408,4 milhões, para o atendimento da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual, assim constituídas:

- R\$ 1.004,1 milhões mediante sub-repasses;
- R\$ 404,3 milhões sem transferência de recursos, por emissão dos documentos de arrecadação de receitas federais, guia de previdência social e de recolhimento à União, com cota do orçamento do exercício.

Como ingressos independentes de execução orçamentária destaca-se o montante R\$ 6,0 milhões recebido para amparar pagamentos de restos a pagar no ano de 2015.

Os recebimentos extraorçamentários contabilizam, além da receita líquida arrecadada pelo Regional, os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2015 inscritos em restos a pagar processados e não processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 1,5 milhão e R\$ 32,6 milhões, respectivamente.

A receita líquida arrecadada pelo Órgão no exercício financeiro de 2015 somou R\$ 84.110.193,47.

O gráfico seguinte apresenta os valores arrecadados, de acordo com o contabilizado, por tipo de recolhimento:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 38 - ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

A arrecadação derivada dos recolhimentos ao erário, decorrentes de Custas e Emolumentos Judiciais pelo TRT da 15ª Região, contabilizou o total de R\$ 44,9 milhões no exercício financeiro de 2015.

Quanto ao montante de R\$ 35,7 milhões arrecadados em 2015 a título de “Transferências de Convênios”, estes derivaram dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, conforme preconizado nos processos de tomada de contas, TC nº 018.708/2007-4 e TC nº 013.671/2010-3, do Tribunal de Contas da União. Tais recursos são classificados em fonte específica: 81 – Recursos de Convênios, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.

Em 2015 foram arrecadados R\$ 1,3 milhão em taxa de inscrição para concursos realizados pelo TRT da 15ª Região, quais sejam: XXVIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto (R\$ 748 mil) e Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de Cadastro Reserva de Cargos/Áreas/Especialidades de nível superior e médio, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal (R\$ 599 mil).

A receita de R\$ 712,7 mil, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tratam-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50.

A receita total arrecadada por este Regional derivou, também, do recolhimento ao Tesouro Nacional de: taxa sobre consignação em folha de pagamento; multas previstas em contratos/outras; indenizações e restituições aos cofres públicos.

Vale destacar que não houve no exercício de 2015 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.2.2 Dos Dispêndios

Os dispêndios relativos às despesas orçamentárias, valores empenhados no exercício, somaram R\$ 1.441,9 milhões, assim aplicados: R\$ 22,7 milhões em sentenças judiciais; R\$ 1.164,5 milhões em despesas de Pessoal e Encargos Sociais; e R\$ 254,7 milhões em Outras Despesas Correntes e de Capital.

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária foram contabilizados: R\$ 46,7 milhões provenientes, sobretudo, das receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 8,3 milhões relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamento de restos a pagar.

Os dispêndios originários de despesas extraorçamentárias contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2015, total de R\$ 41,3 milhões, a título de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício anterior.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

QUADRO 118 - BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/02/2016

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	98.868.307,38	103.072.080,70	PASSIVO CIRCULANTE	117.122.733,08	114.629.670,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	94.787.396,06	99.613.095,71	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	113.943.710,44	111.132.532,89
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.873.384,64	1.489.594,83
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.305.638,00	2.007.543,27
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.359.154,61	1.084.154,15			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	2.600.128,72	2.319.217,58			
VPDs Pagas Antecipadamente	121.627,99	55.613,26			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	501.334.475,78	451.374.958,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	134.709.663,89	131.856.828,30
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.260.811,66	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	134.709.663,89	131.856.828,30
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.260.811,66	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	251.832.396,97	246.486.499,29
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	348.370.386,19	307.960.540,34
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	41.999.326,92	-
Imobilizado	497.757.853,91	448.805.234,96	Resultados de Exercícios Anteriores	307.960.540,34	307.960.540,34
Bens Móveis	48.162.190,31	49.841.956,47	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.589.481,07	-
Bens Móveis	81.993.286,92	73.591.220,50	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-33.831.096,61	-23.749.264,03	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	348.370.386,19	307.960.540,34
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
25/02/2016

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	449.595.663,60	398.963.278,49			
Bens Imóveis	449.614.339,96	398.991.844,18			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.676,36	-28.565,69			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.315.810,21	2.569.723,97			
Softwares	2.315.810,21	2.569.723,97			
Softwares	5.402.641,43	5.047.653,41			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.086.831,22	-2.477.929,44			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	600.202.783,16	554.447.039,63	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.202.783,16	554.447.039,63

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	94.787.396,06	107.874.373,25	PASSIVO FINANCEIRO	47.106.614,00	129.629.489,46
ATIVO PERMANENTE	505.415.387,10	446.572.666,38	PASSIVO PERMANENTE	246.216.767,38	179.923.185,51
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	306.879.401,78	244.894.364,66

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	43.868.230,42	42.054.412,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	119.588.774,90	107.509.621,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	43.868.230,42	42.054.412,37	Execução dos Atos Potenciais Passivos	119.588.774,90	107.509.621,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.908.091,11	5.709.460,85	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	36.960.139,31	36.344.951,52	Obrigações Contratuais a Executar	119.588.774,90	107.509.621,17
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	43.868.230,42	42.054.412,37	TOTAL	119.588.774,90	107.509.621,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2015 PERIODO Anual

EMISSAO 25/02/2016 PAGINA 3

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	47.680.782,06
Operação de Crédito	-1.058.356,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.739.138,06
TOTAL	47.680.782,06

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



5.3.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

5.3.3.1 Ativo

5.3.3.1.1 Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

O somatório de R\$ 94,8 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos:

- Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento – R\$ 94.652.303,96, que representa 96% do total do Ativo Circulante, contabilizado nas seguintes fontes de recursos:

Fonte 100	R\$ 22.551.155,92
Fonte 127	R\$ 7.186.849,41
Fonte 150	R\$ 1.559.964,26
Fonte 169	R\$ 299.653,70
Fonte 181	R\$ 60.769.044,90
Fonte 188	R\$ 554.551,69
Fonte 350	R\$ 1.730.680,93
Fonte 381	R\$ 403,15

- Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores, R\$ 135.092,10. Os depósitos foram atualizados, data base 17/12/2015, em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.

Do saldo contabilizado na conta Limite de Saque, o montante de R\$ 48.739.138,06 se apresenta como disponível no exercício, ou seja, não comprometido com restos a pagar ou outras outras obrigações, assim constituído:

- Fonte 181, R\$ 47.301.279,58, passível de oferecimento para a solicitação de crédito adicional no exercício seguinte, corresponde ao saldo de dotação proveniente de convênios com Instituições Financeiras não executado, assim originado: R\$ 7.229.262,51 referente ao saldo disponível em 2013; no exercício de 2014 foram observados R\$ 28.969.938,84 relativo a crédito disponível, R\$ 220.291,94 originário de cancelamento de restos a pagar não processados, (R\$ 500.000,00) referente repasse financeiro a menor em relação ao



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

orçamento disponível e (R\$ 608.671,00) decorrente de ajuste financeiro para a fonte 0381; em 2015 o saldo foi de R\$ 11.990.457,29 (montante composto por saldo de crédito não utilizado e bloqueio R\$11.618.830,09 e de cancelamento de Restos a Pagar R\$371.627,20).

- A disponibilidade na fonte 150, receita própria, no total de R\$ 1.437.279,58 decorreu de recursos diretamente arrecadados não comprometidos com a execução orçamentária, passíveis de oferecimento para a solicitação créditos no exercício seguinte.

O valor de R\$ 1,4 milhão especificado como Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreende a contabilização de créditos a receber de responsáveis dano/perda decorrente de Tomada de Contas Especial, atualizado a partir do Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, posição de 22/12/2015, conforme quadro a seguir.

QUADRO 119 - CRÉDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA - TCE

Conta Contábil: 11.341.02.05 - CREDITOS A RECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA – TCE

Posição: Dezembro/2015

Processo Administrativo 0000215-19.2010.5.15.0895 PA

Acórdão nº 10634/2015 – TCU – 2ª Câmara

Data da Sessão: 17/11/2015 – Ordinária

Item 9.2 – Importâncias especificadas, **atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora**, calculados a partir da data original do débito até a sua efetiva quitação.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2010	732.926,59	-	-	-	732.926,59	2010NL400657	21/09/10
2015		Setembro/2010 a 22/Dezembro/2015	22.982,63	437.703,48	1.193.612,70	2015NS011727	22/12/15

Item 9.3 – Aplicação de multa no valor de R\$ 130.000,00, **atualizada monetariamente**, a contar da data do Acórdão até a data do efetivo recolhimento.

Ano Referência	Registro Inicial (R\$)	Período / Data de Referência	Atualização Monetária (R\$)	Juros (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2015	130.000,00	17/Novembro/2015	-	-	130.000,00	2010NS011743	22/12/15
2015		22/Dezembro/2015	1.313,00	-	131.313,00	2010NS011743	22/12/15
Total :	862.926,59		24.295,63	437.703,48	1.324.925,70		

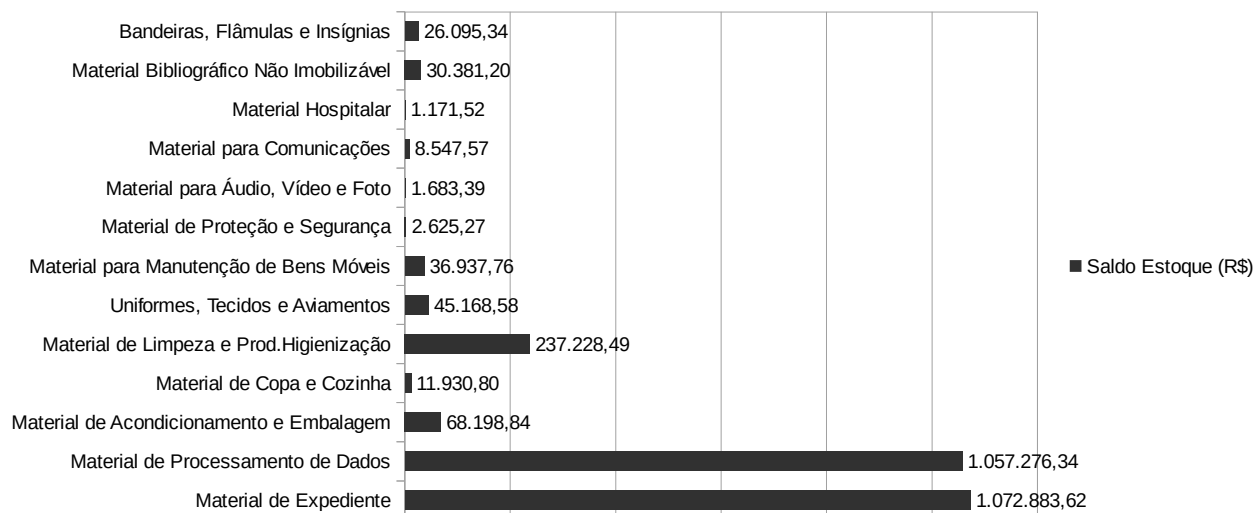
Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. Manual Siafi 021138 – Diversos Responsáveis. Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces> (Data atualização 22/12/2015, 14h09).

A conta Estoques totaliza R\$ 2,6 milhões (2,6% do Ativo Circulante) em itens de material de consumo no almoxarifado, conforme gráfico a seguir.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 39 - ESTOQUES



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.3.1.2 Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis e soma R\$ 501,3 milhões em ativos contabilizados para o Órgão.

O montante de R\$ 1,3 milhão contabilizado como ativo realizável a longo prazo se refere à parcela que cabe a este Regional do aporte, atualizado monetariamente, concedido pelo Tribunal Superior do Trabalho à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras, conforme quadro que segue.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 120 - ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS - FUNPRESP-JUD
Conta Contábil: 12.121.98.26 - ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS
CNPJ: 18.465.825.0001-47 – Fundação de Previdência do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP – JUD
APORTE INICIAL E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

-Aporte concedido pelo TST ao FUNPRESP-JUD a título de adiantamento de contribuições futuras-
(Lei nº 12.618/2012, art. 25)

Ano Referência	Aporte Inicial (R\$)	Período / Mês de Referência	Índice IPCA	Valor Correção (R\$)	Valor Corrigido (R\$)	Documento Contabilização	Data Registro
2013	1.065.288,13	-	-	-	1.065.288,13	2015NL000113	11/09/15
2014		Nov/2013 a Dez/2014	0,0796645	84.865,65	1.150.153,78	2015NL000113	11/09/15
2015		Jan a Abr/2015	0,0456498	52.504,29	1.202.658,07	2015NL000114	11/09/15
2015		Mai/2015	0,7400000	8.899,67	1.211.557,74	2015NL000114	11/09/15
2015		Junho/2015	0,7900000	9.571,30	1.221.129,04	2015NL000114	11/09/15
2015		Julho/2015	0,6200000	7.571,00	1.228.700,04	2015NL000115	11/09/15
2015		Agosto/2015	0,2200000	2.703,14	1.231.403,18	2015NL000116	14/09/15
2015		Setembro/2015	0,5400000	6.649,58	1.238.052,76	2015NL000168	30/09/15
2015		Outubro/2015	0,8200000	10.152,03	1.248.204,79	2015NL000177	30/10/15
2015		Novembro/2015	1,0100000	12.606,87	1.260.811,66	2015NL000268	09/12/15

Fontes:

Protocolo de Compromisso, de 18 de junho de 2015, que a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (FUNPRESP-JUD) apresenta ao Supremo Tribunal Federal (STF) para formalizar o critério de atualização, o prazo e a natureza da compensação do aporte inicial realizado a título de Contribuições Futuras, nos termos do art. 25 da Lei 12.618, de 30 de abril de 2012.

Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 21/2015, de 31 de agosto de 2015. A Presidência do CSJT comunica o valor, atualizado monetariamente até o mês de abril de 2015, distribuído a esta Corte referente ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho em 2013, a título de adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD, bem como, determina que o montante deverá ser registrado e atualizado pela área contábil, conforme orientações técnicas contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015.

Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015, que orienta os Tribunais Regionais do Trabalho quanto a contabilização do adiantamento de contribuições futuras para a FUNPRESP-JUD. Planilha Anexa à Mensagem com os valores corrigidos monetariamente até o mês de Junho/2015.

Valor do IPCA: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201511_1.shtm

Notas:

- 1) Valor principal, R\$1.065.288,13: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).
- 2) Valor da correção até 2014, R\$84.865,65: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 23711.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores (Evento 58.0.070).
- 3) Valor da correção do exercício corrente: contabilizado nas contas 12121.98.26 - Adiantamento de Contribuições Futuras - FUNPRESP e 44391.01.00 - Outras Variações Monetárias (Evento 54.0.020).
- 4) O "Valor Correção" relativo a junho/2015 foi arredondado para R\$ 9.571,30 (subtraído 0,01), para que o valor total contabilizado coincida com o valor transferido pelo TST, corrigido até junho/2015, informado na planilha anexa à Mensagem CFIN/CSJT nº 040/2015, de 04 de setembro de 2015 do CSJT.

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade e concentra 99% do total registrado em Ativos Não Circulantes e 83% do Ativo Total pertencente ao TRT da 15ª Região.

O montante de R\$ 497,7 milhões em Imobilizado do Órgão está assim constituído:

- a) R\$ 48,2 milhões - Bens Móveis (estocados e distribuídos, deduzidas as depreciações acumuladas).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 121 - IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS

CONTA 12311.00.00 BENS MOVEIS					Em R\$
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	
12311.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	95.286,50	25269,4	70.017,10	
12311.01.02	APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICAÇÃO	523.904,60	225873,96	298.030,64	
12311.01.03	EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONT., LABOR. E HOSP.	193.327,99	46762,6	146.565,39	
12311.01.05	EQUIP. PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	1.702.833,08	416758,72	1.286.074,36	
12311.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.996,71	691,82	6.304,89	
12311.01.07	MÁQUINAS E EQUIP. ENERGÉTICOS	707.608,69	296472,05	411.136,64	
12311.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	1.909,67	892,21	1.017,46	
12311.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	6.007,31	3266,94	2.740,37	
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P/ AUTOMÓVEIS	34.424,26	9960,22	24.464,04	
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	35.902,71	8576,68	27.326,03	
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	204.919,12	77376,09	127.543,03	
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	43.406.255,98	21825943,49	21.580.312,49	
12311.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	7.123.481,71	2005715,34	5.117.766,37	
12311.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	542.422,32	248322,09	294.100,23	
12311.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	18.920.754,96	6974295,42	11.946.459,54	
12311.04.05	EQUIPAMENTO PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.605.421,16	407006,17	1.198.414,99	
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS P/ EXPOSIÇÃO	38.396,11	0,00	38.396,11	
12311.05.01	VEÍCULOS DIVERSOS	107.733,19	34024,67	73.708,52	
12311.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	5.186.243,24	1210625,81	3.975.617,43	
12311.08.01	ESTOQUE INTERNO	1.236.386,18	0,00	1.236.386,18	
12311.99.01	BENS MOVEIS A ALIENAR	465,10	0	465,10	
12311.99.07	BENS NÃO LOCALIZADOS	1.440,44	0,00	1.440,44	
12311.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	35.414,38	13262,93	22.151,45	
12311.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	275.751,51	0,00	275.751,51	
		81.993.286,92	33.831.096,61	48.162.190,31	

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir apresenta em ordem decrescente os grupos de bens móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo para análise gerencial de futuros investimentos.

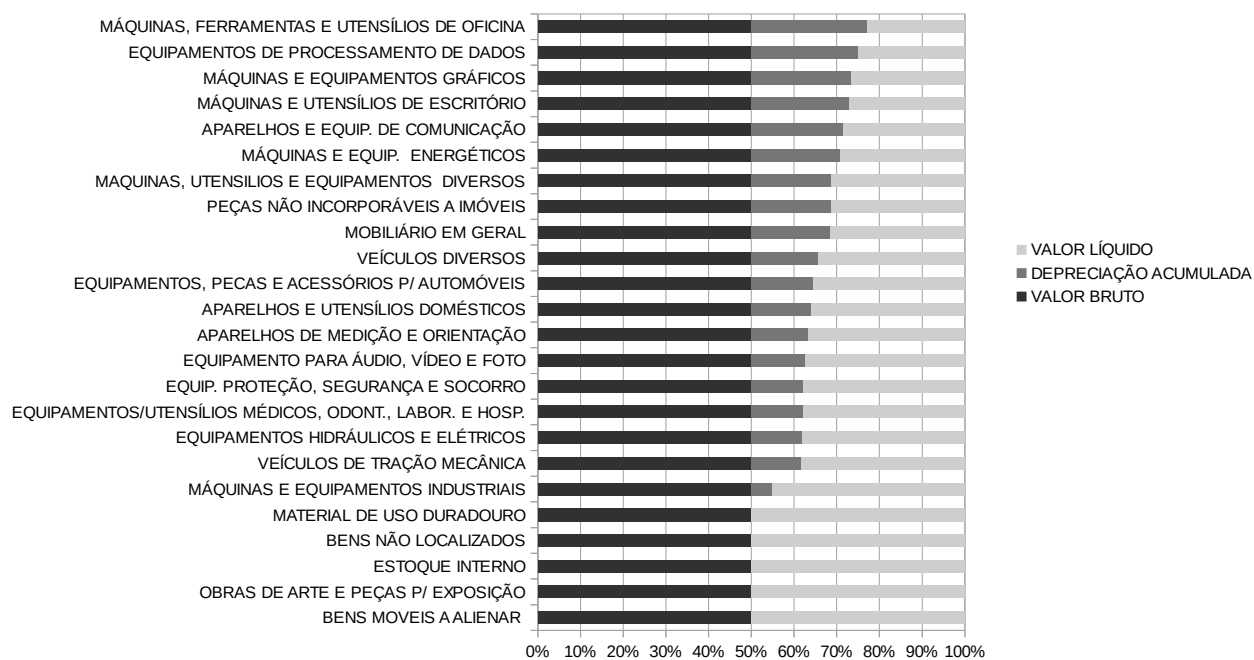


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 40 - BENS MÓVEIS – MAIOR DEPRECIÇÃO

BENS MÓVEIS

VALOR BRUTO / DEPRECIÇÃO ACUMULADA / VALOR LÍQUIDO



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

b) R\$ 449,6 milhões – Bens Imóveis (destinados à utilização deste Regional, incluídos os valores contabilizados das obras em andamento e instalações, deduzida a depreciação acumulada). Segue demonstrado o total bruto contabilizado em 31 de dezembro de 2015, R\$ 449,6 milhões, por conta contábil e localidade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 122 - IMOBILIZADO – BENS IMÓVEIS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
01	6219.00010.500-3	Bauru (cessão recíproca com município)	298.633,42
02	6249.00016.500-8	Botucatu	1.466.913,32
03	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	3.527.650,78
04	6291.00284.500-7	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	83.045.765,27
05	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	162.082.380,29
06	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	99.489.612,69
07	6369.00011.500-1	Cruzeiro	2.593.333,20
08	6597.00002.500-0	Jales	777.261,72
09	6607.00002.500-1	Jaú	1.519.179,29
10	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	2.467.485,39
11	6687.00002.500-0	Matão	848.319,79
12	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	4.293.359,63
13	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	1.175.002,74
14	6875.00017.500-0	Piracicaba	4.254.306,40
15	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	9.250.642,42
16	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	4.275.196,10
17	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	11.887.251,69
18	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	5.194.135,54
19	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	1.152.008,11
20	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	10.522.736,65
21	7099.00518.500-7	São José dos Campos (Arquivo-Av.Anchieta)	1.292.265,94
22	7099.00520.500-7	São José dos Campos	12.881.592,30
23	7145.00223.500-0	Sorocaba	5.315.524,23
24	7245.00003.500-0	Votuporanga	655.980,18
			430.266.537,09

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
01	6209.00029.500-0	Barretos	77.790,89
02	6221.00005.500-8	Bebedouro	117.097,47
03	6229.00006.500-9	Birigui	77.342,34
04	6229.00014.500-2	Birigui	22.387,95
05	6291.02779.500-3	Campinas (Bairro Taquaral)	11.517.321,00
06	6305.00006.500-8	Capão Bonito	48.163,88
07	6323.00047.500-0	Catanduva	91.726,48
08	6411.00005.500-3	Fernandópolis	26.529,03
09	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	900.589,22
10	6547.00007.500-1	Itapetininga	168.312,41
11	6555.00007.500-2	Itápolis	12.754,63
12	6583.00009.500-9	Ituverava	11.339,87
13	6587.00009.500-1	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	141.136,57
14	6643.00026.500-9	Lins	66.544,26
15	6687.00007.500-7	Matão	52.400,00
16	6681.00026.500-1	Marília	153.770,36
17	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	118.227,42
18	7079.00015.500-7	São Carlos	202.924,25
19	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	32.482,49
20	7181.00006.500-6	Tatuí	261.982,08
21	7183.00030.500-3	Taubaté	2.127.178,19
22	7245.00040.500-1	Votuporanga	511.843,20
			16.739.843,99



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.00 - BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
01	IM1511627	Construção da VT Itapetininga	114.000,00
02	IM1511628	Construção ED. Sede da VT Votuporanga	10.394,76
			124.394,76

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
	IM1511699	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro - Restos a Pagar não Processados em Liquidação	626.582,62
01	IM1511626	Construção da VT de Barretos	1.491.068,60
			2.117.651,22

Notas Explicativas: IM1511699 - OBRAS ANDAMENTO(RESTOS A PAGAR EM LIQUIDAÇÃO)-VT RIO CLARO - Contrato rescindido, sub judice. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.07.00 - INSTALAÇÕES

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Valor Atual
02	IM1511630	Modernização Tecnológica das Instalações de Elevadores - Ed.Sede Judicial	365.912,90
			365.912,90

Situação em 31 de dezembro de 2015.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O ativo Intangível contempla os investimentos em software. Os totais contabilizados são: valor bruto de R\$ 5,4 milhões, amortização acumulada de R\$ 3,1 milhões, restando valor líquido de R\$ 2,3 milhões.

Os critérios adotados para a avaliação, atualização, depreciação e amortização do imobilizado constam em item específico do presente relatório (5.1).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 123 - SOFTWARES

CONTA CONTABIL : 124110000 – SOFTWARES CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
IS1511602 SOFTWARE - PROJETO DIRF INFORMES - TRT 15	12.600,00
IS1511603 SOFTWARE -PROJETO PROCESSO DE AQUISICAO-TRT15	728.850,73
IS1511604 SOFTWARE-RELATORIO MENSAL DE ATIVIDADES-TRT15	15.346,15
IS1511605 SOFTWARE CITRIX XENAPP 5.0 - TRT 15	202.400,00
IS1511606 WINDOWS 2008 TERMINAL SERVICE CLIENT ACCESS	134.400,00
IS1511607 WINDOWS 2008 CLIENT ACCESS - TRT 15	14.080,00
IS1511608 WINDOWS 2008 SERVER - TRT 15	67.253,32
IS1511609 SOFTWARE VOLARE - TRT 15	1.290,00
IS1511610 SOFTWARE SIABI - TRT 15	18.520,00
IS1511611 SOLUCAO GO-GLOBAL FOR WINDOWS FULL - TRT 15	119.742,00
IS1511612 SOFTWARE ADOBE INDESIGN - TRT 15.A REGIAO	35.100,00
IS1511613 SOFTWARE VIRTUAL VISION 6.0-VT M.GUACU-TRT 15	1.800,00
IS1511614 SOFTWARE PROJURIS 7 PROFISSIONAL - TRT 15	1.510,00
IS1511615 SOFTWARE ENTERPRISE ARCHITECT CORPORATE EDITI	7.890,12
IS1511616 PLATAFORMA LIFERAY ENTERPRISE EDITION-TRT15A.	401.000,00
IS1511617 SOFTWARE VIRTUAL 6.0 - VT TATUI - TRT 15	1.800,00
IS1511618 SOFTWARE AUTO POWER (ELETRICA) - TRT 15ª	1.128,00
IS1511619 SOFTWARE - CHRONOS WEB VERSÃO 3 - TRT 15A	251.662,65
IS1511620 SOFTWARE-SISTEMA MATERIAL E PATRIMONIO-TRT15A	226.362,58
IS1511621 SOFTWARE - PRECATORIOS - TRT 15A	96.037,26
IS1511622 SOFTWARE ADOBE CREATIVE SUITE 5.5 DESIGN STAN	16.620,00
IS1511623 SOFTWARE AUTOCAD - TRT 15ª REGIAO	89.919,50
IS1511624 SOFTWARE VMWARE - TRT 15ª REGIAO	852.409,90
IS1511625 SOFTWARE COREL DRAW - TRT15ª	9.600,00
IS1511626 SOFTWARE SOMA FULL - TRT 15ª REGIAO	1.080,00
IS1511627 SOFTWARE - PROJETO SAUDE - REQUERIMENTOS	119.463,75
IS1511628 MAR12-SOLUCAO DE PREVENCAO DE INTRUSAO-IPS.	60.000,00
IS1511629 SOFTWARE JAWS PRO VERSAO 13 - TRT15	4.500,00
IS1511630 SOFTWARE HP INTELLIGENT MANAGEMENT CENTER STD	80.697,99
IS1511631 SOFTWARE AUTOPOWER 2012 - TRT 15A. REGIAO	2.000,00
IS1511632 SOFTWARE VOLARE TRT 15ª REGIÃO	5.942,00
IS1511633 SOFTWARE SOLUCAO CLUSTER FAIVOLER DE FIREWALL	26.628,43
IS1511634 MODULO DE INDEXACAO PARA SOFTWARE E2DOC	8.000,00
IS1511636 SOFTWARE OFFICE 2010 HOME & BUSINESS	3.213,00
IS1511637 AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM	118.630,00
IS1511638 PROOFPOINT SECURITY GATEWAY	40.420,00
IS1511639 SOFTWARE - PROJETO TRANSPORTES	26.871,25
IS1511640 SOFTWARE - PROJETO ARTEMIS	39.000,00
IS1511641 SOFTWARE PACOTE MS OFFICE 2010 E 2013	2.628,00
IS1511642 SOFTWARE ARTICULATE	3.342,00
IS1511648 QUICK - AJUSTES CHRONOS 2	11.287,50
IS1511649 QUICK - AUDITORIA FONTES	49.450,00
IS1511650 QUICK - CALCULO DE PROGRESSAO RETROATIVA	40.312,50
IS1511652 QUICK - CHRONOS 3	160.712,50
IS1511653 QUICK - CHRONOS J	14.448,00
IS1511654 QUICK - DIGITALIZACAO PROC. ADMINISTRATIVOS	93.353,00
IS1511655 QUICK - FOLHA DE PAGAMENTO - AUDITORIA	38.480,00
IS1511656 QUICK - FOLHA DE PAGAMENTO - CONSISTENCIAS	29.081,25
IS1511661 QUICK - FOLHA MANUTENCAO GFIP	52.675,00
IS1511662 QUICK - FOLHA MELHORIAS NA CARGA	122.227,50
IS1511663 QUICK - GERACAO DE ARQUIVO DE CREDITO	44.612,50
IS1511664 QUICK - IMPORTACAO DE DADOS PARA DOF	107.500,00
IS1511665 QUICK - LIBERACAO DE DADOS FENIX - CHRONOS	15.050,00
IS1511666 QUICK - MELHORIAS CHRONOS 2	25.800,00
IS1511667 QUICK - MELHORIAS ROTINAS FOLHA DE PAGAMENTO	33.325,00
IS1511669 QUICK - PROGRAMA AVALIACAO DESEMPENHO 2	60.737,50
IS1511672 QUICK - SISTEMA DA CORREGEDORIA	95.175,00
IS1511673 DESENVOLVIMENTO SOFTWARE TREINAMENTO TRT15	150.000,00
IS1511674 SOFTWARE AUTOPOWER 2014 DRAFT	490,00
IS1511675 SOFTWARE AUTOHIDRO 2014	490,00
IS1511676 LICENCA FILTRO DE CONTEUDO WEB MCFEE- CLUSTER	103.941,25
IS1511677 EXPANSÃO DE LICENCIAMENTO	270.909,36
IS1511678 PRODUÇÃO DE CENARIOS VIRTUAIS - TRT 15ª	5.995,00
IS1511679 PACOTE SONY VEGAS	26.849,94
TOTAL DA CONTA :	5.402.641,43

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.3.2 Passivo

5.3.3.2.1 Passivo Circulante

Compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 117,1 milhões.

Do total contabilizado, R\$ 113,9 milhões se referem a obrigações trabalhistas e representam 97% do passivo circulante.

- R\$ 95,9 milhões relativos a reconhecimento de passivos, as despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustadas no decorrer do exercício de 2015, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, conforme quadro a seguir.

QUADRO 124 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – PESSOAL/ ENCARGOS SOCIAIS

Conta 21.141.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (ISF:P)

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Processo 0000100-22.2015.5.15.0895 PA – Plano de Carreira: Promoção/Progressão Funcional/enquadramento Art.22.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15º e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno Parcial Memo CPAG/SPS 035/2014. Baixa conf. Memo CPAG/SSORP 023/2015.	31/03/2014 11/11/2014 07/07/2015	2014NL400197 2014NL400769 2015NL000058	168.045,69	0,00	168.045,69	0,00
PAE 98-99 (Proc. 31700-18-2002.5.15.0895) Atualizado até junho/15	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15º e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	31/03/2014 30/11/2015	2014NL400197 2015NS010985	570.550,08	308.665,75	0,00	879.215,83
URV	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15º e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	31/03/2014 30/11/2015	2014NL400197 2015NS010987	714.945,99	1.573.302,80	0,00	2.288.248,79
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Termo de Reconhecimento de Dívida de 07/11/2014 – fl. 47 e informação fl. 46. Baixa conf. Informações CPAG/SSORP nºs 108/2015; 131/2015 e 209/2015. Baixa conf.Informação CPAG/SSORP nº 1200/2015.	14/11/2014; 27/04/2015; 11/05/2015; 27/11/2015	2014NL400774; *2015NE001643/ 2015NL000006 / 2015NL000194	211.130,68	0,00	206.595,44	4.535,24
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895) e PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Atualizados até novembro 2015.	Informação CPAG/SSORP nº 844/2014. Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, fl.24. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord.Pagamento.	30/12/2014; 27/02/2015; 30/11/2015	2014NL400934; 2015NS002294; 2015NS010991	867.649,92	137.706,96	0,00	1.005.356,88
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	Informação CPAG/SSORP nº 705/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.	23/07/2015	2015NS006810 2015NS007218	0,00	3.928,58	0,00	3.928,58
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço(Henrique Chiossi Rodrigues)	Informação CPAG/SPS nº 1013/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/09/2015.	30/09/2015	2015NS009097	0,00	5.353,32	0,00	5.353,32
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Informação CPAG/SPS nº 587/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/09/2015.	30/09/2015	2015NS009118	0,00	8.516,98	0,00	8.516,98
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglioni)	Informação CPAG/SPS nº 543/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	30/09/2015	2015NS009301	0,00	2.043,46	0,00	2.043,46
SALDO DA CONTA 21.141.98.00 – OUTROS ENCARGOS SOCIAIS (ISF:P)				2.532.322,36	2.039.517,85	374.641,13	4.197.199,08
FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Processo 0000506-77.2014.5.15.0895 PA - Pagamento de Diferenças – Auxílio Natalidade	Informação CPAG/SSORP nº 620/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl.08. Baixa de valor conforme Memo 0047/20150CPAG/SSORP.	27/01/2015 25/11/2015	2015NS000923 2015NS010784	0,00	689,93	689,93	0,00
SALDO DA CONTA 21.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) (ISF:P)				0,00	689,93	689,93	0,00

PESSOAL: Nova Conta: 21.111.04.00 (Antiga conta 21.111.01.01 - PESSOAL A PAGAR – Salários, Remunerações e Benefícios (ISF: P))

FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
Diferença de Adicional de Férias e Indenizações	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	381.296,21	0,00	0,00	381.296,21
Diferença de Gratificações (FC/C.J.)	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	76.856,04	0,00	0,00	76.856,04
Diferença de Proventos/Pensões.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014.	360.548,16	0,00	0,00	360.548,16
Diferença de Remuneração – Vencimento, GAJ.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno parcial conf. Memo. CPAG/SPS nº 041/2014, 13/11/14. Baixa Memo CPAG/SPS 049/2014. Baixa Memo CPAG/SPS nº 051/2015.	1.160.200,00	0,00	1.160.200,00	0,00
Férias Indenizadas de Magistrados	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno valor Inativos, conf. Memo. CPAG/SPM nº 030/2014, 21/10/14.	12.844.814,75	0,00	0,00	12.844.814,75
Recesso (Proc 121-22.2013). Adicional por Serviço Extraordinário	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Memo CPAG/SPM 040/2015.	8.774,34	0,00	0,00	8.774,34
Processo 0000100-22.2015.5.15.0895 PA – Plano de Carreira: Promoção/Progressão Funcional/enquadramento Art.22.	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Estorno Parcial Memo CPAG/SPS 039/2014. Baixa conf. Memo CPAG/SSORP 023/2015.	994.322,23	0,00	994.322,23	0,00
PAE 98-99 (Proc. 31700-18-2002.5.15.0895) Atualizado até junho/15	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord. Pagamento.	22.097.662,03	0,00	3.624.389,77	18.473.272,26
URV	Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Passos do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord. Pagamento.	26.849.066,91	1.043.501,15	0,00	27.892.568,06
Processo 0000330-98.2014.5.15.0895 PA - Diferenças retroativas decorrentes da Vantagem Pecuniária Individual (VPI)	Termo de Reconhecimento de Dívida de 07/11/2014 – fl. 47. Baixa conf. informações CPAG/SSORP nºs 108/2015, 131/2015 e 209/2015. Baixa conf. informações CPAG/SSORP nº 1200/2015.	1.888.810,23	0,00	1.857.921,39	30.888,84
Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA - Juros moratórios incidentes sobre férias indenizadas intempetivamente	Termo de Reconhecimento de Dívida de 15/10/2014 – fl. 36. Baixa em razão de pagamento. Baixa ref. Memo CPAG/SPM 002/15.	69.359,52	0,00	4.463,33	64.896,19
Processo 0000508-47.2014.5.15.0895 PA - Gratificação Adicional por Tempo de Serviço	Informação CPAG/SSORP nº 621/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl. 11. Baixa em razão de pagamento, conf. Memo. 0016/2015-CPAG/SPIP	0,00	50.160,86	50.160,86	0,00
Processo 0000527-53.2014.5.15.0895 PA - Reposição de Faltas	Informação CPAG/SSORP nº 629/2014 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl. 26. Baixa conforme Memo 0052/2015-CPAG/SSORP.	0,00	264,69	264,69	0,00
PAE 94-97 (Proc. 00772-97.2008.5.15.0895 / Proc. 00778-13.2010.5.15.0895) e PAE Escalonamento 5% (Proc. 00722-38.2014.5.15.0895 PA) - Atualizados até novembro 2015.	Informação CPAG/SSORP nº 844/2014. Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, fl. 24. Em 08/01/2015 retificação Ordenador fl. 27. Estorno da baixa passivo. Ajuste de atualização e IG passivos conforme tabela Coord. Pagamento.	22.784.420,45	4.657.486,23	0,00	27.441.906,68
Memorando nº 043/2014 – CDP-SCS – Auxílio Alimentação a Magistrados. Proc. 0000676-49.2014.5.15.0895 PA	Termo de Reconhecimento de Dívida de 19/12/2014. Baixa conf. Memorando CDP/SE PA 021/2015.	7.149.717,93	0,00	7.149.717,93	0,00
Memorando nº 043/2014 – CDP-SCS e Processo 0000246-97.2014.5.15.0895 PA – Gratificação por Encargo de Cursos Servidores.	Termo de Reconhecimento de Dívida de 19/12/2014. Baixa conf. Memorando 0053/2015-CPAG/SSORP	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00
Protocolo Administrativo nº 10775/2014 – DGE (Miriam de Oliveira Lazzari) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 160/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	44.330,80	0,00	44.330,80
Protocolo Administrativo nº 14830/2014 – DGE (Maria N.M.S.Centivilli) – Licença Prêmio Indenizada	Informação CPAG/SSORP nº 156/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015. Alteração IG M em 0058/2015-CPAG/SPS.	0,00	139.961,51	0,00	139.961,51

Protocolo Administrativo nº 18621/2014 – DGE (Márcia Regina S.Zampollo) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 161/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	14.902,72	0,00	14.902,72
Protocolo Administrativo nº 18643/2014 – DGE (Edson Fernandes de Freitas) – Abono de Permanência	Informação CPAG/SSORP nº 162/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015.	0,00	75.886,19	0,00	75.886,19
Protocolo Administrativo nº 660/2015 – DGE (Solange Ribeiro Sene) – Licença Prêmio Indenizada	Informação CPAG/SSORP nº 157/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 23/03/2015. Alteração IG Memo 0058/2015-CPAG/SPS.	0,00	19.675,89	0,00	19.675,89
Processo 0000146-11.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Informações CPAG/SPPSVE nº 149/2015 e 212/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/03/2015. Baixa parcial conf. Memo CPAG/SPPSVE 031/2015. Memo 0038/2015-CPAG/SPPSVE	0,00	1.182.838,70	39.729,52	1.143.109,18
Processo 0000175-61.2015.5.15.0895 PA - Pagamento de Passivo do Auxílio-Alimentação de Magistrados (Elaine P.da Silva e Fany Fajerstein)	Informação nº 045/2015 – SEPA/CDP e Termo de Reconhecimento de Dívida de 27/03/2015. Baixa conf. Memorando CDP/SEPA nº 020/2015.	0,00	11.255,53	11.255,53	0,00
Processo 0000664-35.2014.5.15.0895 PA - Ajuda de Custo (Aline Bielawski)	Informação CPAG/SSORP nº 242/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida, fl.87. Memo 0045/2013-CPAG	0,00	6.805,52	6.805,52	0,00
Processo 0000458-49.2013.5.15.0897 PA - Pagamento de Férias (Dr.Afrânio Flora Pinto)	Informação CPAG/SPM nº 703/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 14/07/2015 – fl.110.	0,00	16.208,08	0,00	16.208,08
Protocolo nº 451/2015 - PAE – Adicional de Tempo de Serviço (Helio Vasconcellos Batista)	Informação CPAG/SSORP nº 705/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015.	0,00	18.595,15	0,00	18.595,15
Protocolo Administrativo nº 11596/2014 - DGE – Abono de Permanência (Ione Matildes do Nascimento Gomes)	Informação CPAG/SSORP nº 685/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 21/07/2015.	0,00	25.733,50	0,00	25.733,50
Processo 0018400-13.2007.5.15.0895 PA - Diferenças de Adicional por Tempo de Serviço – Magistrados	Informação CPAG/SPM nº 694/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/07/2015. Baixa conf. Memo CPAG/SPM 033/2015.	0,00	44.631,90	42.513,81	2.118,09
Protocolo Administrativo nº 10638/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rosângela Ponce)	Informação CPAG/SPS nº 890/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 17/08/2015.	0,00	9.413,46	0,00	9.413,46
Protocolo Administrativo nº 001142/2015 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Henrique Chiosi Rodrigues)	Informação CPAG/SPS nº 1013/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 22/09/2015.	0,00	24.874,67	0,00	24.874,67
Processo 0000042-19.2015.5.15.0895 PA - Pedido de Concessão de Indenização de Férias e Plantão Judiciário (Deise Ribas Ortigosa Leite).	Informação CPAG/SPS nº 587/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 24/09/2015.	0,00	68.264,85	0,00	68.264,85
Processo 0020700-84.2003.5.15.0895 PA - Correção Monetária e Juros de Mora sobre Diferenças da Vantagem do Art.193 (Rosa Maria Costa Delfino).	Informação CPAG/SPIP nº 941/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	89.828,23	0,00	89.828,23
Protocolo Administrativo nº 12599/2015 - DGE – Abono de Permanência (Ivana Alves do Carmo)	Informação CPAG/SSORP nº 1017/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	15.659,64	0,00	15.659,64
Protocolo nº 1159/2014 - PAE – Gratificação Adicional por Tempo de Serviço (Sandra Regina Moraes Camargo Baccaglini)	Informação CPAG/SPS nº 543/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 30/09/2015.	0,00	10.023,47	0,00	10.023,47
Protocolo Administrativo nº 2431/2015 - DGE – Abono de Permanência (Rossana Caffé Benatti)	Informação CPAG/SPS nº 438/2015 e Memo CPAG/SPS nº 034/2015 de 7/10/2015; Termo de Reconhecimento de Dívida em 12/06/2015.	0,00	10.807,86	0,00	10.807,86
Protocolo Administrativo nº 03395/2015 – DGE (Ana Maria de Andrade Malara) – Licença Prêmio	Informação CPAG/SPS nº 385/2015 e Memo CPAG/SPS nº 035/2015 de 8/10/2015; Termo de Reconhecimento de Dívida de 17/06/2015. Alteração IG Memo 0058/2015-CPAG/SPS.	0,00	48.072,64	0,00	48.072,64
Protocolo Administrativo nº 0002414/2013 - DGE – Abono de Permanência (Marlene Dias Mazironi)	Informação CPAG/SSORP nº 1095/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida em 4/11/2015.	0,00	28.015,46	0,00	28.015,46
Processo 0000559-24.2015.5.15.0895 PA - Reembolso Despesas Remuneração e Encargos a Órgãos ou Entidades Cedentes	Informações CPAG/SPPSVE nº 1040/2015 e Termo de Reconhecimento de Dívida de 11/11/2015.	0,00	2.329.029,10	0,00	2.329.029,10
SALDO DA CONTA 21.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (CP) (ISF:P)		97.010.698,32	9.986.225,78	15.306.596,10	91.690.328,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- R\$ 15,3 milhões, registro contábil de precatórios judiciais trabalhistas incluídos na proposta orçamentária 2016.
- R\$ 2,4 milhões concernentes a restos a pagar não processados em liquidação inscritos em 2015, destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais de exercícios anteriores.
- R\$ 279,9 mil, saldo de provisão registrada em 2015 para o pagamento de 1/3 sobre as férias não gozadas. O saldo da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P) é gerado pelo registro mensal da provisão de 1/3 de férias dos valores encaminhados pela Coordenadoria de Pagamento/Secretaria de Gestão de Pessoas, mediante arquivo, com base na remuneração mensal dos Servidores e Magistrados. Em 2015, neste Regional, houve mudança de critério na contabilização da baixa da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P), nos termos da Mensagem CFIN/CSJT nº 050/2015, a qual orienta que “2.3 - O saldo do adiantamento é baixado no mês de dezembro em contrapartida da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P)” e “2.4 - Quanto às férias relativas aos exercícios passados, seguindo orientação da STN, até que as rotinas sejam aprimoradas, serão pagas pelo mesmo procedimento descrito no item 2.2 e baixadas conforme o 2.3.”. Entre os exercícios de 2012 a 2014, visando atender a Mensagem Siafi 2012/2010394 de 20/12/2012, emitida pela CFIN/CSJT, a baixa anual era realizada com base nos valores constantes de arquivos gerados a partir de sistema de cadastro de funcionários, considerados as fruções e os desligamentos no exercício, permanecendo saldo provisionado na referida conta. Para adequação ao novo critério foi registrado o ajuste de exercícios anteriores, motivado pela mudança de critério contábil, mediante a baixa do saldo de 2014 transferido para 2015, montante de R\$20.882.885,81.

O total registrado como obrigações a fornecedores e contas a pagar soma R\$ 1,9 milhão, sendo R\$ 1,2 milhão relativos, predominantemente, a contratos de despesas de locação de imóveis, liquidados na competência de dezembro 2015 com vencimento em janeiro de 2016; e R\$ 626,6 mil comprometidos com restos a pagar não processados em liquidação de exercícios anteriores, conforme apresentado a seguir.

QUADRO 125 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO

63.120.00.00 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO

Posição em: DEZEMBRO/2015

em R\$

EMPENHO	CNPJ	CREDOR	CLASSIF.	PROCESSO	MOVIMENTAÇÕES			OBJETO	JUSTIFICATIVA
					DOCUMENTO	DATA	VALOR		
2012NE000829	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	2.268,55	Obras- Construção VT Rio Claro	Contrato rescindido. Alguns serviços foram executados, mas não foram apresentadas as faturas pela empresa (ocaso está sub judice). (email de 30/06/14 – Coordenadoria de Contratos).
2012NE002088	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	552.203,63	Obras- Construção VT Rio Claro	
2012NE002412	52220894/0001-29	ESTETO ENGENHARIA E COMÉRCIO LIMITADA	4490.51.91	PA. 524-40.2010	2014NL400387	30/06/2014	72.110,44	Obras- Construção VT Rio Claro	
TOTAL							626.582,62		

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

As demais obrigações a curto prazo, R\$ 1,3 milhão, estão compostas pelas consignações retidas sobre os pagamentos a credores, multas sobre fornecedores, depósitos e cauções recebidos, fatura de cartão corporativo a pagar, valores diferidos.

5.3.3.2.2 Passivo Não Circulante

Compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis e totalizou R\$ 134,7 milhões.

Do total registrado, R\$ 131,9 milhões se referem a reconhecimento de passivos. As despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustadas no decorrer do exercício de 2015 por atualização, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região, conforme quadro a seguir.

QUADRO 126 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS – DESPESAS DE PESSOAL/ ENCARGOS SOCIAIS

PESSOAL LP: Nova Conta: 22.111.04.00 (Antiga Conta 22.111.01.00 - PESSOAL A PAGAR (Passivo Não Circulante))							
FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
VPNI	(Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012 e Acórdão TCU nº 1485/2012). Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Acerto entre contas do valor do Encargos, conf. Mensagem Siafi 201	31/03/2014 15/12/2015	2014N1400197 2015N1400282	131.856.828,30	0,00	12.573.443,30	119.283.385,00
SALDO DA CONTA 22.111.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar (LP) (ISF:P)				131.856.828,30	0,00	12.573.443,30	119.283.385,00

ENCARGOS LP: Nova Conta: 22.141.98.00 (Antiga Conta 22.111.01.00 - PESSOAL A PAGAR (Passivo Não Circulante))							
FATO GERADOR	EXPEDIENTE PARA INSCRIÇÃO	DATA REGISTRO	DOCTO. SIAFI	SALDO ANO ANTERIOR VALOR RECONHECIDO (R\$)	RECONHECIDO (R\$)	VALOR BAIXA (R\$)	SALDO (R\$)
VPNI	(Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012 e Acórdão TCU nº 1485/2012). Tabela de passivos atualizada até março/2014 pela área de Pessoal do TRT 15ª e encaminhada via mensagem eletrônica em 04/04/2014. Acerto entre contas do valor do Encargos, conf. Mensagem Siafi 20	31/03/2014 15/12/2015	2014N1400197 2015N1400282	0,00	12.573.443,30	0,00	12.573.443,30
SALDO DA CONTA 22.141.98.00 – Outros Encargos Sociais (LP) (ISF:P)				0,00	12.573.443,30	0,00	12.573.443,30

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Foram contabilizados, a título de passivo não circulante, os valores relativos a precatórios federais reconhecidos após o envio da proposta orçamentária de 2016, R\$ 2,8 milhões, informados pela Assessoria de Precatórios, em atendimento ao disposto no Acórdão TCU nº 1.338/2014, inciso XXII, letra “c”, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT nº 061/2015.



5.3.3.3 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O patrimônio líquido do Órgão soma R\$ 348,4 milhões.

O resultado de exercícios anteriores totaliza R\$ 308 milhões e o do exercício 2015 acrescentou R\$ 42 milhões ao montante, verificado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

No exercício de 2015 foram contabilizados, também, ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido do Regional, o qual promoveu uma redução de R\$ 1,6 milhão ao patrimônio, cujo montante segue discriminado por lançamento e motivação.

Mês – janeiro/2015

- AJUSTE RELATIVO À CONTABILIZAÇÃO DA BAIXA DE OBRIGAÇÃO DECORRENTE DO PAGAMENTO EFETUADO NA FLEX-PR. 467/14 – Art. 12 Res. 137/14 CSJT II (2014-12-64), EM 30/12/2014.

Valor – R\$ 4.463,33, conforme informado no Memorando CPAG/SPM Nº 002/2015, de 14/01/2015, fl. 75 do Processo 0000467-74.2014.5.15.0897 PA.

Mês – fevereiro/2015

- AJUSTE PATRIMONIAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA REGULARIZAÇÃO DE BAIXA EQUIVOCADA DE PASSIVOS DE PESSOAL/ENCARGOS SOCIAIS, RELATIVO A DIFERENÇA DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA (PAE) DECORRENTE DO ESCALONAMENTO NO PERCENTUAL DE 5% DA CARREIRA DE MAGISTRATURA.

Valor – (23.652.070,37), indicado pelo Ordenador de Despesas mediante despacho de retificação do Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, emitido em 08/01/2015, fl.27 do Processo 0000722-38.2014-5.15.0895 PA, após o encerramento do Exercício de 2014.

Motivo/Esclarecimento – após o encerramento do Exercício de 2014, com relação a Desincorporação de Passivos, contabilizados em decorrência de insuficiência orçamentária, foi verificada incorreção no Termo de Reconhecimento de Dívida emitido pelo Senhor Ordenador de Despesas de Pessoal no Processo 0000722-38.2014-5.15.0895 PA, fl. 24, no que se refere a autorização de pagamento da dívida por disponibilidade de crédito. Trata-se de passivos relativos a Diferenças da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) Decorrentes do Escalonamento no Percentual de 5% das Carreiras da Magistratura, os quais foram devidamente contabilizados no reconhecimento e na baixa do passivo, conforme documento 2014NL400934 gerado em 30 de dezembro de 2014 no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, em consonância com o teor do Termo emitido pelo Ordenador de Despesas, para a evidenciação dos fatos. Diante da retificação do Termo de Reconhecimento da Dívida, fl. 27 dos autos, em 08 de janeiro de 2015, declarando o Senhor Ordenador que a deliberação do pagamento do passivo foi equivocada e reconhecendo a permanência da mesma por insuficiência de verba, a contabilização da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

referida baixa, no montante de R\$23.652.070,37, restou indevida, determinando o registro de restrição contábil por saldo indevido de passivos, nas contas do Órgão, no mês de Dezembro de 2014, com a indicação de regularização pertinente em 2015, na forma de ajuste patrimonial de exercícios anteriores.

Mês – setembro/2015

- REGISTRO DE CRÉDITOS A RECEBER, NA FORMA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, DO APORTE INICIAL EFETIVADO PELO TST, A TÍTULO DE ADIANTAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS PARA A FUNPRESP-JUD, EM CUMPRIMENTO AO OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.CFIN Nº 21/2015 E CONFORME ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM CFIN/CSJT Nº 040/2015.

Valor – 1.150.153,78, sendo R\$ 1.065.288,13 efetivado em 2013 e R\$ 84.865,65 referente atualização monetária do período de novembro/2013 a dezembro/2014.

Mês – dezembro/2015

- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, DEVIDO A MUDANÇA DE CRITÉRIO NA CONTABILIZAÇÃO DA BAIXA DA CONTA 21.111.01.03 – FÉRIAS A PAGAR (P), NOS TERMOS DA MENSAGEM CFIN/CSJT Nº 050/2015.

Valor – 20.882.885,81, valor referente saldo de 2014 da conta 21.214.02.00 - provisão para férias, transferido para 2015.

Motivo/Esclarecimento - O saldo da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P) é gerado pelo registro mensal da provisão de 1/3 de férias dos valores encaminhados pela Coordenadoria de Pagamento/Secretaria de Gestão de Pessoas, mediante arquivo, com base na remuneração mensal dos Servidores e Magistrados. Em 2015, neste Regional, houve mudança de critério na contabilização da baixa da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P), nos termos da Mensagem CFIN/CSJT nº 050/2015, a qual orienta que “2.3 - O saldo do adiantamento é baixado no mês de dezembro em contrapartida da conta 21111.01.03 – Férias a Pagar (P)” e “2.4 - Quanto às férias relativas aos exercícios passados, seguindo orientação da STN, até que as rotinas sejam aprimoradas, serão pagas pelo mesmo procedimento descrito no item 2.2 e baixadas conforme o 2.3.”. Entre os exercícios de 2012 a 2014, visando atender a Mensagem Siafi 2012/2010394 de 20/12/2012, emitida pela CFIN/CSJT, a baixa anual era realizada com base nos valores constantes de arquivos gerados a partir de sistema de cadastro de funcionários, considerados as fruições e os desligamentos no exercício, permanecendo saldo provisionado na referida conta. Para adequação ao novo critério foi registrado o ajuste de exercícios anteriores, motivado pela mudança de critério contábil, mediante a baixa do saldo de 2014 transferido para 2015, montante de R\$20.882.885,81.

- ATUALIZAÇÃO DA DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE DEZEMBRO DE 2015 DOS BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET.

Valor – 25.086,38, conforme planilha encaminhada pela SPU em 05/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.3.4 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

5.3.3.4.1 Ativo Financeiro

O somatório de R\$ 94,8 milhões dos recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade estão assim constituídos: R\$ 94,6 milhões registrados na conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento e R\$ 135,1 mil em Depósitos e Cauções Recebidos para garantia de contratos firmados com fornecedores. Os depósitos foram atualizados, data base 17/12/2015, em conformidade com a norma de encerramento do exercício e mediante comprovante disponibilizado pela Instituição Financeira.

5.3.3.4.2 Ativo Permanente

O ativo permanente do Órgão somou R\$ 505, 4 milhões, assim composto:

QUADRO 127 - ATIVO PERMANENTE

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
CRED ARECEBER DE RESPONSÁVEIS POR DANO/PERDA-TCE	1.324.925,70
CRED ARECEBER DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	34.228,91
ESTOQUES – ALMOXARIFADO	2.600.128,72
PRÊMIOS DE SEGUROS e ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	121.627,99
ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP	1.260.811,66
BENS MÓVEIS	81.993.286,92
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	447.006.381,08
DEPRECIACÃO ACUMULADA- BENS MÓVEIS	(33.831.096,61)
DEPRECIACÃO ACUMULADA- BENS IMÓVEIS	(18.676,36)
SOFTWARES	5.402.641,43
AMORTIZACÃO ACUMULADA- SOFTWARES	(3.086.831,22)
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	2.242.045,98
INSTALAÇÕES	365.912,90
	505.415.387,10

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.3.4.3 Passivo Financeiro

O total do passivo financeiro soma R\$ 47,1 milhões, assim constituídos:

QUADRO 128 - PASSIVO FINANCEIRO

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
CRÉDITO ALIQUIDAR INSCRITO EM RP NP	30.198.421,52
CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO INSCRITO EM RP NP	2.436.606,95
CRÉDITO LIQUIDADO APAGAR INSCRITO EM RPP	1.504.286,04
RP NÃO PROCESSADOS ALIQUIDAR	11.292.562,89
RP NÃO PROCESSADOS ALIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	626.582,62
RP PROCESSADOS APAGAR	9.709,93
DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS	135.092,10
SAQUE - CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	16.736,96
SUB-REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	886.614,99
	47.106.614,00

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.3.4.4 Passivo Permanente

O total do passivo permanente, R\$ 246,2 milhões, é formado pelos seguintes saldos:

QUADRO 129 - PASSIVO PERMANENTE

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
FERIAS APAGAR	279.859,73
PRECATÓRIOS DE PESSOAL	18.192.552,27
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS APAGAR	210.973.713,00
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	16.770.642,38
	246.216.767,38

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.3.4.5 Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial verificado foi de R\$ 306,9 milhões. A diferença para o patrimônio líquido é de R\$ 41,5 milhões a menor, pois não estão computados os seguintes saldos das contas: R\$ 30,2 milhões relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2015, inscritos em restos a pagar não processados ao final do exercício; e R\$ 11,3 milhões originários do saldo de restos a pagar não processados a liquidar executados no ano de 2015.

O inciso II do art. 35 da Lei 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes estão computados no passivo financeiro, impactando o saldo patrimonial.

5.3.3.5 Quadro das Contas de Compensações

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do Órgão, positivamente ou negativamente, respectivamente.

Os saldos dos atos potenciais em 31 de dezembro de 2015, contemplados no demonstrativo, se referem às garantias recebidas e aos direitos e obrigações contratados, e somam: Ativos, R\$ 43,9 milhões, e Passivos, R\$ 119,6 milhões.

Vale destacar que, quanto ao saldo a executar relativo aos atos potenciais Ativos, o valor apurado nas contas contábeis é de R\$ 8.130.515,42, tendo em vista que a diferença de R\$ 35.737.715,00 se refere a valor já executado concernente a Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras, não considerado no demonstrativo ora analisado.

5.3.3.5.1 Dos Atos Potenciais Ativos

Considerada a nota acima exposta, quanto ao valor total apurado a executar relativo a atos potenciais ativos, o saldo de R\$ 8,1 milhões é composto por:

- R\$ 6,9 milhões relativos à execução de garantias recebidas no país.

QUADRO 130 - EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS

EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
FIANÇAS A EXECUTAR	859.366,42
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	5.913.632,59
CAUÇÃO A EXECUTAR	135.092,10
	6.908.091,11

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

- R\$ 615,2 mil resultantes dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, mediante recolhimento de taxa de ocupação dos imóveis de responsabilidade do Órgão.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 131 - TERMOS DE CESSÃO ONEROSA

CESSÕES ONEROSAS - EM 31/12/15
Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal

Em R\$

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VR CESSÃO	REAJUSTE	ÍNDICE	R\$ ATO POT. AT.	SALDO ATUAL
1	FT Campinas	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	2.114,17	18/05	IPC	52.917,69	40.169,23
2	Piracicaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.151,82	18/05	IPC	28.830,06	21.884,58
3	Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	969,48	18/05	IPC	24.266,09	18.420,12
4	São José do Rio Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	745,39	18/05	IPC	17.858,79	14.162,41
5	São José dos Campos	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	2.671,51	18/05	IPC	66.867,92	50.758,69
6	Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	404,65	18/05	IPC	10.128,39	7.688,35
7	Sede Administrativa	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	502,73	18/05	IPC	12.583,33	9.551,87
8	Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.463,98	18/05	IPC	36.643,43	27.815,62
9	Matão	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	398,22	18/05	IPC	9.967,45	7.566,18
10	Mogi Guaçu	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	554,48	18/05	IPC	13.878,64	10.535,12
11	Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	514,59	07/01	IPC	12.802,14	9.777,21
12	Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	351,05	01/09	IPC	8.047,25	6.757,43
13	Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	350,04	25/04	IGP-M	8.765,09	6.650,76
14	Assis	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	613,79	22/06	IPC	14.217,25	11.662,01
15	Catanduba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	321,75	24/03	IPC	8.088,37	6.113,25
16	Franca	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.603,89	08/10	IPC	40.097,25	30.199,90
17	Limeira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	367,69	01/11	IPC	9.192,25	6.929,71
18	Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	693,02	01/07	IPC	16.031,75	13.167,38
19	Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	339,39	30/04	IGP-M	8.496,74	6.448,41
20	Presidente Prudente	26/06/15 a 30/06/17	02 anos	522,48				9.840,04
21	Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	270,82	06/12	IPC	6.770,50	5.145,58
22	Taubaté	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	526,79	17/12	IGP-M	13.169,75	10.009,01
23	Capivari	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	372,17	11/03	IPC	9.480,81	7.071,23
24	Rio Claro	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	115,70	02/02	IGP-DI	2.910,39	2.314,00
25	Ourinhos	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.056,00	10/12	IPC	26.400,00	20.064,00
SUBTOTAL							458.411,33	360.702,09

Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VR CESSÃO	REAJUSTE	ÍNDICE	R\$ ATO POT. AT.	SALDO ATUAL
1	FT Campinas	11/07/12 a 10/07/17	05 anos	2.093,00	10/07	IPC	48.319,25	39.767,00
2	Jaú	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	205,03	29/06	IPC	4.744,25	3.895,57
3	Piracicaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	742,47	29/06	IPC	17.180,50	14.106,93
4	Ribeirão Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	902,54	29/06	IPC	20.884,50	17.148,26
5	São João da Boa Vista	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	195,67	29/06	IPC	4.527,75	3.717,73
6	São José do Rio Preto	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	521,42	29/06	IPC	12.065,50	9.906,98
7	São José dos Campos	06/07/12 a 05/07/17	05 anos	729,53	06/07	IPC	18.238,25	13.684,37
8	Sede Judiciária	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	1.310,89	29/06	IPC	30.333,50	24.906,91
9	Sorocaba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	438,64	29/06	IPC	10.150,00	8.334,16
10	Americana	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	514,59	07/01	IPC	12.864,75	9.777,21
11	Araçatuba	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	196,65	01/09	IPC	4.916,25	3.682,89
12	Araraquara	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	486,13	25/04	IGP-M	12.153,25	9.236,47
13	Jaboticabal	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	292,60	07/12	IPC	7.315,00	5.559,40
14	Jacareí	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	386,15	21/03	IPC	11.584,50	11.584,50
15	Marília	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	470,09	01/07	IPC	10.874,75	8.931,71
16	Paulínia	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	328,85	30/04	IGP-M	8.221,25	6.247,95
17	Porto Ferreira	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	63,84	01/05	IPC	1.596,00	1.212,96
18	Sertãozinho	01/07/12 a 30/06/17	05 anos	441,07	06/12	IPC	11.026,75	8.380,33
SUBTOTAL							246.996,00	200.081,33

Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados

	LOCALIDADE	PERÍODO	VIGÊNCIA	VR CESSÃO	REAJUSTE	ÍNDICE	R\$ ATO POT. AT.	SALDO ATUAL
1	Adv. Trabalhistas de Campinas	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	431,86	01/05	IPC	19.001,84	19.001,84
2	Adv. de Campinas e Região	20/01/14 a 19/01/19	05 anos	385,39	01/05	IPC	18.113,33	18.113,33
3	Adv. de Ribeirão Preto	01/10/13 a 30/09/18	05 anos	557,23	01/05	IPC	22.289,20	17.289,20
SUBTOTAL							59.404,37	54.404,37

	R\$ ATO POT. AT.	SALDO ATUAL
TOTAL GERAL	764.811,70	615.187,79

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- R\$ 607,2 mil de recursos a receber dos Acordos celebrados com Instituições Financeiras, destinados à consecução de projetos e atividades que traduzam o interesse público primário do Órgão.

QUADRO 132 - ACORDOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrativo da Execução Financeira
Acordos com Instituições Financeiras

					Em R\$
Convênio nº	Unidades Beneficiadas	Objeto	Valor Limite	Total Executado	Saldo Limite
Banco do Brasil					
Contrato nº 72/2011	Jurisdição do TRT da 15ª Região	saldo pactos anteriores	11.675.351,49	12.536.948,87	-861.597,38
		despesas de custeio; prestação de serviços; aquisição de mobiliário/imóveis; aluguéis; construção/reforma de imóveis.	88.800.000,00	87.938.402,62	861.597,38
Total por Banco:			100.475.351,49	100.475.351,49	0,00
Caixa Econômica Federal					
Contrato nº 73/2011	Jurisdição do TRT da 15ª Região	prestação de serviços; aquisição mobiliário/imóveis; aluguéis; construção/reforma de imóveis; outras despesas custeio.	89.888.575,00	89.888.575,00	0,00
		aluguel FT Campinas, período de set/2011 a abril/2012 (ref. Saldo pactos anteriores)	4.242.336,00	3.635.099,48	607.236,52
Total por Banco:			94.130.911,00	93.523.674,48	607.236,52
Total Geral:			194.606.262,49	93.523.674,48	607.236,52

Notas:

1) Este demonstrativo contempla os acordos celebrados entre o TRT da 15ª Região e as Instituições Financeiras, vigentes no início de 2012.

2) A execução orçamentária e financeira dos Contratos 72/2011 e 73/2011, acordados respectivamente com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, é realizada em fonte específica 181.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.3.5.2 Dos Atos Potenciais Passivos

O total dos atos potenciais passivos a executar compreende as seguintes obrigações contratuais:

QUADRO 133 - ATOS POTENCIAIS PASSIVOS – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	69.180.149,73
CONTRATOS DE ALUGUÉIS EM EXECUÇÃO	49.792.360,89
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	616.264,28
	119.588.774,90

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.3.5.3 Da Destinação de Recursos

O quadro a seguir apresenta a composição das disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2015, as quais se apresentam nas fontes de recursos próprios.

QUADRO 134 - DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

		Em R\$
A) SALDO DE RECURSOS À DISPOSIÇÃO DO TRT EM 31/12/2015		95.710.659,96
RECURSOS	95.710.659,96	
Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento	94.652.303,96	
Recursos a Receber em 2016 para Pagto de Inscrição RAP/2015	1.058.356,00	
		Em R\$
B) PENDÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016		46.971.521,90
RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADOS	44.554.173,98	
A Liquidar	43.927.591,36	
Ref. Exercício 2015	32.635.028,47	
Ref. Exercício 2014	8.666.779,05	
Ref. Exercício 2013	2.625.783,84	
Em Liquidação	626.582,62	
Ref. Exercício 2012	626.582,62	
RESTOS APAGAR PROCESSADOS	1.530.732,93	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.530.732,93	
Ref. Exercício 2015	1.521.023,00	
Ref. Exercício 2013	9.709,93	
VALORES DIFERIDOS	886.614,99	
		Em R\$
SUPERÁVIT (A-B)		48.739.138,06
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	48.739.138,06	
Recursos Ordinários	0,00	
Recursos de Convênio – Fonte 81	47.301.279,58	
Recursos Diretamento Arrecadados – Fonte 50	1.437.858,48	

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal

O montante relativo ao superavit, fonte 81, R\$ 47.301.279,58, passível de oferecimento para a solicitação de crédito adicional no exercício seguinte, corresponde ao saldo de dotação proveniente de convênios com Instituições Financeiras não executado, assim composto: R\$ 7.229.262,51 referente ao saldo disponível em 2013; no exercício de 2014 foram observados R\$ 28.969.938,84 relativo a crédito disponível, R\$ 220.291,94 originário de cancelamento de restos a pagar não processados, (R\$ 500.000,00) referente repasse financeiro a menor em relação ao orçamento disponível e (R\$ 608.671,00) decorrente de ajuste financeiro para a fonte 381; em 2015 o saldo foi



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

de R\$ 11.990.457,29 (montante composto por saldo de crédito não utilizado e bloqueio R\$11.618.830,09 e de cancelamento de Restos a Pagar R\$371.627,20).

A disponibilidade na fonte 50, receita própria, total de R\$ 1.437.279,58, decorreu de recursos diretamente arrecadados não comprometidos com a execução orçamentária, passíveis de oferecimento para a solicitação de créditos no exercício seguinte.

QUADRO 135 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 26/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.572.190.873,9	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.852.680,31	-
Impostos	-	-
Taxas	44.852.680,31	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.190.436,08	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.190.436,08	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	581.929,95	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	446.976,44	-
Variações Monetárias e Cambiais	134.953,51	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.450.710.422,3	-
Transferências Intragovernamentais	1.414.967.782,3	-
Transferências Intergovernamentais	35.737.715,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.925,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	72.322.862,87	-
Reavaliação de Ativos	56.543.171,29	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.788.277,69	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.991.413,89	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.532.542,39	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
26/02/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.532.542,39	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.530.191.547,0	-
Pessoal e Encargos	1.036.752.865,7	-
Remuneração a Pessoal	784.858.308,94	-
Encargos Patronais	140.926.674,59	-
Benefícios a Pessoal	105.266.929,61	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.700.952,62	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	235.829.318,97	-
Aposentadorias e Reformas	208.832.233,70	-
Pensões	26.695.392,27	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	301.693,00	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	128.487.000,59	-
Uso de Material de Consumo	5.559.584,35	-
Serviços	111.524.543,03	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.402.873,21	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	19.228,89	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16.670,45	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.558,44	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	55.321.372,04	-
Transferências Intragovernamentais	54.998.378,93	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	322.993,11	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	71.109.831,09	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	34.780,45	-
Incorporação de Passivos	52.389.093,90	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
26/02/2016

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	18.685.956,74	-
Tributárias	2.207.932,45	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.822,93	-
Contribuições	2.040.109,52	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	463.997,25	-
Premiações	9.900,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	454.097,25	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	41.999.326,92	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



5.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, mediante confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

5.3.4.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 1.572,2 milhões ano e os itens mais relevantes seguem analisados:

- R\$ 44,8 milhões arrecadados a título de taxas, sendo R\$ 44,4 milhões originários de recolhimento de custas judiciais e R\$ 424 mil de emolumentos;
- R\$ 2,2 milhões em receita derivada da exploração de bens, serviços e direitos, quais sejam: R\$ R\$ 1,3 milhão em taxa de inscrição para concursos realizados pelo TRT da 15ª Região, XXVIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto (R\$ 748 mil) e Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de Cadastro Reserva de Cargos/Áreas/Especialidades de nível superior e médio, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal (R\$ 599 mil); R\$ 712,7 mil concernentes à taxa de ocupação de imóveis, oriundos dos Termos de Cessão de Uso Onerosa, assinados por este Tribunal e as Instituições Financeiras, em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tratam-se de valores diretamente arrecadados, receita própria do Órgão, classificados na Fonte – 50; e R\$ 131,4 mil provenientes de processamento de dados das consignações em folha de pagamento.
- R\$ 581,9 mil, tratam-se de variação patrimonial aumentativa financeira, resultante da atualização monetária e contabilização de juros, assim constituídos: R\$ 447 mil, decorrente de registro da conta Créditos a Receber de Responsáveis por Dano/Perda-TCE do montante relativo à atualização monetária e apropriação de juros sobre as importâncias específicas, apurado a partir do Sistema de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União, posição de 22/12/2015, Processo Administrativo 0000215-19.2010.5.15.0895 PA, em conformidade com o item 9.2 do Acórdão n 10634/2015 - TCU - 2a. Câmara, Seção Ordinária do dia 17/11/2015; R\$ 135 mil, correção monetária do Adiantamento de Contribuições Futuras para a FUNPRESP – JUD e dos Créditos Receber de Responsáveis por Dano/Perda Apurados em Tomada de Contas Especial.
- R\$ 1.450,7 milhões contabilizados a título de transferências recebidas, sendo: R\$ 1.408,4 milhões derivados de sub-repasses pertinentes ao orçamento 2015; R\$ 6,6 milhões relativos a sub-repasses destinados a amparar restos a pagar; e R\$ 35,7 milhões montante arrecadado a título de “Transferências de Convênios”, este deriva dos acordos celebrados entre este Regional e as Instituições Financeiras, conforme preconizado nos processos de tomada de contas, TC nº 018.708/2007-4 e TC nº 013.671/2010-3, do Tribunal de Contas da União.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- R\$ 72,3 milhões em valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, com os seguintes destaques:
(a) R\$ 56,5 milhões decorrentes, predominantemente, de reavaliação de bens imóveis, pelos valores aplicados em benfeitorias e, também, pela atualização anual realizada pela Administração do Órgão, mediante a correção do valor com base no índice IBGE IPC-A:

QUADRO 136 - REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DEMONSTRATIVO DA CONTA: 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação em R\$)
01	6219.00010.500-3	Bauru (cessão recíproca com município)	39.588,26
02	6249.00016.500-8	Botucatu	136.378,37
03	6291.00073.500-0	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	288.136,94
04	6291.00284.500-7	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	17.200.884,55
05	6291.00288.500-9	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	13.238.816,37
06	6291.01822.500-3	Campinas (FT Campinas)	8.126.267,09
07	6369.00011.500-1	Cruzeiro	343.784,57
08	6597.00002.500-0	Jales	72.261,72
09	6607.00002.500-1	Jaú	132.128,39
10	6637.00005.500-0	Lençóis Paulista (1ª VT)	220.448,89
11	6687.00002.500-0	Matão	78.867,96
12	6715.00013.500-9	Mogi Guaçu	569.148,15
13	6717.00002.500-5	Mogi Mirim	87.431,59
14	6875.00017.500-0	Piracicaba	316.561,60
15	6929.00036.500-7	Presidente Prudente	9.250.642,42
16	6969.00011.500-0	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	349.196,10
17	6969.00044.500-0	Ribeirão Preto (Sede FT)	1.575.830,56
18	6979.00009.500-6	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	992.354,67
19	7083.00002.500-4	São João da Boa Vista	100.194,22
20	7097.00059.500-5	São José do Rio Preto	1.394.943,97
21	7099.00518.500-7	São José dos Campos (Arquivo-Av.Anchieta)	102.465,94
22	7099.00520.500-7	São José dos Campos	1.052.162,70
23	7145.00223.500-0	Sorocaba	453.617,37
24	7245.00003.500-0	Votuporanga	55.980,18
			56.178.092,58

Situação em 31 de dezembro de 2015.

DEMONSTRATIVO DA CONTA: 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.03 - TERRENOS / GLEBAS

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Reavaliações (Atualização da Avaliação em R\$)
01	6209.00029.500-0	Barretos	11.210,18
02	6221.00005.500-8	Bebedouro	16.874,52
03	6229.00006.500-9	Birigui	11.145,54
04	6411.00005.500-3	Fernandópolis	3.823,01
05	6425.00015.500-8	Franca (Av. Sete de Setembro)	129.780,85
06	6555.00007.500-2	Itápolis	1.838,03
07	6583.00009.500-9	Ituverava	1.634,15
08	6643.00026.500-9	Lins	9.589,47
09	6681.00026.500-1	Marília	22.159,32
10	6915.00013.500-1	Porto Ferreira	17.037,35
11	6929.00036.500-7	Presidente Prudente (Av. 14 de Setembro, 1060/1090,1060)	-171.106,02
	6929.00038.500-8	Presidente Prudente (Av. 14 de Setembro, 1060/1090,1060)	
	6929.00040.500-9	Presidente Prudente (Av. 14 de Setembro, 1060/1090,1060)	
12	7079.00015.500-7	São Carlos	
13	7095.00005.500-4	São José do Rio Pardo	4.680,94
14	7183.00030.500-3	Taubaté	287.008,19
			345.675,53

Situação em 31 de dezembro de 2015.

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

(b) R\$ 14,0 milhões em virtude de cancelamento de restos a pagar não mais exigíveis e de baixa de valores relativos a reconhecimento de passivos, tendo em vista que despesas de Pessoal/Encargos Sociais foram ajustadas no decorrer do exercício de 2015, por atualização ou pela não inclusão da dedução nos eventuais pagamentos efetuados, de acordo com informações encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade pela Área de Pessoal do TRT da 15ª Região;

(c) R\$ 1,8 milhão originário de registro de inscrição em restos a pagar não processados em liquidação de exercícios anteriores a 2015, relativos a empenhos de grupo de natureza de despesa 4 – Investimento – e do recebimento e contabilização de item adquirido mediante compra centralizada pelo TST (lousa digital interativa), conforme certidão de recebimento em 13/04/2015 e mensagem Siafi 2015/0843746, DE 22/05/2015.

- R\$ 1,5 milhão em valor contabilizado como outras variações patrimoniais aumentativas, formado pelas arrecadações classificadas como indenizações e restituições, multas administrativas e outros.

Vale destacar que, não houve no exercício de 2015 geração de receita derivada de alienação de bens e direitos que integrem o patrimônio público, tendo em vista o que dispõe o art. 44, bem como o inciso VI, do art. 50, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vedam a aplicação de tais receitas para financiar Despesas Correntes.

5.3.4.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas somaram R\$ 1.530,2 milhões. Dentre os itens mais relevantes estão:

- R\$ 1.036,7 milhões - Pessoal e Encargos representaram 68%. Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 235,8 milhões - Benefícios Previdenciários e Assistenciais, 15% do total. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à

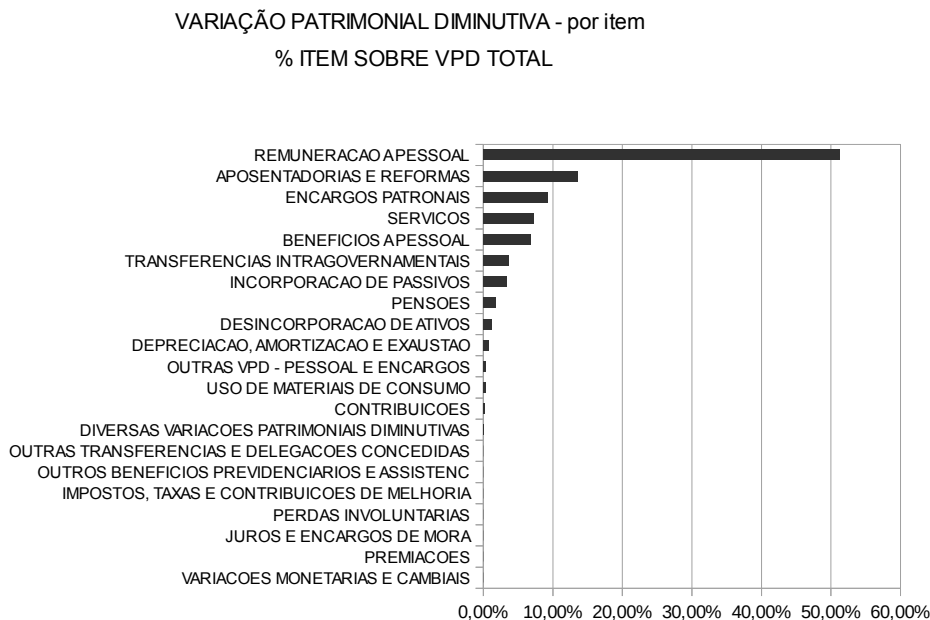


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

universalização dos direitos sociais. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);

- R\$ 128,5 milhões - Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, 8% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 71,1 milhões - Desvalorização e Perda de Ativos representa 5% do total. Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);
- R\$ 55,3 milhões - Transferências e Delegações Concedidas, 4% do total das variações. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição);

GRÁFICO 41 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

Verifica-se, no gráfico acima, a relevância nos gastos com Remuneração de Pessoal, que representa mais de 50% de toda variação patrimonial diminutiva ano.

O total das Transferências Intragovernamentais contabilizam os recolhimentos de custas,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

emolumentos e outras arrecadações ao Tesouro Nacional, mais as devoluções dos recursos relativos aos restos a pagar não processados cancelados.

O montante registrado a título de Incorporações de Passivos contempla os reconhecimentos de despesas de exercícios anteriores, os precatórios federais conhecidos antes e após o envio da proposta orçamentária 2016, bem como os valores provisionados de requisições de pequeno valor.

As Desincorporações de Ativos contabilizam, além da baixa de créditos a receber de pessoal, as baixas de valores relacionados a imóveis, construção em andamento, instalações, etc., motivadas pelo término da execução da obra e registro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Seguem elencadas as baixas relativas aos imóveis sob responsabilidade deste Regional.

QUADRO 137 - BAIXAS - IMÓVEIS

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet
12321.01.02 - EDIFÍCIOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Transferências de Domínio (Baixa)
01	6587.00002.500-3	Jaboticabal (arquivo-Praça do Café)	178.048,27

Baixa por Reversão ao Patrimônio Público Municipal

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.00 - BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO
DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.05 - ESTUDOS E PROJETOS

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Transferências de Domínio (Baixa)
01	IM1511624	Construção do FT Presidente Prudente	15.000,00

Baixa do montante aplicado na construção do imóvel destinado a abrigar o FT de Presidente Prudente, tendo em vista a sua incorporação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Transferências (Baixa)
01	IM1511621	Obras no Imóvel da VT de Rio Claro	350.222,55
02	IM1511624	Construção do FT Presidente Prudente	9.051.401,82

Baixa dos montantes aplicados nas construções acima, tendo em vista a sua incorporação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet

DEMONSTRATIVO DA CONTA : 12321.07.00 - INSTALAÇÕES

Em R\$

Nr.	RIP (Utilização)	Localização	Transferências (Baixa)
01	IM1511629	Instalação de Sala Cofre Data Center - Sede Administrativa	9.014.285,00

Baixa do montante aplicado tendo em vista o Termo de Entrega do Projeto e atualização no SPIUnet.

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

TOTAL GERAL BAIXA RELATIVA A IMÓVEIS 18.608.957,64



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.4.3 Resultado Patrimonial do Período

A diferença entre as variações patrimoniais aumentativas, R\$ 1.572,2 milhões ano e as variações patrimoniais diminutivas, R\$ 1.530,2 milhões, indica o resultado patrimonial do exercício de 2015, qual seja, R\$ 42,0 milhões.

QUADRO 138 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/01/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	17.205.160,67	-
INGRESSOS	1.499.378.552,26	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.499.378.552,26	-
Ingressos Extraorçamentários	165.484,33	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.414.967.782,36	-
Arrecadação de Outra Unidade	84.110.193,47	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	135.092,10	-
DESEMBOLSOS	-1.482.173.391,59	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.282.641.091,89	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-1.024.660.211,45	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-235.563.765,50	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-22.433.174,15	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.059,21	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-144.368.436,44	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-144.368.436,44	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-55.163.863,26	-
Dispêndios Extraorçamentários	-165.484,33	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-54.998.378,93	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-22.030.860,32	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-22.030.860,32	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.068.747,76	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-962.112,56	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.825.699,65	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	99.613.095,71	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	94.787.396,06	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

5.3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identifica: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

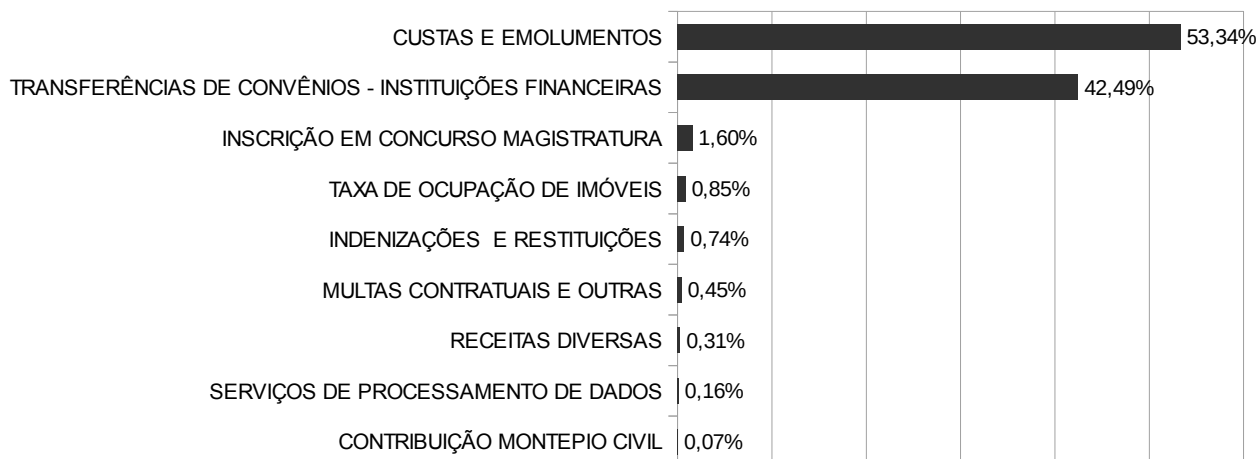
5.3.5.1 Dos Ingressos

O total de ingressos somou R\$ 1.499,4 milhões. Deste montante, 94% teve como fonte geradora de caixa as transferências recebidas para suportarem os créditos autorizados no exercício de 2015, R\$ 1.408,4 milhões, e para o pagamento de restos a pagar, R\$ 6,6 milhões.

A outra fonte geradora de caixa importante foi a arrecadação líquida contabilizada para o Órgão no ano 2015, que somou R\$ 84,1 milhões, a seguir apresentada por código de recolhimento.

GRÁFICO 42 - FONTES GERADORAS DE CAIXA

FONTE GERADORA DE CAIXA - POR TIPO RECOLHIMENTO
ARRECADADO - % SOBRE TOTAL ARRECADADO



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

5.3.5.2 Dos Desembolsos

Os itens de consumo de caixa, durante o exercício financeiro de 2015, compreendem as transferências concedidas e os valores pagos no ano, relativos aos créditos autorizados no exercício e dos restos a pagar, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O montante de R\$ 55,2 milhões classificado como Outros Desembolsos das Operações se refere, predominantemente, às transferências financeiras concedidas em virtude de cancelamento de restos a pagar (R\$ 8,3 milhões) e dos recolhimentos à União de valores arrecadados, como custas, emolumentos e outros (R\$ 46,7 milhões).

Quanto aos valores pagos, seguem discriminados em gastos das Atividades das Operações e das Atividades de Investimento:

(a) Fluxos de Caixa das Atividades das Operações

Contemplam os desembolsos com Pessoal e Outros Custeios, de acordo com a classificação funcional da despesa, as ações governamentais do exercício e de restos a pagar, em ordem de relevância, realizadas no ano de 2015 nas seguintes áreas:

- Judiciário

QUADRO 139 - DESEMBOLSOS COM PESSOAL E OUTROS CUSTEIOS

Pessoal e Outras Despesas Correntes	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Total Pago Exercício
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO	793.271.613,31
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICADO TRABALHO	130.209.655,57
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	45.397.969,52
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	32.893.665,92
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	9.586.472,16
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	5.512.232,13
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.053.990,31
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.587.758,87
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	820.378,44
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICADO TRABALHO	357.102,05
AUXILIO-TRANSPORTE - CIVIS	331.018,68
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	313.966,01
TRABALHO SEGURO	208.260,20
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICADO TRABALHO	60.189,68
COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	55.938,60
	1.024.660.211,45

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir demonstra a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, de gastos com recursos do exercício e de restos a pagar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 43 - GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

• **Previdência Social**

QUADRO 140 - DESEMBOLSOS COM PESSOAL - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pessoal			Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES PAGOS LOA/2015	VALORES PAGOS RESTOS A PAGAR	Total Pago Exercício
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES	235.005.442,49	558.323,01	235.563.765,50

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

• **Encargos Especiais**

QUADRO 141 - DESEMBOLSOS COM PESSOAL - ENCARGOS ESPECIAIS

Pessoal		Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALORES PAGOS LOA/2015	
PRECATORIOS	14.856.504,49	
REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	7.576.669,66	
		22.433.174,15

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

(b) Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

O total do desembolso em investimentos somou R\$ 22,0 milhões, aplicados na aquisição de ativos não circulantes, R\$ 21,1 milhões e R\$ 962 mil em intangíveis e na manutenção de bens imóveis.

Segue quadro com as ações orçamentárias que suportaram os investimentos, em ordem de relevância.

QUADRO 142 - INVESTIMENTOS

Investimentos	Em R\$
AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Total Pago Exercício
MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	10.337.782,93
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	8.464.881,08
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	2.058.013,44
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE BARRETOS - SP	627.166,15
MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO	478.892,90
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP	38.933,96
FORMACAO E PERFEICAMENTO DE MAGISTRADOS	17.337,00
CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA VARA DO TRABALHO DE VOTUPORANGA - SP	4.804,76
IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA DO TRABALHO (E-Jus)	3.048,10
	22.030.860,32

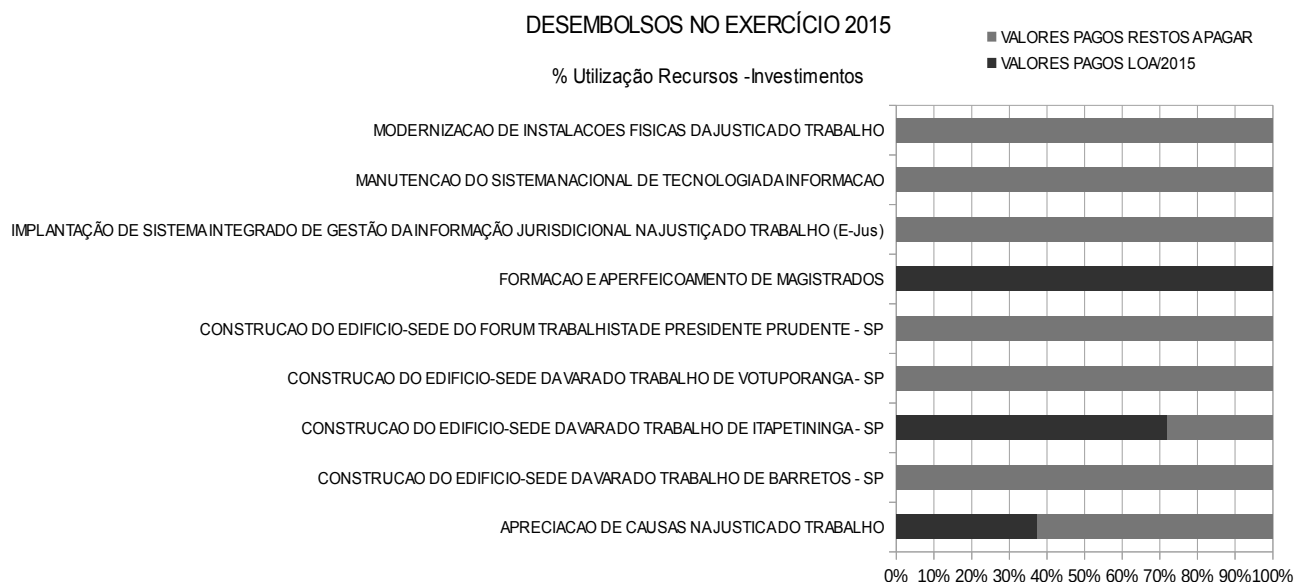
Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

O gráfico a seguir demonstra a porcentagem do fluxo de caixa, por ação orçamentária, do desembolso de recursos do exercício e de restos a pagar, destinados ao pagamento de despesas de capital.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

GRÁFICO 44 - GASTOS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO E DE RESTOS A PAGAR – DESPESAS DE CAPITAL



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

(c) Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A diferença negativa de R\$ 4,8 milhões derivou da diferença entre o saldo inicial e o final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, o total de R\$ 94,8 milhões irá suportar as pendências a pagar no exercício seguinte, bem como o superavit financeiro do exercício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 143 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3780	4176	287	226
1.1. Membros de poder e agentes políticos	426	410	8	18
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	3354	3766	279	208
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3354	3135	213	140
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	29	1	1
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	589	64	66
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	11	1	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	4187	288	229

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância e Assessoria de Apoio aos Magistrados

Tipologias dos Cargos

Servidores em cargos efetivos: *contempla o total de servidores que compõem o quadro de pessoal do TRT da 15ª Região, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:*

Membros de poder e agentes políticos: Magistrados.

Servidores de carreira: *Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam no TRT, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:*

Servidores de carreira vinculada ao órgão: ocupantes de cargo efetivo do TRT da 15ª Região em exercício no próprio órgão;

Servidores de carreira em exercício provisório: art. 84, §2º, da Lei 8.112/90

Servidores requisitados de outros órgãos e esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Servidores sem Vínculo com a Administração Pública: ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo com a administração pública (extraquadro).

Lotação

Autorizada: Total de cargos efetivos criados por leis.

Efetiva: Lotação efetiva de cargos providos.

Ingressos e Egressos

Ingressos no exercício: Número de servidores que ingressaram no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Egressos no exercício: Número de servidores que se desligaram do TRT da 15ª Região no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas.

Total de servidores: totalização das colunas “Lotação Efetiva”, “Ingressos” e “Egressos”.

Há 03 Juízes Titulares de Vara do Trabalho em disponibilidade que não foram computados no preenchimento do campo “Lotação efetiva”.

No exercício de 2015, 17 Magistrados contaram com afastamentos iguais ou superiores a 90 dias, por motivos de férias, licença para tratamento da própria saúde, afastamento para curso (aperfeiçoamento profissional), para atuação em outro órgão (TST, CNJ) e em associações de classe (AMATRA XV e ANAMATRA), o que implicou em sensível redução da força de trabalho.

QUADRO 144 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3)	615	3151
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	576	2559
1.2. Servidores de carreira em exercício provisório	5	24
1.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	33	556
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	8
4. Total de Servidores (1+2+3)	618	3159

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

Área Meio – Área de atividades do TRT da 15ª Região que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas.

Área Fim – Área de atividades do TRT da 15ª Região correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 145 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)	345	341	44	43
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	345	310	38	36
1.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	20	5	4
1.4. Sem Vínculo	Não há	10	1	3
1.5. Aposentados	Não há	1	0	0
2. Funções Gratificadas (2.1+2.2)	2518	2478	728	710
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1969	599	595
2.2. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	509	129	115
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	2863	2819	772	753

Fonte: Fonte: Coordenadoria de Provedimento e Vacância

Tipologias dos Cargos

Cargos em Comissão: servidores ocupantes de cargos efetivos ou não nomeados para exercício de cargo em comissão (art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90), segundo as especificações a seguir:

- *Grupo Direção e Assessoramento Superior: Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (CJ), dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) tipos diferentes, a saber:*

Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo

Servidores de Outros Órgãos e Esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006).

Sem Vínculo: ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo com a administração pública (extraquadro).

Aposentados: Servidores aposentados da Administração Pública e que exercem cargo em comissão.

Funções Gratificadas: Servidores ocupantes de cargos de Função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em dois (2) subtipos diferentes, quais sejam: Servidor de carreira vinculada ao órgão; Servidor de outros órgãos e esferas, segundo a seguinte especificação:

Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão: Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo

Servidor de Outros Órgãos e Esferas: servidores cedidos por outros órgãos (art. 93, Lei 8.112/90) ou removidos de outros órgãos (art. 36, Lei 8112/90, cc. art. , Lei 11416/2006).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.1.1.1 Análise Crítica

Tal como consignado no Relatório de Gestão do exercício precedente, a quantidade de servidores disponível é significativamente inferior às necessidades da unidade jurisdicionada, notadamente quando observadas a Resolução CSJT nº 63/2010, com suas alterações, e a Resolução CNJ 184/2013. Nesse sentido, o Regional apresentou aos órgãos superiores propostas de criação de cargos, merecendo destaque aquela que foi convertida no PL n.º 8.256/2014, com o seguinte quantitativo:

QUADRO 146 - PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS – PL 8.256/2014

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário, Área Judiciária	356 (trezentos e cinquenta e seis)
Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal	90 (noventa)
Técnico Judiciário	380 (trezentos e oitenta)
TOTAL	973 (novecentos e setenta e três)

Fonte: Diretoria-Geral

A distribuição de servidores é disciplinada pela Resolução CSJT 63/2010. No entanto, dado o reduzido quadro de servidores, atualmente, a área meio conta com um aproximadamente 13% da força de trabalho total, o que se configura insuficiente para prestação do serviço, porém, com a citada iniciativa pretende-se recompor o quadro funcional.

Entretanto, a Lei Orçamentária Anual 2016 -LOA 2016 (Lei 13.255/2016), em seu Anexo V não previu recursos para criação dos cargos e, ainda, prevê que novos provimentos de cargos ocorram exclusivamente para o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2015, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2016, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que impliquem em pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

Tais restrições orçamentárias, formam um cenário futuro com viés de sensível diminuição no quadro servidores, em especial, se considerado que 301 servidores já percebem abono de permanência e potencialmente poderão se aposentar, uma vez que já cumpriram os requisitos e que houve 53 aposentadorias de servidores em 2016, cujos cargos não poderão ser providos até o momento.

Ademais, o Ministério Público Federal em Campinas (SP) ajuizou a Ação Civil Pública 0014759-40.2015.4.03.6105 para que este Tribunal devolva aos órgãos de origem os servidores municipais cedidos. Caso o pedido seja acatado, será necessária a devolução de aproximadamente 330 servidores, o que representa quase 10% da força de trabalho deste Regional. Tal procedimento impactará sobremaneira a atividade finalística deste órgão, tendo em vista que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

98% desses servidores se encontram lotados em unidades de primeira instância, onde representam 14% dessa força de trabalho.

O quadro de servidores afastados em licença não remunerada não impacta significativamente a força de trabalho..

QUADRO 147 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31/12/2015
Afastamento para estudo ou missão no exterior	1
Cedidos para outros órgãos	16
Exercício provisório em outro órgão	2
Licença para acompanhar conjuge (sem remuneração)	1
Licença para desempenho de mandato classista	2
Licença para Tratar de Interesses Particulares	1
Removidos para outros órgãos	179
Total de Servidores Afastados	202

Observações: **Afastamento para estudo ou missão no exterior:** Art. 95, da Lei 8112/90; **Cedidos para outros órgãos:** Art. 93, da Lei 8112/90; **Exercício provisório em outro órgão:** Art. 84, § 2º da Lei 8.112/90; **Licença para acompanhar conjuge (sem remuneração):** Art. 84, § 1º, da Lei 8.112/90; **Licença para desempenho de mandato classista:** Art. 92, da Lei 8.112/90; **Licença para Tratar de Interesses Particulares:** Art. 91, da Lei 8.112/90; **Removidos para outros órgãos:** art. 36, da Lei 8112/90, cc. art. 20, Lei 11416/2006.

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

Relativamente aos impactos da aposentadoria de magistrados sobre a força de trabalho disponível, a Assessoria de Apoio aos Magistrados realiza um controle anual, ao final de cada exercício, relativo à quantidade de Magistrados nascidos a partir de 1941, conforme segue:

QUADRO 148 – MAGISTRADOS POR FAIXA ETÁRIA

Faixa	Quantidade
1941 – 1950	11
1951 – 1960	55
1961 – 1970	157
1971 – 1980	116
1981 – 1990	70
TOTAL	409

Fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Sobre os afastamentos de magistrados que reduzem a força de trabalho disponível do Tribunal, a Assessoria de Apoio aos Magistrados pondera que há 03 (três) modalidades de afastamento por longos interregnos: a) afastamento para exercer mandato como Presidente de Associação de Classe,

b) afastamento para frequência a curso de especialização e c) convocação de Desembargador para atuar no C. TST, em substituição a Ministros que se encontram afastados ou para atuação em cargos vagos da mesma natureza, bem como para auxiliar as atividades desse Órgão. Tais afastamentos seguem registrados na tabela abaixo:

QUADRO 149 – AFASTAMENTOS DE MAGISTRADOS

Modalidade de afastamento	Quantidade de Magistrados afastados
Presidência de Associação de Classe	01
Licença para Exercício de Mandato de Classe	01
Atuação como Membro do Conselho do CNJ	01
Frequência a Curso de Especialização a partir de 90 dias	04
Convocados para atuar no C. TST	02
TOTAL	09

Fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados

Na hipótese de frequência de magistrado em curso de especialização, a matéria é disciplinada pela Resolução Administrativa nº 04/2006, que estabelece porcentagem limite de afastamentos concomitantes, com a finalidade de que não haja prejuízo à prestação jurisdicional.

Seguem quadros com demais dados sobre a faixa etária e o grau de escolaridade da força de trabalho do Regional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 150 – FAIXA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária					
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	De 61 a 70 anos	Acima de 70 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo (1.1 + 1.2)	312	1207	1511	986	147	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	13	115	157	102	23	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	299	1092	1354	884	124	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	258	901	1132	737	107	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	0	8	12	9	0	0
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	183	210	138	17	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	3	2	5	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	313	1210	1513	991	147	0
2. Provimento de Cargo em Comissão (2.1 +2.2 + 2.3)						
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	71	170	90	6	0
2.3. Funções Gratificadas	167	727	915	596	73	0

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 151 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo (1.1 + 1.2)	0	0	3	25	470	1536	2001	100	28
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	243	107	47	13
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3)	0	0	3	25	470	1293	1894	53	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	2	8	255	986	1817	52	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0	4	20	5	0	0
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	1	17	211	287	72	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0	0	11	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	0	3	25	470	1547	2001	100	28
2. Provimento de Cargo em Comissão (2.1 + 2.2 + 2.3)	0	0	3	23	367	937	1444	37	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	96	237	7	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	3	23	366	841	1207	30	8

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

QUADRO 152 - DESPESAS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	135.131.207,12	7.950,99	32.660.506,70	8.422.669,32	34.630.232,28	5.529.751,01	3.795.877,29	9.145.900,70	0,00	229.324.095,41
	2014	124.080.420,48	364,86	11.067.744,67	6.080.540,43	16.374.811,47	4.310.504,58	58.205.673,52	8.248.055,53	0,00	228.368.115,54
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	400.805.553,55	72.207.443,49	41.192.716,13	35.866.533,25	41.078.776,17	22.654.546,12	132.312,98	8.514.006,94	0,00	622.451.888,63
	2014	359.419.040,74	67.766.965,71	37.337.624,29	32.731.858,95	37.191.926,18	17.584.594,03	177.159.605,42	9.790.105,85	0,00	738.981.721,17
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	10.204.612,66	834.392,28	282.071,00	4.902.865,96	1.757.197,68	15.433,71	242.456,42	0,00	18.239.029,71
	2014	0,00	9.798.398,97	806.742,71	261.797,18	4.416.123,24	1.292.178,47	1.005.542,04	85.420,87	0,00	17.666.203,48
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	1.418.014,68	118.832,47	57.540,70	150.847,98	67.441,62	0,00	15.849,70	0,00	1.828.527,15
	2014	0,00	1.478.346,18	123.967,35	48.440,52	121.346,18	45.543,83	505.940,00	0,00	0,00	2.323.584,06
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	23.046.408,99	-10.543,42	2.178.815,01	1.808.053,52	1.705.496,86	757.886,53	686,38	597.356,39	0,00	30.084.160,26
	2014	22.085.172,48	0,00	1.986.198,14	1.761.161,18	1.552.146,04	534.848,49	1.332.326,26	515.397,62	0,00	29.767.250,21
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Coordenadoria de Pagamento



6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

6.1.3.1 Ações Adotadas para Identificar Acumulação Remunerada de Cargos

Este Regional Trabalhista realiza criterioso monitoramento no momento da posse de novos servidores e magistrados, para que não venham a incidir na vedação contida no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, referente à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.

No entanto, ainda não foi alcançado pleno controle sobre aqueles que se encontram em atividade neste Tribunal, limitando-se à verificação de ocorrências de acumulação pretérita no momento da averbação, por parte daqueles, de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição para fins de aposentadoria, disponibilidade e tempo de serviço público.

Outrossim, vem esta Casa, ainda, envidando esforços, desde 2009, no sentido de coletar periodicamente declarações dos magistrados e servidores desta Casa, relativas tanto à eventual superação do teto constitucional, como ao acúmulo ilegal de cargos públicos.

Paralelamente a estas medidas pontuais, encontra-se em desenvolvimento a elaboração de minuta de ato normativo que melhor discipline a entrega periódica de declarações de não-acúmulo ilegal de cargo, função ou emprego público, tornando a entrega de tais declarações obrigatória, mediante estipulação de sanção.

6.1.3.2 Ações Adotadas para Identificar Eventual Irregularidade Relacionada ao Pessoal, Especialmente em Relação à Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos e à Terceirização Irregular de Cargos

No ato da posse de cargo efetivo ou em comissão (quando se trata de servidor sem vínculo com a administração pública), é exigida “DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS”, nos seguintes termos:

*“DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO DE CARGOS,
FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS*

Eu, _____, RG. n° _____, CPF. n° _____, **DECLARO**, para fins de posse no Cargo de _____, Área _____, especialidade _____, no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, **QUE NÃO EXERÇO** nenhum cargo, função ou emprego público na Administração Pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com o disposto nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, do contido no Decreto n° 2.027, de 11 de outubro de 1996 e no Cap. III da Lei n° 8.112/90;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

DECLARO QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja **inacumulável** com o Cargo em que tomarei posse;

DECLARO que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

DECLARO, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.”

Caso o servidor exerça outro cargo público, cujo exercício seja compatível com o cargo que está tomando posse, nos termos do art. 37, inc. XVI, da Constituição Federal, é exigida apresentação da “DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS”, nos seguintes termos:

**“DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS,
FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS**

Eu, _____, RG. n° _____, CPF. n° _____, **DECLARO**, para fins de posse no Cargo de _____, no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e no Decreto n° 2.027, de 11/10/1996, **QUE EXERÇO** o cargo de _____, (citar o cargo, a função ou o emprego público) pertencente à estrutura do órgão _____ (citar o órgão/entidade);

DECLARO que estou sujeito à carga horária de _____ (citar a carga horária) semanais, que cumpro diariamente, no horário de _____ às _____, conforme certidão expedida por _____ (citar o órgão/entidade);

DECLARO que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

DECLARO, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.”

Ainda, caso o servidor perceba proventos decorrentes de aposentadoria, cuja acumulação também não esteja vedada pelo art. 37, inc. XVI, da constituição Federal, é exigida do servidor a apresentação de “DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS, FUNÇÕES OU



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EMPREGOS PÚBLICOS”, porém com texto adaptado à situação de aposentadoria, nos seguintes termos:

**“DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO LEGAL DE CARGOS,
FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS**

Eu, _____, RG. n° _____, CPF. n° _____, **DECLARO**, para fins de posse no Cargo de _____, no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e para fins do contido nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal e no Decreto n° 2.027, de 11/10/1996, **QUE PERCEBO** aposentadoria relativa ao cargo de _____, (citar o cargo, a função ou o emprego público) pertencente à estrutura do órgão _____ (citar o órgão/entidade);

DECLARO que não sofri, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei 8.112/90;

DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento;

DECLARO, por fim, que tomo ciência, neste ato, de toda a legislação supra referida, cujas cópias estão anexas à presente.”

6.1.3.3 Principais Riscos Identificados na Gestão de Pessoas da Unidade e as Providências Adotadas para Mitigá-los

O mapeamento dos processos e controle de riscos é uma ação estratégica em desenvolvimento na Secretaria de Gestão de Pessoas, com metas estabelecidas em seu Plano de Ação Estratégica.

O programa de capacitação já foi iniciado e o mapeamento de controle de riscos está programado para o exercício 2016.

6.1.3.4 Indicadores Gerenciais Sobre a Gestão de Pessoas

a) Aposentadoria Versus Reposição do Quadro.

Em 2015, houve 4 (quatro) aposentadorias de magistrados e 75 (setenta e cinco) aposentadorias de servidores. Por outro lado, tomaram posse 15 (quinze) magistrados (por motivo de concurso público, nomeação de desembargador, remoção nacional e transferência por permuta) e 187 (cento e oitenta e sete) servidores. Porém, essas nomeações não se destinaram apenas ao preenchimento dos cargos vagos em função das mencionadas aposentadorias, tendo se destinado também ao preenchimento de cargos provenientes de outras vacâncias e de cargos criados mediante lei.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Rotatividade – Turnover

O TRT da 15ª Região apresentou, no ano de 2015, um total de saídas e entradas, conforme quadro a seguir:

QUADRO 153 - *TURNOVER*

MOTIVO DE SAÍDA	TOTAL
APOSENTADORIA	79
EXONERAÇÃO A PEDIDO	9
FALECIMENTO	3
POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULAVEL	21
REDISTRIBUIÇÃO	35
REMOÇÃO NACIONAL	6
TRANSFERÊNCIA POR PERMUTA	5
TOTAL	158
MOTIVO DE ADMISSÃO	TOTAL
CONCURSO PÚBLICO	188
REDISTRIBUIÇÃO	26
REMOÇÃO NACIONAL	2
TRANSFERÊNCIA POR PERMUTA	5
TOTAL	221

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

Considerando-se que o número de magistrados e servidores ativos apurados em 31 de dezembro de 2015 era de 4174 (410 magistrados e 3764 servidores), o TRT da 15ª Região apresentou, em 2015, um índice de rotatividade de pessoal (*turnover*) de 7,19 %, utilizando-se a seguinte fórmula: (nº de saídas + nº de admissões)/2/nº de funcionários ativos.

Já a taxa de desligamento em 2015 foi de 3,79 %, utilizando-se a fórmula nº de saídas/nº de funcionários ativos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

6.1.4.1 Contratação de Mão de Obra para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano de Cargos (Regular)

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu *Informações* da página eletrônica www.trt15.jus.br, no submenu identificado por *Transparência*, no qual estão inseridas as informações exigidas pela Resolução CNJ n.º 102/2009, especificamente no Anexo VI – Empregados de Empresas Contratadas em *Exercício* do Órgão.

Não obstante, segue o quadro disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União para estas contas, devidamente preenchido.

QUADRO 154 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante							
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-15ª REGIÃO							
UG/Gestão:				CNPJ: 03.773.524/0001-03			
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Objeto	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
				Início	Fim		
2010	Limpeza	42	69.207.805/0001-61	01/07/10	30/10/15	---	E
2010	Limpeza	49	69.207.805/0001-61	01/07/10	30/10/15	---	E
2010	Limpeza	43	78.533.312/0001-58	01/07/10	30/06/15	---	E
2010	Limpeza	75	78.533.312/0001-58	01/07/10	30/06/15	---	E
2015	Limpeza	68	08.237.641/0001-76	01/07/15	30/11/15	---	E
2015	Limpeza	98	69.207.805/0001-61	01/11/15	30/04/18	Não há	A
2015	Limpeza	101	03.767.254/0001-28	01/12/15	30/05/18	Não há	A
2015	Limpeza	102	07.809.721/0001-96	01/12/15	30/05/18	Não há	A
2011	Vigilância	79	00.332.087/0001-02	03/11/11	02/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	P
2013	Vigilância	75	08.752.749/0001-05	18/11/13	17/05/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2013	Vigilância	76	00.332.087/0001-02	18/11/13	17/05/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2014	Vigilância	127	08.752.749/0001-05	09/12/14	06/06/15	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	E
2015	Vigilância	81	00.332.087/0001-02	15/09/15	02/11/16	Certificado de Conclusão de Vigilante (CNV)	A
2015	Vigilância	82	78.533.312/0001-58	11/09/15	02/11/16	Certificado de Conclusão de	A

						Vigilante (CNV)	
2010	Ascensorista	15	51.265.841/0001-61	01/05/10	30/04/15	---	E
2010	Aux. de Manutenção	20	51.265.841/0001-61	01/05/10	30/04/15	----	E
2010	Eletricista	28	00.482.840/0001-38	03/05/10	15/12//15	-----	E
2010	Aux. de Almoxarife	53	57.695.058/0001-14	13/07/10	12/07/15	-----	E
2011	Copeiras	33	03.623.340/0001-67	01/06/11	31/01/16	-----	E
2011	Cozinheiras	44	57.695.058/0001-14	21/06/11	20/06/16	Não há	P
2011	Aux. de Serv. Gerais	78	03.623.340/0001-67	16/09/11	31/01/16	----	E
2012	Digitalização	20	61.584.843/0001-11	02/05/12	01/05/17	Ensino Superior/Médio ou Técnico	P
2012	Manutenção de Ar Condicionado	46	24.016.174/0001-11	08/06/12	07/06/17	E. Superior (Eng) e E. Médio (Técnico)	P
2012	Mecânico	67	10.299.217/0001-06	17/09/12	01/01/15	----	E
2012	Motoristas	92	05.969.071/0001-10	05/12/12	05/06/15	----	E
2013	Digitalização	40	01.573.795/0001-90	03/06/13	04/05/15	----	E
2013	Jardineiro	46	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2013	Garçons	47	57.695.058/0001-14	17/06/13	16/06/18	Não há	P
2014	Auxiliar Bucal	70	00.482.840/0001-38	21/07/14	20/01/17	Ensino Médio	A
2014	Recepcionista	73	02.780.863/0001-54	18/08/14	17/02/17	Ensino Médio	A
2014	Telefonista	92	68.970.680/0001-00	01/10/15	31/03/17	Ensino Médio	A
2014	Telefonista	93	08.237.641/0001-76	01/10/15	31/03/17	Ensino Médio	A
2014	Aux. de Expedição	105	68.970.680/0001-00	03/11/14	02/05/17	Ensino Médio	A
2014	Mecânico	122	08.237.641/0001-76	02/01/15	01/07/17	Ensino Fundamental	A
2015	Ascensorista	33	19.448.658/0001-99	04/05/15	02/11/15	----	E
2015	Motoristas	17	69.207.805/0001.61	13/04/15	12/10/17	Ensino Médio	A
2015	Auxiliar de Manutenção	27	01.211.015/0001-61	22/04/15	21/10/17	Não há	A
2015	Aux. de Almoxarife	60	05.576.482/0001-46	23/06/15	22/12/17	Ensino Fundamental	A

2015	Ascensoristas	94	57.695.058/0001-14	07/10/15	06/04/18	Não há	A
2015	Encanador/ Eletricista	99	01.211.015/0001-61	06/11/15	05/05/18	Eletricista (Ensino Médio)	A

Fonte: Coordenadoria de Contratos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.1.4.2 Contratação de Estagiários

QUADRO 155 - CONTRATO DE SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIOS EDUCACIONAIS

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	A prestação, pela contratada, de serviços de operacionalização de programas de estágios educacionais de nível superior nas dependências do TRT, conforme especificações e orientações contidas no Termo de referência e seus Anexos.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE, inscrita no CNPJ nº 61.600.839/0001-35	16/04/2015	07/10/2017	Nível superior	A

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

No tocante à política de contratação de estagiários, em atendimento à sugestão do Ministério Público Federal constante nos autos do Procedimento Administrativo n.º 0000787-04.2012.5.15.0895, acolhida pelo TRT da 15ª Região, foi realizado no ano de 2014 o primeiro certame público para seleção de estagiários, em 25/11/2014, adotando-se, assim, um procedimento com ampla divulgação e critérios objetivos, com garantia da impessoalidade e transparência do ato administrativo.

O referido concurso público foi destinado à formação de cadastro reserva para o preenchimento de vagas de estágio que eventualmente viessem a surgir. Estas vagas estão distribuídas em 109 municípios, aqui chamados de localidades, que possuem unidades sob a competência do Regional.

Em 28/08/2015 houve a abertura de novo Concurso Público para preenchimento de vagas de estágio no âmbito da Justiça do Trabalho da 15ª Região.

Estas vagas são destinadas a estudantes de nível superior regularmente matriculados em estabelecimentos públicos ou particulares dos cursos superiores nas áreas relacionadas e oficialmente autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação: Direito, Administração de Empresas, Design Gráfico, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Midialogia, Comunicação Social – Multimídia, Comunicação Social – Rádio e TV, História e Logística. Puderam se candidatar ao estágio os estudantes que estavam cursando, pelo menos, o 3º ano ou o 5º semestre de um curso de graduação de 04 (quatro) anos ou mais de duração, ou que tivessem cumprido pelo menos 50% (cinquenta por cento) do tempo previsto para a conclusão de curso de menor duração, cujas áreas fossem de interesse para este Tribunal.

No que concerne à organização do processo seletivo e aplicação das provas, foi realizada a contratação direta do Centro Integrado Empresa Escola para realização dos Concursos, nos termos do art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, dispensando-se o processo licitatório.

As normas regulamentadoras da política de contratação de estagiários estão previstas na Lei do Estágio nº 11.788/2008 e no Ato Regulamentar GP nº 12/2014.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

A seguir, demonstrativo da composição do quadro de estagiários:

QUADRO 156 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	474	495	482	554	4.986.309,46
1.1 Área Fim	461	477	465	540	4.860.301,64
1.2 Área Meio	13	18	17	14	126.007,82
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	474	495	482	554	4.986.309,46

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

O Quadro seguinte demonstra o custo mensal da bolsa auxílio, auxílio-transporte e taxa de administração, referentes aos anos de 2014 e 2015.

QUADRO 157 - PROGRAMA DE ESTÁGIO - CUSTOS

ANO 2014					
MÊS	QUANTITATIVO ESTAGIÁRIOS ATIVOS	BOLSA AUXÍLIO	AUXÍLIO-TRANSPORTE	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	TOTAL GERAL
JANEIRO	433	302.183,33	16.920,80	11.881,52	330.985,65
FEVEREIRO	425	292.727,27	47.840,00	11.662,00	352.229,27
MARÇO	487	336.678,70	55.140,80	13.363,28	405.182,78
ABRIL	500	343.174,99	56.087,20	14.640,00	413.902,19
MAIO	501	346.292,19	56.732,00	14.669,28	417.693,47
JUNHO	513	353.550,76	57.792,80	15.020,64	426.364,20
JULHO	508	351.105,27	57.465,20	14.874,24	423.444,71
AGOSTO	504	348.443,95	56.934,80	14.757,12	420.135,87
SETEMBRO	502	344.350,01	56.326,40	14.698,56	415.374,97
OUTUBRO	505	349.571,19	57.075,20	14.786,40	421.432,79
NOVEMBRO	477	331.091,25	54.147,60	13.966,56	399.205,41
DEZEMBRO	453	312.931,11	51.235,60	13.263,84	377.430,55
ANO 2015					
MÊS	QUANTITATIVO ESTAGIÁRIOS ATIVOS	BOLSA AUXÍLIO	AUXÍLIO-TRANSPORTE	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	TOTAL GERAL
JANEIRO	351	245.033,34	8.429,20	10.277,28	263.739,82
FEVEREIRO	340	230.183,34	37.679,20	9.955,20	277.817,74
MARÇO	474	326.416,18	53.549,60	13.878,72	393.844,50
ABRIL	508	346.491,25	56.763,20	14.874,24	418.128,69
MAIO	492	324.170,00	53.268,80	14.405,76	391.844,56
JUNHO	495	343.368,41	56.118,40	14.493,60	413.980,41
JULHO	489	335.020,00	54.849,60	14.317,92	404.187,52
AGOSTO	469	372.361,89	53.268,80	13.732,32	439.363,01
SETEMBRO	482	382.780,95	54.756,00	14.112,96	451.649,91
OUTUBRO	537	425.276,17	60.845,20	15.723,36	501.844,73
NOVEMBRO	544	432.013,03	61.833,20	15.928,32	509.774,55
DEZEMBRO	554	440.842,10	63.070,80	16.221,12	520.134,02
BOLSA AUXÍLIO		800,00			
AUXÍLIO TRANSPORTE		114,40			
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		29,28			

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas



6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

a) Com relação à gestão do patrimônio:

- a Coordenadoria de Material e Logística efetuou a atualização dos mobiliários das unidades trabalhistas que tiveram suas instalações transferidas para novo imóvel. São elas: VT de Garça, VT de Porto Ferreira, VT de São Roque, FT de Paulínia, FT de Presidente Prudente, VT de Cravinhos, VT de Indaiatuba, FT de Limeira, VT de Rio Claro, VT de Itatiba, VT de Sumaré, FT de Bauru, FT de São José dos Campos. Nestas unidades foi promovida a troca dos mobiliários com mais de 10 anos de uso por mobiliário ergonômico;
- os Centro Integrados de Conciliação de 2º Grau (Rua Dr. Quirino, 1080) e de 1º Grau (FT de Campinas, Presidente Araçatuba, Bauru, São José dos Campos, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto) foram dotados de mobiliário novo e ergonômico;
- foi definida a padronização do mobiliário, especialmente, as estações de trabalho, poltronas e cadeiras;
- será providenciada a aquisição de cadeiras e estações de trabalho (audiência) para troca de bens não ergonômicos e com mais de dez anos de uso durante o ano de 2016, conforme o Plano Estratégico 2015-2020, mediante disponibilidade orçamentária.
- intensificação dos processos de doação de bens ociosos, correspondentes a mobiliário e equipamentos de informática, na própria localidade, para redução de custos e atendimento à comunidade local.

b) No tocante à infraestrutura para o cumprimento da missão institucional, a unidade trabalhista deve ser provida de:

- instalações e manutenções nas redes elétrica, lógica e de telefonia, divisórias, tablados e revestimentos, instalação de vidros, persianas e balcões de atendimento;
- iluminação adequada, climatização de ambientes mediante instalação de equipamentos de ar condicionado e respectiva manutenção;
- contratação de limpeza ordinária das instalações, bem como limpeza em caixas d'água, caixas de gordura, calhas, vidros e áreas externas;
- contratação de serviços de manutenção em elevadores, geradores, serviços de telefonia, controle e demanda de energia elétrica, telefonia comutada e aquisição e instalação de PABX.

Além desses itens, prover a unidade trabalhista com orientações quanto aos serviços de manutenção e a destinação de materiais usados, de acordo com as diretrizes de sustentabilidade. A Coordenadoria de Manutenção elabora descrições, com projeto básico para contratação de serviços de manutenção em elevadores, geradores, serviços de telefonia, aquisição e instalação de PABX e controle de demanda de energia elétrica.



6.2.1 Gestão da Frota de Veículos

6.2.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Resolução nº 83 CNJ, de 10 de junho de 2009 - Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.
- Resolução nº 68 CSJT, de 21 de junho de 2010 – Dispõe sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

6.2.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC

A instituição trabalha para alcançar credibilidade e reconhecimento por atributos como celeridade, efetividade e qualidade na prestação do serviço público, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania, sob a diretriz de valorização das pessoas.

As ações estratégicas não podem pressupor a estagnação das atividades operacionais de todo o Tribunal, sob pena de se deixar de promover a realização da justiça nas relações de trabalho nesta jurisdição, razão de existir deste Órgão.

Assim sendo e considerando a capilaridade jurisdicional desta Região Trabalhista, com 153 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, a relevância da frota de veículos é clara, na medida em que viabiliza a razoável duração do processo, ao promover o transporte dos autos físicos, ainda uma realidade neste Tribunal, além de garantir a melhoria dos serviços prestados, conferindo agilidade na tramitação de autos e documentos e transporte de autoridades e pessoas em ações operacionais entre as unidades deste Tribunal.

Assegura, também, a melhor aplicação dos recursos, objetivo estratégico constante do Plano Institucional, na medida em que a frota serve a ações planejadas com antecedência, diminuindo o custo das viagens e deslocamentos urgentes.

6.2.1.3 Quantidade de Veículos Por Categoria de Uso e Por Regionalização

As informações sobre a frota de veículos estão disponíveis no sítio do Tribunal, no menu *Informações* da página eletrônica www.trt15.jus.br, no submenu identificado por *Transparência*, especificamente no item “*Frota de Veículos*”.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 158 - VEÍCULOS POR GRUPO - REPRESENTAÇÃO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	FLUENCE	FTP5831	PRETA	2.0	2014	2015	172506	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FVC7057	PRETA	2.0	2014	2015	172509	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FUD0284	PRETA	2.0	2014	2015	172507	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FVG3116	PRETA	2.0	2014	2015	172505	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FXK9659	PRETA	2.0	2014	2015	172508	MISTO	ÓTIMO
TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO									5

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

QUADRO 159 - VEÍCULOS POR GRUPO - INSTITUCIONAL

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	FLUENCE	FIL4109	PRETA	2.0	2014	2015	164586	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FIL4110	PRETA	2.0	2014	2015	164590	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FIL4111	PRETA	2.0	2014	2015	164587	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FTH3722	PRETA	2.0	2014	2015	164589	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	FLUENCE	FRX0343	PRETA	2.0	2014	2015	164588	MISTO	ÓTIMO
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3022	PRETA	2.0	2012	2013	155353	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3023	PRETA	2.0	2012	2013	155350	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3025	PRETA	2.0	2012	2013	155349	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3026	PRETA	2.0	2012	2013	155352	MISTO	BOM
CITROEN	C4 PALLAS	FGL3027	PRETA	2.0	2012	2013	155351	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5702	PRETA	1.8	2011	2012	143626	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5708	PRETA	1.8	2011	2012	143625	MISTO	BOM
TOYOTA	COROLLA GLI	DMN5714	PRETA	1.8	2011	2012	143627	ÁLCOOL	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5644	PRETA	2.0	2010	2011	140430	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5651	PRETA	2.0	2010	2011	140432	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5662	PRETA	2.0	2010	2011	140433	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5670	PRETA	2.0	2010	2011	140431	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5632	PRETA	2.0	2009	2010	126413	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5633	PRETA	2.0	2009	2010	126414	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5634	PRETA	2.0	2009	2010	126415	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5635	PRETA	2.0	2009	2010	126416	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5636	PRETA	2.0	2009	2010	126417	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5637	PRETA	2.0	2009	2010	126418	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5638	PRETA	2.0	2009	2010	126419	MISTO	BOM
NISSAN	SENTRA	DMN5639	PRETA	2.0	2009	2010	126420	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7305	PRETA	2.0	2008	2008	111876	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7306	PRETA	2.0	2008	2008	111869	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7307	PRETA	2.0	2008	2008	111866	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7308	PRETA	2.0	2008	2008	111867	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7309	PRETA	2.0	2008	2008	111868	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7310	PRETA	2.0	2008	2008	111865	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7311	PRETA	2.0	2008	2008	111864	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7312	PRETA	2.0	2008	2008	111863	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7313	PRETA	2.0	2008	2008	111861	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7314	PRETA	2.0	2008	2008	111878	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7315	PRETA	2.0	2008	2008	111877	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7316	PRETA	2.0	2008	2008	111860	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7318	PRETA	2.0	2008	2008	111874	GASOLINA	BOM



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RENAULT	MEGANE DYN	DMN7319	PRETA	2.0	2008	2008	111870	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7320	PRETA	2.0	2008	2008	111872	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7321	PRETA	2.0	2008	2008	111871	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7322	PRETA	2.0	2008	2008	111862	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7323	PRETA	2.0	2008	2008	111873	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7324	PRETA	2.0	2008	2008	111859	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7301	PRETA	2.0	2007	2008	111816	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7302	PRETA	2.0	2007	2008	111817	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7304	PRETA	2.0	2007	2008	111819	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5204	PRETA	1.6	2007	2007	105919	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5205	PRETA	1.6	2007	2007	105929	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5210	PRETA	1.6	2007	2007	105918	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5211	PRETA	1.6	2007	2007	105931	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5222	PRETA	1.6	2007	2007	105927	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5223	PRETA	1.6	2007	2007	105922	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5234	PRETA	1.6	2007	2007	105921	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5235	PRETA	1.6	2007	2007	105932	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5240	PRETA	1.6	2007	2007	105926	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5241	PRETA	1.6	2007	2007	105930	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5253	PRETA	1.6	2007	2007	105925	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5264	PRETA	1.6	2007	2007	105923	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5265	PRETA	1.6	2007	2007	105924	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5271	PRETA	1.6	2007	2007	105928	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	DMN5272	PRETA	1.6	2007	2007	105920	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2167	PRETA	2.0	2006	2007	139824	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2247	PRETA	2.0	2006	2007	139825	GASOLINA	BOM
RENAULT	MEGANE	JJE2287	PRETA	2.0	2006	2007	139826	GASOLINA	BOM
TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL									65

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

QUADRO 160 - VEÍCULOS POR GRUPO - SERVIÇO

MARCA	MODELO	PLACAS	COR	MOTOR	ANO	MODELO	TOMBO	COMBUSTÍVEL	USO
RENAULT	SANDERO	FIL4116	BRANCA	1.6	2014	2014	164460	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	SANDERO	FIL4117	BRANCA	1.6	2014	2014	164459	MISTO	ÓTIMO
RENAULT	SANDERO	FIL4118	BRANCA	1.6	2014	2014	164461	MISTO	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FQI6241	BRANCA	2.3	2014	2014	164602	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FRG4831	BRANCA	2.3	2014	2014	164601	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FKK2450	BRANCA	2.3	2014	2014	172193	DIESEL	ÓTIMO
CITROEN	JUMPER	FVQ6408	BRANCA	2.3	2014	2014	172194	DIESEL	ÓTIMO
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7431	BRANCA	2.3	2012	2013	152498	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7451	BRANCA	2.3	2012	2013	152499	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M	DMN7461	BRANCA	2.3	2012	2013	152500	DIESEL	BOM
RENAULT	MEGANE DYN	DMN7317	PRETA	2.0	2008	2008	111875	GASOLINA	BOM
PEUGEOT	BOXER FURGM VID	DMN5229	BRANCA	2.8	2006	2007	105018	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5267	BRANCA	2.8	2006	2007	105315	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5268	BRANCA	2.8	2006	2007	105316	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5269	BRANCA	2.8	2006	2007	105314	DIESEL	BOM
PEUGEOT	BOXER 330M HDI	DMN5270	BRANCA	2.8	2006	2007	105317	DIESEL	BOM



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

MARCOPOLO	VOLARE V6 MO	DBS6109	PRATA	4.6	2006	2006	82166	DIESEL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0866	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87530	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0867	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87531	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0868	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87529	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0869	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87528	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0870	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87527	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0871	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87539	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0872	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87541	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0874	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87540	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0875	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87533	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0876	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87534	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0877	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87535	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0878	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87536	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0879	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87538	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0880	PRETO NINJA	1.8	2006	2006	87537	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0884	PRETO NINJA	1.6	2006	2006	87526	MISTO	BOM
MERCEDES BENZ	L 1318	DMN0896	BRANCA	5.8	2006	2006	102632	DIESEL	BOM
MERCEDES BENZ	L 1318	DMN0897	BRANCA	5.8	2006	2006	102633	DIESEL	BOM
AGRALE	8500 TCA	DMN0898	BRANCA	5.8	2006	2006	101444	DIESEL	BOM
AGRALE	8500 TCA	DMN0899	BRANCA	5.8	2006	2006	101445	DIESEL	BOM
VOLKSWAGEN	SANTANA CONF	DMN0865	PRETO NINJA	1.8	2005	2006	87532	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0881	PRETO NINJA	1.6	2005	2006	87525	MISTO	BOM
VOLKSWAGEN	GOL	DMN0882	PRETO NINJA	1.6	2005	2006	87524	MISTO	BOM
RENAULT	MEGANE PRI	JFP6716	PRETA	2.0	2004	2004	139823	GASOLINA	BOM
FIAT	DUCATO CARGO	BPZ8203	BRANCO	2.8	2003	2004	67443	DIESEL	BOM
GM	ASTRA MPFI	BPZ8176	PRETO	1.8	2002	2003	62846	ÁLCOOL	BOM
GM	ASTRA MPFI	BPZ8178	PRETO	1.8	2002	2003	62845	ÁLCOOL	BOM
VOLKSWAGEN	PARATI	BPZ8639	CINZA	1.6	2001	2002	58256	ÁLCOOL	BOM
TOTAL DA CATEGORIA SERVIÇO									44

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 161 - VEÍCULOS POR GRUPO - TOTAL

TOTAL DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO	5
TOTAL DA CATEGORIA INSTITUCIONAL	65
TOTAL DA CATEGORIA SERVIÇO	44
TOTAL GERAL DA FROTA	114

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

6.2.1.4 Razões da Escolha da Aquisição em Detrimento da Locação

A razão da escolha fundamenta-se na opção da política estratégica da Instituição, que abrange questões de segurança pessoal dos magistrados no exercício da prestação jurisdicional.

6.2.1.5 Idade Média da Frota, por Grupo de Veículos

QUADRO 162 – IDADE MÉDIA DA FROTA POR GRUPO

MÉDIA DA CATEGORIA REPRESENTAÇÃO	1 ano
MÉDIA DA CATEGORIA INSTITUCIONAL	6,4 anos
MÉDIA DA CATEGORIA SERVIÇO	9,8 anos
MÉDIA TOTAL GERAL DA FROTA	8,1 anos

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes

6.2.1.6 Despesas Associadas à Manutenção da Frota

QUADRO 163 – CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA

CATEGORIA	COMBUSTÍVEIS	MANUTENÇÃO	PEDÁGIO	HIGIENIZAÇÃO	TOTAL
REPRESENTAÇÃO	R\$ 78.061,52	R\$ 23.703,25	R\$ 14.044,10	R\$ 6.550,00	R\$ 122.358,87
INSTITUCIONAL	R\$ 422.860,01	R\$ 265.189,95	R\$ 200.906,40	R\$ 53.655,00	R\$ 932.611,36
SERVIÇO	R\$ 187.330,38	R\$ 155.642,20	R\$ 60.562,60	R\$ 9.401,40	R\$ 412.936,58
T O T A L	R\$ 688.251,91	R\$ 444.535,40	R\$ 275.513,10	R\$ 69.606,40	R\$ 1.477.906,81

Fonte: Assessoria de Segurança e Transportes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

6.2.2.1 Estrutura de Controle e de Gestão do Patrimônio

A estrutura, a conservação e a manutenção dos imóveis são geridas pela Coordenadoria de Projetos e Obras. O controle sobre o número de imóveis e cadastramento no Sistema SPIUnet é efetuado pela Secretaria da Administração.

6.2.2.2 Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

QUADRO 164 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA UG 080011	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014	
BRASIL	Município de Barretos	1	1
	Município de Bauru	1	1
	Município de Bebedouro	1	1
	Município de Birigui	2	2
	Município de Botucatu	1	1
	Município de Campinas	5	5
	Município de Capão Bonito	1	1
	Município de Catanduva	1	1
	Município de Cruzeiro	1	1
	Município de Fernandópolis	1	1
	Município de Franca	1	1
	Município de Itapetininga	1	1
	Município de Itápolis	1	1
	Município de Ituverava	1	1
	Município de Jaboticabal	1	2
	Município de Jales	1	1
	Município de Jaú	1	1
	Município de Lençóis Paulista	1	1
	Município de Lins	1	1
	Município de Marília	1	1
	Município de Matão	2	2
	Município de Mogi Guaçu	1	1
	Município de Mogi Mirim	1	1
	Município de Piracicaba	1	1
	Município de Porto Ferreira	1	1
	Município de Presidente Prudente	1	1
	Município de Ribeirão Preto	2	2
	Município de Rio Claro	1	1
	Município de São Carlos	1	1
	Município de S. João Boa Vista	1	1
	Município de S. José Rio Pardo	1	1
	Município de S. José Rio Preto	1	1
Município de S. José dos Campos	2	2	
Município de Sorocaba	1	1	
Município de Tatuí	1	1	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Município de Taubaté	1	1
	Município de Votuporanga	2	2
Total		46	47

Fonte: Secretaria da Administração

6.2.2.3 Qualidade e Completude dos Registros no SPIUnet

Os imóveis desta unidade gestora, estão cadastrados no Sistema de Registro de Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet. Os terrenos com benfeitorias foram avaliados e, posteriormente corrigidos anualmente. Os terrenos sem benfeitorias são corrigidos a cada dois anos.

QUADRO 165 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG 080011	RIP	Regime	Estado de Conservação	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
TERRENOS COM EDIFICAÇÕES					
Bauru	6219.00050.500-1	13	Regular	21/07/15	298.633,42
Botucatu	6249.00015.500-2	11	Bom	23/09/15	1.466.913,32
Campinas Sede Adm	6291.00283.500-1	11	Bom	21/12/15	83.045.765,27
Campinas Sede Judic	6291.00287.500-3	11	Muito bom	17/07/15	162.082.380,29
Campinas B.Jaguara 945	6291.00072.500-4	13	Bom	17/07/15	3.527.650,78
Campinas FT	6291.01821.500-8	13	Novo	17/07/15	99.489.612,69
Cruzeiro	6369.00010.500-6	11	Novo	17/07/15	2.593.333,20
Jales	6597.00003.500-6	13	Bom	23/09/15	777.261,72
Jaú	6607.00005.500-8	11	Bom	23/09/15	1.519.179,29
Lençóis Pta	6637.00004.500-4	13	Bom	23/09/15	2.467.485,39
Matão	6687.00003.500-5	13	Bom	23/09/15	848.319,79
Mogi Guaçu	6715.00012.500-3	11	Novo	21/07/15	4.293.359,63
Mogi Mirim	6717.00003.500-0	11	Bom	23/07/15	1.175.002,74
Piracicaba	6875.00016.500-5	13	Bom	23/07/15	4.254.306,40
Presid.Prudente	6929.00035.500-1	13	Novo	16/11/15	9.250.642,42
Ribeirão Preto Arquivo	6969.00030.500-3	13	Regular	23/07/15	4.275.196,10
Ribeirão Preto FT	6969.00043.500-4	11	Novo	21/07/15	11.887.251,69
Rio Claro	6979.00008.500-0	13	Novo	17/07/15	5.194.135,54
São João B.Vista	7083.00003.500-0	13	Bom	23/09/15	1.152.008,11
São José Rio Preto	7097.00058.500-0	13	Novo	21/07/15	10.522.736,65
São José Campos FT	7099.00519.500-1	11	Bom	21/07/15	12.881.592,30
São José Campos Arq.	7099.00517.500-0	13	Bom	21/07/15	1.292.265,94
Sorocaba	7145.00222.500-4	11	Bom	21/07/15	5.315.524,23
Votuporanga	7245.00010.500-8	13	Bom	21/07/15	655.980,18
TERRENOS SEM EDIFICAÇÕES					
Barretos	6209.00022.500-1	13		11/05/15	77.790,89



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Bebedouro	6221.00004.500-2	11	-	11/05/15	117.097,47
Birigui	6229.00005.500-3	11	-	11/05/15	77.342,34
Birigui (ex.RFFSA)	6229.00013.500-7	13	-	11/05/15	22.387,95
Campinas (ex RFFSA)	6291.02778.500-8	13	-	25/11/14	11.517.321,00
Capão Bonito	6305.00005.500-2	11	-	28/08/14	48.163,88
Catanduva	6323.00046.500-4	13	-	22/05/14	91.726,48
Fernandópolis	6411.00004.500-8	11	-	20/05/15	26.529,03
Franca	6425.00014.500-2	13	-	19/05/15	900.589,22
Itapetininga	6547.00006.500-6	13	-	22/05/14	168.312,41
Itápolis	6555.00006.500-7	11	-	20/05/15	12.754,63
Itupeva	6583.00008.500-3	11	-	20/05/15	11.339,87
Jaboticabal	6587.00008.500-6	13	-	22/05/14	141.136,57
Lins	6643.00025.500-3	13	-	19/05/15	66.544,26
Marília	6681.00025.500-6	11	-	11/05/15	153.770,36
Matão	6687.00006.500-1	13	-	15/12/14	52.400,00
Porto Ferreira	6915.00012.500-6	13	-	19/05/15	118.227,42
São Carlos *terreno será disponibilizado à SPU/SP	7079.00014.500-1	11	-	24/09/13	202.924,25
São José Rio Pardo	7095.00004.500-9	11	-	20/05/15	32.482,49
Tatui	7181.00005.500-0	13	-	22/05/14	261.982,08
Taubaté	7183.00029.500-8	13	-	19/05/15	2.127.178,19
Votuporanga	7245.00039.500-6	11	-	04/06/14	511.843,20

Fonte: Secretaria da Administração

6.2.2.4 Despesas de Manutenção e Qualidade dos Registros Contábeis

Os gastos na manutenção de bens imóveis, ocupados pelas Unidades desta Corte para a prestação jurisdicional foram demandados pelas Áreas responsáveis pela Gestão do Patrimônio Imobiliário do Órgão. O total liquidado no exercício somou 8 milhões, sendo R\$ 4,4 milhões amparados por créditos consignados na LOA/2015 e R\$ 3,6 milhões suportados pelos recursos relativos a Restos a Pagar Não Processados.

As despesas empenhadas no exercício de 2015 destinadas à manutenção de bens imóveis somaram R\$ 7 milhões, assim contabilizadas por natureza de despesa detalhada:

- R\$ 910 mil em materiais de consumo adquiridos como: itens para a marcenaria, módulos para tablado de salas de audiência, persianas; fornecimento de vidros para divisórias, materiais hidráulicos, dentre outros;
- R\$ 47 mil na contratação de serviços de pessoas físicas, aplicados em: iluminação, pintura e impermeabilização, manutenção de muro e calçada, adequação das instalações elétricas e hidráulicas, dentre outros;
- R\$ 1,5 milhão na contratação de serviços de locação de mão de obra, destinados sobretudo à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

manutenção especializada em hidráulica, elétrica e sistema de ar-condicionado;

- R\$ 4,6 milhões gastos com serviços prestados por pessoa jurídica, sendo os mais relevantes aplicados na manutenção de: ambiente seguro da sala-cofre, reformas de sanitários, substituição de lâmpadas para as do tipo Led, pisos e forros, atualização tecnológica de instalações elétricas, elevadores, condicionadores de ar, dentre outras reformas diversas.

Do total empenhado no exercício, R\$ 4,4 milhões foram liquidados no ano de 2015 e R\$ 2,6 inscritos em Restos a Pagar Não Processados a serem liquidados no ano seguinte.

A execução de Restos a Pagar, inscritos e reinscritos em 31 de dezembro de 2014 e liquidados no exercício de 2015, contabilizou R\$ 3,6 milhões aplicados, sobretudo, na realização de reformas e manutenção em diversos prédios que abrigam as Unidades Trabalhistas, bem como em suas instalações, como elevadores e ar-condicionado central, assim contabilizados por natureza de despesa detalhada:

- R\$ 160 mil na aquisição de material de consumo,
- R\$ 5 mil gastos com serviços de pessoa física,
- R\$ 182 aplicados nos contratos de locação de mão de obra, e
- R\$ 3,3 milhões destinados às contatações de serviços de pessoa jurídica.

6.2.2.5 Riscos e Controles Relacionados à Gestão dos Imóveis

Os imóveis com benfeitorias são avaliados periodicamente e atualizados, no Sistema SPIUnet. O controle é feito por esse sistema, que é constantemente atualizado.

6.2.3 Cessão de Espaço Físico e Imóveis a Órgãos Públicos e Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

QUADRO 166 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00283.500-1
	Endereço	Rua Dr. Quirino, 1.080, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço	29,63 m ²



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 502,73 mensais (cessão do espaço) R\$ 134,80 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00287.500-5
	Endereço	Rua Barão de Jaguará, 901, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	73,16 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.310,89 mensais (cessão do espaço) R\$ 483,45 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00287.500-5
	Endereço	Rua Barão de Jaguará, 901, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	81,98 m²
	Valores e Benefícios	R\$ 1.463,98 mensais (cessão do espaço)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 535,25 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 11/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	116,55 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.093,00 mensais (cessão do espaço) R\$ 493,55 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	118,39 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.114,17 mensais (cessão do espaço) R\$ 500,59 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	86.794.971/0001-76
	Nome ou Razão Social	Associação dos Advogados Trabalhistas de Campinas
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/10/2013
	Caracterização do espaço cedido	24,25 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 431,86 mensais (cessão do espaço) R\$ 437,41 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	51.908.705/0001-42
	Nome ou Razão Social	Associação dos Advogados de Campinas e Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 20/01/2014
	Caracterização do espaço cedido	21,64 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 385,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 372,35 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.01821.500-8
	Endereço	Av. José de Souza Campos, 422, Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	57.519.373/0001-90
	Nome ou Razão Social	Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 30/12/2013
	Caracterização do espaço cedido	88,86 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.752,91 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6607.00005.500-8
	Endereço	Rua Rolando D'Amico, 121, Jaú-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	12,04 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 205,03 mensais (cessão do espaço) R\$ 35,69 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Relacionados ao Imóvel	proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6687.00003.500-5
	Endereço	Rua Jundiáí, 1.270, Matão-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	23,47 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 398,22 mensais (cessão do espaço) R\$ 69,19 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6715.00012.500-3
	Endereço	Av. Brasil, 4.801, Mogi Guaçu-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	31,05 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 554,48 mensais (cessão do espaço) R\$ 226,81 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do	RIP	6875.00016.500-5



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Rua João Pedro Corrêa, 810, Piracicaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	43,60 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 742,47 mensais (cessão do espaço) R\$ 199,64 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6875.00016.500-5
	Endereço	Rua João Pedro Corrêa, 810, Piracicaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	64,50 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.151,82 mensais (cessão do espaço) R\$ 296,24 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6929.00035.500-1
	Endereço	Avenida 14 de Setembro, 1080, Presidente Prudente-SP



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	26/06/2015 a 30/06/2017
	Caracterização do espaço cedido	29,26 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 522,48 mensais (cessão do espaço) R\$ 96,81 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	50,37 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 902,54 mensais (cessão do espaço) R\$ 407,11 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	54,29 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 969,48 mensais (cessão do espaço) R\$ 436,71 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6969.00043.500-4
	Endereço	Rua Afonso Taranto, 105, Ribeirão Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	45.231.081/0001-79
	Nome ou Razão Social	Associação dos Advogados de Ribeirão Preto
	Atividade ou Ramo de Atuação	Associação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Sala para uso dos associados
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/10/2013
	Caracterização do espaço cedido	31,29 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 557,23 mensais (cessão do espaço) R\$ 954,75 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6979.00008.500-0
	Endereço	Av. Cidade Judiciária, 289, Rio Claro-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	30,25 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 115,70 mensais (cessão do espaço) R\$ 42,04 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7083.00003.500-0
	Endereço	Rua Luís Preveiro, 91, São João da Boa Vista-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	10,92 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 195,67 mensais (cessão do espaço) R\$ 29,29 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7097.00058.500-0
	Endereço	Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário	
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012	
	Caracterização do espaço cedido	29,10 m ²	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 521,42 mensais (cessão do espaço) R\$ 186,23 mensais (rateio de despesas)	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos		
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7097.00058.500-0	
	Endereço	Av. José Munia, 5500, São José do Rio Preto-SP	
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04	
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário	
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012	
	Caracterização do espaço cedido	41,74 m ²	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 745,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 267,98 mensais (rateio de despesas)	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios		
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos		
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7099.00519.500-1	
	Endereço	Rua Juiz David Barrilli, 85, São José dos Campos-SP	
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04	
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal	
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária	
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	149,60 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.671,51 mensais (cessão do espaço) R\$ 1.266,06 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145.00222.500-4
	Endereço	Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	24,48 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 438,64 mensais (cessão do espaço) R\$ 88,90 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	7145.00222.500-4
	Endereço	Rua Ministro Coqueijo Costa, 61, Sorocaba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço	22,66 m ²



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 404,65 mensais (cessão do espaço) R\$ 82,19 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2008 – Contrato 84/2008
	Endereço	Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 09/08/2012
	Caracterização do espaço cedido	26,86 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 514,59 mensais (cessão do espaço) R\$ 240,44 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2008 – Contrato 84/2008
	Endereço	Av. Nossa Senhora de Fátima, 3000, Americana-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/07/2012
	Caracterização do espaço cedido	26,86 m ²
	Valores e Benefícios	R\$ 514,59 mensais (cessão do espaço)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 240,44 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	08/2005 – Contrato 08/2005
	Endereço	Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	14.60 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 196,65 mensais (cessão do espaço) R\$ 44,84 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	08/2005 – Contrato 08/2005
	Endereço	Rua Duque de Caxias, 2.130, Araçatuba-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	26,10 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 321,89 mensais (cessão do espaço) R\$ 79,98 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	02/2008 – Contrato 28/2008
	Endereço	Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	55,57 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 486,13 mensais (cessão do espaço) R\$ 122,07 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	02/2008 – Contrato 28/2008
	Endereço	Av. José Bonifácio, 176, Araraquara-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	37,24 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 350,04 mensais (cessão do espaço) R\$ 81,66 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	643-98.2010.5.15.0895 PA – Contrato 09/2011
	Endereço	Av. Walter Antonio Fontana, 625, Assis -SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	45,07 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 613,79 mensais (cessão do espaço) R\$ 122,49 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	03/2009 – Contrato 02/2010
	Endereço	Rua General Osório, 1.174/1.188, Capivari -SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	27,51 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 372,17 mensais (cessão do espaço) R\$ 60,63 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Relacionados ao Imóvel	proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	01/2009 – Contrato 15/2009
	Endereço	Rua Recife, 585, Catanduva - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	52,85 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 321,75 mensais (cessão do espaço) R\$ 102,55 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	07/2001 – Contrato 48/2001
	Endereço	Rua Frei Germano, 2.310, Franca - SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	108,20 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.758,99 mensais (cessão do espaço) R\$ 284,85 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do	Processo de Locação	06/2006 – Contrato 50/2006



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Av. José Bonifácio, 497, Jaboticabal-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	24,98 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 292,60 mensais (cessão do espaço) R\$ 106,51 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	01/2001 – Contrato 17/2001
	Endereço	Rua Três de Abril, 09, Jacareí-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	30,27 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 386,15 mensais (cessão do espaço) R\$ 103,37 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0126/2014 – Contrato 91/2014
	Endereço	Rua Henrique Jacobs, 2.040, Limeira - SP



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	60,94 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 403,69 mensais (cessão do espaço) R\$ 162,88 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	18/2005 – Contrato 70/2005
	Endereço	Av. Tiradentes, 580, Marília-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	25,07 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 470,09 mensais (cessão do espaço) R\$ 53,52 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	18/2005 – Contrato 70/2005
	Endereço	Av. Tiradentes, 580, Marília-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	36,96 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 693,02 mensais (cessão do espaço) R\$ 78,97 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	05/2006 – Contrato 41/2006
	Endereço	Rua Paulo Sá, 565, Ourinhos-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	70,04 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.056,00 mensais (cessão do espaço) R\$ 222,35 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0233/2014 – Contrato 59/2014
	Endereço	Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	23,90 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 933,60 mensais (cessão do espaço) R\$ 117,31 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0233/2014 – Contrato 59/2014
	Endereço	Avenida dos Expedicionários, 1.500, Paulínia-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	23,83 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 339,39 mensais (cessão do espaço) R\$ 58,48 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	CP 0392/2014 – Contrato 83/2014
	Endereço	Rua José Teixeira Vilela Pai, 635, Porto Ferreira-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	13.60 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 63,84 mensais (cessão do espaço) R\$ 48,22 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011
	Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0001-91
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	25,21 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 441,07 mensais (cessão do espaço) R\$ 106,71 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo	19-15.2011.5.15.0895 PA – Contrato 14/2011
	Endereço	Rua Barão do Rio Branco, 689, Sertãozinho-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	15,48 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 270,82 mensais (cessão do espaço) R\$ 65,71 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	Processo de Locação	06/2007 – Contrato 57/2007
	Endereço	Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº, Taubaté-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Contratação direta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento bancário
	Prazo da Cessão	5 anos, a partir de 01/072012
	Caracterização do espaço cedido	35,70 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 526,79 mensais (cessão do espaço) R\$ 205,92 mensais (rateio de despesas)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Valor mensal, resultado da média de gastos dos 12 meses anteriores, proporcional à área ocupada.

Fonte: Secretaria da Administração



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.2.4 Informações Sobre Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 167 - LOCAÇÕES

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Exercício 2015		Exercício 2014	
		Quantidade	Aluguel Mensal (R\$)	Quantidade	Aluguel Mensal (R\$)
BRASIL	SÃO PAULO				
	Adamantina	1	41.520,00	1	40.000,00
	Americana	1	29.009,02	1	27.538,47
	Amparo	2	11.178,43	2	10.239,33
	Andradina	1	9.895,52	1	8.978,79
	Aparecida	1	9.203,79	1	8.439,20
	Araçatuba	1	20.309,40	1	20.309,40
	Araraquara	1	37.249,36	1	36.000,15
	Assis	1	26.889,44	1	24.913,78
	Atibaia	1	34.517,38	1	31.647,00
	Avaré	1	14.500,52	1	13.217,14
	Barretos	1	10.353,10	1	9.500,00
	Batatais	1	9.081,44	1	8.734,67
	Bebedouro	1	11.900,00	1	7.235,25
	Birigui	1	5.545,86	1	5.037,11
	Botucatu	1	2.165,30	1	1.990,17
	Bragança Paulista	1	12.337,13	1	11.365,39
	Caçapava	1	9.748,07	1	9.020,14
	Cajuru	1	23.565,74	1	21.899,21
	Campinas	4	121.515,59	3	76.190,95
	Campo Limpo Paulista	1	17.913,31	1	16.587,93
	Capão Bonito	1	20.381,45	1	18.500,00
	Capivari	1	13.900,00	1	11.427,19
	Caraguatatuba	1	16.922,50	1	15.781,50
	Catanduva	1	21.114,56	1	19.803,56
	Cravinhos	1	22.000,00	0	0
	Fernandópolis	1	8.000,00	1	6.803,06
	Franca	1	26.560,67	1	24.218,72
	Garça	1	10.559,00	2	12.411,18
	Guaratinguetá	1	10.936,43	1	10.038,23
Indaiatuba	2	46.223,93	1	12.096,46	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Itanhaém	1	16.107,34	1	15.283,56
Itapetininga	1	7.580,70	1	7.057,72
Itapeva	1	8.321,39	1	7.700,00
Itapira	1	17.913,07	1	16.496,06
Itápolis	1	9.637,18	1	8.854,45
Itararé	1	4.300,61	1	4.032,45
Itatiba	2	48.705,22	1	6.989,50
Itu	1	15.402,95	1	14.181,89
Ituverava	1	7.711,74	1	7.149,77
Jaboticabal	1	11.389,63	1	10.795,86
Jacareí	2	12.234,33	2	11.429,83
Jales	1	2.500,00	0	0
José Bonifácio	1	24.144,45	1	22.100,18
Jundiaí	1	18.468,81	1	17.402,06
Leme	1	9.753,57	1	9.100,18
Lençóis Paulista	1	8.601,21	1	8.064,89
Limeira	1	41.994,68	2	52.065,86
Lins	1	8.626,29	1	8.091,45
Lorena	1	2.460,57	1	2.228,78
Marília	1	28.671,61	1	26.530,59
Mogi Mirim	1	1.154,43	1	1.112,27
Olímpia	1	15.343,25	1	14.554,40
Orlândia	1	7.464,10	1	7.000,00
Ourinhos	1	13.016,03	1	12.342,15
Paulínia	1	66.246,00	2	80.802,48
Penápolis	1	7.269,77	1	7.028,01
Piedade	1	19.000,00	0	0
Pindamonhangaba	1	1.449,68	1	1.336,60
Pirassununga	1	8.193,00	1	7.588,22
Porto Ferreira	1	16.383,00	1	3.148,40
Presidente Venceslau	1	7.918,65	1	7.165,55
Rancharia	1	6.586,43	1	5.960,03
Registro	1	11.314,47	1	10.609,97
Rio Claro	1	8.630,84	1	8.294,10
Salto	1	21.995,86	1	21.158,00
Santa Bárbara D'Oeste	1	9.268,86	1	8.418,58
São Carlos	1	30.534,47	1	28.724,81
São Joaquim da Barra	1	4.330,19	1	4.060,57



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

São José dos Campos	1	4.634,75	1	4.301,39
São José do Rio Pardo	1	5.713,89	1	5.351,09
São Roque	1	22.000,00	2	28.819,83
São Sebastião	1	773,09	1	706,79
Sertãozinho	1	19.245,54	1	18.240,49
Sumaré	2	46.738,65	2	46.078,10
Tanabi	1	10.299,44	1	9.563,97
Taquaritinga	1	8.060,36	1	8.060,36
Tatuí	1	23.252,80	1	21.247,08
Taubaté	1	34.195,24	1	32.981,52
Teodoro Sampaio	1	18.567,12	1	17.291,04
Tietê	1	7.842,06	1	7.355,84
Tupã	1	11.836,00	2	16.353,80
Ubatuba	1	6.472,98	1	5.938,51
Votuporanga	1	3.225,00	1	3.000,00
Total	91	1.438.478,24	90	1.230.073,01

Fonte: Coordenadoria de Contratos

O TRT da 15ª Região (União) não possui imóveis em quantidade suficiente e nem em todas as localidades abrangidas pela 15ª Região, onde existam Fóruns Trabalhistas e/ou Varas do Trabalho criadas por Lei, razão pela qual a locação de imóveis é imprescindível para o bom desempenho, funcionalidade e atendimento aos Jurisdicionados.

O TRT da 15ª Região tem, por princípio, não investir ou despendar quaisquer valores em imóveis de terceiros, salvo situações excepcionalíssimas. Todas as reformas e manutenções que impliquem habitabilidade e segurança do imóvel são imputadas aos Locadores. Caso não o façam, o TRT assume as reformas/manutenções, descontando dos valores locativos os respectivos montantes. Somente as manutenções de pequena monta e ordinariamente 'de responsabilidade do locatário' são realizadas por este Regional, tais como vidros quebrados, lâmpadas queimadas, reatores, entupimentos etc.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

6.3 Gestão de Tecnologia da Informação

6.3.1 Informações Sobre os Principais Sistemas de Informações Utilizados pela Unidade

QUADRO 168 - PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Sistema	Objetivo	Principais funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável pela área de Negócio	Criticidade
Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe	Possibilitar a completa tramitação eletrônica de processos judiciais na Corte.	Cadastramento de iniciais de processos judiciais, audiências, registro de decisões e publicações, recursos a Órgãos Superiores. Contempla tanto a fase de conhecimento como a de execução	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	Presidência, Comitê Gestor Regional do Sistema e Núcleo de Apoio ao PJe	Alta
Sistema de Acompanhamento processual de 1º grau	Possibilitar a tramitação de processos físicos no âmbito deste Regional	Cadastramento da Inicial, audiências, registros de decisões e despachos, publicação das sentenças	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Presidência e Corregedoria Regional	Alta
Sistema de Acompanhamento Processual de 2º grau	Possibilitar a tramitação de processos físicos no 2º grau	Autuação dos recursos e processos originários, rotinas dos gabinetes e turmas, registro das decisões e publicação dos acórdãos	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Presidência	Alta
Egestão	Produzir estatística das tramitações processuais no 1º e 2º graus, transmitindo os resultados para a justiça em números do CNJ e para a Corregedoria do colendo Tribunal Superior do Trabalho - TST	Leitura e captura de informações detalhadas dos processos judiciais cadastrados nos sistemas eletrônicos, produzindo a estatística definida pelo TST	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Presidência e Comitê Gestor Regional do Egestão	Média
Sistema de Conciliação	Permite a comunicação com a Administração do Tribunal viabilizando a conciliação das partes em processos trabalhistas	Cadastro de solicitações, tratativas e agendamento das conciliações	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Vice-Presidência Judicial	Média
Certidão Eletrônica de Débitos Trabalhistas	Permite a emissão de certidão em tempo real, online, informando quando a existência ou não de um débito trabalhista	Emissão da certidão eletrônica de débitos trabalhistas	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Corregedoria Regional	Média
Sistema de Recursos Humanos	Realizar o registro e todas as operações que envolve a gestão dos recursos humanos do	Cadastro de magistrados e servidores com histórico temporal definido.	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Secretaria de Gestão de Pessoas	Média



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

	Regional, sejam magistrados ou servidores				
Sistema de Frequência	Realizar o registro de todas as ocorrências de frequência que o Tribunal possui	Cadastramento via web de todas as ocorrências possíveis de frequência, integrando com outros sistemas administrativos	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Secretaria de Gestão de Pessoas	Baixa
Folha de Pagamento	Elaborar e calcular todas as rotinas de folha de pagamento contemplando a legislação que envolve os magistrados e servidores do Tribunal	Cadastro de rubricas e parâmetros do Sistema. Integrado com outros sistemas administrativos propiciando o cálculo da folha de pagamento. Emissão de relatórios gerenciais	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Secretaria de Gestão de Pessoas	Média
Processo de Aquisição	Viabilizar as solicitações de aquisição de bens e serviços contemplando todo o processo de trabalho administrativo	Termos de requisição, andamento da solicitação, análise pelas áreas envolvidas, integração com orçamentos e finanças e com material e patrimônio	Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas	Secretaria da Administração	Média

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

6.3.2 Planejamento e Resultados da Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicações

O Planejamento Estratégico Institucional de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC, compreendendo os anos de 2015 a 2020, foi aprovado em sessão do Tribunal Pleno desta Corte em 17/12/2015, tendo como principais características :

Missão

Prover soluções de tecnologia da informação alinhadas à missão institucional.

Descrição da Missão

Oferecer a servidores e magistrados recursos tecnológicos que permitam a realização das atividades que visam ao bom funcionamento do Tribunal, apoiando-os com agilidade e especialidade, identificando as melhores soluções, adotando as melhores práticas, com previsibilidade, garantindo a disponibilidade, segurança, integridade, confidencialidade, qualidade e produtividade.

Visão

Buscar a satisfação do cliente e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

Descrição da Visão

Adotar uma cultura de planejamento que permita a adequação das demandas urgentes e a melhoria do tempo de resposta ao usuário, garantindo efetivamente a segurança das informações com o aprimoramento constante das tecnologias utilizadas, oferecendo uma melhoria da qualidade dos serviços prestados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Atributos de Valor para o público-alvo

Ética
Comprometimento
Credibilidade
Cooperação
Motivação
Resiliência
Inovação

Objetivos

Aprimorar o alinhamento Institucional e integração com outros Órgãos
Promover Segurança da Informação de TIC
Adotar as melhores práticas de TIC
Adotar as melhores práticas de TIC
Aumentar a eficiência no uso dos recursos orçamentários.
Atualizar e aprimorar as soluções de TIC
Aprimorar qualidade de vida no trabalho.

Paralelamente a isso, foi criado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC, encaminhado para aprovação da Administração do Tribunal, tendo sido aprovado pela Comissão de Informática em reunião realizada em 20/08/2015 e, após a aprovação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações – PETIC, no final de dezembro/2015 pelo Tribunal Pleno do Tribunal, aguarda aprovação final pela Presidência desta Corte. O PDTIC tem como características principais :

Metas

Alcançar 80% de satisfação dos clientes de TIC
Realizar reuniões quinzenais do Comitê Interno
Realizar reuniões quinzenais entre o Secretário e os Coordenadores
Aderir assertivamente a 90% das soluções nacionais de TIC
Implementar 99% das propostas de responsabilidade ambiental viáveis para TIC definidas pela Comissão Gestora da A3P do TRT 15
Implantar e manter 95% do padrão funcional de *softwares* em equipamentos
Implementar 95% das ações viáveis para segurança física de Ativos de Informação dos *datacenters*
Alcançar 99,7% de disponibilidade dos serviços de TIC
Capacitar 20% dos servidores da SETIC em gestão de processos até 2020
Mapear 99% dos processos de trabalho até 2020
Otimizar 99% dos processos de trabalho até 2020
Revisar continuamente os processos de trabalho



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

- Alcançar 99% dos projetos realizados dentro da metodologia
- Alcançar 90% dos projetos geridos no acervo da SETIC
- Alcançar 95% de precisão no planejamento de gastos de TIC
- Reduzir para até 10% o percentual de equipamentos fora de garantia
- Reduzir anualmente em 20% o número de tecnologias de *software* obsoletas
- Reduzir anualmente em 20% o índice de falhas nos sistemas em produção
- Realizar 10 ações por ano de disseminação do conhecimento
- Alcançar nível de excelência na satisfação dos servidores nos quesitos de QVT

Em relação ao alinhamento do PETIC com o Planejamento Estratégico Institucional – PEI, após este ter sido aprovado no início de 2015, foi realizado um trabalho de alinhamento da proposta do PETIC com o apoio da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) tendo como resultado final o plano que foi posteriormente aprovado conforme relatado anteriormente.

Neste sentido, a título de informação e especificação, o PEI tem como características que se alinham perfeitamente com o definido no PETIC :

Missão

Solucionar conflitos nas relações de trabalho

Visão de futuro para 2020

Aprimorar a qualidade na prestação de serviço, com estrutura adequada e sustentabilidade, visando à satisfação externa e interna

Atributos de Valor para a Sociedade

- Celeridade
- Qualidade
- Efetividade
- Ética
- Transparência
- Acessibilidade
- Valorização das pessoas
- Responsabilidade social
- Inovação

Objetivos Estratégicos Institucionais

- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa
- Aprimorar a prestação jurisdicional
- Aperfeiçoar as relações institucionais



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Otimizar os processos de trabalho
Aprimorar os serviços de TIC
Capacitar servidores e magistrados
Distribuir adequada e dinamicamente os recursos humanos
Modernizar os recursos de TIC
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho

Macrodesafios do Poder Judiciário

Garantia dos direitos de cidadania
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
Perspectiva Recursos Melhoria da gestão de pessoas
Aperfeiçoamento da gestão de custos
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

No tocante a atuação do Comitê Gestor de TI, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, existe previsão no Regimento Interno da Corte, art. 313, de Comissão de Informática com atribuições específicas para a área de tecnologia da informação :

“Art. 313. Compete à Comissão de Informática:

I - planejar e definir a política de informática;

II - promover intercâmbio e parceria com outras instituições;

III - regulamentar o uso de recursos de informática;

IV - opinar sobre a aquisição de equipamentos e programas, bem como definir suas destinações.”

Neste sentido, são realizadas mensalmente reuniões para discussão dos temas afeitos a área de Tecnologia da Informação a partir de iniciativas da própria Comissão ou de solicitação de outras áreas do Tribunal, como a Presidência por exemplo. Estas reuniões são registradas em atas próprias contendo os encaminhamentos definidos pelo Comitê, nomeado em Sessão Administrativa do Tribunal Pleno desta Corte em 08/11/2012 e que tem atualmente a seguinte composição :

Presidente

Desembargador Luiz Antonio Lazarim

Membros

Desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Desembargador Edmundo Fraga Lopes

Desembargador José Otávio de Souza Ferreira

Desembargador Claudinei Zapata Marques

Desembargador Wilton Borba Canicoba



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No tocante à capacitação dos servidores que atuam na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, foi realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações o mapeamento do processo de construção e execução do Plano de Capacitação, culminando com a criação do referido Plano de Capacitação para o ano de 2015.

Infelizmente, considerando a falta de recursos orçamentários para este fim e a falta de estrutura na Secretaria de Gestão de Pessoas para absorvê-lo na íntegra, bem como o tempo que foi necessário para este trabalho, o mesmo só foi aprovado no meio do ano de 2015. Desta forma, este plano teve a sua execução prejudicada, tendo sido contempladas apenas duas propostas de treinamento.

Apesar deste cenário desfavorável, foram realizados alguns treinamentos não previstos no referido plano, sendo a maioria deles fruto de iniciativas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT relacionados aos projetos nacionais que estão em andamento, os quais têm forte adesão do Regional. Neste sentido, segue a relação de treinamentos e cursos realizados no ano de 2015 e suas origens :

QUADRO 169 - PRINCIPAIS CURSOS/TREINAMENTOS MINISTRADOS EM 2015

Cursos / Treinamentos	Origem
Planejamento e gestão de contratação de soluções de TIC à luz da resolução cnj nº 182/2013	Plano de Capacitação – Item “ <i>Capacitação de gestores e fiscais técnicos de contrato para aquisições de TIC</i> ”
Capacitação na metodologia de gestão de projetos de TIC do TRT 15ª região	Plano de Capacitação – Item “ <i>Gestão de projetos</i> ”
Workshop de planejamento estratégico da informação e da comunicação da justiça do trabalho – PETIC/JT 2015-2020	Conselho Superior da Justiça do Trabalho -CSJT
Tratamento de incidentes no Pje-JT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Coordenação Nacional do Sistema Pje-JT
Treinamento de APM	Conselho Superior da Justiça do Trabalho -CSJT – Projeto Nacional
Módulo risk manager módulos básico e avançado versão 9.3	Conselho Superior da Justiça do Trabalho -CSJT – Projeto Nacional
Sseng - ibm starwize v70000 implementation workshop training	Conselho Superior da Justiça do Trabalho -CSJT – Projeto Nacional
Formação em AUD e AUD Pje-JT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT – Coordenação Nacional do Sistema Pje-JT
Processo Administrativo Eletrônico – PROAD	Presidência e Vice-Presidência Administrativa da 15ª Região
Gestão de riscos no setor público, ênfase no método coso	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Secretaria de Gestão de Pessoas
Formação de novos gestores area adm – presencial	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Secretaria de Gestão de Pessoas
O desafio da mudança	Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Secretaria de Gestão de Pessoas

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

No tocante à força de trabalho de TIC, atualmente a Secretaria conta com 143 (cento e quarenta e três) servidores dedicados exclusivamente às atividades de tecnologia da informação. Após a criação de cargos específicos para a área de tecnologia da informação, em outubro de 2015 entraram em exercício 61 (sessenta e um) novos servidores, distribuídos de acordo com a demanda existente, nas Coordenadorias subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Outro aspecto importante é que a Secretaria não se utiliza de mão de obra terceirizada para a realização de suas atividades, salvo as atividades administrativas ou de transporte de equipamentos, com três funcionários terceirizados realizando estas atividades. Assim, todas as atividades principais, seja na área de atendimento aos usuários, infraestrutura, administração de recursos físicos, desenvolvimento de sistemas corporativos e principalmente, atividades de gestão, são realizadas por servidores do quadro, que ingressaram por intermédio de concurso público.

QUADRO 170 - QUADRO DE SERVIDORES NA UNIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Órgão	Carreira	Área	Especialidade	Qtde
Carreiras Não Específicas				
TRT 15ª	Analista Judiciário	Administrativa	-	04
TRT 15ª	Analista Judiciário	Judiciária	-	01
TRT 15ª	Técnico Judiciário	Administrativa	-	18
TRT 15ª	Técnico Judiciário	Administrativa	Obras e metalurgia	01
TRT 15ª	Técnico Judiciário	Administrativa	Segurança	03
Removidos de outros Órgãos	Analista Judiciário	Administrativa	-	01
Em exercício provisório	-	-	-	01
Carreiras Específicas				
TRT 15ª	Analista Judiciário	Apoio Especializado	Tecnologia da Informação	35
Removido de outros Órgãos	Analista Judiciário	Apoio Especializado	Tecnologia da Informação	02
Requisitado	Analista Judiciário	Apoio Especializado	Tecnologia da Informação	01
TRT 15ª	Técnico Judiciário	Apoio Especializado	Informática	07
TRT 15ª	Técnico Judiciário	Apoio Especializado	Tecnologia da Informação	68
Removido de outros Órgãos	Técnico Judiciário	Apoio Especializado	Operação de Computadores	01
Total Geral				143

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Importante ressaltar que em relação a força de trabalho de TIC, apesar do esforço que tem sido realizado nos últimos anos pela Administração da Corte para contemplar esta área técnica com um quantitativo de profissionais especializados em número suficiente para atendimento das demandas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

existentes, ainda hoje o quadro de colaboradores não atingiu o quantitativo mínimo estipulado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por intermédio da resolução número 211/2015.

No que tange o gerenciamento de serviços, dando continuidade a um projeto iniciado no ano de 2014, foi realizado um projeto de desenho dos processos de trabalho utilizados com o intuito de implementar uma Central de Serviços adotando as melhores práticas de TIC, segundo o que apregoa a biblioteca inglesa conhecida como ITIL.

O projeto se desenvolveu e o trabalho envolvendo os principais processos atendidos por aquela ferramenta se concretizou, viabilizando o funcionamento das atividades da Secretaria por intermédio de gerenciamento de incidentes, problemas, requisições de serviço, requisições de mudança, principalmente.

Neste sentido, desenvolveu-se um projeto nacional, capitaneado pelo Colendo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, que resultou na contratação de uma ferramenta informatizada para atender à demanda existente nos Regionais quanto à Central de Serviços, contemplando o auxílio de uma empresa especializada neste assunto para facilitar a adoção desta ferramenta, bem como das melhores práticas adotadas neste assunto.

No âmbito da 15ª Região, a empresa contratada atrasou as atividades programadas no projeto, tendo algumas etapas sido cumpridas com atraso, considerando situações específicas que existiam no Regional e que o projeto não contemplava. Nestes casos, foram realizados aditivos contratuais adiando-se os prazos previamente estipulados com anuência da Administração do Tribunal. Finda esta situação, a empresa novamente atrasou a entrega de etapas que estavam sob a sua responsabilidade, incorrendo nas penalidades previstas em contrato, havendo previsão para que a referida ferramenta entre em produção no fim de abril de 2016.

Sobre a realização de projetos de TIC, foram inúmeros durante o ano de 2015, com foco principal no atendimento das demandas dos usuários, internos e externos, mesmo com a deficiência de servidores que existia antes da concretização do exercício de novos servidores como citado neste Relatório. Assim, todas as atividades desenvolvidas pela Secretaria foram retratadas no relatório anual de atividades de 2015 (anexo), destacando-se que todos os projetos de desenvolvimento de software, adequação e melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação, atendimento aos usuários, administração dos recursos físicos de TIC e iniciativas de melhoria da gestão de TIC, tiveram respaldo nas propostas encaminhadas à Administração do PETIC e no PEI, objetivando que não ocorresse um desvio das atividades realizadas.

No quesito que versa sobre medidas para mitigar a dependência tecnológica de empresas terceirizadas, considerando que na unidade essa situação tem se configurado apenas nas situações das contratações de suporte a hardware ou softwares de infraestrutura, tem sido desenvolvido um trabalho que possibilita um amplo conhecimento por parte dos servidores do Regional, seja por intermédio de contratações de treinamentos formais concomitantes com as contratações de ativos realizadas, seja no acompanhamento das atividades prestadas pelas empresas no Tribunal, sempre com o foco na independência do Órgão frente a estas empresas. Outra característica que vem sendo incentivada é a adoção de softwares livres, que possibilitam uma ampla discussão e capacitação, normalmente gratuita, de soluções que atendem perfeitamente as necessidades que o Tribunal possui destas ferramentas.

No que tange ao desenvolvimento de soluções internas, adotou-se uma metodologia de desenvolvimento de software onde todos os projetos desenvolvidos são devidamente documentados seguindo as melhores práticas de engenharia de software, criando uma independência não só de fornecedores que eventualmente atuavam no passado neste processo, como dos próprios servidores



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

do Tribunal, propiciando além de vários outros aspectos, a independência quanto a autoria e manutenção das soluções implementadas.

6.3.3 Informações Sobre a Implementação do Processo Judicial Eletrônico

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região implantou o referido Sistema em 100% de suas unidades de primeira instância, bem como na 2ª Instância, considerando neste processo todas as classes processuais aqui utilizadas.

Atualmente, o Comitê Gestor Regional do Sistema realiza um importante trabalho de saneamento dos processos físicos existentes nas diversas Varas do Trabalho e, ao final, tornando-os digitais. Neste sentido, já estão em operação 10 Varas do Trabalho que utilizam única e exclusivamente com o referido sistema eletrônico



7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O atendimento das demandas do Tribunal de Contas da União-TCU decorrentes da expedição de determinações e/ou recomendações quando da prolação de acórdãos são parte das atribuições das seções, coordenadorias, áreas, assessorias e secretarias da estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, consideradas as respectivas competências e responsabilidades para expedição de atos e realização de procedimentos, nos termos da regulamentação interna. Não obstante, para o efetivo acompanhamento dessas demandas, resta atribuída a função de centralizar os respectivos expedientes às unidades Diretoria-Geral – DG e Coordenadoria de Controle Interno – CCIN.

Nessa linha, o tratamento de determinação e/ou recomendação do TCU se inicia pelo recebimento de comunicação sobre a deliberação, comumente mediante recepção de ofício pela Presidência do Tribunal, que o repassa à DG. Ato contínuo, resta providenciado o envio para obtenção de manifestações/considerações às unidades responsáveis pela implementação de procedimento e/ou adoção de medida conforme requerido para o correspondente cumprimento. Retornadas as manifestações/considerações, os respectivos expedientes, devidamente instruídos, são submetidos à apreciação da autoridade competente. A deliberação da autoridade então é encaminhada, às vezes diretamente, outras por intermédio das unidades DG ou CCIN, ao Órgão de Controle Externo.

Os documentos de recepção das demandas do TCU, as manifestações/considerações das unidades responsáveis, os pronunciamentos da autoridade competente e as comunicações quanto as providências/medidas adotadas/implementadas retornadas ao órgão de controle são juntados em processos administrativos pertinentes aos objetos das recomendações/determinações recebidas, (p. ex. aposentadorias e pensões) ou autuados exclusivamente para tratamento das questões envolvendo ocorrências pontuais, constituindo ambos registro para finalidade de controle, principalmente para futura inserção dessas informações quando da elaboração dos relatórios de gestão das contas anuais.

Em 2015, não houve determinação expedida para se informar o andamento de providências no relatório de gestão das contas, enquanto as demandas encaminhadas para cumprimento pelas Unidades Técnicas do TCU, em número de 05 (cinco), abrangendo 06 (seis) determinações, restaram atendidas mediante adoção de providências ou implementação de medidas consoante exigidas/requeridas.

Não obstante o amplo atendimento, comporta registrar, dentre as determinações, uma cujos procedimentos embora iniciados não foram concluídos, qual seja, o ressarcimento de eventuais valores já pagos com base no entendimento contido na decisão administrativa adotada no Processo GDG 532/1999, observada a data de 18 de dezembro de 2006, objeto dos Acórdãos do Plenário do TCU 2384/2006 e 1090/2014.

Nesse sentido, enumeram-se as providências já adotadas pela unidade responsável: a] suspensão dos efeitos da decisão administrativa exarada por este Tribunal Regional a partir da folha de dezembro/2015, importando na revisão dos valores dos proventos e pensões estatutárias relativas aos juízes classistas para R\$ 4.064,20 (quatro mil, sessenta e quatro reais e vinte centavos), correspondente ao que estava vigente à época da edição da Lei 9.655/1998, acrescidos dos reajustes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

concedidos aos servidores públicos federais, sendo que o valor anterior, amparado pela decisão administrativa retro citada, correspondia a R\$ 7.343,00 (sete mil, trezentos e quarenta e três reais); b] processamento dos reflexos, no cálculo dos proventos e das pensões, da diferença decorrente da inclusão do Auxílio Moradia no cálculo da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no RMS nº 25.841-DF, em cumprimento à determinação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT); c] levantamento dos valores para devolução, com processamento iniciado, contudo, por ora, não finalizado.

No demonstrativo que segue, constam as deliberações expedidas pelo TCU e cumpridas por este Tribunal em 2015, vinculadas aos respectivos acórdãos e correspondentes processos.

QUADRO 171 – DELIBERAÇÕES DO TCU CUMPRIDAS NO EXERCÍCIO

Deliberação	Processo	Grupo
Determinação		
Acórdão 982/2015-Plenário	TC 001.071/2015-7	Representação
Item 1.6 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe a este Tribunal sobre as medidas adotadas quanto à definição de critérios objetivos para a escolha dos periódicos nos quais serão publicados os avisos de licitação e afins relativos ao Pregão Eletrônico 0631/2014, como a exigência de tiragens mínimas e abrangência territorial, em termos nacionais, regionais e locais, para efeito do que dispõem o art. 21 da Lei 8.666/93 e o art. 17 do Decreto 5.545/2005, procedendo-se, se for o caso, à reformulação do edital do certame e à republicação de novo instrumento convocatório.		
Acórdão 2377/2015-Plenário	TC 003.993/2014-0	Pensão Civil
Pensão civil. Menor sob guarda. Conformidade com o direito. Procedimentos prévios de controle ao julgamento definitivo do ato. Novo entendimento jurisprudencial. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para que comunique os interessados enquadrados na situação previstas no acórdão informando a concessão de prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da ciência, para interpor ação de reexame que entendam legítima, nos termos do que foi estabelecido na referida decisão, retornando os respectivos comprovantes desta ciência à Sefip/TCU.		
Acórdão 2611/2015-Plenário	TC 009.683/2004-0	Representação
Subitem 9.2 do Acórdão 2384/2006-Plenário observado o termo a quo fixado no Acórdão 1090/2014-Plenário. Fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região suspenda, se ainda não o fez, todos os efeitos da decisão adotada no Processo GDG 532/1999, devendo, ainda, adotar providências para o ressarcimento de eventuais valores já pagos com base no entendimento contido na sobredita decisão administrativa, dispensada a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até 18 de dezembro de 2006.		
Acórdão 4331/2015-Primeira Câmara	TC 026.644/2010-0	Aposentadoria
Item 9.5 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e à Sefip que promovam as devidas alterações, respectivamente, nos registros funcionais e no formulário Sisac 20784201-04-2002-000001-9, tendo em vista a alteração na forma/fundamentação da aposentadoria do Sr. Osvaldo José da Silva.		
Acórdão 6595/2015-Segunda Câmara	TC 019.534/2015-9	Atos de Admissão
Item 1.7 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que, no prazo de 30 (trinta) dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novos atos, livres das faltas apontadas, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno/TCU, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007.		

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015, como resultado das auditorias realizadas e finalizadas, houve expedição de inúmeras recomendações pelas equipes responsáveis, servidores integrantes da Coordenadoria de Controle Interno – CCIN, que restaram amplamente acolhidas pelas unidades auditadas, estando inclusive uma parte delas atendidas, no caso de possibilidade de imediato cumprimento, e a outra, em razão de medidas demandando tempo, em implantação. O quadro seguinte evidencia as recomendações expedidas e as correspondentes situações:

QUADRO 172 – RESULTADOS DAS AUDITORIAS FINALIZADAS NO EXERCÍCIO DAS CONTAS

Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	Recomendações		
			Expedidas	Acolhidas e Atendidas	Acolhidas e Em Implementação
473-53.2015. 5.15.0895 PA	7	Programa de Estagiários	09	-	09 ¹
448-40.2015. 5.15.0895 PA	10	Contratos de Prestação de Serviços - Retenção de Provisões de Encargos	10	01	09
Vários ²	11	Projetos e Execuções Contratuais de Obras	23	20	03

Notas: **1.** Item 7 do PAA – houve o acolhimento parcial com determinação de implementação das respectivas providências para duas das nove recomendações da auditoria sobre o programa de estagiários, devidamente motivada e justificada pela autoridade máxima do órgão e não contestada pela equipe de auditoria; **2.** Item 11 do PAA – Análises de execuções contratuais: CP0397/2013-Obra de construção do imóvel destinado à Vara do Trabalho de Barretos, CP0255/2012-Obra de construção do imóvel destinado ao Fórum Trabalhista de Presidente Prudente; CP0237/2014-Obra de ampliação do hall dos elevadores do Edifício-Sede Judicial; CP0408/2014-Serviços de modernização tecnológica das instalações dos elevadores do Edifício-Sede Judicial; 135-79.2015.5.15.0895 PA-projeto de construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Porto Ferreira.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Neste exercício houve, igualmente, o encerramento de outra auditoria contemplando recomendações, cujo objetivo envolveu a verificação da regularidade de compras e contratações realizadas mediante o sistema de registro de preços, parte do plano anual de 2015, que restou encaminhada, obtidas e analisadas as manifestações da unidade auditada, para apreciação, à Diretoria-Geral. O quadro abaixo demonstra as recomendações expedidas e as correspondentes situações desta auditoria:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

QUADRO 173 – RESULTADOS DAS AUDITORIAS EM FINALIZAÇÃO

Nº do Processo Administrativo	Item do PAA	Objeto da Auditoria	
130-23.2016. 5.15.0895 PA	12	Contratações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços	
Recomendações			
Expedidas	Acolhidas e Atendidas pela Unidade Auditada	Acolhidas e Em Implementação pela Unidade Auditada	Analisadas pela UA e Em Apreciação pela DG
18	04	02*	12

Nota: * No relatório enviado à apreciação da Diretoria-Geral, destacou a equipe de auditoria que os posicionamentos conclusivos quanto aos atendimentos dessas duas recomendações restavam sujeitos às verificações que serão promovidas, com relação aos editais de licitações envolvendo manutenções prediais, considerada a jurisprudência do TCU, e no concernente às pesquisas de mercado realizadas para análise da vantajosidade das contratações sob registro de preços.

Fonte: Coordenadoria de Controle Interno

Realizando uma comparação entre as recomendações expedidas e aquelas consideradas nas condições de acolhidas/atendidas e acolhidas/em implantação, conclui-se como condição de amplo cumprimento os encaminhamentos propostos pertinentes a atividade de auditoria no exercício dessas contas.

Numa síntese, ainda, para evidenciar, ora qualitativamente, os resultados obtidos nas auditorias realizadas, comporta indicar os conteúdos/verificações objeto dos procedimentos estabelecidos e desenvolvidos nesses trabalhos, com transcrições de parte das recomendações expedidas, consideradas as mais relevantes:

Item 7 do PAA – Verificar a regular operação do programa de estagiários quanto aos procedimentos de contratação e pagamento:

a) Conteúdos/verificações: Visando ao alcance do objetivo da auditoria, observada a abordagem estrita das disposições contidas na pertinente regulamentação, foram elaboradas questões e estabelecidos procedimentos para obtenção das correspondentes respostas, comportando os seguintes exames: número de vagas de estágio ofertadas, frente ao limite estabelecido; submissão dos estudantes à seleção pública com observância da respectiva classificação; tempo mínimo de estudo exigido; apresentação de declaração de ausência de nepotismo; existência de seguro contra acidentes pessoais durante o período do estágio; tempestividade da apresentação dos termos de compromisso; observância do período de duração máxima do estágio; comprovação periódica de vínculo com a instituição de ensino; frequência do estudante no curso; compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e o termo de compromisso; proporcionalidade da concessão dos dias de recesso; correção dos valores pagos a título de retribuição em decorrência da bolsa estágio, incluindo o auxílio-transporte; e existência/eficácia de controles para o gerenciamento da operacionalização do programa de estagiários.

b) Recomendações relevantes: - Aprimoramento de controles objetivando evitar que o estudante inicie o estágio antes de cumprir todas as exigências do Ato Regulamentar GP nº 12/2014, especialmente aqueles constantes dos seus artigos 6º e 9º. - Adoção de providências visando à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

criação de controles com o objetivo de excluir pagamentos de auxílio-transporte durante o período de recesso; impedir pagamento de valor superior ao efetivamente devido.

Item 10 do PAA – Certificar o cumprimento das disposições da Resolução CNJ nº 169/2013 e do Ato Regulamentar GP nº 08/2014, que dispõem sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários, além de outros, sobre a prestação de serviços com mão de obra residente prestados nas dependências do órgão.

a) Conteúdos/verificações: Para certificação quanto ao cumprimento das disposições previstas nos citados normativos foram elaboradas questões abrangendo os seguintes exames: 1- celebração de termo de cooperação com banco público oficial (atribuições do Tribunal e Bancos); 2- abertura de conta-depósito vinculada e/ou conta-corrente vinculada bloqueadas para movimentação (atribuições do Tribunal, Bancos e Contratadas); 3- exigências para as contratações envolvendo prestação de serviços com previsão de mão de obra residente nas licitações e nos contratos (atribuições do Tribunal e Contratadas); 4- utilização dos recursos da conta-depósito vinculada e/ou conta-corrente vinculada-bloqueadas para movimentação (atribuições do Tribunal, Bancos e Contratadas); 5- designação de atribuições de cada unidade do Tribunal.

b) Recomendações relevantes: - Implementar ações para implantação da conta-depósito vinculada nos contratos 28/2010, 43/2010, 49/2010, 53/2010, 75/2010, 33/2011, 44/2011, 79/2011, 78/2011, 46/2012 e 24/2013, firmados na vigência da Resolução nº 98/2009 e nos contratos 46/2013, 47/2013, 75/2013, 76/2013 e 14/2014, vigentes a partir da Resolução CNJ nº 169/2013; apresentando um plano de trabalho. - Aditar os contratos 28/2010, 43/2010, 49/2010, 53/2010, 75/2010, 33/2011, 44/2011, 79/2011, 78/2011, 46/2012 e 24/2013, firmados na vigência da Resolução nº 98/2009 e os contratos 46/2013, 47/2013, 75/2013, 76/2013 e 14/2014, vigentes a partir da Resolução CNJ nº 169/2013, para adequar às disposições dos citados normativos ou fazer constar cláusula resolutória, a fim de se realizar novo processo licitatório, apresentando um plano de trabalho para implementação das ações. - Revisar o procedimento utilizado para as retenções, de forma que o saldo das provisões sejam suficientes no momento do resgate, nos processos: CP 264/2014; CP 198/2014; CP 288/2014; CP 391/2014; CP 506/2014; CP 619/2014; CP 567/2014; CP 82/2015 e CP 274/2015.

Item 11 do PAA – Verificar o atendimento das disposições da Resolução nº 70 de 2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho pela gestão do órgão quando dos projetos e das execuções das obras no transcorrer do exercício.

a) Conteúdos/verificações: No projeto da obra do imóvel destinado à Vara do Trabalho de Porto Ferreira, restaram examinados a documentação comprobatória da situação do terreno destinado à edificação; a existência de fiscalização ou contratação de fiscalização externa assistente para acompanhamento do projeto; a existência de estudo de viabilidade da obra abordando os aspectos econômico e ambiental; a aprovação do projeto arquitetônico para a obra junto aos órgãos públicos; o atendimento às referências de áreas estabelecidas e os custos da obra constantes da planilha orçamentária considerada a pertinente legislação e as exigências da Normatização do CSJT; e, a divulgação de informações sobre a obra no Portal do Tribunal conforme exigido pelo Ato CSJT.GP.SE nº 8/2009. Nas análises de alterações de projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias quando de celebrações de termos aditivos aos contratos de obras durante o exercício, foram examinados os elementos/documentos igualmente exigidos pela Resolução nº 70/2010 do CSJT para fins de se constatar o atendimento do quanto nela previsto.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

b) Recomendações relevantes: CP0397/2013 Promover melhorias dos controles internos quanto ao cumprimento das disposições dos editais de licitação e instrumentos contratuais relacionados à conferência efetiva e detalhada das planilhas analíticas de composição de custos das obras para realizar eventuais correções e apresentar as correspondentes justificativas contemporâneas às respectivas ocorrências. Solicitar aos agentes e às unidades intervenientes e responsáveis pela execução das contratações de obras, quais sejam Gestor do Contrato, Diretor-Geral, Coordenadoria de Projetos e Obras, Coordenadoria de Contratos e Secretaria da Administração, para atentarem a obrigatoriedade da adequada e suficiente formalização dos expedientes com observância estrita do exercício das respectivas competências quando das deliberações decorrentes do não cumprimento de quaisquer condições pactuadas.

Item 12 do PAA – Verificar a regularidade na condução das contratações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

a) Conteúdos/verificações: Parar certificação sobre o cumprimento das disposições do Decreto nº 7.892/2013 e assim evidenciar a regularidade de condução das compras e serviços realizadas pelo órgão mediante Sistema de Registro de Preços, desenvolveu-se matriz de planejamento contemplando questões sobre os procedimentos previstos na citada legislação. Os exames realizados recaíram numa amostra estruturada a partir das atas assinadas no exercício de 2014 e levando-se em consideração parâmetros como materialidade, eficácia, eficiência e legalidade dos objetos das contratações realizadas.

b) Recomendações relevantes: - Nas contratações operacionalizadas por Sistema de Registro de Preços, realizar levantamento das reais necessidades que nelas deverão ser satisfeitas, mediante utilização de técnicas para estimativas dos respectivos quantitativos em função de consumo e utilização prováveis, incluindo os resultados obtidos nos termos de requisição dos correspondentes editais de licitação. - Aperfeiçoar o planejamento das licitações para o SRP, de modo a evitar processar intenções de compra sem a efetiva aquisição. - Utilizar de outros instrumentos para divulgação da intenção de registro de preços, ampliar o universo a ser consultado, inclusive acompanhando as melhorias que estão sendo processadas no SIASG – Sistema de Administração e Serviços Gerais, visando possibilitar a inclusão de outros participantes ou o órgão gerenciador justificar a dispensa da divulgação. - Verificar a legislação vigente e as jurisprudências para uma correta escolha da modalidade de licitação. - Realizar, periodicamente, pesquisa de mercado, analisando a vantajosidade de contratação através de preços registrados.

No concernente ao cumprimento das demais recomendações expedidas pela unidade de controle interno, comporta registrar, também, o amplo atendimento das proposições feitas quando das análises realizadas sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessões de aposentadorias e de pensões civis, para finalidade do envio dos correspondentes pareceres para julgamento ao Tribunal de Contas da União, totalizando 103 (cento e três) expedientes para cumprimento pelas unidades responsáveis, abrangendo principalmente correções nos respectivos formulários de remessa e regularizações de documentos consoante exigidos pela legislação para os mencionados atos.

Ao finalizar as informações sobre este tópico, registre-se que, como efetivo acompanhamento sobre o cumprimento das recomendações expedidas pelo controle interno, as unidades responsáveis pela implementação de medidas e/ou providências possuem controles próprios e individualizados, não existindo, portanto, designação de área específica ou sistema informatizado para este monitoramento.



7.3 Medidas Administrativas Para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Em decorrência da não autuação/instauração de procedimentos de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas especiais no exercício destas contas envolvendo a apuração/evidenciação de dano ao erário e considerada a regularidade nas devoluções de valores quando de constatação/verificação de equívoco no processamento de pagamentos para os servidores e/ou magistrados do quadro decorrentes de auditorias ou quaisquer outras fiscalizações realizadas noutros e no próprio ano de 2015, restando algumas suspensas por decisões judiciais e as outras com regular processamento de descontos consoante previsto na legislação, comporta registrar a ausência de adoção de quaisquer medidas internas envolvendo dano ao erário, razão inclusive do não preenchimento do quadro previsto para este tópico.

Não obstante a ausência da adoção de qualquer medida para apuração de responsabilidades por dano ao erário, comporta registrar, dentre os mecanismos de controle para se evitar e/ou minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, as designações de comissões para desenvolvimento de sindicâncias e processos disciplinares, quando do recebimento de denúncias, no transcorrer do exercício, e cujos resultados são consultados/analísados pela unidade de controle interno, inclusive para finalidade de definição de escopos de auditorias para inclusões nos seus planos anuais. Noutra linha, comportando igualmente função de controle, cabe destacar as unidades Corregedoria e Ouvidoria, parte da estrutura do TRT, ambas detentoras de competência/atribuição para o recebimento e encaminhamento de eventuais denúncias envolvendo ilícitos administrativos às demais unidades consideradas respectivas responsabilidades para pertinentes providências.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Art. 5º da Lei 8.666/1993

No âmbito da Secretaria de Orçamento e Finanças do Órgão, os procedimentos de liquidação e pagamento das Notas Fiscais/Faturas, relacionadas às obrigações contraídas em decorrência da contratação/aquisição de bens e serviços são realizadas pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira.

Aquela Coordenadoria realiza a liquidação e o respectivo pagamento de tais documentos, os quais são recebidos, analisados e devidamente certificados pelos gestores dos processos de aquisição e ou Coordenadorias hierarquicamente subordinadas a Secretaria da Administração que, após os exames pertinentes, devem enviar *incontinenti* para a unidade de Execução para quitação das despesas, no tempo oportuno.

Realizados os pagamentos, os documentos processados são devolvidos à área de origem.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.5 Gestão de Precatórios

7.5.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta

QUADRO 174 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Precatórios – Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	46	R\$12.593.192,58	46	R\$14.082.887,72
Comum	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Total	46	R\$12.593.192,58	46	R\$14.082.887,72

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$14.820.880,00	R\$12.856.605,30	R\$1.961.746,41	0,00
Comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	0,00
Total	R\$14.820.880,00	R\$12.856.605,30	R\$1.961.746,41	0,00

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2015, no importe de R\$2528,29 devolvido ao C. TST em 2015.

Fonte: Arquivos da Assessoria de Precatórios, relatórios extraídos do Sistema de Acompanhamento Processual e da Extranet no site do E. TRT/15ª Região

7.5.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta

QUADRO 175 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios – Requisição				
Administração Indireta				
Natureza	Requisições		Precatórios	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Alimentícia	02	R\$258.013,93	02	R\$275.809,05
Comum	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Total	02	R\$258.013,93	02	R\$275.809,05

Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária do exercício	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	R\$311.902,00	R\$307.198,31	R\$456,38	R\$0,00
Comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Total	R\$311.902,00	R\$307.198,31	R\$456,38	R\$0,00

Obs.: saldo remanescente do Orçamento/2015, no importe de R\$4247,31 devolvido ao C. TST em 2015.

Fonte: Arquivos da Assessoria de Precatórios, relatórios extraídos do Sistema de Acompanhamento Processual e da Extranet no site do E. TRT/15ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

7.5.3 Análise Crítica

A Assessoria de Precatórios não registrou ocorrência digna de nota no que diz respeito ao cumprimento do art. 100 da CF/1988.



7.6 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

7.6.1 Medidas Adotadas Para Revisão dos Contratos Vigentes

Foram adotadas as medidas contidas no Ofício Circular nº 264/SG – SCI/2014, de 11/04/2014, providenciando a seleção de todos os contratos sob a égide da Coordenadoria de Contratos, que possuíam em seu objeto a prestação de serviços que se enquadravam na Lei da Desoneração, sob sua ótica.

A partir da “seleção”, foram encaminhados ofícios padronizados às empresas contratadas. Primeiro para aquelas com contratos firmados antes do início de vigência da Lei nº 12.546/2011, ainda vigentes e, depois, para as com contratos firmados antes do início de vigência da Lei nº 12.546/2011 e já encerrados.

Mediante recebimento das respostas apresentadas pelas empresas, após análise preliminar dos argumentos apresentados, os processos foram encaminhados com proposta de remessa à Assessoria Jurídica. *(em 1º/04/2015 o Portal de Compras Governamentais informou a suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013 – TCU -Plenário).*

7.6.2 Informações Sobre o Ressarcimento de Valores Pagos a Maior

Até a data da remessa deste Relatório de Gestão não se obteve qualquer ressarcimento de valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

7.6.3 Detalhamento Sobre os Contratos Revisados

No exercício ao qual se referem estas Contas – 2015 - nenhum contrato foi objeto de desoneração (repactuação).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8 APÊNDICES E ANEXOS

8.1 Organograma



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8.2 Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
28/01/2016

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSÃO
28/01/2016

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	1.441.901.284,30	1.441.901.284,30
TOTAL	-	-	1.441.901.284,30	1.441.901.284,30
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	11.783.332,00	11.783.332,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	6.000.000,00	6.000.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	5.783.332,00	5.783.332,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSAO
28/01/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.235.067.793,00	1.408.739.154,00	1.427.055.718,61	1.406.042.301,34	1.404.545.594,99	-18.316.564,61
Pessoal e Encargos Sociais	1.008.336.887,00	1.164.516.160,00	1.187.236.075,51	1.184.306.214,94	1.184.306.214,94	-22.719.915,51
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	226.730.906,00	244.222.994,00	239.819.643,10	221.736.086,40	220.239.380,05	4.403.350,90
DESPESAS DE CAPITAL	17.750.000,00	17.393.134,00	14.845.565,69	3.223.954,49	3.216.374,80	2.547.568,31
Investimentos	17.750.000,00	17.393.134,00	14.845.565,69	3.223.954,49	3.216.374,80	2.547.568,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30
TOTAL	1.252.817.793,00	1.426.132.288,00	1.441.901.284,30	1.409.266.255,83	1.407.761.969,79	-15.768.996,30

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.901.205,12	30.535.357,17	21.215.503,84	21.215.503,84	13.160.491,37	6.060.567,08
Pessoal e Encargos Sociais	6.674.125,34	12.964.558,51	9.161.436,67	9.161.436,67	10.257.090,20	220.156,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.227.079,78	17.570.798,66	12.054.067,17	12.054.067,17	2.903.401,17	5.840.410,10
DESPESAS DE CAPITAL	4.322.193,76	20.266.742,92	18.551.547,10	18.551.547,10	178.811,15	5.858.578,43
Investimentos	4.322.193,76	20.266.742,92	18.551.547,10	18.551.547,10	178.811,15	5.858.578,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.223.398,88	50.802.100,09	39.767.050,94	39.767.050,94	13.339.302,52	11.919.145,51

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.274.198,64	1.264.488,71	-	9.709,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 28/01/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	1.274.198,64	1.264.488,71	-	9.709,93
DESPESAS DE CAPITAL	-	262.938,42	262.938,42	-	-
Investimentos	-	262.938,42	262.938,42	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.537.137,06	1.527.427,13	-	9.709,93

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
28/01/2016

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.441.901.284,30	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.101.309.879,35	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	340.591.404,95	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	185.236.887,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	27.439.264,00	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	127.915.253,95	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.414.967.782,36	-	Transferências Financeiras Concedidas	54.998.378,93	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.408.409.745,38	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	1.408.409.745,38	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	6.558.036,98	-	Independentes da Execução Orçamentária	54.998.378,93	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.034.298,10	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.287.028,88	-
Demais Transferências Recebidas	261.295,79	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	262.443,09	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	46.711.350,05	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	118.566.143,62	-	Despesas Extraorçamentárias	41.459.962,40	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.504.286,04	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.527.427,13	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	32.635.028,47	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	39.767.050,94	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.484,33	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	165.484,33	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	84.261.344,78	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.059,21	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
28/01/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	84.110.193,47	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	135.092,10	-			
Saldo do Exercício Anterior	99.613.095,71	-	Saldo para o Exercício Seguinte	94.787.396,06	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	99.613.095,71	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.787.396,06	-
TOTAL	1.633.147.021,69	-	TOTAL	1.633.147.021,69	-

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EMISSÃO
25/02/2016

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	449.595.663,60	398.963.278,49			
Bens Imóveis	449.614.339,96	398.991.844,18			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-18.676,36	-28.565,69			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	2.315.810,21	2.569.723,97			
Softwares	2.315.810,21	2.569.723,97			
Softwares	5.402.641,43	5.047.653,41			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.086.831,22	-2.477.929,44			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	600.202.783,16	554.447.039,63	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.202.783,16	554.447.039,63

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	94.787.396,06	107.874.373,25	PASSIVO FINANCEIRO	47.106.614,00	129.629.489,46
ATIVO PERMANENTE	505.415.387,10	446.572.666,38	PASSIVO PERMANENTE	246.216.767,38	179.923.185,51
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	306.879.401,78	244.894.364,66

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	43.868.230,42	42.054.412,37	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	119.588.774,90	107.509.621,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	43.868.230,42	42.054.412,37	Execução dos Atos Potenciais Passivos	119.588.774,90	107.509.621,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.908.091,11	5.709.460,85	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	36.960.139,31	36.344.951,52	Obrigações Contratuais a Executar	119.588.774,90	107.509.621,17
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	43.868.230,42	42.054.412,37	TOTAL	119.588.774,90	107.509.621,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 25/02/2016 PÁGINA 3

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	47.680.782,06
Operação de Crédito	-1.058.356,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.739.138,06
TOTAL	47.680.782,06

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

EMISSAO
26/02/2016

PAGINA
1

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.572.190.873,9	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.852.680,31	-
Impostos	-	-
Taxas	44.852.680,31	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.190.436,08	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.190.436,08	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	581.929,95	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	446.976,44	-
Variações Monetárias e Cambiais	134.953,51	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.450.710.422,3	-
Transferências Intragovernamentais	1.414.967.782,3	-
Transferências Intergovernamentais	35.737.715,00	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.925,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	72.322.862,87	-
Reavaliação de Ativos	56.543.171,29	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.788.277,69	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.991.413,89	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.532.542,39	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
26/02/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.532.542,39	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.530.191.547,0	-
Pessoal e Encargos	1.036.752.865,7	-
Remuneração a Pessoal	784.858.308,94	-
Encargos Patronais	140.926.674,59	-
Benefícios a Pessoal	105.266.929,61	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.700.952,62	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	235.829.318,97	-
Aposentadorias e Reformas	208.832.233,70	-
Pensões	26.695.392,27	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	301.693,00	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	128.487.000,59	-
Uso de Material de Consumo	5.559.584,35	-
Serviços	111.524.543,03	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.402.873,21	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	19.228,89	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16.670,45	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.558,44	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	55.321.372,04	-
Transferências Intragovernamentais	54.998.378,93	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	322.993,11	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	71.109.831,09	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	34.780,45	-
Incorporação de Passivos	52.389.093,90	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	18.685.956,74	-
Tributárias	2.207.932,45	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	167.822,93	-
Contribuições	2.040.109,52	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	463.997,25	-
Premiações	9.900,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	454.097,25	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	41.999.326,92	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

8.3 Relatório Anual de Atividades da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 2015**

1. COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO DE TIC

1.1. Plano de Contratações de Soluções de TIC:

- a) Acompanhamento do Plano de Contratações de Soluções de TIC 2015;
- b) Participação na elaboração do Plano de Contratações de Soluções de TIC 2016;
- c) Mapeamento do processo “Plano Anual de Contratações de Soluções de TIC”;

1.2. Plano de Capacitação de Servidores de TIC:

- a) Participação na elaboração do Plano de Capacitação de TIC – 2015;

1.3. Auditorias do CSJT:

- a) Resposta aos três monitoramentos do CSJT relativos à auditoria de 2012;
- b) Apoio para responder ao questionário relativo à auditoria de 2012;

1.4. Planejamento Estratégico de TIC:

- a) Participação na elaboração do Plano Estratégico de TIC 2015-2020;
- b) Participação na elaboração do Plano Diretor de TIC 2015-2020;
- c) Participação na elaboração do Plano de Capacitação de TIC – 2016;
- d) Mapeamento do processo “Plano Anual de Capacitação de TIC”;
- e) Cadastramento do PETIC no SIGEST;
- f) Consolidação mensal dos indicadores do PETIC, e lançamento no SIGEST;
- g) Atribuição dos indicadores por coordenadoria;
- h) Elaboração de questionário para avaliação da satisfação dos usuários de TIC;
- i) Elaboração de questionário para avaliação de satisfação dos servidores de TIC;

1.5. Mapeamento de Processos:

- a) Encaminhamento de Notas Fiscais;
- b) Execução de Contratos;
- c) Atualização de Versão do Pje-JT;
- d) Estudo para ferramenta de mapeamento e automação de processos;

1.6. Capacitação de Pessoas:

- a) Contratações – Resolução CNJ nº 182/2013;
- b) Gestão de processos;
- c) Gestão de risco;
- d) Risk Manager;
- e) Gerencial;
- f) Formação de novos gestores;

1.7. Segurança da Informação:

- a) Normatização para acesso físico aos ambientes seguros dos datacenters;
- b) Estudos para adequação às Diretrizes para Segurança da Informação – CNJ;

1.8. **Metodologias:**

- a) Elaboração de proposta de modelo para Ordens de Serviço;
- b) Proposta de Metodologia de modelagem de processos;
- c) Divulgação de metodologias e modelos de documentos na extranet;

1.9. **Escritório de Projetos:**

- a) Execução do projeto de apoio à Eleição do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- b) Continuidade da execução de diversas atividades no Gerenciamento do Projeto de Implantação da ferramenta Assyst (Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação);
- c) Executadas diversas atividades no Gerenciamento do Projeto de Implantação do Escritório de Projetos de TIC que define Metodologia de Gerenciamento de Projetos e Modelo de Gestão de Portfólio;
- d) Operações de inclusão e manutenção no portfólio de demandas na extranet;

1.10. **Outras Atividades:**

- a) Elaboração da documentação para viabilizar a aquisição de microcomputadores;
- b) Elaboração de comunicado sobre “Atendimento na SETIC”;
- c) Informação sobre Governança de TIC para ser enviada ao TRT da 9ª Região;
- d) Elaboração do Documento de Oficialização de Demanda para atualização do Risk Manager;
- e) Levantamento dos indicadores para o PEI 2010/2014 relativos a dezembro/2014;
- f) Apoio na elaboração de Relatório de Gestão de TIC para o TCU relativo a 2014;

2. COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

2.1. **Atendimento a Chamados :** durante o ano de 2015 diversas atividades de manutenção nos sistemas informatizados utilizados neste Regional, fornecendo suporte direto e indireto aos usuários na solução de problemas de utilização dos sistemas, atuando em aproximadamente 539 chamados técnicos.

2.2. **Sustentação Nacional do Processo Judicial Eletrônico – Pje :** sendo parte integrante da equipe que fornece sustentação ao principal projeto da justiça trabalhista, atuou na solução de cerca de 1563 issues relativas a problemas de produção do referido sistema, auxiliando não só os problemas que surgiram neste Regional, como nos demais Tribunais do país.

Além disso, muitas foram as atividades de desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas existentes e novos sistemas propriamente ditos, sempre objetivando o atendimento das necessidades dos usuários na realização de suas atividades laborais do dia a dia. Neste sentido, seguem os projetos desenvolvidos em 2015 :

2.3. **DED-1G-065 – Migração SAP – Pje :** criação de nova ocorrência no SAP1G, denominada “PJe”, associada ao movimento “123” e respectivos complementos; (2) as alterações no SAP1G para bloquear a tramitação do processo após a ocorrência “PJe”; e (3) as alterações necessárias na contagem dos itens 56, 66 e 342 do e-Gestão, em virtude da criação da nova ocorrência “PJe”.

2.4. **Sistema Migração SAP CLE:** ajustes na aplicação, disponibilizada pelo TRT 10, de

migração automatizada de processos físicos de primeira instância para o PJe, de modo a adaptá-la para funcionar a partir do SAP da 15ª Região.

- 2.5. **Ajustes SAP2G para Votos Simultâneos no Gabinete Virtual:** Melhoria no sistema SAP2G para permitir a publicação de votos na Internet através do ambiente Gabinete Virtual, bem como possibilitar a publicação de votos simultâneos por usuários distintos neste ambiente.
- 2.6. **DED-TI-040-Integracao Assyst:** Criar scripts/rotinas que extraiam informações do banco de dados do SMP/Fênix/Chronos. Executar diariamente as rotinas e disponibilizar em local apropriado para que o Assyst faça a leitura.
- 2.7. **DED-TI-055-Implantação GPWeb na SETIC:** Prover ferramenta de Software para “Gerenciamento de Projetos” e “Gestão de Portfólio de Projetos e Demandas de TIC” adequada à “Metodologia de Gerenciamento de Projetos” e “Modelo de Gestão de Portfólio de Projetos e Demandas de TIC” definidos pelo projeto de implantação e aprimoramento do EGP-TIC.
- 2.8. **Jurisprudência com GSA:** Criar nova aplicação para consulta de Jurisprudência, utilizando a tecnologia Google Search Appliance.
- 2.9. **DED-AA-377 - Juros e CM PAE:** Atualizar monetariamente e calcular juros sobre os valores processados pelo DED-AA-377 a título de PAE 1998-1999 em favor dos Magistrados e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação nos termos do ofício circular CSJT.GP.SG.CFIN nº 29/2015. Haverá necessidade de que seja possível fazer a correção monetária e cálculo de juros todos os meses futuros.
- 2.10. **DED-AA-373 – Ajustar a Rotina de Gratificação de Natal referente as rubricas dos 13,23% (12,23%):** Ajustar a Rotina de Gratificação de Natal “131” para considerar a parcela base de cálculo de previdência referente as rubricas dos 13,23% (12,23%).
- 2.11. **DED-AA-368 – Alteração do Relatório de Juizes Afastados para Estudo:** Alterar o campo “Leituras Efetuadas” para “Fichamento de leituras efetuadas” e incluir o campo “Resumo do conteúdo das aulas”, com 30 linhas (aproximadamente 3000 caracteres), até 01/11/2015, data em que entrou em vigor o novo relatório.
- 2.12. **DED-AA-366 – Novo Layout FUNPRESP:** Implantar layout de cadastro e contribuições para o plano JUSMP-Prev.
- 2.13. **DED-AA-360 – SIPREV 2015/2016:** Extração de dados para envio ao Ministério da Previdência Social
- 2.14. **DED-AA-359 - Dependência Econômica:** Criar uma nova funcionalidade no sistema Fênix para dependência econômica: emitir uma mensagem de alerta ao titular, via e-mail, quando o(a) dependente completar 21 anos e 10 meses, e constar no sistema fênix/funcional/dependência (data início "preenchida" e data fim "null". Envio de mensagem ao titular informando que "seu/sua dependente (nome...) será excluído(a) da dependência econômica (imposto de renda), a partir do mês de aniversário. Sendo estudante de nível técnico/universitário, e havendo interesse em mantê-lo(a) como dependente econômico, contactar a Seção de Programas Assistenciais".
- 2.15. **DED-AA-354 – Votação de Súmulas:** Agilizar a votação de súmulas e teses prevaescentes

no Regional, possibilitando inclusive a votação virtual

- 2.16. **DED-AA-353 – GECJ:** Criação de programa/interface/ferramenta para a coleta de dados de Magistrados de 1º e 2º Graus e de dados de movimentação das unidades judiciárias, tais como:
- dados processuais do e-Gestão;
 - frequência/afastamentos/etc do Chronos J;
 - designações/convocações e dados pessoais do sistema de pessoal fênix
 - outros que sejam identificados no decorrer do desenvolvimento deste projeto.
- Outrossim, o sistema deverá permitir o lançamento de dados que não possam ser colhidos automaticamente, a geração de relatórios diversos relacionados com os dados coletados (em .xls, com as regras, das normas acima indicadas, aplicadas pelo sistema), a verificação de inconsistências no pagamento de GECJ e o armazenamento desses históricos (a partir de 12/01/2015).
- 2.17. **DED-AA-352 - Juros e CM URV:** Atualizar monetariamente e calcular juros sobre os valores processados pelo DED-AA-345 a título de URV em favor dos Magistrados, Servidores e Classistas e Pensionistas e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação conforme filtros por valores, por rubricas de servidores, por situação cadastral (vinculo). Deverá quando processamento excluir os beneficiários que já receberam. Haverá necessidade de que seja possível fazer a correção monetária e cálculo de juros todos os meses futuros.
- 2.18. **DED-AA-349 – VPI 13,23 % sobre Gratificação de Natal:** Criar e adequar rotinas na folha de pagamento para cumprimento de decisão judicial (13,23%) nas rubricas de Adiantamento de Gratificação de Natal e Gratificação de Natal.
- 2.19. **DED-AA-346 – Juros e CM PAE:** Atualizar monetariamente e calcular juros sobre os valores processados pelo DED-AA-331 a título de PAE 1998-1999 em favor dos Magistrados e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação. Haverá necessidade de que seja possível fazer a correção monetária e cálculo de juros todos os meses futuros.
- 2.20. **DED-AA-345 - Juros e CM URV:** Atualizar monetariamente e calcular juros sobre os valores processados pelo DED-AA-330 a título de URV em favor dos Magistrados, Servidores e Classistas e Pensionistas e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação. Haverá necessidade de que seja possível fazer a correção monetária e cálculo de juros todos os meses futuros.
- 2.21. **DED-AA-344 - Juros e CM ATS:** Atualizar monetariamente e calcular juros sobre os valores processados pelo DED-AA-333 a título de Adicional por Tempo de Serviço em favor dos Magistrados e gerar arquivos para carga em folha de pagamento com o objetivo de efetivar a quitação.
- 2.22. **DED-AA-343 – Importação de dados para Concurso da Magistratura:** Carregamento de dados de candidatos ao concurso da Magistratura no Fenix. Foi aprovada a contratação da Fundação Carlos Chagas para a realização da 1ª Etapa do concurso da Magistratura. Após o resultado desta etapa, será necessário o carregamento em nosso banco de dados das informações dos candidatos aprovados, fornecidas pela instituição, para que possamos prosseguir com as outras etapas.
- 2.23. **DED-AA-342 – Auxílio Moradia – SIAFI:** Desenvolver mecanismo de migração de dados

de sistema interno (Folha de Pagamento) para o novo SIAFI, relativa aos pagamentos de auxílio moradia aos beneficiários, para atender determinação do Tribunal de Contas da União e que estão sob responsabilidade da Coordenadoria de Execução Orçamentária

- 2.24. **DED-AA-338 – Promoção por Mérito v2:** Promover o urgente e necessário ajuste na geração de relatórios que instruem os processos de promoção por merecimento, viabilizando a correta apuração de pontos, a fim de atender integralmente aos requisitos dispostos na Resolução nº 14/2013, da ENAMAT, bem como permitir a visualização da pontuação final de todos os Magistrados que estão concorrendo à promoção, em uma única tabela. Trata-se de DED complementar ao de número AA277, que tem primordialmente o escopo de implementar modificações essenciais e necessárias decorrentes da aprovação de Resolução Administrativa já aprovada pelo Tribunal Pleno desta Corte e encontra-se pendente de publicação. Constam também alterações identificadas por ocasião da especificação de requisitos e que, por ausência de previsão de prazo para ajustes, não puderam ser implementadas na ocasião.
- 2.25. **DED-AA-337 – Inserção de dados no programa de auxílio pré-escolar:** Inserção no programa de assistência pré-escolar dos valores do cálculo retroativo relativo ao período de janeiro a março/2015 já carregados em folha extra em 31/03/2015
- 2.26. **DED-AA-336 – Inserção de dados no programa de auxílio-alimentação:** Inserção no programa de auxílio-alimentação dos valores do cálculo retroativo relativo ao período de janeiro a março/2015 já carregados em folha extra em 31/03/2015
- 2.27. **DED-AA-333 – Juros e CM ATS:** Recalcular os valores processados pelo DED-AA-220 a título de Adicional por Tempo de Serviço em favor dos Magistrados.
- 2.28. **DED-AA-332 – Emissão de Fichas Financeiras:** Criar rotina para emissão de fichas financeiras em arquivos por lote de servidores (considerando uma ocorrência), referentes ao período de maio/2003 até a presente data (Dados vindos do Clipper e dados do Oracle).
- 2.29. **DED-AA-331 – Juros e CM PAE:** Aplicar correção monetária e juros sobre os valores calculados pela DED-AA-218. Disponibilizar dados em formato solicitado pelo CSJT.
- 2.30. **DED-AA-330 – Juros e CM URV:** Aplicar correção monetária e juros sobre os valores calculados pela DED-AA-216, considerando pagamentos (Folha e OSI) efetuados após a referida DED. Disponibilizar dados em formato solicitado pelo CSJT.
- 2.31. **DED-AA-328 Instalação do SIGEO versão 2.0.2:** Criação das views necessárias para funcionamento do SIGEO, conforme definidos nos itens 4 e 6 do arquivo “TarefasHomologacao.doc”
- 2.32. **DED-AA-325 - RAIS 2014-2015:** Adequar o processamento da RAIS do Sistema de Folha de Pagamento às determinações previstas na Portaria nº 10/2015 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
- 2.33. **DED-AA-320 - VPI 13,23%:** Criar e adequar rotinas na folha de pagamento para cumprimento de decisão judicial (13,23%).
- 2.34. **DED-AA-319 DIRF e Informe de Rendimentos - Processamento 2014-2015:** Adequar o processamento da DIRF e Comprovante de Rendimentos às determinações previstas nas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (1503 e 1522/2014).

- 2.35. **DED-AA-316 Inibir captura automática de informações de reclamantes e reclamados no judiciário do trabalho:** Implantação de medidas para evitar o rastreamento e indexação de conteúdo por serviços de busca da rede mundial de computadores e inibir a captura de dados por meio de consultas públicas.
- 2.36. **DED-AA-309 Saldo Licença Prêmio Magistrados:** Aprimoramento do sistema, para a geração automática de saldos de licença-prêmio, com a respectiva interface de inclusão e subtração no Chronos Web.
- 2.37. **DED-AA-300 Correição Virtual – Servidores lotados em uma Vara e trabalhando em outra:** Solicita a criação de ferramenta (ou ajuste da existente) para buscar informações sobre servidores que estão lotados em uma Vara, mas trabalham em outra Vara. Deverá ser armazenado o motivo dessa prestação de serviço.
- 2.38. **DED-AA-294 - Núcleo de Pesquisa Patrimonial (Núcleo de Execução):** Solicita a criação de sistema para realizar as consultas, análise de dados e geração de documentos necessários para o desenvolvimento das tarefas do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.
- 2.39. **DED-AA-210 - Processo de Remoção:** Deflagrar as remoções subsequentes, sem a necessidade da publicação de novos editais e abertura de novos prazos.
- 2.40. **DED-AA-172 - SMP - Pendências da Migração de Dados:** Para as pendências da migração de dados Clipper/SMP: 1a) Regularizar as informações cadastrais dos bens, tais como descrição detalhada e marca/modelo; 1b) regularizar as informações de histórico de localização dos bens sem as quais é impossível emitir relatório de bens distribuídos que seja fiel.
- 2.41. **DED-2G-116 - Implementação de melhoria no Sistema de Jurisprudência (GSA):** Aprimorar a ferramenta de pesquisa jurisprudencial recentemente liberada ao público em geral, aumentando sua robustez e segurança.
- 2.42. **DED-2G-112 – E-Gestão2g – Tratamento técnico para processos tramitados originariamente no Sistem PJe-JT que tenham continuidade na forma de processo físico:** Verificar e tratar o impacto que a tramitação de processos eletrônicos, considerados estes desde o seu início na forma eletrônica, com posterior seguimento na forma física, geram no Sistema e-Gestão em situações processuais envolvendo itens de precatórios e corregedoria, dentre outros.
- 2.43. **DED-2G-113 – E-Gestão2g – Adequação na carga de Órgãos Julgadores:** Adequações técnicas para viabilizar a carga dos Órgãos Julgadores do 2º Grau.
- 2.44. **DED-2G-114 - Inventário Virtual – Pje:** Cumprir o determinado no OFÍCIO CSJT.GP.CPJe 71 /2015, acerca do Inventário Virtual, que visa o ajuste de inconsistências do PJe-JT de 1º e 2º Graus.
- 2.45. **DED-2G-107 Itens de Saldo de Precatórios e-Gestão:** Corrigir a rotina de carga do e-Gestão para os itens 2323, 2324, 2326, 2327, 2328 e 2329, uma vez que está ocorrendo duplicidade de informações, deixando os saldos dos itens incorretos; alterar a regra da “Consulta Pública de Precatórios” (Extranet) para que a listagem de entes públicos seja menos restritiva e a listagem de precatórios por ente público deixe de considerar apenas o último movimento; alterar a regra da funcionalidade “Exportar Informações para o CNJ”

(Extranet) para que deixe de considerar apenas o último movimento quando for determinar se um precatório está quitado, cancelado ou baixado.

- 2.46. **DED-1G-82 – Migração do acervo de processos físicos pendentes:** Migração do acervo de processos físicos remanescentes do legado para o Sistema PJe-JT – módulo CLE – Cadastramento de Liquidação e Execução no 1º Grau.
- 2.47. **DED-1G-84 - E-Gestão1g / Adequações em Postos Avançados:** Cumprir as diretrizes previstas no inciso I, Art. 1º do Provimento CGJT 2/2015, que determina que as remessas para o e-Gestão não mais poderão ser enviadas por Posto Avançado. Assim, o código de órgão estatística a ser utilizado para as remessas, no caso do 1º Grau, deverá ser obrigatoriamente de uma Vara do Trabalho.
- 2.48. **DED-2G-108 - Meta Nacional do Poder Judiciário CNJ 07/2015:** Informar no decorrer de 2015, mensalmente, os dados estatísticos requeridos na Meta 7: “Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos – TRTs e TST. Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho, identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior. Os dados deverão ser lançados pelos tribunais do dia 1º ao 18º dia útil do mês seguinte ao de referência. A data limite será observada para efeito de consolidação dos dados, levantamentos estatísticos e composição dos relatórios quadrimestrais a serem divulgados no portal do CNJ.”
- 2.49. **DED-2G-106 e-Gestão 2G: Atualização de procedimentos de cargas e itens segundo a versão 4.2 do Manual do Sistema e-Gestão 2º Grau:** Proceder as alterações apontadas nos manuais abaixo, as quais terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2015:
- 1) Manual de Regras de Validação de 2º Grau (documento: “Regras Não Temporais de Validação dos Dados do 2º Grau – Versão 4.2 - Atualizado em 19/12/14”, disponível no ambiente de colaboração - Moodle do e-Gestão TST.
 - 2) “Manual de Carga do Banco de Dados”, para adequá-lo aos manuais de regras de validação acima. O documento "4-Instruções Banco de Dados e-Gestão - Versão Documento V27-Modelo de Dados V5.doc" pode ser obtido na pasta "Modelo de Dados", subpasta "Modelo de Dados - Versão 5", no ambiente de colaboração - Moodle do e-Gestão TST.
- 2.50. **DED-2G-104 Apoio ao Projeto de Pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros:** Fornecer os dados cadastrais de 2º Grau requeridos preferencialmente no formato TXT, com campos separados por “#” ou outras especificações descritas no e-mail que acompanha este DED dentro do prazo estabelecido.
- 2.51. **DED-2G-082 e-Gestão / Pje – manutenções no relacionamento dos Magistrados dos processos físicos (e-Gestão) e eletrônicos (Pje):** Atendendo as orientações presentes do “Manual de Implantação do Extrator de dados do Pje para o e-Gestão”- versão 1.0 (anexo), acerca da tabela eg.tb_juizes, e diante da natureza dinâmica dessas informações tanto em 1º quanto em 2ºGraus, faz-se necessário a existência de mecanismo que possibilite manutenções por parte da área de negócios no estabelecimento de relacionamento de tais dados no Pje e e-Gestão.
- 2.52. **DED-1G-056 e-Gestão / Procedimento de Cargas do Sistema:** Solicita a implementação dos seguintes procedimentos a serem adotados quanto às Cargas do sistema e-Gestão (PJe-JT e SAP1G):
- 1) Estabelecer como data limite para a conclusão das cargas de remessas mensais o 12º dia de cada mês. Para a carga ser considerada concluída, o “status” da remessa deverá ser “G”;

- 2) A carga do primeiro lote de cada remessa deverá ter prioridade sobre a carga de outros lotes de remessas anteriores;
- 3) Liberação de uma janela sem carga no servidor por 3(três) dias seguintes ao final das cargas de remessas mensais;
- 4) Adoção de cargas semanais;
- 5) Liberação de uma janela sem carga no servidor por 1(um) dia seguinte ao final das cargas de remessas semanais;

- 2.53. **DED-1G-079 e-Gestão / Carga de Itens Administrativos:** Permitir que se selecione entre o processamento apenas da carga de itens administrativos do e-Gestão ou o processamento atual (carga adm + 2g). A carga administrativa sozinha será preciso quando houver atualização apenas de cargas das Varas Trabalhistas e Postos Avançados do 1º Grau
- 2.54. **DED-1G-081 Lançamento da Ocorrência PJe no SAPIG após HMA:** Permitir o lançamento da ocorrência Pje em processos cuja última ocorrência de nível 1 no SAPIG seja HMA – homologação de acordo.
- 2.55. **DED-1G-085 Correição Virtual – Atualização nas tabelas de dimensão:** Possibilitar uma integração automática entre diversas tabelas de dados entre os sistemas administrativos utilizados no Regional e o sistema e-correição, utilizado pela Corregedoria Regional desta Corte.
- 2.56. **DED-1G-093 Alteração de Parametros da Ferramenta de Migração Automática Via CLE:** Alterar a regra da ferramenta de migração automática (robô) do TRT10 para que quando não houver o trânsito em julgado nos movimentos do processo seja identificada a ocorrência HMA e a data da ocorrência para que seja cadastrado como data do trânsito em julgado na tela inicial do CLE.
- 2.57. **DED-AA-288 Correição Virtual – Cargos dos servidores de outros órgãos e ajustes nas dimensões de Magistrados e servidores:** Solicita a criação de ferramenta (ou ajuste da existente) para buscar, no Fênix, o cargo dos servidores de outros órgãos e alimentar o *data warehouse* do sistema e-Correição e, também, a inclusão de uma coluna com o e-mail dos Magistrados e servidores em suas respectivas dimensões no DW.
- 2.58. **DED-AA-295 Relatórios MGD e Prazos de Magistrados:** Solicita a criação de ferramenta para disponibilizar na extranet os relatórios do MGD e de levantamento de Prazos de Magistrados.
- 2.59. **DED-AA-348 Correição Virtual:** Solicitamos a análise dos possíveis impactos da Resolução Administrativa 06/2015 na carga dos dados do sistema Correição Virtual Administrativo. Após feita a análise, favor entrar em contato com a Corregedoria para sincronizarmos a criação das novas lotações nas tabelas do sistema e-Correição (Corregedoria) e Correição Virtual Administrativo.
- 2.60. **DED-1G-091 - e-Gestão - Interrupção Carga Postos Avançados:** Cumprir diretrizes previstas no Provimento CGJT Nº 02, que determina que as remessas para o e-Gestão não mais poderão ser enviadas por Posto Avançado, e em complementação ao que já foi desenvolvido no DED 86 (demandante: Corregedoria), será necessário interromper a carga de dados do e-Gestão relativa a estas unidades.
- 2.61. **DED-2G-122 - Conversão arquivos Selo Justiça em Números:** Converter arquivos já gerados no formato .ods para o formato .xml , observando-se as diretrizes fornecidas pelo

CNJ, em cumprimento ao artigo 5º, inciso II, da Portaria 125 de 30/9/2015.

- 2.62. **DED-1G-086 - Migração de processos no SAPIG dos Postos Avançados para Varas:** Adequar a situação dos processos do legado tendo em vista a determinação enviada pelo CSJT.
- 2.63. **DED-1G-072 e-Gestão – Prazos de Juizes:** Solicita que nos cálculos de prazos de Juizes no e-Gestão-PJe sejam considerados os afastamentos. Conforme informação obtida da Estatística em 09/12/2014, essa funcionalidade já existe na versão 1.64 do extrator, mas depende de ações do Regional para funcionar.
- 2.64. **DED-1G-071 e-Gestão – Movimento 51:** Solicita que sejam informadas, no e-Gestão – Processos Físicos, em campos específicos, as datas de lançamento do movimento 51 e do vencimento do prazo do Juiz, assim como acontece nos processos do PJe.
- 2.65. **DED-1G-070 Apoio ao Projeto de Pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros:** Fornecer os dados cadastrais de 1º Grau requeridos preferencialmente no formato TXT, com campos separados por “#” ou outras especificações descritas no e-mail que acompanha este DED dentro do prazo estabelecido.
- 2.66. **DED-1G-069 Correção dos sistemas para concursos de remoção de promoção/acesso para Magistrados:** Inserir o salvamento dos dados dos concursos em adequados momentos (Remoções: no encerramento do edital; Promoções/Acesso: no encerramento das inscrições), de modo a impedir a constante atualização de dados (sobretudo quanto a antiguidade de Titulares e Substitutos) de situações que deveriam estar “congeladas” e servir como histórico.
- 2.67. **DED-1G-068 Ocorrência Pje (SAPIG) e o relatório de processos sem tramitação:** Retirada dos processos com a ocorrência Pje no SAPIG do relatório de processos sem tramitação.
- 2.68. **DED-1G-067-Cadastramento de e-Doc no SAP:** Permitir que o SAPIG identifique a existência de e-Doc cadastrado, assim como sua disponibilização direta no site, sem a necessidade da intervenção do usuário, cadastrando de forma automática a petição.
- 2.69. **DED-1G-064 Atualização de Valores em Processos Arquivados:** Impedir a utilização da ferramenta de atualização de valores do sistema de acompanhamento processual em processos arquivados.
- 2.70. **DED-1G-048 e-Gestão/Pje – manutenções no relacionamento dos Magistrados dos processos físicos (e-Gestão) e eletrônicos (Pje):** Atendendo as orientações presentes do “Manual de Implantação do Extrator de dados do Pje para o e-Gestão”- versão 1.0 (anexo), acerca da tabela eg.tb_juizes, e diante da natureza dinâmica dessas informações tanto em 1º quanto em 2º Graus, faz-se necessário a existência de mecanismo que possibilite manutenções por parte da área de negócios no estabelecimento de relacionamento de tais dados no Pje e e-Gestão.

3. COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

- 3.1. **Tratamento de chamados:** recebimento, análise e tratamento de **10983 chamados relatando incidentes e solicitação de serviços**, com suporte à distância (via VNC e

console LanDesk) nas Varas e com suporte presencial nas Sedes Judicial e Administrativa, assim distribuídos:

Janeiro: 825 chamados;
Fevereiro: 1110 chamados;
Março: 933 chamados;
Abril: 809 chamados;
Maio: 773 chamados;
Junho: 1131 chamados;
Julho: 860 chamados;
Agosto: 935 chamados;
Setembro: 905 chamados;
Outubro: 1046 chamados;
Novembro: 1102 chamados;
Dezembro: 554 chamados.
Total: 10983 chamados.

3.2. Processo Judicial Eletrônico – PJe (Projeto Nacional CNJ)

- a) Suporte e acompanhamento às unidades onde o PJe foi implantado, administrando chamados relacionados e pendências na ferramenta Jira;
- b) Parametrização de novas versões do sistema, de acordo com orientações encaminhadas pelo CSJT, em trabalho conjunto com a CITIC;
- c) Apoio à implantação de novos sistemas satélites disponibilizados pelo CSJT.

3.3. Monitoramento de aplicações e rotinas automatizadas:

- a) Acompanhamento diário das cargas do sistema Pegasus usado pela Consulta Processual via Internet;
- b) Acompanhamento diário da situação das rotinas de envio de e-mails com andamentos processuais do 1º Grau aos advogados;
- c) Monitoramento diário da comunicação entre o Sistema de Guia de Depósito Judicial e as instituições financeiras;
- d) Monitoramento semanal da transferência e carga de dados semanais e mensais do e-Gestão em Processos Físicos e interação com o grupo de Estatística para conclusão das cargas e-Gestão_Pje.

3.4. Atendimento à distância aos Administradores de Redes via VNC e voz, para auxílio e resolução de dúvidas sobre a instalação dos equipamentos.

3.5. Plantão presencial durante todas as sessões do Tribunal Pleno e sessões do Dissídios Coletivos para auxílio aos possíveis problemas de informática.

3.6. Atividades de Suporte e Apoio aos usuários dos Sistemas de 1º Grau:

- a) Acompanhamento/orientações quanto ao e-Gestão, BNDT e Sistema AUD-PJE e SAP.
- b) Elaboração de comunicados e disponibilização de informações na Extranet e por e-mail com orientações aos usuários referentes a alterações no sistema;
- c) Atendimento às demandas de usuários – Servidores, partes e advogados - recebidas através de telefone e chamados.

3.7. Plantão em todas as Sessões nas Turmas para auxílio aos possíveis problemas de informática.

3.8. Apoio à substituição e configuração dos microcomputadores dos Gabinetes dos Desembargadores.

- 3.9. **SIABI:** suporte ao sistema que trata do acervo da Biblioteca e Centro de Memória.
- 3.10. **Antivírus McAfee:** gerenciamento em todas as estações de trabalho;
- 3.11. **Manutenção e ampliação da WIKI interna** para uso do suporte de atendimento ao usuário e como forma de disseminação e registro do conhecimento.
- 3.12. **Plataforma Moodle de ensino a distância:** apoio à migração dos ambientes de ensino a distância (EAD) Moodle da Escola Judicial e da Secretaria de Gestão de Pessoas para versões atualizadas da ferramenta, atendendo às solicitações das referidas unidades do TRT15.
- a) Desenvolvimento de plugin especializado para geração de certificados (Escola Judicial) compatível com a versão atual do Moodle.
- 3.13. **Elaboração/atualização de padrões** (imagem) para micros Positivo, Lenovo, Itaotec e notebooks HP com Windows 7, nas unidades da Sede Judicial ligadas ao PJE, Notebooks para uso dos Juizes e Desembargadores. Incluem-se os tablets dos Desembargadores com Windows 8.1.
- 3.14. **Revisão e criação de manuais de orientação para os usuários do TRT15** para configuração de máquinas, inclusive particulares, para acesso ao PJE.
- a) Iniciada a revisão de todos os manuais e orientações localizadas no link “Dicas de Informática” da Extranet.
- 3.15. **Instaladores de Softwares:**
- a) Atualização de instaladores automáticos já desenvolvidos anteriormente, como Java, Adobe Reader, Flash Player, Firefox, Extrator do e-Gestão, PDF-SAM, KLite, Multifuncional MX710, Scanner Fujitsu etc .
- b) Suporte às modificações implementadas nos softwares de Convênios, como: IOB JurisSíntese, JurisCalc, Bacenjud, Renajud, DEJT, Serasa, CEF, Jucesp e outros.
- 3.16. **Imagens de restauração do Windows (padrão de software):**
- a) Atualização de softwares dos padrões para micros Itaotec AMD, Itaotec I5, Lenovo, Positivo e Notebooks HP, Ultrabooks HP;
- b) Distribuição e disponibilização de padrões dos micros Itaotec AUD, Itaotec I5, Lenovo, Positivo e notebooks HP e DELL em todas as Vts;
- 3.17. **Novas metodologias e técnicas:**
- a) Testes para implantação do método Landesk Provisioning de restauração de imagens em microcomputadores;
- b) Análise e testes do software ITAM, visando sua utilização em conjunto com o ASSYST;
- c) Preparação de máquinas com configuração especial que permita restauração independente de padrão de software.
- 3.18. **Landesk:**
- a) Levantamento de softwares fora do padrão TRT15 instalados em VTs;
- b) Suporte na resolução de problemas relacionados ao uso das ferramentas Landesk, como acesso remoto, gerenciador de desktop, etc..

4. COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

4.1. **Solução de ambiente seguro para o *data center* principal - Sala Cofre:** Acompanhamento e fiscalização técnica do processo de construção e instalação da solução de ambiente seguro para o *data center* principal, denominada “Sala Cofre”. Este ambiente, possui várias características que aumentaram a segurança física do principal centro de dados deste Regional, como resistência a fogo, água e poeira, controle de acesso, circuito fechado de TV, sistema de combate a incêndio, dentre outros. Durante o processo de instalação, foram realizadas dezenas de definições técnicas juntamente com a empresa contratada afim de obter a configuração mais adequada às necessidades do TRT15. Também foi realizado o processo de movimentação (“moving”) dos equipamentos durante dois fins de semana, garantindo a segurança dos dados e disponibilidade do ambiente *data center*;

4.2. **Sistema PJe-JT:**

a) Atualização de versões: o cronograma de atualizações do CSJT demandou que fossem executados os procedimentos de migração para as novas versões disponibilizadas. Todas as atualizações são instaladas em ambientes de homologação, produção, incidentes e treinamento, numa frequência praticamente mensal de atualização;

b) Instalação de novos sistemas satélites disponibilizados pelo CSJT:

- GIGS;
- Conector PJe;
- Módulo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para o Ministério Público do Trabalho;
- PJe Calc (em homologação);
- e-Jus2 (em homologação);
- e-Rec (em homologação).

c) Atividades de Manutenção e Operação, destacando:

- atualizações de Infraestrutura: adequações às recomendações do CSJT;
- otimizações demandadas pelo CSJT: adequações aos padrões do CSJT explicitados no Guia de Infraestrutura (GIR);
- ajustes e paradas programadas relacionadas ao ambiente do TRT15;
- otimização do Backup (em andamento);
- rotina periódica de limpeza de logs e tabelas JBPM.

d) Ajustes relacionados à disponibilidade e desempenho:

- adequações de capacidade da infraestrutura (memória, CPU, escalabilidade horizontal com adição de mais servidores);
- configurações do servidor de aplicação JBoss (GC, Configurações) e servidor web Apache;
- mapeamento e bloqueio de robôs e outros acessos indevidos.

e) Extrator de Dados PJe-JT:

- atualização mensal da base de dados para a extração mensal no PJe-JT do sistema e-Gestão;
- atualização das versões do Extrator de Dados disponibilizadas pelo CSJT e solicitadas pela área de negócio.

f) Armazenamento de dados:

- migração dos ambientes de homologação para os novos *storages* IBM V5000;
- implantação de mecanismo de "snapshots" para economia de espaço de armazenamento dos ambientes PJe-JT não-produção, permitindo utilização de apenas 40% do espaço original;
- estudo e acompanhamento do crescimento da base de dados do PJe-JT, permitindo a previsão de saturação dos equipamentos e consequente necessidade de novas aquisições.

g) Outras atividades:

- criação do ambiente de incidentes para os testes das issues reportadas ao CSJT para solução de defeitos identificados;
 - instalação do software APM para monitoria do PJe-JT (em andamento);
 - instalação do software de estatística Awstats para medição de acessos ao sistema por meio do servidor web Apache;
 - resolução de problemas (*troubleshooting*) ocorridos principalmente após atualizações de versões do sistema PJe-JT e análises de desempenho do sistema nos momentos de crise.
- 4.3. **PROAD:** o sistema de Processo Administrativo desenvolvido pelo TRT12 foi instalado em ambiente de produção, sendo configurados os servidores de aplicação, web e banco de dados. Dada a criticidade deste sistema, foi criado ambiente de alta disponibilidade, que ainda necessita de validação do TRT12. Durante a instalação do sistema, fornecemos apoio ao TRT12 para preparação do ambiente de treinamento e integração do PROAD com o serviço de autenticação (LDAP) do TRT15.
- 4.4. **SIGEO:** o Sistema de Gestão Estratégica Orçamentária foi instalado em ambiente de homologação e disponibilizado para a área de negócio. Foram configurados os servidores de aplicação, extratores de dados e realizada a integração com o ambiente do TRT15.
- 4.5. **SCMP:** o Sistema de Controle de Material e Patrimônio foi instalado a partir de um ambiente de demonstração fornecido pelo TRT12 para utilização pela área de negócio em caráter de avaliação.
- 4.6. **SIABI:** o Sistema de Automação de Bibliotecas foi atualizado conforme solicitação da área responsável e recomendação da empresa que suporta o sistema.
- 4.7. **Portal (Liferay):** atualização do *software* Liferay que suporta o portal do TRT15 em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação Social. Além disso, foram realizados ajustes pontuais nos servidores web e de aplicação da solução para otimização de desempenho e performance. Esta atividade está em andamento.
- 4.8. **Gabinete Virtual:** instalação de novos servidores na solução Gabinete Virtual, melhorando o desempenho e a disponibilidade do acesso remoto à rede corporativa.
- 4.9. **Sistema Juriscalc:** execução mensal das rotinas de atualizações dos índices de valores do sistema.

- 4.10. **Plataforma Moodle de ensino a distância:** Migração dos ambientes de ensino a distância (EAD) Moodle da Escola Judicial e da Secretaria de Gestão de Pessoas para versões atualizadas da ferramenta, atendendo às solicitações das referidas unidades do TRT15.
- 4.11. **Sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas:** Implementação da infraestrutura do referido sistema, tanto nos bancos de dados utilizados pelo sistema, quanto na criação de servidores de aplicação dedicados e em alta disponibilidade (*cluster*). Para esse sistema também foi adotada a política de criação de ambiente de homologação, assim como no sistema PJe-JT. Desenvolvimento de interface centralizada para monitoramento e atualização da base de dados localizadas nas cidades e utilizadas para emissão da Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas - CEAT.
- 4.12. **Nova Consulta Jurisprudência (Google Search Appliance):** instalação e configuração juntamente com a empresa contratada da solução de busca Google Search Appliance que substituiu a consulta à jurisprudência do TRT15.
- 4.13. **Sistema Assyst:**
- Configuração dos servidores para instalação da aplicação por parte da empresa MCR para os ambientes de homologação e produção.
 - Apoio na configuração do servidor web à empresa MCR para balanceamento de carga dos servidores de aplicação JBoss.
 - Mapeamento dos Itens de Configuração para o gerenciamento de ativos a ser realizado pelo Assyst/ITAM.
 - Apoio à empresa MCR para levantamento dos serviços para mapeamento de Itens de Configuração no Assyst/ITAM.
- 4.14. **Solução corporativa de e-mail:**
- Criação do servidor de envio de e-mails externo: esse servidor pode ser utilizado por clientes externos à rede do TRT15, pois é autenticado e criptografado. Pode ser acessado por computadores, smartphones e tablets.
 - Disponibilidade da solução de webmail: foram realizados alguns esforços no intuito de amenizar os problemas de disponibilidade da solução de webmail (openwebmail) em alguns horários:
 - mapeamento das caixas de entrada grandes que causam o problema de lentidão;
 - criação de um servidor SMTP dedicado para aplicações que mandam muitos e-mails (exemplo: Moodle, limesurvey), aliviando assim o servidor de e-mail principal;
 - otimização pontual de performance na solução de webmail por meio de atualização de programas acessórios utilizados (Exemplo: PERL, Dovecot).
- 4.15. **Servidor de arquivos (Samba):** atualização da versão dos servidores de arquivos Samba das Sedes Judicial e Administrativa. Essa ação foi necessária para eliminar problemas no acesso aos arquivos (exemplo, problema que ficou conhecido como “G em branco”).
- 4.16. **Virtualização de servidores de Rede:** As ações de virtualizar todos os servidores físicos fora de garantia ou que não sejam específicos para banco de dados foram continuadas no ano de 2015. Dentre os principais servidores virtualizados, estão:
- Migração do servidor Indaia – servidor que estava em *hardware* fora de garantia, com

diversos serviços utilizados pela Coordenadoria de Atendimento ao Usuário. A migração desse servidor envolveu movimentação do conteúdo para um servidor virtual na plataforma de virtualização VMWare, e atualização do sistema operacional Windows.

- b) Migração dos servidores XEN – existem alguns servidores mais antigos que utilizam a solução de virtualização XEN e que estão sendo migrados para a solução padrão atual, ambiente VMWare. Essa atualização facilitará a gestão dos servidores virtuais e trará benefícios de disponibilidade e desempenho para os usuários dos serviços residentes nesses servidores.

Servidor já migrado: janga (aplicação Guia de Depósito)

Servidores em processo de migração: guarau (aplicação Extranet de ambiente de homologação); itaguare (serviço DHCP).

- 4.17. **Suporte do software de virtualização VMware:** Especificação e solicitação de contratação de suporte técnico do fabricante para as licenças já existentes. Como este é o *software* de virtualização utilizado na infraestrutura do Tribunal, a maior parte dos servidores dependem deste para funcionar, logo, ter um contrato de suporte técnico se torna essencial.
- 4.18. **Manutenção do ambiente virtualizado:** Várias ações foram realizadas no ambiente de virtualização do Tribunal, destacando-se as seguintes:
- a) Migração de mais de 200 servidores de VMware Vsphere 5.5 para VMware Vsphere 6 para fins de modernização e minimização de falhas da infraestrutura virtualizada.
 - b) Gerenciamento de recursos da infraestrutura virtualizada: provisionamento de espaço em disco, de memória, de processador e novos servidores virtuais; preparação de servidores físicos para execução de máquinas virtuais.
 - c) Constante monitoração do ambiente virtualizado e reorganização dos servidores virtuais, afim de ter um melhor desempenho e um melhor aproveitamento dos recursos de *hardware*.
- 4.19. **Unidades de armazenamento de dados (Storages):**
- a) Instalação de dois novos *storages* da marca IBM para uso exclusivo do PJe-JT, expandindo a capacidade de armazenamento deste sistema e seus satélites.
 - b) Testes dos *storages* IBM para garantir operações essenciais com o PJe-JT.
 - c) Atualização de software embutido (*firmware*) dos storages EMC e IBM.
- 4.20. **Servidores de tempo (NTP):** Padronização dos servidores de tempo (NTP) em todos os servidores de rede, garantindo a sincronia de tempo entre esses e conseqüentemente dos sistemas informatizados, evitando falhas no PJe-JT e demais sistemas que utilizam funções dependentes de data e hora.
- 4.21. **Servidores Microsoft Windows:** Reorganização dos servidores com sistema operacional Microsoft Windows para otimizar a utilização das licenças disponíveis, de acordo com as regras de licenciamento Microsoft.
- 4.22. **Replicação dos principais Bancos de Dados:** Implantação de replicação dos principais Bancos de Dados Oracle da Sede utilizando o *software* Oracle Dataguard. Com esta ação, as bases de dados dos principais sistemas (exceto PJe, que é replicado por outro processo) estão replicadas em dois *data centers* distintos, aumentando a segurança e a recuperação dos

dados em caso de um desastre, contribuindo com a continuidade do serviço.

- 4.23. **Auditoria em Banco de Dados Oracle:** Implantação de auditoria nos principais Bancos de Dados Oracle da Sede, aumentando a segurança com a rastreabilidade das operações básicas realizadas nessas bases de dados.
- 4.24. **Banco de Dados de desenvolvimento:** Unificação dos vários Bancos de Dados utilizados no desenvolvimento dos sistemas de 1º Grau, gerando economia de recursos e licenças Oracle.
- 4.25. **Administração de banco de dados:** Foram mantidos 111 (cento e onze) bancos de dados Oracle e 10 (dez) bancos de dados PostgreSQL, com pesquisa para melhoria de desempenho e disponibilidade para o atendimento das diversas aplicações do TRT15;
- 4.26. **Demandas internas/melhorias do ambiente de administração de banco de dados:** Melhorias feitas em monitoramento, manutenção e documentação dos processos envolvendo a administração de banco de dados;
- 4.27. **Softwares de Cópia de Segurança (backup):**
- a) Completada a migração das cópias de segurança (*backup*) de todo o ambiente do TRT15, exceto bancos de dados Oracle, para o *software* livre de *backup* “Bacula” em substituição ao *software* ArcServe, que estava obsoleto e sem suporte do fabricante. Esta migração demandou estudo e análise das funcionalidades do *software* para colocá-lo em ambiente de produção com bom desempenho.
 - b) Unificação do *software* de *backup* RMAN, responsável pela cópia de segurança dos bancos de dados Oracle, gerando maior confiabilidade no processo de *backup* e facilitando a sua administração.
- 4.28. **Software de Monitoramento:**
- a) Configuração do *software* livre Zabbix com monitoramento via proxy para os servidores da Sede e das cidades remotas a fim de tratar problemas de perda de dados, visto o volume de informações enviadas, atrasos nas leituras e perda de informação por indisponibilidade do link.
 - b) Implantação no Zabbix do documento "PJe - Atualização Infraestrutura" do CSJT com a importação de templates para Apache, JBoss. e Postgres de modo a fornecer dados para o Conselho dar suporte ao Tribunal em questões que envolvam o PJe-JT no TRT15.
 - c) Configuração no Zabbix do monitoramento do índice de disponibilidade dos sistemas utilizados no cálculo de indicadores do PETIC.
 - d) Implantação no Zabbix da métrica de IOPS (*Input/Output Per Second*) com objetivo de balizar a reestruturação e gerenciamento do espaço de armazenamento de dados através das demandas específicas de cada sistema.
- 4.29. **Aprimoramento dos processos de operação de serviços de infraestrutura:** Desenvolvimento de interface gráfica para concessão de acessos em compartilhamentos de rede Samba e replicação de filtros do servidor de diretório LDAP nos servidores das cidades, agilizando a liberação de acessos solicitados pelos usuários e eliminando a

necessidade de edição manual de arquivos de configuração nos servidores.

- 4.30. **Atividades de Monitoria e Manutenção:** Constante monitoria e manutenção física e lógica dos *storages*, dos *no-breaks* dos data centers, de dezenas de serviços que rodam nos servidores de rede, tanto dos instalados nos data centers de Campinas, quanto nos distribuídos pelos municípios que possuem Vara ou Fórum do Trabalho, totalizando mais de 300 (trezentos) servidores de rede e centenas de ativos de rede.
- 4.31. **Emissão de Certificados Digitais para Aplicação (SSL):** Foram providenciados junto à Caixa Econômica Federal e instalado nos equipamentos os certificados digitais utilizados pelas aplicações hospedadas nos servidores de rede do Tribunal, como por exemplo no Gabinete Virtual, Extranet, PJe-JT e nos servidores de e-mail.
- 4.32. **Segurança da rede de dados:** projeto de migração do *appliance IPS (Intrusion Prevention System)* da IBM para o *IPS* da Cisco com o objetivo de prevenir os ataques à rede e servidores Web; projeto de migração do *appliance Proxy IronPort* da Cisco para o *Proxy McAfee Web Gateway* com o objetivo de otimização do uso do link de Internet e bloqueio de *websites* indesejados, seguindo o ATO REGULAMENTAR no 01/2010 – TRT15; gerenciamento seguro com a utilização de SNMP v3 que provê, dentre outras funcionalidades, autenticação e privacidade.; configuração Wi-fi Presidência que permite acesso à rede e a utilização de aplicativos como WhatsApp - foi necessário alterações no *Firewall* e ajustes no filtro de dispositivos por MAC Address.; implementação de estratégia no *appliance IPS*: espelhamento de uma porta no Switch Core conectada diretamente ao IPS, para permitir a análise de tráfego com um nível adicional de atomização; início do uso do *Open Web Application Security Project (OWASP)* para tornar visíveis riscos de segurança de software da rede a fim de permitir o aprimoramento da segurança da informação; simulação e detecção de ataques nos servidores *Web*; bloqueios de ações de robôs no *Firewall*.; implementações de segurança no *DNS (Domain Name System)* externo; criação e administração de Regras de Acesso no *firewall* para atender as demandas dos sistemas; configuração de Regras de Bloqueio e Liberação no *Proxy McAfee Web Gateway*.
- 4.33. **Redes de dados:** projeto de redundância para o *switch core* de Sede Administrativa com o objetivo de prover disponibilidade ao PJe – está em fase de planejamento; monitoramento das redes via *software HP IMC* e *Zabbix*, incluindo *upgrade* e configurações; automatização dos *back-ups* diários do *Firewall*, dos *switches core* e *switches* do anel óptico.; planejamento e configurações de ativos de rede que foram instalados na sala cofre; reorganização de *racks* e cabos no *datacenter* da Sede para readequação da distribuição de peso e recebimento de equipamentos *Storage* e unidades de *back-up*; desligamento e religação dos ativos de telecomunicações na Sala-Cofre e *datacenter* da Sede, durante interrupção programada do fornecimento de energia pela CPFL; documentação e diagramação de topologias e endereços de IP; manutenção do serviço *DHCP* e configuração de servidores PXE no DHCP.
- 4.34. **RedeJT Regional (VPN):** projeto de redundância de provedores para as Varas com o objetivo de prover disponibilidade às VTs, no caso de queda de *link* da Vivo, agregando os links das 2 operadoras (dobro da velocidade atual – *multilink*) - em estudos para elaboração do DOD; projeto *QoS* no PJe-JT com o objetivo de estudar alternativa ao download de pdfs no PJe-JT pelas Varas com a expectativa de otimizar o uso a banda prioritariamente pelo PJe-JT; mudança de local dos roteadores da VPN Regional (Vivo) do *datacenter* da Sede para a sala cofre; mudança de local dos roteadores da VPN Nacional – RedeJT (Oi) do *datacenter* da Sede para a sala cofre; elaboração de relatórios Mensais de Disponibilidade

VPN Regional Vivo; agendamento e acompanhamento do upgrade dos links em 32 localidades.

- 4.35. **SAN (*Storage Area Network*):** elaboração de DOD para reestruturação da Rede SAN, prevendo a aquisição de *Switches* FC ou portas de comunicação para protocolo *Fibre Channel*, seguindo a resolução 182/2013 do CNJ ; configuração da interconexão de *Storages, Libraries, Blades* e servidores de rede, incluindo cabeamento, zoneamento, *troubleshooting* e agregação de *links*.; aumento do número de portas da Rede SAN colocando-se dois *switches* Cisco MDS9148 em modo de interoperabilidade com Brocade; criação de um novo *Fabric*, resultando em 2 *Fabrics* interligados (Sala-Cofre e *datacenter* da Sede).
- 4.36. **Conexão à Internet:** abertura e acompanhamento de chamados junto à Algar para correção de configuração do HSRP nos roteadores.; monitoramento do link redundante de Internet no Zabbix, com testes de chaveamento para evitar indisponibilidade; ajustes de DNS no Registro.BR; início do estudo de viabilidade para tornar o TRT uma AS: *Autonomous Systems*, com IPs fixos e redundância de provedores de Internet.
- 4.37. **Grupo de Trabalho para contratação do ADC:** Participação da Equipe de Planejamento da Contratação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para contratação nacional da solução ADC (*Application Delivery Control*) para os demais regionais. O nosso trabalho foi apoiar com a equipe do TRT1 os trabalhos coordenados pela equipe do TRT4. Esse é um componente utilizado em aplicações web para balanceamento de servidores, prevenção de ataques maliciosos e alta disponibilidade.
- 4.38. **Grupos de Trabalhos para contratações relacionadas ao PJe-JT:** Participação das Equipes de Planejamento da Contratação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho dos seguintes grupos:
- a) gtSOPJe: Grupo de Trabalho destinado a conduzir as ações necessárias ao planejamento e eventual realização de contratação de suporte para plataforma de sistema operacional que compõe a infraestrutura do PJe-JT;
 - b) gtJBossPJe: Grupo de Trabalho destinado a conduzir as ações necessárias ao planejamento e eventual realização de contratação de serviço de suporte técnico para o software de servidor de aplicações que compõe a infraestrutura do sistema PJe-JT;
 - c) gtBDPJe: Grupo de Trabalho destinado a conduzir as ações necessárias ao planejamento e eventual realização de contratação de suporte para plataforma de banco de dados que compõe a infraestrutura do PJe-JT.
- 4.39. **Comitê Técnico de Segurança da Informação do CSJT:** Participação do referido Comitê (ctSEG) como membro, participando das reuniões e dos trabalhos desenvolvidas por seus integrantes.

5. COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TIC

- 5.1. Tratamento de chamados: análise, distribuição, delegação, monitoramento e atendimento de, aproximadamente, 1.000 chamados.
- 5.2. Renovação do parque de equipamentos de microinformática: substituição de mais de 300 microcomputadores; troca de equipamentos de redes (*switches*) em mais de 20 localidades,

substituição de 180 *notebooks* por *ultrabooks* e redistribuição dos *notebooks* recolhidos;

- 5.3. Descarte e Movimentação de Equipamentos: cerca de 1.650 equipamentos foram encaminhados para baixa e cerca de 5.900 foram movimentados em função da necessidade de manutenções ou trocas. Inclui planejamento, controle das trocas e captação dos equipamentos trocados por empresa contratada.
- 5.4. **Chamados Externos(Garantia):** abertura e acompanhamento do atendimento de cerca de 600 chamados externos nas empresas, HP, Itautec, Positivo, Lenovo, Aceco TI, MR Computer e Torino Informática. Testes dos equipamentos em garantia, quando atendidos pelos fornecedores nas dependências da SETIC em Campinas.
- 5.5. **Administração do estoque:** controle, captação e organização dos equipamentos em trânsito, de peças e materiais de consumo utilizados nas redes de dados e na manutenção de equipamentos de microinformática.
- 5.6. **Manutenção de equipamentos:** reparos e preparação de microcomputadores, *notebooks*, *no-breaks*, impressoras e multifuncionais para fornecimento e uso das unidades do TRT. Inclusive com realização de viagens para manutenções preventivas e corretivas de equipamentos de microinformática nos próprios locais de instalação.
- 5.7. **Resolução 182/2013 – CNJ:** elaboração de especificações de equipamentos para compra de impressoras e cartuchos das mesmas, monitores, *no-breaks* e outros, assim como participação ativa nos processos de compras para todos equipamentos de microinformática.
- 5.8. **Apoio no atendimento a usuários:** Atendimentos técnicos por telefone sobre problemas de todos equipamentos de microinformática e suporte remoto aos administradores de rede. Elaboração de manuais técnicos para manutenção de equipamentos e confecção de apostilas e documentos com informações técnicas para os administradores de redes.
- 5.9. **Sala Cofre:** recebimento da obra, participação no treinamento básico, acompanhamento do sistema de monitoramento, manutenção, administração. Acompanhamento do suporte energético – sala UPS e grupos geradores;
- 5.10. **Mudanças de endereços e reformas:** equipe para acompanhar *in loco* e viabilizar o funcionamento da rede, servidor e telecomunicações. Incluindo organização e conectorização dos cabos de redes em mais de 10 localidades e todo o planejamento e preparação (ferramentas, equipamentos e logística) para a realização das viagens.

6. GABINETE DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

- 6.1. **Consulta de senhas:** atendimento a contatos telefônicos com o intento de viabilizar às solicitações quanto à confirmação de senhas e da restauração das mesmas para acesso e/ou reingresso à Extranet pelos respectivos Usuários, que engloba tanto ativos como inativos , com sensível diminuição na demanda;
- 6.2. **Central de Chamados:** consulta diária aos chamados em tramitação para proceder ao atendimento;
- 6.3. **Expedientes:** recebimento, elaboração e expedição de inúmeros expedientes relacionados a

esta área técnica, propostas de Concessão de Diárias, Certidões, Memorandos, Ofícios, Informações e Malotes Digitais como também de notas fiscais e os respectivos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, mediante o devido controle da tramitação dos mesmos, de acordo com os dados dispostos em cada Contrato vigente no âmbito deste Regional, com incremento considerável;

- 6.4. **Modens 3G/4G:** substituição de todos os modens 3G para tecnologia 4G, com reclassificação e redistribuição dos mesmos, mediante permuta, aos Magistrados e Servidores.
- 6.5. **Controle Modens 3G/4G :** Controle e acompanhamento sistemático das linhas disponibilizadas através de levantamentos periódicos de planilhas que dispõem sobre os dispositivos. Além disso, realização do controle necessário de fornecimento dos dispositivos, situações de substituição e devolução, dentre outras.
- 6.6. **Processo Judicial Eletrônico – PJe:** atendimento às demandas oriundas deste Sistema e, também daquelas decorrentes das particularidades que o envolvem em suas especificidades e que engloba toda a 15ª Região. Atendimento a expedientes diversos e elaboração de relatórios atinentes ao referido Sistema, para atender aos questionamentos formulados tanto internamente como os provenientes de órgãos externos;
- 6.7. **Novos Servidores:** o exercício de 2015 foi singular nesta Unidade no que tange a lotação de Novos Servidores aprovados no Concurso Público realizado para suprir um percentual considerável do deficit de ocupantes de cargo específico, Técnico Judiciário – Especialidade Tecnologia da Informação, o que exigiu a execução de diversas atividades adicionais ao Gabinete desta Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações: agendamento, contato telefônico, acompanhamento, entrevistas com os Coordenadores, treinamentos, reestruturação das Coordenadorias, inclusive do espaço físico disponível para lotação adequada de acordo com o perfil dos ingressados, além das lotações designadas e atribuições a serem desempenhadas;
- 6.8. **Acompanhamento de Contratos da área de TIC:** atividades de recebimento e acompanhamento dos diversos contratos com fornecedores na área de tecnologia da informação, realizando as verificações necessárias e liberando as remunerações devidas de cada contrato;
- 6.9. **Gerenciamento de demandas de TIC:** agendamento de reuniões realizadas com Servidores desta área técnica e de outras, tanto na área administrativa como judicial, com o objetivo de atender às demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações, incluindo as definidas como prioritárias pela Administração desta 15ª Região, tudo de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos superiores e as diretrizes estipuladas pela Administração desta Corte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.1 Integridade e Completude dos Registros de Informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Campinas, 31 de março de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gustavo Fachim', written over a horizontal line.

Gustavo Fachim
CPF: 086.547.738-80
Secretário de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9.2 Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei 8.730/1993 Quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas

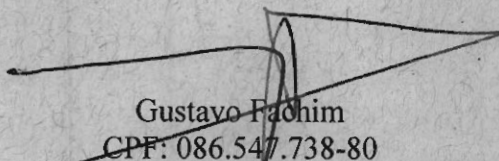


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, obrigados pela Lei 8.730/1993, apresentaram autorização formal para acesso aos dados de Bens e Rendas constantes das suas respectivas Declarações de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física ou disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Secretaria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Campinas, 31 de março de 2016.


Gustavo Fachim
CPF: 086.547.738-80
Secretário de Gestão de Pessoas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9.3 Declaração Sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A conformidade contábil do Órgão é registrada por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal como responsável pela conformidade contábil da Unidade Gestora Executora - 080011 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Em cumprimento à segregação de função no processo de registro da conformidade contábil, o responsável e seu substituto, lotados na Coordenadoria de Contabilidade do Órgão, não participam da execução orçamentária e financeira, e são responsáveis pela realização de acertos, com vistas à regularização de lançamentos e saldos constantes dos Balanços e demais Demonstrativos Contábeis.

A base da conformidade contábil se apoia nos trabalhos de análise realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, onde são examinados os documentos emitidos no SIAFI - Sistema de Administração Financeira do Governo Federal pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitada desta forma a segregação de função.

Determinação presidencial interna estabelece que os documentos, objeto de análise, sejam juntados aos respectivos processos administrativos, pelos gestores responsáveis, e encaminhados à Coordenadoria de Contabilidade para o devido exame.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região, objeto da conformidade, foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 36.000 (trinta e seis mil) documentos no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, quais sejam: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica.

Para o exame dos documentos é utilizado banco de dados criado na Coordenadoria, alimentado mediante importação diária dos documentos emitidos no SIAFI no dia anterior.

A análise objetiva, prioritariamente, certificar o registro contábil do ato ou fato de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem.

E pretende, sobretudo, a verificação de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

As restrições contábeis registradas no período foram:

Mês - janeiro/2015

Restrição - 610

Título - SAQUE COM CARTAO DE PAGTO SEM LIQUID. DESPESA

Motivo/Esclarecimento - registro automático gerado pelo sistema, nos saques efetuados pelos responsáveis por suprimento de fundos, devidamente autorizados pelo ordenador de despesas.

Solução: Regularização efetivada em 03 de fevereiro de 2015, tendo em vista o Sistema Siafi não permitir data retroativa.

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Restrição – 738

Título – SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES

Motivo/Esclarecimento – Saldo invertido por conta-corrente nas contas: 62.213.01.00 – Crédito Empenhado a Liquidar, 62.292.01.01 – Empenhos a Liquidar e 62.292.02.01 – Crédito a Liquidar Controle na UO, em decorrência de valor empenhado no mês de fev/2015 e liquidado em janeiro/2015.

Solução: Regularização efetivada em fevereiro de 2015.

Restrição – 676

Título – SALDO INDEVIDO – PASSIVO CIRCULANTE

Motivo/Esclarecimento:

Saldo indevido de passivo por baixa equivocada de Passivos de Pessoal/Encargos Sociais, por insuficiência de créditos, relativos a Diferenças da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) Decorrentes do Escalonamento no Percentual de 5% das Carreiras da Magistratura.

Equívoco indicado pelo Ordenador de Despesas mediante despacho de retificação do Termo de Reconhecimento de Dívida e Autorização de Pagamento, emitido em 08/01/2015, fl.27 do Processo 0000722-38.2014-5.15.0895 PA, após o encerramento do Exercício de 2014, sendo a regularização contábil registrada no Exercício de 2015, na forma de ajuste patrimonial de exercícios anteriores.

Ajuste não efetivado em Janeiro/2015 em virtude da Implantação do PCASP e da Adequação das Rotinas Contábeis, aguardando solução e orientação da CCONT/STN, conforme mensagem encaminhada em 02/02/2015.

Solução: Regularização efetivada em 27 de fevereiro de 2015, 2015NS002294, mediante criação pela STN de situação específica para registro de ajuste patrimonial de exercícios anteriores.

Nota: Pendências indevidas de Passivos aguardando orientações da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho para anulação de empenhos emitidos em 2015 com despesa corrente – exercícios anteriores e indicação de passivo anterior “S”. Problemas decorrentes da implantação do PCASP e Adequação de todas as rotinas contábeis pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Mês – fevereiro/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Restrição – 697

Título – SALDO INVERTIDO – CLASSE 6

Motivo/Esclarecimento –

1)Saldo invertido por conta-corrente nas contas: 62.292.01.04 – Empenhos Pagos, decorrente de acerto de empenho de valor liquidado em fevereiro e pago em março de 2015.

Solução: Regularização efetivada em março de 2015.

2) Valor indevido registrado como crédito empenhado em liquidação R\$21.711,36, aguardando orientações da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho para anulação de empenhos emitidos em 2015 com despesa corrente – exercícios anteriores e indicação de passivo anterior “S”. Problemas decorrentes da implantação do PCASP e adequação de todas as rotinas contábeis pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Restrição – 640

Título – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB

Motivo/Esclarecimento – baixa indevida de veículo sinistrado, e que será leiloadado, no sistema gestão patrimonial, o qual, por deficiência tecnológica, não permite estorno do lançamento, conforme informado pela Coordenadora de Material e Logística, em 10/03/2015 mediante e-mail.

Mês – março/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Restrição – 640

Título – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB

Motivo/Esclarecimento – baixa indevida de veículo sinistrado, e que será leiloadado, no sistema gestão patrimonial, o qual, por deficiência tecnológica, não permite estorno do lançamento, conforme informado pela Coordenadora de Material e Logística, em 10/03/2015 mediante e-mail.

Mês – abril/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Restrição – 640

Título – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB

Motivo/Esclarecimento – baixa indevida de veículo sinistrado, e que será leiloadado, no sistema gestão patrimonial, o qual, por deficiência tecnológica, não permite estorno do lançamento, conforme informado pela Coordenadora de Material e Logística, em 10/03/2015 mediante e-mail.

Solução: Regularização efetivada em maio, mediante baixa no SIAFI, conforme informações contidas na mensagem eletrônica encaminhada pela Coordenadoria de Material e Logística.

Restrição – 674

Título – SALDOS A LONGADOS / INDEVIDOS EM CONTAS TRANSITÓRIAS DO PASSIVO CIRCULANTE

1) Motivo/Esclarecimento – Problemas decorrentes da implantação do PCASP e adequação de todas as rotinas contábeis pela Secretaria do Tesouro Nacional, não foi possível recolher os valores retidos sobre fornecedores (transferência da conta

21881.04.06 para 21881.01.28 pela STN), registrados como restos a pagar processados. Regularização prevista para maio/2015.

Solução: O problema foi comunicado à CFIN/CSJT, orientações recebidas em abril/2015.

2) Motivo/Esclarecimento – saldo indevido na conta 21891.36.01 - GRU-Valores em Trânsito para Estorno de Despesa, referente documento 2015RA095223 de 30/04/2015, valor de R\$1.029,49, em razão de regularização contábil sem a observância de data retroativa.

Solução: Regularização em 04/05/2015.

3) Motivo/Esclarecimento – saldo indevido na conta 21141.98.00 – Outros Encargos Sociais, gerado pelo documento 2015NE001643 de 27/04/2015, valor de R\$150.170,75, emitido para acerto de passivos de pessoal (Encargos relativos Folha de VPI), no aguardo de orientação da Setorial Contábil e disponibilização de situação no SIAFI para a regularização.

Solução: Regularização em 11/05/2015, conforme orientações encaminhadas pela Setorial Contábil da Justiça do Trabalho.

Mês – maio/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Mês – junho/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Mês – julho/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/ INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens, conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Restrição – 653

Título – SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE

Motivo/Esclarecimento – Saldo indevido na conta de controle credor destinada ao registro da execução de atos potenciais ativos relativos aos acordos de cooperação com Instituições Financeiras. Falta de registro do repasse recebido da CEF, mediante documento 2015RA147903 em 31/07/2015, conforme Ofício TC-SEOF-085/15-SOF, no valor de R\$17.977.715,00.

Solução: Regularização efetivada em 03 de agosto de 2015.

Mês – agosto/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/
INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens,
conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Mês – setembro/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/
INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens,
conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Mês – outubro/2015

Restrição – 634

Título – FALTA DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS/ IMÓVEIS/
INTANGÍVEIS/OUTROS

Motivo/Esclarecimento – para os bens móveis com valores irrisórios e demais itens,
conforme dispõe o manual SIAFI sob código 02.03.30.

Solução: Regularização efetivada em 30/11/2015, conforme demonstrativo da
Coordenadoria de Material e Logística no Processo de Reavaliação de Bens 01/2015, onde
foram reavaliados os bens recebidos em doação e provenientes da 2ª Região quando da
instalação do TRT, que tiveram inseridos no sistema, como valor de aquisição à época de
suas incorporações, o valor simbólico de R\$ 0,01.

Mês – novembro/2015

CONFORMIDADE SEM RESTRIÇÃO.

Mês – dezembro/2015

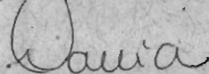
Restrição – 315

Título – FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO

Motivo/Esclarecimento – Documentos examinados, contudo o Sistema não permitiu o
registro da Conformidade. Tentativas efetuadas a partir do dia 07/jan/16 até 12/jan/16, prazo
final indicado no cronograma disposto no Anexo I – Ato Conjunto TST.CSJT GP Nº
21/2015.

Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315 do Manual SIAFI, que trata da
Conformidade Contábil, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do
exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as
restrições registradas foram regularizadas até o encerramento do exercício.

Campinas, 29 de fevereiro de 2016.



Vânia Cedran Coco
Coordenadora de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

9.4 Declaração do Contador Sobre a Fidedignidade dos Registros Contábeis do SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS DO SIAFI

DECLARAÇÃO PLENA

Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício e os registros contábeis estão livres de distorções relevantes e refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO		080011	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campinas	Data	29 de fevereiro de 2016
Contador Responsável	 Vânia Cedran Coco	CRC n°	1SP249105/O-7